

An impressionist painting of two women in a room. The woman on the left is wearing a pink and white dress, and the woman on the right is wearing a white dress. They are standing in front of a red wall. The painting is done in a loose, expressive style with visible brushstrokes.

Cadernos De Gênero e Diversidade

Vol 9, N. 3 - Jul. - Ago. 2023

Editorial

O terceiro número de 2023 da Cadernos de Gênero e Diversidade está no ar. Nessa edição, publicamos o dossiê **Gênero e Sexualidade: novas perspectivas e intersecções sobre experiências indisciplinadas** com oito artigos originais organizados pelos pesquisadores Cássio Bruno de Araujo Rocha, Natanael de Freitas Silva e Rafael França Gonçalves dos Santos. Este dossiê se dedicou a problematizadas dos modos como os gêneros se fazem e desfazem nas áreas de saber das ciências humanas e sociais, abordando temas como histórias das mulheres e dos homens, das feminilidades, das masculinidades e de dissidências à matriz cis-heteronormativa. O objetivo principal foi discutir as ordens, padrões institucionais e normas de gênero e de sexualidade impostas e burladas por sujeitos que destacam a indisciplina à ordem e padrões vigentes em dada sociedade. Além do dossiê que conta com a valiosa apresentação de seus organizadores, trazemos mais três artigos livres que ajudam a compor este número.

No artigo **Gênero e violência em discurso no YouTube** de Lucas da Silva Martinez e Sueli Salva, o autor e a autora analisam alguns discursos endereçados às mulheres no YouTube. São privilegiados fragmentos discursivos encontrados em vídeos do YouTube dos youtubers Júlio Cocielo e Kéfera Buchmann, observando nestes uma proliferação de discursos endereçados a meninas e mulheres carregados de violência de gênero.

Em **Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista**, Márcia Alves da Silva buscou conhecer o processo de construção do movimento feminista na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, a partir da abordagem metodológica advinda da pesquisa biográfica, tendo as narrativas das mulheres que participaram na época como principal ferramenta.

Por fim, em **A produção científica sobre as temáticas LGBTQIAP+, HIV/AIDS e educação publicados na América Latina nos últimos 10 anos**, Lucas Silva Dantas e Élide Miranda dos Santos realizam um balanço da produção de artigos envolvendo as temáticas LGBTQIAP+, HIV/AIDS e suas intersecções com a educação, publicados na América Latina, nos últimos 10 anos. A pesquisadora e o pesquisador focalizaram a produção científica disponível no portal de

Periódicos CAPES (2013 – 2022), selecionada a partir dos descritores “Educ and LGBT”, “Educ and HIV”, “Educ and AIDS”.

Desejamos uma ótima leitura a todas/os/es!

Thiago Barcelos SOLIVA

Patrícia Rosalba Salvador Moura COSTA

Felipe Bruno Martins FERNANDE



ARTIGOS



Gênero e violência em discurso no YouTube

Lucas da Silva Martinez, *Prefeitura Municipal de Santa Maria*

Sueli Salva, *Universidade Federal de Santa Maria*

Resumo. O objetivo do estudo é analisar e problematizar alguns discursos endereçados às mulheres no YouTube, a partir das questões de gênero. A partir da lente teórica dos Estudos Culturais em Educação e dos Estudos de Gênero, foram analisados fragmentos discursivos encontrados em vídeos do YouTube dos youtubers Júlio Cocielo e Kéfera Buchmann, observando nestes uma proliferação de discursos endereçados a meninas e mulheres carregados de violência de gênero. A mulher é exposta a diferentes tipos de violências, discriminação, julgamento moral, controle do corpo e comportamento. O movimento feminista e os estudos de gênero, podem ser importantes aliados para compreender e problematizar impactos desses discursos na construção de identidades femininas.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Cultura. YouTube. Violência. Discurso.



Introdução

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de doutoramento em Educação em uma universidade no sul do país. A intenção do texto consiste em provocar os leitores a refletirem sobre as relações de gênero, especialmente mediadas pela violência e endereçadas às jovens mulheres, a partir do YouTube. O objetivo do estudo é analisar e problematizar alguns discursos endereçados às mulheres no YouTube, a partir das questões de gênero.

O estudo original busca mostrar os discursos e pedagogias endereçadas aos jovens que circulam na plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube (BURGESS; GREEN, 2009). O YouTube funciona opera como uma instituição pedagógica imaterial que, subjetiva o público infantil e juvenil em diferentes direções, a partir das suas ferramentas e mecanismos algorítmicos e de suas lições e influenciadores digitais (MARTINEZ, 2022). Para tanto, parte da amostra ainda durante o processo de qualificação de pesquisa revelou que, grande parte destes discursos, mesmo sem um vídeo com título e temas relacionados, questões de gênero estão geralmente presentes. Reunimos algumas dessas discussões neste texto.

Entendemos, amparados nas discussões oriundas dos Estudos Culturais em Educação que a mídia, em especial, a digital, tem forte acento pedagógico e atua em direção aos sujeitos, produzindo subjetividades (ANDRADE; COSTA, 2015; GIROUX, 2009; GIROUX; MCLAREN, 2001; HALL, 1997; KELLNER, 2001; 2009). A cultura digital, a partir da velocidade e facilidade de compartilhamento (JENKINS, 2009; JENKINS; FORD; GREEN, 2014), torna possível que múltiplos discursos circulem em suas plataformas, entre elas o YouTube.

O texto se divide em quatro parte, a saber: as notas metodológicas, que situam o leitor das escolhas e do caminho tomado neste artigo; a segunda seção que trata dos feminismos e a denúncia aos discursos violentos endereçados às mulheres; a discussão as discursividades selecionadas neste texto e, por fim, as considerações finais.

Notas metodológicas

Nesse artigo analisamos fragmentos discursivos em alguns vídeos dos cinco youtubers brasileiros mais relevantes na plataforma, a partir de critérios existentes (BRASIL..., 2016; THINK WITH GOOGLE, 2016;



MARINHO, 2017) e demais estabelecidos durante o estudo. O critério principal de inclusão dos youtubers é a seleção dos que produzem vídeos do gênero vlog, produtos audiovisuais informativos que falam sobre o cotidiano e usam de narrativas de si como elemento principal (SIBILIA, 2016).

Inspirados na análise discursiva a partir da obra de Michel Foucault (FOUCAULT, 1999; 2015; FISCHER, 2001; VEIGA-NETO, 2007) nesse artigo, discutimos alguns fragmentos encontramos em uma parte da amostra da tese em questão. Antes de estabelecer recorrências dos ditos e enunciados, optamos por mostrar, a partir da dispersão e da heterogeneidade discursiva, traços de discursos endereçados às mulheres no YouTube, especialmente do ponto de vista da violência que geram.

Para tanto, a amostra geral que constitui a materialidade da pesquisa são os vídeos mais populares de cinco youtubers selecionados, a saber: Júlio Cocielo, Kéfera Buchmann, Luba, Nilce Moretto e Leon Martins e Felipe Neto. Desdobrando o tema da tese, ressaltamos a relevância desses produtos culturais, os vídeos, na produção de subjetividades e comportamentos, especialmente associados às questões de gênero. A partir de um recorte feminista, buscamos como alguns desses discursos, produzidos ou não por mulheres, buscam não só diferenciar o comportamento feminino, como, na maior parte das vezes, torná-lo alvo de regulação e violência.

Neste artigo, concentramos nosso olhar sob quatro vídeos: “As possíveis indecisões femininas” e “Vendas Eletrodomésticas”, do youtuber Júlio Cocielo; e os vídeos “5inco Minutos - MEU FILME PORNÔ” e “5inco Minutos - TÉRMINO DE RELACIONAMENTO!” da youtuber Kéfera Buchmann. Estes vídeos fazem parte da amostra inicial selecionada em 2019.

Alertas feministas: ameaças, vilipêndios e fragilidades

O movimento feminista, considerado por Alberto Melucci (2001) como um dos mais importantes do século XX, denominado de movimento emergente, provocou e provoca mudanças significativas na vida das mulheres. O feminismo segundo Michele Perrot (2012, p. 155) é um movimento de luta pela igualdade dos sexos, age em ondas, “[...] é intermitente, sincopado, mas ressurgente, porque não se baseia em



organizações estáveis [...]. É um movimento, não um partido”. Luta pelo direito ao saber, direito ao trabalho, ao salário, aos direitos civis, políticos, ao corpo. A luta feminista considera um avanço a chegada da pílula anticoncepcional, o direito ao trabalho fora do âmbito privado, ao voto, a educação, direito de concorrer a cargos públicos, discussões sobre sexualidade, direito reprodutivo, controle do próprio corpo pelas mulheres, direito ao prazer, o que se pode pensar que houve certo avanço nas políticas e valorização da mulher, no entanto, a integralidade de direitos, representatividade, respeito ainda estão distantes do ideal. Como enfatiza Michelle Perrot (2007, p. 162): “O feminismo suscita um antifeminismo mais ou menos virulento, que vai da caricatura misógina à crítica política mais radical”. Além disso, discursos veiculados em diferentes artefatos midiáticos parecem contribuir para que a mulher e as meninas sejam desacreditadas, vulgarizadas, estigmatizadas.

Ainda que se reconheça que as mulheres, através de suas lutas, tenham conquistado alguns direitos, não podemos negligenciar o fato de que esses direitos não alcançaram a todas as mulheres, nem o fato de que ter avançado em termos legais, tenha provocado mudanças profundas nos discursos sobre as mulheres a ponto de impactar em uma mudança de cultura, uma vez que em termos culturais, somos uma sociedade marcadamente machista, que desqualifica, desrespeita, agride e mata mulheres (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; DATAFOLHA, 2021) e ainda vivemos momentos mais intensos de antifeminismos expressos de diferentes modos e em diferentes contextos midiáticos e na política. Perrot alerta que:

Integralismos políticos e religiosos fazem da ordem dos sexos e da dependência das mulheres um dos seus pilares. Efeitos perversos inesperados, se produzem: solidão, confronto, violência, conjugal ou de outro tipo, talvez mais visível ou realmente agravada pela angústia identitária, marcam as relações entre os sexos, quase sempre tensas (PERROT, 2007, p. 169).

Em diferentes âmbitos de nossa sociedade, discursos sobre as mulheres operam como forma de produzir identidades femininas, em geral, como objeto do e para o homem. Esses discursos encobrem violências sobre a mulher, expõem as hierarquias entre os sexos que persistem. Embora a discussão sobre a violência contra as mulheres tenha se intensificado nos últimos anos e durante a pandemia de Covid-19 tem aumentado, ela não é evento recente, ainda assim, o fato do tema estar na pauta contemporânea, a violência contra a mulher não demonstra sinais



de que está se aproximando do fim. De acordo com o relatório “Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil”,

A violência de gênero é hiperendêmica no Brasil. A expressão, no vocabulário da saúde pública, descreve doenças persistentes e de alta incidência. Mais do que uma epidemia, portanto, em que uma enfermidade avança de forma expressiva, não esperada e delimitada no tempo, esse problema é melhor descrito no país pelo conceito de hiperendemia, que se refere à manutenção, em patamares altos, de uma doença social que já se manifesta com frequência (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; DATAFOLHA, 2021, p. 21).

De acordo com Saffioti (2004) a violência é normalmente associada a uma agressão física sendo esse o entendimento aceito como único e verdadeiro. Para a autora, no entanto, a violência é “[...] ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (SAFFIOTI, 2004, p. 17). Quando uma ação não afeta a integridade física, ou não é algo visível, ainda assim pode ser considerada violência, no caso violência psíquica e moral, que causa danos, traumas, deixando as mulheres e meninas mais vulneráveis. Um discurso sexista, que desqualifica a mulher, pode ser um ato de violência. São discursos que até pouco tempo, embora presentes na estrutura da sociedade de forma hegemônica, tinham um alcance pode-se dizer restrito. Hoje tais discursos se espalham de forma muito rápida através das mídias eletrônicas e o YouTube é um desses artefatos midiáticos de grande alcance que rapidamente espalha discursos sobre as pessoas e de forma bastante agressiva contra as mulheres. A título de exemplo destaca-se um excerto desses discursos produzidos no canal de Júlio Cocielo transmitidos pelo YouTube que serão detalhados mais adiante. Em um relacionamento, “[...] o sexo masculino e o feminino muda: não existe mais, agora é masculino e puta. Toda mulher do mundo além da sua é puta” (JÚLIO COCIELO, transcrição do vídeo).

Essa forma agressiva da produção de discursos sobre a mulher, está alicerçada na ordem patriarcal, no poder do macho, heterossexual que para estar dentro dessa ordem precisa dirigir-se a mulher de modo agressivo, menosprezando-a, desqualificando-a para poder sentir-se poderoso, sentir-se superior a ela. Para Connell e Messerschmidt (2013, p. 271): “Qualquer estratégia de manutenção do poder é mais comumente envolvida na desumanização de outros grupos e num correspondente definhamento da empatia e do envolvimento emocional subjetivo”. A



produção de masculinidades hegemônicas, a partir do patriarcado, dependem da desvalorização da mulher.

A desqualificação da mulher por ser “puta”, que significa aquela que usufrui do direito ao prazer sexual é construído com base em um discurso religioso. Michelle Perrot (2007, p. 64) destaca que para o cristianismo “[...] o pecado da carne é o mais terrível dos pecados. [...] A virgindade é um valor supremo para as mulheres e principalmente para as moças”. Mesmo que o discurso da virgindade já não tenha tanto efeito na sociedade de hoje, a designação de “puta” opera como modo de desqualificar a mulher. O sexo para as mulheres é para desfrute e prazer dos homens. “As mulheres cuja sexualidade não tem freios são perigosas. Maléficas, assemelham-se a feiticeiras, dotadas de vulvas insaciáveis” (PERROT, 2007, p. 66). Ainda que a mulher seja considerada pelos homens, desequilibrada, frágil, “puta”, consumista, homens não vivem sem elas: “[...] mulher é uma parada chata, mas ao mesmo tempo é legal e a gente não consegue viver sem” (transcrição do vídeo).

Saffioti (2004) afirma que elas ainda suportam violências e agressões de forma mais passiva que o homem. A condição é tê-las em situação de subjugadas, inferiores, de preferência obedientes e passivas. Comportamento esse ensinado reiteradamente desde o nascimento das meninas, enquanto homens são educados para comportamentos mais agressivos, valorizando atributos como força, coragem, resistência.

Para Saffioti (2004, p. 33) os homens “[...] não ignoram a capacidade das mulheres suportar sofrimentos de ordem psicológica de forma invejável. Talvez por estas razões tenham necessidade de mostrar sua superioridade, denotando assim, sua inferioridade”. Para a autora, por estarmos em uma sociedade estruturada com base no patriarcado, o machismo é parte dessa estrutura, que acaba reforçando o sexismo. O sexismo é uma estrutura de poder que não apenas prejudica as mulheres, mas os homens também, porém as mulheres com maior incidência. Para Saffioti (2004, p. 35) “[...] as mulheres são amputadas, sobretudo no uso da razão e no exercício do poder”. Aos homens recai a cobrança da prover as necessidades familiares e ao não corresponder, também se tornam vítimas da estrutura patriarcal, machista, sexista, sendo o papel de provedor “[...] o elemento de maior peso na definição da virilidade. Homens que experimentam o desemprego por muito tempo são tomados de um profundo sentimento de impotência, pois não há o que eles possam fazer” (SAFFIOTI, 2004, p. 36). O desemprego masculino e a ameaça a virilidade poderia ser um elemento que leva a construção de discurso



sexistas, machistas, que vilipendiam e desqualificam as mulheres, como forma de manter-se em um lugar de poder? O que justifica os discursos, cada vez mais evidentes de desqualificação da mulher veiculados em alguns canais do YouTube? Ou essa seria apenas mais uma estratégia de silenciamento das mulheres, de invisibilidade, estratégias que vilipendiam e fragilizam as mulheres?

As questões aqui colocadas apenas abrem a possibilidade de pensar sobre o que está sendo produzido sobre as mulheres em alguns canais de YouTube que serão apresentados doravante. É um aspecto importante a ser analisado uma vez que esses discursos expressam concepções sobre o ser mulher, que para ser respeitável precisa corresponder a uma expectativa que tem com base em um discurso religioso, médico, político construído historicamente. Se no âmbito da política, no Brasil lutamos por democracia, significa aceitar a diferença, ser tolerante. O que ocorre é justamente o contrário, que é rejeitar o diferente, rejeitar aquilo que a ordem patriarcal considera inapropriado desde uma perspectiva masculina. Ou ainda, fala-se das mulheres e sobre as mulheres, não para entendê-las, mas para julgá-las, objetificá-las, desqualificá-las. Ainda se fala das mulheres, silencia-se sua voz. Ainda estamos construindo lugares para falar com as mulheres.

Olhar para esses modos de violência remete ao conceito de gênero, que embora bastante difundido, setores conservadores da sociedade brasileira têm operado no sentido de confundi-lo com o que se denomina de ideologia de gênero, termo criado por uma ala conservadora da igreja católica para excluir as diferenças e que foi adotado por movimentos conservadores no Brasil como forma de atacar políticas educativas de gênero e sexualidade propostas pelo governo. Sobre a ideologia de gênero Carvalho (2020, p. 17) argumenta que:

As posturas defendidas por pessoas religiosas têm proferido revisionismos dos fatos históricos e interpretações pseudocientíficas baseadas em especulações e notícias falsas. [...] Particularmente inscrito na ideia de que a educação para o respeito às diferenças, aos gêneros e às minorias LGBT seria a causa e a consequência de ensinamentos que destruiriam a ordem sexual biológica determinada na concepção e no nascimento, o amor, a homossexualidade e os dogmas cristãos.

A defesa dessas ideias no Brasil por grupos como Movimento Brasil Livre (MBL) e Escola Sem Partido (ESP) através de publicidade promoveram uma espécie de caça às bruxas a qualquer discussão sobre



gênero e sexualidade considerando que estudos de gênero seriam um “problema público maior”, produzindo algo “[...] como patologia social produzida por posturas democráticas demais” (CARVALHO, 2020, p. 17).

Gênero é um conceito que foi inicialmente utilizado pelas feministas, como um modo de criticar o patriarcado. Para Saffioti (2004) o conceito não é apenas uma categoria de análise, mas também histórica e como tal pode ser concebido de diferentes formas. A autora ancora-se em diferentes pesquisadoras para fazer a defesa da amplitude do conceito afirmando que “[...] cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é construção social da do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2004, p. 45). Sobre essa diferença, são estabelecidas hierarquias, ficando o homem em lugar sempre mais elevado, valorizado, servindo de modelo aos demais indivíduos. Não é qualquer homem que ocupa lugar, mas homem, branco, hetero, cristão. Fato é que ao longo da história: “A gama de violências exercidas sobre as mulheres e ao mesmo tempo variada e repetitiva” (PERROT, 2007, p. 76). É sobre essas formas de violência, que embora não sejam tiros, tapas, pauladas, são formas violentas de desqualificar, ofender, minimizar, vilipendiar as mulheres. As formas violentas desqualificam a mulher em relação a sua sexualidade, historicamente vista como privilégio dos homens e reprimida às mulheres; ao corpo, quando lhe é imposto um padrão aceitável, cujas expectativas são projetadas a partir do olhar do outro e a partir do contexto cultural e histórico; em relação ao consumo, considerando problema das mulheres e não de uma sociedade capitalista que induz o consumo para sua sobrevivência e ainda a imposição de uma relação de conjugalidade, normalmente atribuída a uma necessidade natural do ser humano pelo casamento. Foucault (1985) através de estudo de textos estoicos apresenta como o vínculo conjugal foi considerado como “arte de viver casado” definida como “relação dual em sua forma” (casar é algo da natureza), “universal em seu valor” (casar é um dever, é útil ter uma esposa, ter uma descendência) e “específica em sua intensidade e força” (o casamento é a relação comunitária mais importante, mais valorizada). Resquícios desse modo de pensar ainda perduram, fazendo com que muitas mulheres consigam ver-se como realizadas em uma relação de casal, muitas vezes suportando formas de violência. De qualquer modo, atos de violência contra a mulher não só correm na relação matrimonial, como veremos doravante através dos discursos produzidos em alguns vídeos do YouTube.



Discursividades no YouTube

Uma primeira incursão nos vídeos, ainda durante a seleção mostrou que, as discussões sobre gênero, feminismo e sexualidade, mesmo sem um vídeo que, teria por tema tais assuntos, surgiam produzindo imagens sobre sexualidades e comportamentos, principalmente femininos. Alguns vídeos de Júlio Cocielo produzem caracterizações que, talvez endereçada a homens, fazem enunciações sobre/para as mulheres.

No vídeo “As possíveis indecisões femininas” Cocielo descreve a mulher como sujeito de indecisões. Suas descrições, mostrando, incoerências de seu ponto de vista masculino, surgem como um repertório regulatório ao comportamento das jovens mulheres.

Ao dizer que o “capeta” pode ser “ruim”, mas, criou uma coisa boa que rima com seu nome (apelido vulgar ao órgão genital feminino) ele conclui, iniciando a principal temática do vídeo: “[...] mulher é uma parada chata, mas ao mesmo tempo é legal e a gente não consegue viver sem” (JÚLIO COCIELO, transcrição do vídeo). Durante sua narrativa, ele fala que quando um casal começa a namorar, “[...] o sexo masculino e o feminino muda: não existe mais, agora é masculino e puta. Toda mulher do mundo além da sua é puta” (JÚLIO COCIELO, transcrição do vídeo). Esses enunciados começam a mostrar que, há a necessidade ou simplesmente existe uma competição feminina, uma necessidade de marcar espaço, mas que, beira a irracionalidade como Cocielo continua a partir do uso de sua imagem, com uma peruca, mostrando que está interpretando um personagem feminino.

- Essa mulher que tá do seu lado ela tá respirando, é uma puta mesmo.
- Eu já não falei pra você não ficar dando bom dia pra puta no WhatsApp? E daí que é sua mãe, e daí?
- [A jornalista dá boa noite ao final do programa – som ao fundo do vídeo] Olha que puta! Só você que não percebe, né? Toda noite quando esse jornal acaba ela dá boa noite, se acha que ela não tá dando mole pra você não. Que puta! (JÚLIO COCIELO, transcrição do vídeo).

Cocielo continua:

E aí numa dessas situações que você encontra uma puta na rua a sua namorada, mulher, sei lá o que for, vai morrer de ciúme e mulher com ciúme tem um problema que é a indecisão, ela não sabe o que quer, ela quer brigar, ela só sabe que quer brigar e você que tá tentando chegar numa decisão você nunca vai conseguir” (JÚLIO COCIELO, transcrição do vídeo).



Essa caracterização do feminino, que beira o irracional continua ao longo do vídeo, marcada também pelo ciúme e indecisão. Cocielo novamente volta-se para a dramatização para explicitar como isso se daria efetivamente:

- Personagem Feminino (PF): Nossa, demorou hein?
- Júlio Cocielo (JC) É porque no caminho eu encontrei a Clarinha. [Música dramática, PF olhando fixamente, assustado, os dois se olham por alguns segundos]
- PF: Quem que é essa Clarinha? (tom de voz mais alto)
- JC: A Clarinha foi uma menina que estudou comigo no terceiro ano e a gente tava lembrando aquela época.
- PF: Ah, então você sente saudade da Clarinha né, cê não tá satisfeito comigo?
- JC: Não é sentido amor, é diferente, você é minha mulher, pessoa que eu amo, a Clarinha é só amiga.
- PF: E desde quando puta tem amigo? Puta, que eu saiba, tem cliente, ou será que você já foi cliente da Clarinha?
- JC: Pelo amor de deus, eu nunca tive nada com a Clarinha amor.
- PF: Não me chama de amor.
- JC: Tá, seja, seja lá o que for, ô Márcia;
- PF: Não me chama pelo nome! [Gritando]
- PF: Ah, e ontem de madrugada você curtiu a foto de uma Clarinha no Instagram, era essa vagabunda, essa puta?
- JC: Era ela mesmo.
- PF: Olha que piranha, que vagabunda! Só tira foto de puta. Você vai pegar o seu celular agora e vai dar unfollow nela. Ou você acha que tá certo cê ficar vendo essas coisas aqui? [mostra uma foto de uma mulher de burca e óculos escuros, sem nenhuma exposição de pele].
- JC: Ela tá de burca!
- PF: Aaaaaaaaaaaaaaaah [em um grito, deitando-se para trás no sofá] vai ficar defendendo suas amiguinhas agora?
- JC: Que isso amor!
- PF: Não fala comigo! (fingindo chorar). Ah vai ficar parado sem falar nada é?
- JC: Se decide ô caralho, cê quer que eu falo ou que eu fico quieto?
- PF: Nossa como você é grosso! [fingindo chorar]
- JC: Quer chocolate?
- PF: Eu te amo [sorrindo] (JÚLIO COCIELO, transcrição do vídeo).

Depois dessa descrição, levando sua argumentação sobre o comportamento feminino aos extremos (choro, riso, gritos), argumenta que, se fosse o contrário (a mulher encontrando um amigo na rua o homem não poderia discutir do mesmo jeito, os homens ainda vão estar errados e “[...] a mulher vai conseguir ficar por cima em qualquer situação (JÚLIO COCIELO, transcrição do vídeo)”. Cocielo faz a mesma



interpretação duas vezes, mostrando que tanto mostrando ciúmes como ignorando geraria a ele problemas. Caso sinta ciúme a mulher responderia:

Você não confia em mim não? Cê acha que eu tô te traindo? Cê acha que eu dou liberdade pra homem na rua? Eu não sou você não que fica dando liberdade pra essas vagabundas, fica curtindo foto de puta, dando bola pra vagabunda, pra piranha (JÚLIO COCIELO, transcrição do vídeo).

O segundo caso é ignorando o fato, e isso geraria respostas como: “[...] você não tem mais ciúmes de mim (chorando); você não me ama mais” (JÚLIO COCIELO, transcrição do vídeo). Caso você dê chocolate a ela (o que parece ser a solução dos problemas de relação) e isso funcione, sugerindo uma relação sexual anal, sua reação seria “[...] você só pensa em sexo! Você só tá comigo por isso [chorando copiosamente] (JÚLIO COCIELO, transcrição do vídeo)”. Tentando resolver a situação e dizendo que não quer mais fazer sexo ela ainda responderia, gritando: “Aaaaaaaah, você não sente mais tesão em mim! [chorando e gritando]” (JÚLIO COCIELO, transcrição do vídeo). Por fim, Cocielo declara que “[...] a palavra solução não existe no vocabulário feminino” (JÚLIO COCIELO, transcrição do vídeo), e que a definição de solução no dicionário seria briga ou chocolate. Nas datas comemorativas a mulher compra chocolate e diz “[...] comprei chocolate pra gente comer” (JÚLIO COCIELO, transcrição do vídeo). E Cocielo grita que a mulher compra “PARA ELA comer” (JÚLIO COCIELO, transcrição do vídeo).

Tedeschi (2012) ao abordar o tema da mulher na história, vê na filosofia a constituição da oposição masculino-feminino, marcado pela racionalidade e irracionalidade, respectivamente. Esse pensamento traz posições de sujeito bem específicas que pressupõe a submissão por parte da mulher, ao passo que, a racionalidade está ao lado masculino. Por outro lado, Machado (2015) reitera que, os funks brasileiros, principalmente de mulher, apresentam a questão da competitividade feminina, assim como faz entender alguns enunciados vistos no vídeo de Cocielo. O ciúme, em vista da atenção masculina produziria esse comportamento feminino, assim como, a inveja e o “empoderamento feminino” também seriam motivos para competição.

Cocielo continua sua narrativa falando que, a mulher, depois de comer o chocolate fica com “a neurose” de estar gorda e que “mesmo usando crack” (o que supostamente a faria estar muito magra) ainda assim é motivo para que se sinta mal. Fischer (1996) colabora nesta discussão ao



declarar que o corpo feminino enquanto corpo magro é o desejado desde o século XX, o que seria diferente nos séculos anteriores ao passo que o corpo robusto era sinal de fartura e prosperidade. Essa constituição do corpo esbelto feminino se faz cada vez mais presente na educação das jovens mulheres. Esta educação traz consigo o desprezo, humilhação, e essa produção é obra do discurso machista amparado na publicidade, nos programas televisivos, nas revistas, nos produtos digitais, na indústria de cosméticos e cirurgia estética.

Nas enunciações de Cocielo se mostra uma produção discursiva sistemática que enfatiza a mulher em uma posição de ciúme e irracionalidade, e que de algum modo precisa brigar, enfatizar seu papel ao lado do homem, do contrário o perde. Essas caracterizações ecoam no público masculino e feminino, lembrando o que escreve Louro (2008) sobre sexualidade e o gênero, conceitos que permitem pensar como as diferenças são construídas socialmente permitindo questioná-las. Os enunciados da mídia, mais do que definir, normatizar e naturalizar, também ensinam, produzem modos de ser. A diferença (estabelecida socialmente, sempre em relação a algo, uma referência) fica posta entre homem e mulher, tomando o homem e seu comportamento como norma, e trazendo a mulher como o diferente. Como escreve Louro (2008, p. 22): “A diferença é produzida através de processos discursivos e culturais”. Essa construção discursiva sobre o corpo e comportamento feminino sem dúvida se assenta em uma cultura, que se entende por dominante, sendo esta machista, sexista, homofóbica. Na enunciação onde o personagem feminino teria ciúme da apresentadora do jornal, parece que a problemática não está no ciúme de uma pessoa real, virtual ou inexistente, mas sim, na produção de um discurso que caracteriza a mulher como sujeito ciumento, irracional, desqualificado. De outro lado, tais enunciações podem estar caracterizando o jovem homem como racional, ponderado, consciente de si, dono de si. Há que tornar visível, na linguagem, quais os elementos que produzem um sujeito diferente do masculino, mas não apenas diferente, e sim, inferior.

Cocielo, caminhando ao final do vídeo continua dizendo que:

[...] eu não tenho nada contra gorda, inclusive eu já peguei umas, a última que eu peguei eu até lembro que tinha esquecido de comprar camisinha, aí eu falei – gorda eu vou comprar camisinha, já volto, aí ela pegou e me falou assim,- traz aquela de chocolate? Eu queria experimentar (JÚLIO COCIELO, transcrição do vídeo).



Depois de dizer que, ao usar uma camisinha de caipirinha a mulher poderia ficar bêbada, ele complementa: “[...] mulher que transa muito não é puta, mulher que transa muito é um sonho de estante” (JÚLIO COCIELO, transcrição do vídeo). Fischer (2005) ao falar sobre o dispositivo de sexualidade de Foucault (2017) declara que ele opera não por meio do controle-repressão, a hipótese repressiva que Foucault descreve em a História da Sexualidade, mas que, em detrimento de uma apropriação da discussão sexual por parte da igreja e o desenvolvimento de campos de saberes ligados à dimensão sexual, uma *scientia sexualis*, se teria produzido uma explosão discursiva que, mesmo regulado e controlado, há uma incitação para se falar sobre o sexo. O dispositivo opera por meio do controle-estimulação, julgando de certo modo, como Cocielo faz no vídeo, mas dele falando, enunciando qual tipo de mulher é desejada pelo homem (aquela que transa muito) ao passo que sobre sua sexualidade e seu comportamento deve ser regulado, estereotipado (mulher é chata, briga, pode ser comprada com chocolate).

No vídeo “Vendas Eletrodomésticas” Júlio Cocielo continua descrevendo o comportamento feminino, enfatizando que ao contrário dos homens que são práticos – “[...] eu acho que todo homem deve ser prático, deve comprar na primeira loja” (JÚLIO COCIELO, transcrição do vídeo), quando se trata de compras em shopping, e a mulher também deveria ser mas “[...] a mulher entra na primeira loja, aí ela entra em outras 370, vê todas lojas do shopping, depois volta na primeira pra comprar o que ela já provou e pra piorar ela prova de novo. Eu queria entender porquê mulher gosta tanto de loja” (JÚLIO COCIELO, transcrição do vídeo). Ainda na temática loja e compras, Cocielo “brinca” com os nomes femininos, principalmente afirmando que “[...] Janaína é nome de armário, não dá” (JÚLIO COCIELO, transcrição do vídeo), o que denotaria uma regulação feminina extrema, até sobre o nome.

Foucault (2017, p. 81) escreve que o domínio da sexualidade é produzido por uma “[...] rede sutil de discursos, saberes, prazeres e poderes [...]”, muitas vezes não tão sutis como podemos observar nas enunciações do vídeo, mas, principalmente marcado pela sua presença na superfície das coisas. Se é possível pensar que o sexo e o comportamento sexual se inscrevem como “tabu” ou naquilo que é proibido, a obra de Foucault e algumas enunciações dos vídeos já analisados mostra que do sexo se diz muito, entretanto, não são todos que o dizem. Os regimes de visibilidade permitem que uns falem dele enquanto outros se calem. Os



enunciados sobre o sexo se repetem em diferentes universos sociais, mesmo quando se inscrevem como “brincadeira”.

No último vídeo, ao mínimo duas divisões se tornam existentes. Para existir, a mulher precisa de um nome que seja julgado adequado pelo homem, expressão de seu poder patriarcal. Todavia, levando em conta a concepção patriarcal da divisão entre trabalho doméstico e trabalho (evidentemente masculino) parece haver um destaque em relação às práticas de consumo. As mulheres aqui aparecem, na narrativa de Cocielo, como sujeitos de consumo, que procuram, compram, visitam lojas. Podemos insinuar que, em uma configuração tradicional, as mulheres e crianças são objetos da publicidade, já que o ambiente doméstico, além de preencher seu tempo em seu próprio ambiente, também oferecem material para a subjetividade das mulheres, incentivando o consumo.

Por entender que o material analisado é diverso, e que, onde há poder há resistência (FOUCAULT, 2006), alguns youtubers fazem circular outras enunciações, que também caracterizam outros modos de ser mulher, mesmo que não dito por mulheres, efetivamente. De certo modo, o YouTube pelo acesso e distribuição livre faz circular diferentes enunciados, dependendo, no entanto, da chancela do público para que estes circulem.

Os vídeos de Kéfera parecem bastante diferentes dos já destacados, inclusive por apresentar um vlog mais parecido com a noção tradicional de um relato como diário (SIBILIA, 2016). No vídeo “5inco Minutos - MEU FILME PORNÔ”, Kéfera conta como recebeu uma proposta de uma produtora de filmes pornográficos para realização de um filme. A partir de uma narrativa bastante cômica destacando o quão estranho foi receber tal proposta, ela começa a mostrar que o fato a incomodou, e que, ao se perguntar se tinha “cara de atriz pornô” chega conclusão de que “[...] tá todo mundo perdendo a noção e acha que se tem alguma mulher fazendo sucesso na internet essa mulher necessariamente tem que estar relacionado com alguma coisa sexual” (KÉFERA BUCHMANN, transcrição do vídeo). Ao final do vídeo, assim como uma Fábula do Esopo, vem a moral da história ou a reflexão como ela propõe:

[...] para de tratar a gente como objeto, caralho! Não é porque eu sou uma mulher, não é porque tem que gente que tá me fazendo ter visualização que eu quero usar isso para de repente mostrar o meu útero, como ele é por dentro. Eu não quero fazer uma excursão de como seria minha vagina, eu tô bem assim, eu tô bem de roupa na frente das câmeras. Aí eu fiquei um pouco assim pensativa em relação a como



caralhos assim a gente ainda vive um mundo muito escroto que que tudo é motivo para ir para um lado sexual da coisa, falei: Gente do céu não é uma merda isso? (KÉFERA BUCHMANN, transcrição do vídeo).

Ao contrário de alguns ditos nos vídeos de Cocielo, Kéfera problematiza o espaço social da mulher, principalmente do ponto de vista sexual e da representação da mulher-objeto. Por e-mail o suposto produtor teria ainda destacado que ela tinha muita popularidade e que tinha um corpo bonito, visto por fotos. Nesse momento Kéfera exclama:

Você tá zuando com a minha face? Que você viu fotos minhas de corpo e necessariamente você associou que eu tenho alguma coisa a ver com sexo? (tipo assim, eu não posso simplesmente tá vestida e com corpo que eu tenho, independente de ser magra, gorda, alta ou baixa, eu só tá existindo e criar um outro tipo de conteúdo que não seja relacionado a sexo). Me poupe! (KÉFERA BUCHMANN, transcrição do vídeo).

Essa imagem feminina enquanto sujeito de sexualidade que está sempre disposta a ser explorada circula livremente. De dois modos ele circula: a) pela boca do Presidente do Brasil que anuncia: “Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade [...]” (REDAÇÃO PRAGMATISMO, 2019, s./p.), o que nos permite entender que as mulheres estão dispostas a ter relações com quem quiser vir; e b) por meio das tecnologias digitais que, com tecnologias avançadas de edição de imagem e inteligência artificial (conhecidas como deep fake) conseguem mudar o rosto de qualquer pessoa em qualquer vídeo, o que poderia inclusive incitar cada vez mais a sexualização do corpo feminino.

Está sempre em jogo a regulação dos comportamentos. E isso se mostra mais visível na fala abaixo descrita, na resposta da Kéfera ao produtor:

Daí o cara ainda falou assim: não, é porque eu vejo que você trata esse tipo de assunto assim, de sexo, com muita espontaneidade, sempre brincando com isso. Eu falei: exatamente, eu tô sempre brincando com isso, não é porque eu falo “aah, piroca, pinto, UHU” que eu necessariamente tenho que estar em cima de uma, não é mesmo? Posso estar brincando! (KÉFERA BUCHMANN, transcrição do vídeo).

Kéfera ao longo dos seus vídeos, assim como muitos youtubers fazem e aos poucos apontamos, usa do tema do seu vlog para fomentar nos sujeitos o compartilhamento da sua experiência, como uma confissão. Assim como o Complexo WITCH (PRATES, 2008), a TV brasileira e a revista Capricho (FISCHER, 1996; 2012) ensinam meninas a agirem, principalmente por meio de conselhos, o vídeo “5inco Minutos -



TÉRMINO DE RELACIONAMENTO!” de Kéfera mostra como ela se coloca no lugar da experiência para aconselhar o seu público. Ela que, nos últimos anos da carreira mudou sua proposta de vídeos, ao falar sobre seu amadurecimento e da possível competência para discutir tais assuntos declara:

[...] cara agora tenho 25 anos, eu tenho noção sabe, cada vez me conhecendo mais e buscando o meu autoconhecimento, agora tenho noção e tenho base, tenho estrutura para conseguir falar sobre assuntos que eu não conseguia antes, então, vou me julgar quando eu comecei o canal com 17 anos e meu primeiro vídeo foi sobre vuvuzela? Xingando pessoas que assopravam vuvuzelas sendo que agora a gente tá falando sobre assuntos mais maduros e que tentem somar e tal na cabeça de quem assiste? (KÉFERA BUCHMANN, transcrição do vídeo).

Declaradamente Kéfera se coloca na posição de aconselhadora e legítima ainda mais essa posição ao dizer que ela não fez curso superior, mas que se fosse fazer hoje cursaria Psicologia, o que supostamente, habilitaria ainda mais para escutar e aconselhar. Amparada pela sua experiência ou por um discurso sobre a experiência, tal qual Walter Benjamin (2007) nos lembra no texto “Experiência”, Kéfera se coloca como alguém que pode ensinar algo.

No vídeo ela “ensina” a identificar quando no final do relacionamento você estaria sofrendo por amor ou apenas pelo seu ego. Aos poucos ela elenca alguns conselhos, que assim como escreve Prates (2008) pode ser entendido como lições. O primeiro deles é “[...] não caia na armadilha do seu ego” (KÉFERA BUCHMANN, transcrição do vídeo). Não deseje que o outro que se arrependa ou esteja sofrendo por você, afinal, isso se trataria de “[...] buscar sua validação no outro, cai até em cima da nossa autoestima [...]” (KÉFERA BUCHMANN, transcrição do vídeo). Isso pode ir aos extremos quando para se vestir ou para se sentir bem você precisa perguntar a outra pessoa o que ela acha: “A questão fica um pouco preocupante quando você se baseia demais só no que os outros estão falando pra ter a validação e falar: Ah, então tô bem!” (KÉFERA BUCHMANN, transcrição do vídeo). Nesse sentido, Kéfera argumenta que é você que precisa se sentir bem consigo mesma, se sentir bonita ou pronta para sair: “Se você está se sentindo bem, tá tudo bem! Vai, confia! A pergunta é: E você com vocês mesma?” (KÉFERA BUCHMANN, transcrição do vídeo).

A segunda lição é “[...] valorar quem foi você na relação” (KÉFERA BUCHMANN, transcrição do vídeo). As pessoas mudam e o fim de



relacionamentos sempre é culpa dos dois. Portanto, Kéfera lembra o seu público de que as pessoas mudam, não são como antes, e, que, junto com isso, não adianta esperar que o outro reconheça os seus erros ou, reconheça e peça para voltar apenas para “você dizer que não quer mais”, o que seria cair na armadilha do seu ego. “As pessoas só dão o que elas têm [...]” (KÉFERA BUCHMANN, transcrição do vídeo), o que implica aceitar que nenhuma relação é perfeita, que as pessoas não se empenham nas relações o tanto que deveriam, ou, realmente não conseguem, e nesse movimento, é importante pensar o que você fez mas isso agora já está no passado, não pode ser diferente. “Se você tem consciência de quem você foi no namoro, tá ótimo! É aí que a gente tem que chegar” (KÉFERA BUCHMANN, transcrição do vídeo).

A terceira lição é: “[...] quando um relacionamento termina, não fica nessa, não cai nessa de pensar: ah, mas talvez, daqui há uns anos...” (KÉFERA BUCHMANN, transcrição do vídeo). Não fique alimentando esperanças, quanto mais você alimenta é mais uma forma de você “[...] continuar se enfiando no buraco, continuando sofrendo e se prendendo ao seu passado” (KÉFERA BUCHMANN, transcrição do vídeo). E, portanto: “Tenta viver com tudo o agora” (KÉFERA BUCHMANN, transcrição do vídeo), principalmente tentando se conhecer. Se conhecer enquanto pessoa solteira, não ter medo de ficar sozinha ou ser julgada por ficar sozinha, o que leva as pessoas a saírem e entrarem em outro relacionamento para não ficar sozinhas. “Tem gente que não sabe quem é!” (KÉFERA BUCHMANN, transcrição do vídeo).

Encerrando o vídeo ela declara:

Espero que esse vídeo aí tenha dado uma acalmada no seu coraçãozinho e tenha esclarecido um pouco as coisas, se você tá sofrendo por amor, tudo bem, vai passar, você tá no seu direito, vive seu luto aí, também é importante, mas amadurece na sua cabeça do “eu estou sofrendo”. Não sofra se você não precisa, evita sofrer! (KÉFERA BUCHMANN, transcrição do vídeo).

Esse vídeo mostra bem como os influenciadores da internet se colocam no papel de especialistas para dar conselhos sobre a vida amorosa de seu público (SIBILIA, 2016). Eles, de algum modo, não estão construindo unicamente modos de ser jovem homem e mulher, mas também, agem para que o outro, alvo de seus ditos, cuidem de si e ajam sobre si mesmos, em busca da felicidade. Não está em questão aqui a validade das lições de Kéfera, mas sim, tornar visível esse processo de



aconselhamento compreendendo-o como um modo útil de governar na contemporaneidade.

Considerações finais

O comportamento feminino, na maioria dos fragmentos analisados, se coloca em julgamento, para indicar e mostrar as diferenças entre o masculino e o feminino; ou, como modo de perceber para transformar, fruto de um trabalho sobre si mesmo, o que podemos entender a partir das tecnologias do eu (FOUCAULT, 2008). Tendo em vista que, na contemporaneidade, o espaço digital promoveu novos personagens como responsáveis pela juventude contemporânea, em alguma maneira, os youtubers aparecem como jovens adequados a lógica do tempo presente que enunciam sobre a para os jovens, dizendo como devem se comportar para ser melhor ou não. Todavia, se coloca em discussão como fazer circular outros discursos que valorizem o respeito, a democracia e a liberdade, inclusive sobre o próprio corpo. Nos fragmentos apresentados dos vídeos, com exceção dos vídeos de Kéfera, a mulher é exposta a diferentes tipos de violências, discriminação, julgamento moral, controle do corpo e comportamento. O movimento feminista e os estudos de gênero, podem ser importantes aliados para compreender e problematizar impactos desses discursos na construção de identidades femininas.

Referências

ANDRADE, Paula Deporte de; COSTA, Marisa Vorraber. Usos e possibilidades do conceito de pedagogias culturais nas pesquisas em estudos culturais em educação. *Textura*, Canoas, v. 17, n. 34, p. 48-63, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/1501/1140>. Acesso em: 05 mar. 2019.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Duas Cidades, 2007.

BRASIL tem quatro youtubers entre os dez mais influentes. *Meio&mensagem*, [S. l.], 28 jul. 2016. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2016/07/28/brasil->



tem-quatro-youtubers-entre-os-dez-mais-influentes.html. Acesso em: 24 set. 2019.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. *YouTube e a revolução digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade*. Tradução de Ricardo Giassetti. São Paulo: Aleph, 2009.

CARVALHO, Fabiana Aparecida. Para além de “meninas vestem rosa, meninos vestem azul”: As conjunturas e as ideologias nos novos rumos da educação para os gêneros e as sexualidades. *Revista Educação (UFSM)*, Santa Maria, v. 45, e94, 2020. p. 02-30. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/39468>. Acesso em: 20 dez. 2021.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/SO104-026X2013000100014/24650>. Acesso em: 08 out. 2021.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade*. 1996. 297 p. Tese (Dissertação em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, n. 114, p. 197-223, nov. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO100-15742001000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 fev. 2019.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia e juventude: experiências do público e do privado na cultura. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 25, n. 65, p. 43-58, abr. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO101-32622005000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 mar. 2019.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Trabalhar com Foucault: a arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; DATAFOLHA. *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Fórum de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2021.



FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*, 3: O Cuidado de Si. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. “1977 – Poder e Saber”. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 223-240. (Coleção Ditos e Escritos IV).

FOUCAULT, Michel. *Tecnologías del yo*. 1. ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*: a vontade de saber. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GIROUX, Henry A. “Memória e pedagogia no maravilhoso mundo da Disney”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Alienígenas na sala de aula*: Uma introdução aos estudos culturais em educação. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 132-158.

GIROUX, Henry; MCLAREN, Peter. “Por uma pedagogia crítica da representação”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antônio Flávio (Orgs.). *Territórios contestados*: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 144-158.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>. Acesso em: 20 mar. 2019.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. Tradução por Susana L. de Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. *Cultura da conexão*: criando valor e significado por meio da mídia propagável. Tradução de Patrícia Arnaud. São Paulo: Aleph, 2014.



KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001.

KELLNER, Douglas. “Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 104-131.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, ago. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072008000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 out. 2019.

MACHADO, Viviane Hasfeld. *Aprendendo sobre feminilidades e masculinidades no funk brasileiro*. 2015. 90 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense, Pelotas, 2015.

MARINHO, Maria Helena. A personalidade mais influente do Brasil é um YouTuber. *Think With Google*, set. 2017. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/advertising-channels/v%C3%ADdeo/personalidade-mais-influente-do-brasil-e-um-youtuber>. Acesso em: 06 abr. 2019.

MARTINEZ, Lucas da Silva. Lições e pedagogias culturais no YouTube endereçadas aos/às jovens: outras configurações da pedagogia no contemporâneo. 220 p. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PRATES, Camille Jacques. *O COMPLEXO W.I.T.C.H.: acionando a magia para formar garotinhas nas redes do consumo*. 2008. 197 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2008.

REDAÇÃO PRAGMATISMO. “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade”, diz Bolsonaro. *Pragmatismo Político*, [S. l.], 26 abr. 2019. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/04/jair-bolsonaro-brasil-paraiso-gay.html>. Acesso em: 08 out. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. Disponível em: <http://portal.seer.ufba.br/index.php/cadgendiiv>



SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica*. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

THINK WITH GOOGLE. Os youtubers brilham na tela dos jovens brasileiros. Mas, e na sua estratégia? *Think With Google*, out. 2016. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/advertising-channels/v%C3%ADdeo/youtubers-brilham-tela-dos-jovens-brasileiro>. Acesso em: 06 abr. 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a Educação*. 2. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.



Gender and Violence in discourse on YouTube

ABSTRACT: The objective of the study is to analyze and problematize some discourses addressed to women on YouTube, based on gender issues. From the theoretical lens of Cultural Studies in Education and Gender Studies, discursive fragments found in YouTube videos by youtubers Júlio Cocielo and Kéfera Buchmann were analyzed, observing in them a proliferation of discourses addressed to girls and women laden with gender violence. Women are exposed to different types of violence, discrimination, moral judgment, body control and behavior. The feminist movement and gender studies can be important allies to understand and discuss the impacts of these discourses on the construction of female identities.

KEYWORDS: Gender. Culture. YouTube. Violence. Speech.

Lucas da Silva MARTINEZ

Pedagogo, Especialista em Docência no Ensino Superior, Mestre e Doutor em Educação. Pesquisador Associado do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura. Professor de anos iniciais da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

Sueli SALVA

Pedagoga, Especialista em Dança, Mestre e Doutora em Educação, com estágio pós-doutoral pela UNIMI/Itália. Professora Associada da Universidade Federal de Santa Maria.

Recebido em: 22/01/2023

Aprovado em: 30/01/2024



ARTIGOS



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, *Universidade Federal de Pelotas*.

RESUMO. Esta escrita é parte de uma investigação realizada com mulheres idosas militantes feministas da cidade de Pelotas/RS, Brasil. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa que buscou conhecer o processo de construção do movimento feminista da cidade, a partir da abordagem metodológica advinda da pesquisa biográfica, tendo as narrativas das mulheres que participaram na época como principal ferramenta. Apostou-se na construção de um campo de pesquisa interdisciplinar e interseccional que permitiu, a partir do trabalho de coleta, sistematização e análise dos depoimentos, identificar as trajetórias de vida e militância das mulheres idosas participantes, constituindo diversas categorias de análise, como família, formação, trabalho e militância. Neste artigo traremos narrativas de sete mulheres participantes. Todas possuem atualmente mais de 60 anos de idade e tiveram atuações reconhecidas como importantes na construção do que hoje podemos chamar de movimento feminista na cidade. Nosso recorte para este texto se limita a desenvolver as categorias formação e trabalho; e militância no movimento social.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres idosas. Militância social. Narrativas. Movimento feminista.



Introdução

Este artigo é parte de uma pesquisa realizada com mulheres idosas militantes feministas na cidade de Pelotas, RS/Brasil, compreendendo essas mulheres como precursoras de um movimento político e democrático em prol das lutas das mulheres de seu tempo. O objetivo central foi investigar o processo de construção do movimento feminista local, tendo como ponto de partida as trajetórias de vida das mulheres que participaram ativamente dessa construção.

Tendo esses elementos como parâmetros inspiradores, construiu-se como metas nesta proposta de investigação: resgatar as trajetórias de vida das mulheres idosas participantes, buscando uma aproximação com as biografias, a partir de algumas categorias consideradas fundamentais como infância, família, formação, trabalho e militância social, entre outras; identificar os saberes das mulheres pesquisadas, o que significa buscar a compreensão dos seus próprios processos de formação e de vida; e promover a percepção das mulheres envolvidas de suas próprias trajetórias de formação, visando uma maior compreensão de suas vidas e do quanto suas experiências são constituidoras de suas trajetórias.

O processo de escolha das mulheres participantes da investigação teve como critério o fato de possuírem importantes trajetórias de vida, por se tratarem de mulheres atuantes, com caminhadas significativas e marcantes em várias áreas de conhecimento e profissões distintas, reconhecidas em suas comunidades de atuação. Todas as participantes têm sido indicadas por grupos e/ou pessoas atuantes em diversas áreas de conhecimento. Isso não significa que estejamos valorizando apenas trajetórias de destaque por menosprezarmos as trajetórias de pessoas comuns, muito pelo contrário, minha experiência como pesquisadora que coordena pesquisas que utilizam histórias de vida e auto(biografias) como ferramenta metodológica trouxe o aprendizado de valorizar os saberes e trajetórias de todas as pessoas. As ciências humanas e sociais há tempos tem ressignificado sua própria trajetória, que por muito tempo valorizou apenas as trajetórias dos 'iluminados', desenvolvendo metodologias que trazem à tona as vidas cotidianas descortinando, dessa forma, aspectos que estavam invisibilizados pela academia e, portanto, pela produção científica em geral, e também no campo das ciências humanas e sociais.

Delory-Momberger (2012) constrói uma perspectiva que nos parece ser bem adequada para se pensar o potencial das narrativas e como elas se constituem e se situam. Para ela, através das narrativas as pessoas



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

tornam-se os próprios personagens de suas vidas e dão a elas uma história, o que ela chama de *operação de configuração*. Dessa forma,

É a narrativa que constitui não somente o meio, mas o lugar dessa operação: a vida tem lugar na narrativa e tem lugar como história. O que dá forma ao vivido e à experiência dos homens são as narrativas que eles fazem desse vivido e dessa experiência. A narrativa não é, então, apenas o sistema simbólico de que os homens dispõem para exprimir o sentimento de sua existência: o narrativo é o lugar onde a existência humana toma forma, onde ela se elabora e se experimenta sob a forma de uma história. (DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 40).

Portanto, nessa perspectiva metodológica, o processo de investigação não trata simplesmente de descrever os elementos que compõem o objeto da pesquisa, mas de apreendê-los historicamente em seus processos, numa totalidade que não se reduz a uma descrição de sua composição, mas se refere a um todo significativo que apreende o objeto como expressão de sujeitos humanos em determinadas condições históricas. Nessa perspectiva, a biografia se refere ao conjunto de representações segundo as pessoas percebem sua existência.

Nesta escrita, primeiramente, é apresentado o universo da investigação, contextualizando a proposta. Na sequência são apresentadas algumas análises, feitas a partir das categorias propostas aqui, que são: formação e trabalho, e, ainda, militância no movimento social.

Situando o campo de realização da pesquisa

Para esta escrita utilizamos as narrativas de sete mulheres, com formações variadas e que atuaram em profissões diversas e, portanto, abrangendo diferentes áreas de conhecimento. O que possuem em comum é a importante atuação social em prol das lutas pelos direitos das mulheres. Cabe destacar aqui que, como se tratam de mulheres idosas, estas começaram suas atuações coletivas em um período em que as mulheres não eram incentivadas a participarem de movimentos sociais, nem sequer a desenvolverem uma carreira no mercado de trabalho formal, pois cabia a elas a atuação limitada aos espaços domésticos, em função do domínio do patriarcado, que separava os ambientes público e privado, alimentando a lógica do marido provedor e da esposa “do lar”. As pesquisadoras feministas Helena Hirata e Danièle Kergoat aprofundam



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

esse tema no conceito, desenvolvidos por elas, de *divisão sexual do trabalho*. Para Kergoat (2005) a divisão sexual do trabalho é

[...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc). (KERGOAT, 2003, p.55-56).

Em texto recente, Hirata e Kergoat retomam este conceito e reafirmam seu significado, dizendo que a divisão sexual do trabalho “tem por característica a atribuição prioritária das mulheres à esfera reprodutiva enquanto os homens são designados à esfera produtiva. Paralelamente, os homens captam as funções de forte valor social agregado - políticas, religiosas, militares etc.” (2020, p.23). Assim, as autoras reafirmam a importância da categoria trabalho nas análises sobre a sociedade contemporânea, mas problematizam a sua compreensão, quando denotam a necessidade de reconceituação dessa categoria, pois assim como reconhecem a centralidade do trabalho, afirmam a importância de trabalho incorporar o trabalho reprodutivo e o trabalho doméstico.

A economista espanhola Cristina Carrasco também problematiza o trabalho, defendendo a incorporação do trabalho reprodutivo nos estudos sobre o trabalho e nas estatísticas e análises econômicas. Critica o modelo do capitalismo econômico, que historicamente invisibiliza o trabalho doméstico, realizado majoritariamente por mulheres. Carrasco (2003) denuncia essa realidade e responde epistemologicamente com o paradigma da “sustentabilidade da vida humana”, onde propõe a construção de uma nova lógica no mundo do trabalho, que ressignifique os papéis tradicionalmente assumidos por homens e mulheres, sustentados historicamente pela lógica patriarcal – incorporando o trabalho reprodutivo na economia e na vida social.

Pelotas é um município situado ao sul do estado do Rio Grande do Sul / Brasil, sendo a quarta cidade mais populosa do estado. O município apresenta elevado índice de violência contra a mulher¹, se comparado a

¹ Ver dados, por ano, no site da Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 10 jul. 2021.



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

outras cidades do mesmo estado. Sobre Pelotas, também precisamos ponderar sobre outra faceta que atinge principalmente as mulheres: em pesquisa realizada pelo pesquisador Francisco Vargas (2017), foi constatada uma grande vulnerabilidade no mundo do trabalho, em que totalizaram mais de 62 mil pessoas no trabalho precário ou informal. Neste contexto, as dificuldades de uma cidade socialmente desigual levam a criação de espaços de enfrentamento, e é neste espaço, enquanto movimento social, que as mulheres deste estudo se inserem.

Por tudo isso, o trabalho foi uma categoria central na construção dessa pesquisa, mas não de forma isolada, mas articulada com outros elementos. Marcadores sociais variados foram presentes na pesquisa, o que nos atenta para a interseccionalidade do grupo, que foi composto por mulheres idosas (consideramos para a pesquisa mulheres com idades acima de 60 anos na ocasião das entrevistas) de diversos graus de escolaridade, brancas e negras, de classes sociais distintas e com diferentes constituições familiares. Portanto, consideramos importante atentarmos para a interseccionalidade² dos diversos marcadores sociais que, como sabemos, se entrelaçam na constituição das identidades de gênero e das representações sociais das mulheres. Dessa forma, nesta investigação não concebemos as mulheres enquanto seres universais, mas seres múltiplos, compostas de inúmeros atravessamentos interseccionais que nos constituem enquanto sujeitos.

A seguir, apresentamos alguns resultados da pesquisa, separados em suas respectivas categorias de análise. Embora se considerasse que a experiência investigativa com o campo de estudos do projeto pudessem já adiantar algumas categorias, elas não foram elaboradas a priori, mas foram sendo construídas ao longo da pesquisa, a partir das memórias que foram aflorando nas narrativas, fato comum com pesquisas qualitativas que fazem uso de metodologias biográficas. Importante afirmar também que se considerou as categorias sempre de forma interseccional. Isso fez com que as mesmas não se construíram de forma isoladas e separadas entre si. Muito pelo contrário, as categorias se interconectam e entrelaçam a todo momento, portanto, a separação que foi feita aqui ocorreu apenas para fins de organização didática da análise feita, na leitura é possível perceber as conexões entre as categorias.

² Sobre o conceito de interseccionalidade, este advém do feminismo negro, partindo da elaboração da jurista negra norte-americana Kimberlé Crenshaw. Aqui no Brasil o conceito tem sido desenvolvido por mulheres feministas negras. Destacamos aqui o livro de Carla Akotirene (2018).



Sobre o trabalho das mulheres participantes: a feminização das profissões

Importante destacar que todas as mulheres participantes da pesquisa desenvolveram uma profissão e atuaram durante a vida no mercado de trabalho formal, atualmente estando aposentadas. Atuaram em diversas áreas e tiveram profissões distintas, como na área da saúde, trabalhadora doméstica, bibliotecária, assistente social e professoras.

Algo que apareceu durante a pesquisa e que não tinha sido elaborado como critério e não se imaginava que iria acontecer, foi o fato de que surpreendeu a grande presença de professoras entre as participantes. Embora com formação variada, várias atuaram na docência, em diferentes níveis de ensino, desde o ensino fundamental até o nível superior, o que trouxe uma grande hegemonia da profissão docente sobre as demais.

Impossível se pensar na docência sem se perceber a feminização desta profissão, historicamente constituída enquanto espaço profissional de mulheres, especialmente nas séries iniciais. Diversos estudos e pesquisas sobre esse tema já foram desenvolvidos no país, a ponto da feminização da docência se constituir num campo de estudos importante que perpassa, inclusive, a formação docente, especialmente das docentes das séries iniciais. A coordenadora desta pesquisa, atua na docência no curso de Pedagogia, onde ministra, há mais de uma década, uma disciplina obrigatória do currículo que trata da relação entre o feminino e a docência, pois se reconhece a influência interseccional desses dois elementos e a importância destes na formação da identidade e do status profissional da professora pedagoga.

No entanto, no que se refere a constituição da profissão, os estudos nos mostram que a docência foi uma possibilidade de emancipação para as mulheres, permitindo sua inserção no mercado de trabalho. Se, de um lado, poderíamos fazer uma crítica sobre sua inserção nesta profissão estar vinculada a infância e aos cuidados com as crianças, reforçando os papéis tradicionais de gênero, por outro lado, podemos dizer que foi o espaço concedido e aceito socialmente para as mulheres, e isso pode ter ajudado a sua inserção e presença no mercado de trabalho formal.

Dessa forma, conforme Hypólito,



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

O processo de feminização do magistério é um processo que coincide com o processo de transformação do trabalho docente em trabalho assalariado, controlado pelo Estado, submetido a formas de controle externas ao próprio processo de trabalho, retirando das professoras e dos professores formas autônomas de controle sobre o que e como ensinar. O processo de racionalização e parcelamento do trabalho docente é simultâneo à transformação desse trabalho em trabalho feminino (2020, p.88).

Portanto, as relações entre o masculino e o feminino na docência devem ser entendidas enquanto relações mais amplas da sociedade capitalista, assentadas no patriarcado. No entanto, o autor alerta para o fato de que não devemos compreender o patriarcado enquanto relações de poder sempre de dominação dos homens sobre as mulheres, considerando as mulheres como sempre vítimas inertes e passivas pois, ao mesmo tempo as mulheres professoras pertencem a uma profissão que reforça os aspectos opressivos da condição feminina, também ocupam um lugar no espaço público, que antes era totalmente ocupado por homens, tendo acesso à educação e construindo formas de participação política e culturais mais amplas, como direito ao voto, participação em entidades sindicais, etc. Assim, é correto pensarmos que o ingresso das mulheres na docência não ocorreu somente por interesses do capital (embora isso não possa ser descartado), mas devemos considerar que também ocorreu porque a docência foi uma opção possível e viável (considerando-se os recortes de classe, pois não era viável para todas as mulheres) de emancipação feminina.

Assim, as professoras aposentadas que participaram dessa investigação são mulheres que atuaram em um espaço onde foi permitido para elas. Foi possível perceber em suas narrativas que o fato de suas famílias de origem serem, na maioria, de classe média, foi fundamental para que pudessem estudar. Também ficou claro que se envolveram com a docência porque foi a oportunidade que tiveram, não havendo grandes opções para elas na época. Uma das depoentes, a mais idosa de todas as participantes, estando com mais de 80 anos de idade no momento da entrevista (realizada em 2018), quando narrou sobre o seu ingresso enquanto estudante no curso Normal (relativo ao magistério atual) e mais tarde o seu ingresso como docente alfabetizadora nas séries iniciais, simplesmente afirmou: *“fiz o que era possível naquela época”*.

Importante dizer que as outras profissões das participantes também se constituíram em profissões muito marcadas pelo feminino,



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

sendo profissões ligadas ao cuidado, como a de assistente social e a de empregada doméstica, constituídas até hoje como profissões majoritariamente ocupadas por mulheres. No entanto, no que se refere às mulheres participantes dessa investigação, os depoimentos mostraram importantes trajetórias no espaço público, além das atuações profissionais. As mulheres participantes atuaram em diversos espaços de organização coletiva, como sindicatos, comunidades religiosas, partidos políticos e movimento estudantil. Trata-se de mulheres que se aproximaram das pautas feministas a partir de suas atuações nestes espaços, reconhecendo neles a origem de suas trajetórias no movimento feminista.

Portanto, não é exagero afirmar que seus trabalhos profissionais foram importantes, mas não fundamentais. Foi visível, em seus depoimentos, a importância que dão às suas experiências nesses outros espaços coletivos, reconhecendo neles a militância³ que viveram.

De forma geral, as participantes pouco narraram sobre suas experiências docentes nos depoimentos. Pareceram estar mais interessadas em abordar o feminismo e resgatar suas trajetórias de militância neste âmbito. Se pensarmos o período da juventude dessas mulheres, entre as décadas de 60 e 70 do século passado, haviam pautas bem fortes e pesadas para elas e que se mostravam muito mais desafiadoras, como o combate a ditadura e a luta pela democracia, o combate à violência contra as mulheres, a luta antirracista, a luta por empregos para as mulheres e por igualdades no mundo do trabalho, entre outras. No entanto, alguns trechos das narrativas apontam para o reconhecimento do espaço da escola como um lugar de possibilidades na abordagem da temática de gênero, mas não o único.

Ana, 72 anos de idade no momento da entrevista, uma das participantes da pesquisa, professora de língua portuguesa, aposentada da rede estadual de ensino e sindicalista, sobre o espaço da escola enquanto lugar de formação sobre o feminismo, disse:

Na escola dá pra fazer muita coisa... Eu conseguia, eu fazia, até nós tínhamos um grupo tão interessante na época, que nós tínhamos um grupo de professoras de português. E nós resolvemos, éramos quatro,

³ Embora reconheça a importância do termo *ativista* para denominar as mulheres feministas hoje, especialmente as atuantes nos movimentos sociais feministas contemporâneos, utilizarei aqui o termo *militante*, pois foi desta forma que as mulheres idosas pesquisadas se identificaram. Inclusive uma delas se pronunciou sobre ativismo, estabelecendo um distanciamento desse conceito e uma crítica a este.



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

cinco professoras, nós resolvemos fazer junto com matemática, com história, tentamos fazer um trabalho - já havia essa proposta do MEC - que a gente pudesse trabalharmos juntos toda construção, a língua portuguesa, a história, enfim, todo o processo do conteúdo, o famoso conteúdo que a gente tinha é, a gente trabalhava o conteúdo universal entre nós, fizemos um trabalho muito interessante... mas depois sabe, professor é transferido, sai, aí muda de direção, e isso desestrutura o trabalho. Nós fazíamos essa luta também de ocupação de espaço da escola, a ocupação de espaços junto com os professores e com os alunos, como também fazendo esse tipo de trabalho nos próprios movimentos sociais. A gente não ficava em casa na época quando tinha greve, a gente ia pra escola e fazia os debates, juntava um grupão, tal hora vai ter a reunião da greve, dali nós tirávamos os encaminhamentos, mas fazíamos também o aprofundamento da questão política... ah, era maravilhoso, porque era um tempo de luta mesmo né, a década de oitenta e noventa nos trouxe assim coisas muito produtivas dentro da educação, foi muito lindo trabalhar nesse período [*risos*]. [Ana, 2017]

Nara, 60 anos de idade, outra participante, também professora aposentada há pouco tempo (recentemente na época da entrevista) da rede estadual de ensino, resgata a escola em sua narrativa, mas faz uma crítica sobre o espaço escolar na constituição das diferenças de gênero. Sobre a escola na época em que atuava, disse em seu depoimento:

Assim... a educação era organizada: era excludente. No primeiro ano todo mundo entra, meninas e meninos. Até um número um pouco maior de meninos, na verdade, no bimestre inicial, um número maior de meninos. Mas também não é tão significativo assim. Mas isso vai afunilando, né. Os meninos vão sendo jogados mais cedo no mercado de trabalho e a menina negra também, muito no trabalho doméstico, vai sendo excluída. Vai do fundamental, onde se vê mais brancos, pessoas com mais condições econômicas, do que negros ou mais pobres. O movimento tem usado muito a questão... Todos os debates sobre tem que ter a questão de gênero das mulheres, de forma interseccional. Não pode priorizar um polo... Isso é um debate que a gente tem que aprofundar no movimento... [Nara, 2018]

Nara aponta para a importância de se utilizar diversos marcadores sociais da diferença, de forma interseccional, na abordagem de gênero. Ela demonstra perceber que existem diversos elementos que colocam as pessoas em condições diferentes na sociedade e, mais do que isso, percebe que a escola muitas vezes reproduz as diferenças e amplia a exclusão.



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

Algumas mulheres pobres, oriundas das classes populares, conseguiram na docência a possibilidade do exercício de uma profissão, em uma época que não era exigido a formação superior para a docência, especialmente com crianças, nas séries iniciais. Assim, mesmo com baixa escolaridade, algumas das mulheres idosas que participaram dessa pesquisa foram professoras, tendo neste campo profissional uma possibilidade de emancipação financeira e acolhimento profissional, podendo atuar em algo que era possível e permitido às mulheres naquela época. Esse foi o contexto de Laura (81 anos de idade no momento da entrevista), a mulher mais idosa que participou dessa pesquisa. Morando sozinha e muito independente, nos recebeu em sua residência, onde ostenta nas paredes de sua casa murais grandes contendo diversas fotografias de momentos de sua militância política e social, no que ela denominou “movimento de mulheres”. Laura foi professora de escolas municipais, atuando nas séries iniciais do ensino fundamental. Oriunda de uma família extensa de 8 filhos, sua mãe foi costureira e seu pai charqueador⁴. Conseguiu estudar até o ginásio e isso possibilitou que fosse professora.

A perspectiva da interseccionalidade permitiu que se incorporasse a raça/etnia como marcador social na análise dos dados. Especialmente no caso de Vera, única mulher negra das sete participantes descritas aqui. Vera foi a única que não conseguiu prosseguir nos estudos, sendo oriunda de uma família muito pobre, que passou por inúmeras dificuldades financeiras. Vera atuou como empregada doméstica, onde se tornou liderança sindical, tendo longa e importante atuação de destaque nessa área. De lá se deu sua aproximação em um partido político, no qual atua até hoje. Foram essas duas experiências que aproximaram Vera da pauta feminista.

Embora Vera não seja a única participante da pesquisa oriunda das classes populares, é visível que sua trajetória foi a mais difícil, a ponto de evadir da escola, situação que as demais não chegaram a viver. Isso nos mostra a dimensão do racismo na nossa sociedade. Reconhecemos que a profissão de doméstica deve ser valorizada e respeitada como todas as outras, no entanto, sabemos que esta recebe menor status social e, o que é mais grave, salários menores.

⁴ Trabalhador das charqueadas do município. A cidade de Pelotas tem sua trajetória histórica vinculada à produção do charque, processo manual de conservação da carne que utilizava o sal e a secagem. Este processo era muito utilizado antes do advento do advento da refrigeração elétrica, que veio a substituir esse tipo de produção mais manual. Pelotas teve diversas charqueadas, onde a maioria utilizava mão de obra escrava.



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

Na sequência se abordará temas mais diretamente ligados as trajetórias militantes das participantes, onde diversos aspectos das histórias de vida e das memórias das participantes se entrelaçam e se somam.

Sobre a militância no movimento social: a diversidade dos espaços de formação coletiva

A trajetória do movimento feminista mundial é conhecida pela metáfora das denominadas “ondas do feminismo”⁵. Podemos dizer que a primeira onda foi caracterizada pela reivindicação, por parte das mulheres, de diversos direitos que já estavam sendo debatidos e, inclusive, conquistados por homens de seu tempo. A sociedade do século XIX e na virada para o século XX era industrial, urbana, positivista, cientificista, acadêmica e economicamente liberal, tipicamente capitalista. Mas também foi no século XIX que nasceu o socialismo, enquanto grande teoria questionadora do capitalismo, e que tem como pauta a luta por direitos dos operários, a luta por maior participação política e popular, etc., mas nada disso incluía diretamente as mulheres.

As mulheres que reivindicavam o direito ao voto (as *suffragettes* nos EUA) — apesar de serem subordinadas de seus maridos ou pais, não eram sua propriedade institucional e jurídica, diferente das mulheres negras estadunidenses. No entanto, é importante ressaltar que houve um feminismo de primeira onda que, além de lutar por esses direitos políticos, lutou por algo ainda mais básico: a abolição da escravidão, e aqui salienta-se o papel de Sojourner Truth⁶.

Mulheres negras feministas sempre existiram, desde a primeira onda, e justamente por serem negras analisavam sua condição enquanto mulheres também sob o prisma do racismo. A “interseccionalidade” não foi, portanto, uma novidade da terceira onda. Aliás, as mulheres brancas estadunidenses não demoraram a reagir contra o movimento

⁵ Para saber mais, sugerimos ler ZIBEL, Ilze. 2020. Ondas do feminismo. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*. v.7, n.4, 2021, p.10-31. <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/> (Acessado em 02 jun.2021).

⁶ Sojourner Truth (1797 – 1883) foi o nome adotado, a partir de 1843, por Isabella Baumfree, uma abolicionista afro-americana e ativista dos direitos da mulher. Truth nasceu escrava em Swartekill, Nova York. Seu discurso mais conhecido, “Não sou uma mulher?”, foi pronunciado em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio. (Para ver mais <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>).



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

abolicionista, alegando, basicamente, que o ganho da liberdade por parte dos homens negros resultaria em perda de direito para elas, mulheres brancas. Então, ao mesmo tempo que lutavam por direitos para si mesmas, algumas participavam de grupos ultrarracistas como o *ku klux klan*, por exemplo. O que explica muita coisa em termos da desconfiança do feminismo negro com a branquitude feminista. As mulheres defendiam que homens e mulheres, por serem iguais, deveriam ter oportunidades também iguais - de estudos, de trabalho, de participação política, etc. Assim, tem-se aqui um feminismo que possui a igualdade como principal bandeira.

No entanto, simultaneamente às ideias liberais, também havia mulheres incorporando a questão feminina às ideias e teorias socialistas/marxistas — como a russa Alexandra Kollontai, a anarquista estadunidense Emma Goldman, e a alemã Rosa Luxemburgo. Elas tinham em comum a construção de análises que levam em consideração a classe social.

A segunda onda tem seu início em meados dos anos 50 do século XX e se estende até meados dos anos 90. Foi nessa época que iniciou uma série de estudos focados na condição da mulher, onde começou-se a construir uma base teórica sobre a opressão feminina. Foi um movimento que teve seu início (e sua fase mais ativa) nas décadas de 60 e de 70, pois toda a movimentação feminista daquela época foi pautada na teoria que versa sobre a nossa condição de exploradas por conta do sexo e das funções reprodutivas. Isso pautou a segunda onda, que se caracterizou por uma fase de luta por direitos reprodutivos e acerca da sexualidade. É aqui que começa a distinção entre sexo e gênero, sendo que aquele passa a ser entendido como uma característica biológica; e este como uma construção social, formando um conjunto de características de cada pessoa.

Uma das características das feministas desse período era a conscientização das mulheres por meio de atividades coletivas, possibilitando e favorecendo o empoderamento das mulheres enquanto coletividade. Em termos de teoria, as feministas da segunda onda buscaram identificar a origem da opressão feminina. A resposta é o próprio sexo, a própria capacidade reprodutiva, pois a mulher sempre esteve atrelada, tanto social como economicamente, ao seu aspecto reprodutivo, e o patriarcado, aliado ao capitalismo, consiste na exploração dessa capacidade. Assim, percebemos uma forte influência do pensamento marxista no feminismo da segunda onda.



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

Apesar disso, a maioria das autoras e das militantes feministas ainda eram brancas (e, muitas vezes, pertencentes a classes sociais mais altas), o que gerava análises consideradas incompletas para outros grupos de mulheres, que reivindicavam que suas características também fossem contempladas, pois entendiam que as diferenças existentes entre mulheres (de classe, raça/etnia e sexualidade, principalmente), eram decisivas e constitutivas de suas experiências e de sua opressão. É nesse cenário que o feminismo negro cresce enquanto movimento pois, ao mesmo tempo em que as feministas negras denunciavam o feminismo branco, por ignorar sua existência, também se fortalecia a procura pela ancestralidade, para o fortalecimento da própria identidade negra. Dessa forma, também se reconhece que houve crescimento de outros movimentos, como os movimentos LGBT's — , processo que culminou na emergência da terceira onda.

Como sabemos, os anos 90 foram marcados por profundas mudanças, especialmente nos campos político e econômico. Tivemos o fim da União Soviética e a queda do muro de Berlim. As ditaduras na América Latina se encerravam, enquanto o neoliberalismo, o individualismo e o consumismo se espalhavam pelo mundo. Nesse contexto a internet e as redes sociais crescem e se espalham vertiginosamente em termos de comunicação, e o feminismo não demorou a invadi-la também. A terceira onda se desenvolve imersa neste contexto de profundas mudanças.

Em 1989, Kimberlé Creenshaw introduziu o conceito de interseccionalidade enquanto uma ferramenta para que mulheres atingidas por vários tipos diferentes de opressão (raça, classe, sexualidade) pudessem analisar sua condição. Ainda no final da segunda onda o feminismo identitário começou a se fortalecer, mas agora o feminismo da terceira onda aprofunda a ideia de reconhecer as diferentes variedades e experiências de mulheres, evitando universalizá-las.

Se a segunda onda tinha como proposta teórica o entendimento das estruturas macro que oprimiam as mulheres, assim como suas origens e as relações de poder intrínsecas a essas estruturas e instituições; a terceira onda é pós-estruturalista e não acredita em significados fixos ou intrínsecos a palavras, símbolos ou instituições, buscando, antes, estudar performances dentro de contingências. Tanto gênero quanto categorias biológicas seriam construções sociais, pois fruto de pensamento enviesado pelo olhar masculino. O grande denominador comum aos movimentos de terceira onda é a busca pela destruição de pensamentos



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

fixos e a crítica às prévias narrativas de liberação e de vitimização, características da segunda e da primeira onda. É importante ressaltar que a terceira onda, de forma geral, rejeita as tentativas de identificação de objetivos comuns, gerais, padronizados, e não se reconhece enquanto um movimento coletivo. Dessa forma, o conceito de feminismo se individualiza e, concomitante a isso, se torna mais apropriado pelo capitalismo que é, por si só, individualista.

A “liberdade de escolha” individual de cada mulher passa a ser defendida, com o enfraquecimento de pautas mais coletivas da segunda onda, como a luta contra a prostituição, por exemplo. A prostituição e a pornografia deixaram de ser compreendidas como violência para serem estudadas no campo da sexualidade, inclusive vistas enquanto possibilidades de libertação. É no período da terceira onda que Judith Butler desenvolve, em sua tese de doutorado denominada Problemas de Gênero (1990), sua teoria de gênero enquanto performatividade, rompendo com o paradigma da divisão entre sexo e gênero. Assim, se constrói a vertente teórica *queer*, que se desenvolveria mais profundamente ao longo da década de 90.

Setores já afirmam existir uma quarta onda do feminismo, caracterizada principalmente pelo uso maciço das redes sociais para conscientização e divulgação dos ideais feministas. Apesar de não haver uma coesão teórica mais uniforme, são salientadas pautas frequentes da contemporaneidade, como a cultura do estupro, os abusos vivenciados no ambiente de trabalho e nas universidades, todos eles somados à uma forte postura de denúncia e de recusa ao silenciamento e a aceitação. A palavra-chave da quarta onda é “liberdade”, deixando dúvidas sobre esse significado, pois sabemos que esse termo carrega forte apelo político, e tem sido muito atrelado ao modelo de capitalismo neoliberal.

Em nível nacional, podemos dizer que o movimento feminista brasileiro teve suas origens mais presentes a partir da década de 60, especialmente assumindo a pauta de luta pela democracia e combate à ditadura militar. As pautas mais amplas do feminismo a nível internacional de certa forma também chegavam até aqui, mas não de forma muito contundente e que sustentassem um movimento social mais amplo. No entanto, houveram mulheres brasileiras com atuações importantes, aliadas às pautas internacionais. Aqui no país também se lutou pelo voto feminino e por maior participação das mulheres na vida política, por maior inserção das mulheres no mundo do trabalho, pautas



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

que, inclusive, ainda se mantêm, embora de forma ressignificada e atualizadas no tempo.

Nara⁷, uma das participantes dessa investigação, advogada e professora aposentada, com 60 anos de idade na época da entrevista, se referiu sobre a trajetória histórica das lutas feministas. O trecho a seguir mostra isso, quando afirmou que,

As primeiras militantes, lá as sufragistas, as mulheres que lutaram pela educação no Brasil, eram mulheres de elite. Esse é um componente que não tem como se negar, e eu até entendo que pra nós é natural. Quem é que tinha acesso à informação, à cultura, quem que tinha condições financeiras de cursar? ... A Bertha Lutz, mesmo, foi estudar na Europa. Aquela outra, que também é bastante conhecida, uma das primeiras, Dionísia, uma baiana... É uma mulher que era de família que tinha uma condição financeira boa. Claro, que tinham oportunidade. As trabalhadoras, as mulheres analfabetas, e que não tem essa oportunidade, a vida era muito mais difícil pra elas. Então, o movimento feminista brasileiro, acredito que no mundo inteiro, na verdade, ele tem esse forte componente inicial que é mais elitizado, é de mulheres que tiveram oportunidades que a maioria não teve. Agora, não pode desmerecer isso, porque tinha um contexto sócio cultural no qual elas viviam e elas não se frustravam também em apoiar as outras mulheres, né. Então, acho que as mulheres militantes na causa do voto, o sufrágio feminino, e na própria educação buscavam melhorar, inclusive, a questão da república... Aliás, antes disso, contra a escravidão e foram abolicionistas. Então, esse valor a gente tem que reconhecer. [Nara, 2018]

O Brasil enfrentava tempos difíceis de ditadura militar, autoritarismo político e ampliação da violência, especialmente contra as mulheres. Em tempos que não havia proteção legal - como a Lei Maria da Penha - e que as leis em vigor na época ainda legitimavam casos de violência doméstica – como os crimes em “defensa da honra”, reforçando as relações de poder advindas do patriarcado, as pautas feministas no país estavam mais vinculadas a retomada da democracia e ao combate a violência⁸.

Pelotas foi um exemplo de cidade brasileira que vivenciou fortemente este contexto, pois estas pautas foram fundadoras do

⁷ Para identificar as participantes da pesquisa foram utilizados nomes fictícios, de forma a garantir o anonimato das mesmas.

⁸ Para entender melhor o contexto do surgimento do movimento feminista brasileiro, ler Pinto (2013) e/ou Teles (2017). As referências completas encontram-se no final deste artigo.



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

movimento feminista na cidade, mesmo que naquela época não se utilizasse esse nome. Entre os anos 80 e início dos anos 90 tiveram origem na cidade de Pelotas dois grupos constituídos por mulheres que atuavam coletivamente contra a pobreza e a violência doméstica e que se encontram em atividade até a atualidade: o Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas (GAMP) e a União Brasileira de Mulheres (UBM), seccional Pelotas. Estes grupos tinham em comum a busca da inclusão de mulheres na política e em processos de tomada de decisões, em prol de uma emancipação feminina, mas suas pautas principais eram a luta contra a violência de gênero, especialmente a violência doméstica. Também neste mesmo período tivemos a criação do Conselho Municipal da Mulher e da Casa de Acolhida, enquanto instituições destinadas a proteger as mulheres vítimas de violência.

Pelotas presenciou um feminicídio (assassinato, utilizando-se a nomenclatura da época) que marcou a trajetória da abordagem do tema da violência doméstica na cidade e alavancou fortemente a construção do movimento feminista, criando uma rede forte de atuação das mulheres do município.

No ano de 1988 a servidora municipal e estudante universitária Luciety Mascarenhas Saraiva foi assassinada pelo ex-namorado. Foi comprovado que o feminicídio foi premeditado. Esse acontecimento teve grande repercussão na época e gerou grande revolta popular na cidade, especialmente nas mulheres. Pensamos que este fato tenha sido um grande impulsionador da construção de um movimento coletivo de mulheres que, em um primeiro momento, lutou para que fosse feita justiça neste caso, mas que manteve um fôlego que repercutiu na ampliação das pautas das mulheres e que fundou o movimento feminista na cidade.

Para isso, teve papel fundamental a mãe da Luciety, Jurema Mascarenhas Saraiva, que se organizou coletivamente com outras mulheres para condenar o assassino da filha. Esse episódio foi fundamental para a organização coletiva do grupo que mais tarde fundaria o Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas - Gamp, grupo feminista mais antigo e duradouro da cidade. Jurema se inseriu e atuou na construção do movimento feminista na cidade. Lutou até o fim da vida para que nenhuma mãe chorasse como ela a morte de uma filha por falta de um espaço adequado onde pudesse se abrigar e se proteger de homens violentos e assassinos.



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

A atuação do GAMP tem sido, ao longo de quase três décadas de fundação, fundamental para a criação e a manutenção de diversos espaços institucionalizados de orientação, acolhimento e proteção das mulheres vítimas de violência na cidade. O GAMP é reconhecido por sua atuação na fundação da Casa Luciety (homenagem a filha de Jurema a vítima de feminicídio na década de 80), casa de acolhimento para as mulheres vítimas de violência na cidade. A Casa de Acolhida Luciety para mulheres vítimas de violência foi prevista em artigo aprovado na Lei Orgânica do município de Pelotas-RS, em 1989, e foi regulamentada em lei ordinária em 1992 (Lei 3494/92). Só foi inaugurada dez anos depois, fruto de um esforço enorme do movimento organizado de mulheres do município, em 2002, numa parceria entre Estado, União e Prefeitura. O Estado entrou com o terreno e construção, a União com móveis e equipamentos e o Município com a administração, o funcionamento e a manutenção. Dessa forma, a pauta da luta contra a violência foi se constituindo como um elemento fundamental e alavancador da construção coletiva de grupos feministas (ou, atualizando para a compreensão hegemônica da época, femininos). Nas narrativas das mulheres idosas participantes desta pesquisa este contexto aparece de forma bem forte nas trajetórias de vida delas.

Nara começou sua militância política e social quando cursava a Universidade, no curso de Direito. Embora reconheça na sua família de origem a importância do incentivo para a sensibilidade e o olhar atento para as causas sociais e para as temáticas políticas, foi na sua formação de estudante, especialmente na universidade, que aflorou para a militância política mesmo, primeiro no movimento estudantil e, logo em seguida, no partido político. Sobre esse contexto, Nara disse:

Ingressei na universidade em 79, na década de 70... A nossa preocupação era o combate à ditadura instaurada no Brasil. A pauta do partido, do grupo com o qual eu militava, era uma pauta generalista, no sentido de... bom... nós temos que garantir a democracia... nós tínhamos aquele processo... e questionamentos. Eu me afeiçoei à tese de que era importante, naquele momento, lutar pela restauração da democracia. A luta feminista, ela veio num segundo momento, quando era possível... Era... paralela, por assim dizer. Mas, a preocupação não era com o corpo, não era discutir a sexualidade, não era a questão do aborto, no grupo pelo qual eu lutava. [...] Eu era do PCB, era clandestino. Trabalhei de forma clandestina, assim. Lutei de forma clandestina. Tinha lá o meu codinome, se reunia com companheiras. [Nara, 2018]



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

Sobre pautas feministas, mais voltadas especificamente às mulheres, Nara afirmou:

Aí sim, pra debater a pauta específica, nós debatíamos que sem democracia não era possível se promover o direito das mulheres. Até porque no estado ditatorial que se vivia, né, num estado de discriminação e de opressão, a mulher, mais uma vez, sofre, né. Sofre de forma dupla, pela política propriamente dita, e pela questão específica da mulher, em que a mulher não é considerada, né. Então, nós debatíamos essa pauta específica, e qual era a decisão do coletivo? Olha, vamos participar do movimento social. Não podemos só esperar que nosso partido seja legalizado, ou que a gente instaure, retome a democracia. A gente precisa ter essa militância. Então, nós éramos várias lutas: de grupo estudantil, de mulheres nos sindicatos, pois tínhamos uma forte inserção nos sindicatos. E, a partir daí, amizades dentro dos sindicatos, do Simp⁹, dos professores municipais, é que eu acabei sendo convidada por uma companheira a participar. [Nara, 2018]

A participante Maria teve sua formação militante vinculada a sua atuação no movimento estudantil e a sua filiação partidária no Partido Comunista do Brasil (PC do B). Atualmente é professora universitária aposentada e continua militando no mesmo partido político no qual se filiou na sua juventude. É uma liderança conhecida na cidade como uma referência, tanto do seu partido político como também do movimento feminista. Maria reconhece o protagonismo de várias outras mulheres e de outros grupos na construção do movimento feminista em Pelotas e que, cada uma a sua maneira e leitura de mundo contribuíram nessa construção, considerando que o movimento necessita de muitas frentes de atuação. O trecho a seguir, parte de sua narrativa, mostra bem esse aspecto.

[...] nós temos conquistas aqui em Pelotas importantíssimas, graças ao movimento de mulheres, graças a pessoas como a Z., como a E. C., a M., várias dessas meninas, têm várias conquistas, J. que participava do GAMP, conquistas que são importantíssimas, tu ter um Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência é importante, tudo

⁹ Sindicato dos professores do município.



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

são coisas que foram o resultado da luta das mulheres na cidade [Maria, 2017].

Já Ana foi professora do ensino básico da rede estadual de ensino e participa ativamente, desde sua juventude, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica e, quando atuava na docência, participava ativamente também no sindicato das/os professoras/es (CPERS) do estado do Rio Grande do Sul, se constituindo em uma liderança sindical. Também dedicou-se à militância política partidária e atualmente está aposentada da docência e possuía 72 anos no momento da entrevista, realizada em 2017.

Ana possui uma trajetória de militância social muito forte e que foi se construindo em variados espaços. Começou sua atuação nas comunidades de base da Igreja Católica, mas parece que foi no sindicato de professores que, a longo de sua vida no mundo do trabalho, enquanto professora, mergulhou de forma mais politizada nas pautas feministas, pois se envolveu fortemente com o sindicato docente, sendo liderança sindical durante um bom tempo. Também atuou como militante em seu partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT), mas reconheceu que, embora já houvesse discussões de gênero no partido, a maioria das lideranças eram formadas por homens e isso, no momento das definições, de certa forma diminuía as discussões das mulheres do partido. O sindicato docente, na opinião de Ana por ser uma categoria formada por mulheres, recebiam e acolhiam com mais receptividade as pautas das mulheres.

Atualmente, estando aposentada, houve um distanciamento da sua vivência no sindicato, mas afirmou manter sua filiação no PT, embora tenha se distanciado da militância política, justificando isso em função de ter sido acometida de câncer e estar há dois anos em tratamento. No entanto, continua atuando na comunidade religiosa que participa, inclusive atuando com as mulheres da comunidade¹⁰, onde coordena atividades de orientação, formação e realiza oficinas de temas variados com as mulheres participantes, com forte teor emancipatório com o grupo. Ana atua também na Cáritas Arquidiocesana, fazendo parte da sua diretoria. Sobre o trabalho realizado com as mulheres na comunidade católica comentou:

¹⁰ Inclusive a entrevista de Ana foi realizada na sede da comunidade católica em que atua, localizada na periferia da cidade.



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

Eu trabalho aqui com as mulheres a promoção pessoal, até individual, elas fazem crochê, tricô, nós damos apoio assim, elas precisam de qualquer informação ou da rede de proteção... A gente sabe como elas estão desinformadas, então conosco elas têm esse acesso, e elas confidenciam problemas, a gente procura ajudar nesse sentido, nós também temos um lado religioso, nós fazemos leituras evangélicas, fazemos reflexão sobre o evangelho e na verdade a gente procura fazer com que elas tenham uma construção pessoal e coletiva. Incentivamos a participação, temos uma associação aqui, de vez em quando nós temos cursos, encontros, agora em março já temos, já marcamos com o Conselho da Mulher um encontro pra retomar de novo uma formação sobre a Rede de Proteção, fazer uma discussão política do contexto que nós estamos, contexto político que a gente tá hoje, e a gente procura assim né, trabalhar a humanização, enfim esclarecer, ajudar nesse sentido e se faz também trabalhos em que elas, por exemplo, fizemos o brechó e elas repartem o lucro entre elas, elas fazem os trabalhos e se faz feirinha, se vende e se reparte, é tudo feito de forma solidária [...]. Nós aqui, nós fazemos formação também, uma vez por mês nós temos um encontro que é do debate, por exemplo, “o que é capitalismo?” Ai fazemos um trabalho sobre o que que faz conosco o capitalismo né, agora nós temos a segunda etapa, a cada mês fazemos, na segunda etapa nós vamos ver como nós estamos vivendo isso né, a gente traz os exemplos, a gente faz trabalhos em grupos, enfim dinâmicas, e a gente vai tentando dessa forma emancipar as pessoas, empoderar como diz esse termo que se usa, tentando empoderar as mulheres, ajudando nesse processo, nessa discussão [Ana, 2017].

Quando perguntada sobre onde ela reconhece que tenha ocorrido a sua formação na temática específica de gênero, Ana em sua narrativa reconheceu que

Na verdade não foi na escola, na verdade foi aqui, aqui [se referindo na comunidade católica onde foi feita a entrevista] e o sindicato também promoveu durante um tempo encontro com mulheres, ele fazia a formação e foi bem construída em todo o Estado, se fazia encontros de formação de mulheres, de capacitadoras que iam para os espaços das periferias depois, as capacitadoras. E aqui nós fizemos muita formação numa associação que tem aqui perto, na verdade foi nesse espaço aqui que eu trabalhei esse lado feminista. [Ana, 2017].

Ana reconhece que fazer o diálogo entre temas feministas e a Igreja é um desafio.



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

[...] é complicadíssimo, eu estou discutindo com algumas pessoas, conversando com pessoas da igreja sobre isso, com mulheres também, é complicado porque a igreja tradicional fecha o diálogo, a igreja digamos onde eu estou abre o diálogo, mas de forma geral é delicadíssimo dentro da igreja, é delicado tocar no assunto e a gente as vezes tem que provocar porque isso é importante, a gente não é uma ilha, ao nosso redor nós temos uma sociedade [...]. [Ana, 2017].

Sofia é funcionária pública aposentada, trabalhou como assistente social em diversas cidades do estado, principalmente com jovens em situação de vulnerabilidade social e, assim como Ana, participa das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica. Também participou do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres e do Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas - GAMP. Pareceu ter uma presença mais intimista no movimento, se comparada as outras participantes da pesquisa. No entanto, sua atuação não foi menos importante na construção do movimento feminista na cidade, pois tem feito um importante trabalho de organização documental sobre os organismos feministas da cidade. Sobre sua própria trajetória, narrou:

Prefiro ficar mais atrás das cortinas, sou muito organizada, né? Então prefiro a organização de documentos e atas, tenho tudo organizado por data, e acho que isso é muito importante, se precisamos comprovar alguma coisa tenho os registros. Também fizemos um texto para quem vai na mídia dar entrevista sobre o Conselho [da Mulher], organizamos nossas ações para poder ser divulgada, mas prefiro não falar em público, sempre fui mais discreta [Sofia, 2018].

A sistematização destes documentos permite se ter uma compreensão mais profunda e confere concretude ao movimento e suas instituições. Sofia demonstra a necessidade de se ter essas experiências sistematizadas para compartilhar com outros grupos de mulheres, sobre os entraves e avanços de suas atuações. É muito generosa quanto aos dados, disponibilizando para nossa equipe diversos materiais, incluindo imagens de atividades realizadas pelo Conselho, como atas e documentos escritos. Demonstra compromisso com essa sistematização, pois possui a preocupação que se mantenha o registro das trajetórias do movimento.



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

Desse modo, contribui para que novas gerações de feministas e pesquisas tenham meios de resgatar as práticas e ações realizadas.

Beatriz, outra participante da pesquisa, professora de história aposentada da rede pública de ensino e militante do Partido dos Trabalhadores (PT) e do GAMP, sobre sua formação na militância feminista, disse o seguinte:

Eu não comecei militando no movimento de mulheres diretamente. E também não foi por incentivo do pai e da mãe, nem nada. Nunca disseram que não podia alguma coisa nesse sentido. Nunca me atrapalharam nesse sentido. Eu comecei mais nas Comunidades Eclesiais de Base, e eu comecei, em princípio... eu comecei na Juventude Operária Católica. [Beatriz, 2019]

Essas mulheres em vários momentos estiveram juntas, evidenciando uma influência coletiva sobre o empoderamento solidário e a atuação na emancipação social. Importante destacar que o Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas (GAMP) possui 30 anos de atuação ininterrupta no combate à violência contra as mulheres na cidade de Pelotas e se constitui também em uma importante referência na região sul do estado do Rio Grande do Sul. É considerada uma das ONGs que atua na temática feminista mais antiga do país. Várias mulheres participantes dessa pesquisa já tiveram passagem pelo GAMP ou ainda atuam neste espaço. Portanto, as histórias de formação dessas mulheres se entrelaçam com a trajetória histórica do próprio GAMP.

Considerações finais

Em uma leitura mais sistêmica das narrativas, foi possível perceber que estar juntas compartilhando seus saberes e suas preocupações com pautas sociais possibilitou a criação de alguns espaços de empoderamento e não de mero assistencialismo imediatista. Essas mulheres construíram longas e permanentes trajetórias de vida em prol da luta feminista, onde muitas vezes foram criadas pautas comuns, que envolveram os diversos espaços onde atuavam, em seus sindicatos, nos partidos políticos que participavam, no movimento estudantil e nas comunidades eclesiais de base nas quais atuavam.

Dessa forma, é possível afirmar que, no que se refere a este grupo de mulheres - e acreditamos que possamos expandir essa reflexão para muitas mulheres feministas de sua geração - a aproximação com as pautas



Trajetórias de vida de mulheres idosas militantes na construção do movimento feminista

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

feministas aconteceram a partir de suas vinculações em outros espaços sociais e políticos, que não tinham necessariamente a temática de gênero como pauta principal. No entanto, podemos dizer que o que havia em comum era a presença dessas mulheres em espaços de coletividade, que aglutinavam as pessoas e, dessa forma, produziam representações e pensamento coletivos, mesmo que a partir de pautas que não podemos considerar que fossem exclusivamente feministas. Mas, mesmo assim, podemos dizer que esses outros espaços coletivos se constituíram em importantes (porque não dizer fundamentais) espaços de formação para as mulheres que participaram da pesquisa.

O GAMP é fruto dessas trajetórias de mulheres que, assim como as que participaram dessa pesquisa, por diferentes caminhos se aproximaram e assumiram as pautas feministas em suas vidas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: letramento; Justificando, 2018.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003. p.14-49.

DELORY-MOMBERGER, Christine. *A condição biográfica: ensaios sobre a narrativa de si na modernidade avançada*. Natal: EDUFRN, 2012.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, nº 53, jun./dez. de 2020, p. 22-34.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Trabalho docente, classe social e relações de gênero. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli; et al (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p.55-63.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Alameda, 2017.



**Trajetórias de vida de mulheres idosas
militantes na construção do movimento feminista**

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

VARGAS, Francisco. O Observatório Social do Trabalho (UFPel) e as transformações dos mercados locais de trabalho: abordagens analíticas, limites e desafios. In: Dieese (Org.). *Caderno do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho*. São Paulo: Dieese, 2017, v. 2, p. 67-81.

ZIBEL, Ilze. Ondas do feminismo. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*. v.7, n.4, 2021, p.10-31. <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>

**Trajetórias de vida de mulheres idosas
militantes na construção do movimento feminista**

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

Trayectorias de vida de ancianas militantes en la construcción del movimiento feminista

RESUMEN: Este escrito es parte de una investigación realizada con ancianas activistas feministas de la ciudad de Pelotas/RS, Brasil. Fue una investigación cualitativa que buscó comprender el proceso de construcción del movimiento feminista en la ciudad, a partir del abordaje metodológico surgido de la investigación biográfica, teniendo como principal herramienta las narrativas de las mujeres que participaron en ese momento. Se apostó por la construcción de un campo de investigación interdisciplinario e interseccional que permitió, a partir del trabajo de recolección, sistematización y análisis de los testimonios, identificar las trayectorias de vida y militancia de las mujeres participantes, constituyendo diferentes categorías de análisis, como familia, formación, trabajo y militancia. En este artículo traeremos relatos de siete mujeres participantes. Todas tienen actualmente más de 60 años y tuvieron actuaciones reconocidas como importantes en la construcción de lo que ahora podemos llamar el movimiento feminista en la ciudad. Nuestro enfoque para este texto se limita a desarrollar las categorías formación y trabajo; y militancia en el movimiento social.

PALABRAS CLAVE: Ancianas. Militancia social. Narrativas. Movimiento feminista.

Márcia Alves da SILVA

Professora pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Educação (nível mestrado e doutorado acadêmico) e no Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Doutora em Educação (2010) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS e Pós-Doutora em Educação (2018) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS. Socióloga (1996), Especialista (1998) e Mestre em Educação (2002) pela UFPel. Possui experiência na área de Educação, com diversas publicações e atuando no ensino, pesquisa e extensão, principalmente nos seguintes temas: estudos de gênero e teoria feminista; epistemologias de(s)coloniais; pesquisas (auto)biográficas, narrativas e histórias de vida; educação popular, educação não-formal e formação de professores. Atuou na equipe da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPel entre 2014 e 2016, sendo fundadora e coordenadora do Observatório de Gênero e Diversidade da UFPel neste período. É líder do Grupo de Pesquisa D'Generus: Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero, e atua no Grupo de Pesquisa Educação, Gênero e Trabalho Artesanal, ambos do CNPq.

E-mail: profa.marciaalves@gmail.com



**Trajetórias de vida de mulheres idosas
militantes na construção do movimento feminista**

Márcia Alves da Silva, Universidade Federal de Pelotas.

Recebido em: 29/01/2023

Aprovado em: 30/01/2024



ARTIGO

A produção científica sobre as temáticas LGBTQIAP+, HIV/AIDS e educação publicados na América Latina nos últimos 10 anos

Élida Miranda dos Santos, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
 Lucas Silva Dantas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo fazer um balanço da produção de artigos envolvendo as temáticas LGBTQIAP+, HIV/AIDS e suas intersecções com a educação, publicados na América Latina, nos últimos 10 anos. Para isso, analisa-se a produção científica disponível no portal de Periódicos CAPES (2013 – 2022), selecionada a partir dos descritores “Educ and LGBT”, “Educ and HIV”, “Educ and AIDS”. A partir das categorias “concentração de produção”; “eixo temático” e “metodologia”, estas foram analisadas sob a luz do referencial teórico expresso nos trabalhos de Santomé (2011), Paiva (2020), Mbembe (2016) e Sena (2020). Como conclusão da pesquisa é possível afirmar que, dentro da plataforma CAPES, a produção científica sobre as temáticas LGBTQIAP+, HIV/AIDS e educação, encontram-se 96% centradas no contexto brasileiro; sendo publicadas em grande escala nas revistas sobre ciência, educação e saúde; tendo como primazia os eixos temáticos saúde e educação, diversidade sexual e política educacional; utilizando preponderantemente metodologias envolvendo entrevistas e questionários; tendo como foco das análises jovens e professores como os grupos mais analisados; balizando-se de forma majoritária nas contribuições de Judith Butler e Cláudia Pereira Vianna.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. LGBTQIAP+. HIV/AIDS. América-Latina.



Introdução

As questões de gênero e sexualidade enfrentam inúmeras resistências para compor o arsenal de conteúdos que constituem o dia a dia da escola e que fazem parte do currículo. Sejam os conteúdos sobre a historicidade do movimento LGBTQIAP+, as críticas com relação a LGBTIfobia, a cisheternormatividade ou a autodeterminação, todos enfrentam resistência por parte de movimentos como o “Escola sem Partido”¹, que dissemina o conceito de “ideologia de gênero”, como parte dos ataques anti-gênero que permeiam a América Latina. Essas resistências atuam diretamente na esfera educacional, promovendo diversos ataques a professores que abordam a temática em sala de aula, promovendo a retirada dos termos gênero e sexualidade de documentos oficiais da educação, entre outras consequências.

Adicionalmente, o avanço do fundamentalismo religioso tem inviabilizado a discussão sobre diversidade, identidade de gênero e a disseminação das estratégias da prevenção combinada das IST²/HIV/AIDS nas escolas. Essa omissão de informações extremamente necessárias e relevantes, desde a infância até a fase adulta, contribui para a ignorância e a manutenção da exclusão deste conteúdo do currículo. Tudo isso, se relaciona de forma direta e compromete o acesso à informação, saúde, o aumento da violência, a manutenção da LGBTIfobia, não só no espaço escolar, mas na sociedade. Trazer as questões de gênero e sexualidade para a centralidade do debate público na educação deixou de ser uma urgência e se tornou também uma dívida histórica.

Desta forma, o presente artigo tem como objetivo fazer um balanço da produção científica envolvendo a temática LGBTQIAP+³, HIV/AIDS⁴ e sua intersecção com a educação, publicada na América Latina nos últimos 10 anos. Essa análise busca investigar de que maneira as temáticas aqui

¹ O movimento escola sem partido teve origem em 2004, pelo advogado Miguel Nagib, que através de um site disponibilizou um modelo de projeto de lei a ser apresentado por vereadores e deputados do Brasil às suas respectivas câmaras ou assembleias, com o objetivo de promover um modelo escolar “neutro”, que incluía, entre outras coisas, retirar o debate de gênero e sexualidade da escola alegando não competir a escola tratar desta temática. Em 2014 mais de 12 projetos com a mesma ideia tramitaram na câmara dos deputados e do senado federal, todos eles foram vetados. Ainda assim, a ideia permanece e ainda é utilizada de diversas maneiras para combater o trabalho com gênero e sexualidade nas escolas.

² A sigla IST'S compreende - Infecções Sexualmente Transmissíveis.

³ Na pesquisa do Portal de Periódicos CAPES utilizou-se a sigla reduzida LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), entretanto, neste artigo adotaremos a sigla LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais) para referenciar a comunidade em sua abrangência.

⁴ A sigla HIV compreende - Vírus da imunodeficiência humana e a AIDS diz respeito a Síndrome da Imunodeficiência Humana.



investigadas estão sendo pesquisadas sob a perspectiva da educação, seus enfoques principais, onde essa produção está mais concentrada, bem como suas potências, lacunas e fragilidades.

A escolha em unir as temáticas LGBTQIAP+, HIV/AIDS e suas intersecções com a educação, é em decorrência do fato de que, apesar de tratarem de assuntos distintos, estão conectados pela perseguição e pelas barreiras em encontrar correspondência com os conteúdos, trabalhos e projetos que são desenvolvidos na escola. Seja nos assuntos referentes à educação sexual ou às questões de gênero, identidade e diversidade, ambos encontram, de uma certa maneira, a resistência em adentrar os muros da escola. Este cenário está descrito com mais profundidade no tópico “gênero, sexualidade e educação”.

Os recortes relacionados a restringir o balanço dos artigos aos filtros relacionados às publicações nos últimos 10 anos e na América latina, se deve ao fato de que o debate em torno das questões de gênero e sexualidade passa por uma constante atualização, haja vista as inúmeras conquistas do movimento LGBTQIAP+ nos últimos anos como, por exemplo, a criminalização da LGBTIfobia como crime equiparado a lei 14.532/2023 de injúria racial, despatologização da transexualidade, retificação de nome e gênero nos registros civis, direito ao uso do nome social sobretudo na saúde, entre outros, e também por considerar a realidade latinoamericana como distinta das outras partes do mundo onde as questões de gênero e sexualidade carregam outros contextos e interlocuções.

A partir destas considerações, o artigo analisa a produção científica contida no Portal de Periódicos CAPES, utilizando os descritores “Educ and LGBT”, “Educ and HIV”, “Educ and AIDS”, a partir da delimitação temporal de 2013 a 2022, para selecionar artigos publicados em periódicos em português ou espanhol, compreendendo toda a América Latina. O processo de seleção dos artigos, bem como a triagem e todo o processo metodológico está descrito detalhadamente no tópico metodologia.

Os resultados obtidos pela pesquisa apontam que os anos de 2015 (4) e 2016 (4) foram os que tiveram mais publicações sobre o tema; a revista que mais contém trabalhos publicados sobre a temática é a "Revista Ciência & Educação" (8); as principais áreas das revistas que mais publicaram são educação (12) e educação e saúde (7); todos os artigos foram publicados em revistas brasileiras; as temáticas mais abordadas foram saúde e educação (7); os autores mais referenciados foram Butler (4) e Viana (4); as entrevistas (7) foram as metodologias mais



utilizadas pelos pesquisadores; os grupos mais analisados foram os professores (4) e os jovens (4). Os resultados são apresentados de forma mais detalhada no tópico resultados e analisados à luz do referencial teórico no tópico considerações finais.

Gênero, Sexualidade e Educação

A despeito dos avanços no debate público sobre sexualidade como um direito fundamental no âmbito escolar e como política de Estado, garantido pela Magna Carta brasileira, de 1988. Hodiernamente, uma ideologia conservadora tem ganhado força, desservindo avanços na gestão pública da educação.

Paiva et al. (2020, p. 4) destaca que

[...] desde 2012, entretanto, retrocessos nas ações de prevenção acumulam-se. O cenário político caminhou na direção oposta à “fórmula de sucesso brasileira”: cristãos ultraconservadores questionaram a educação sexual nas escolas e iniciativas legislativas acusaram abordagens bem-sucedidas de “propagar a ideologia de gênero”. Uma mistura de discursos que não reconheceu a cidadania constitucional que garante liberdade religiosa e o estado laico, ou, ainda, desconheceu que mais da metade das famílias estão fora do modelo tradicional desejado por esses políticos, lembrando os tempos da ditadura e guerra fria. Estimulou-se, novamente, a autocensura nas escolas e encolheu o acesso à educação preventiva baseada na literatura científica e validada nas Nações Unidas (PAIVA et al., 2020, p. 4).

Estratégias em saúde e educação preventiva não deveriam ser pautadas por agendas e ideologias puramente religiosas, com objetivo único de evangelização das massas e em detrimento da laicidade constitucional do Estado.

Nos Estados Unidos, no final dos anos 1970, foram registrados os primeiros casos de AIDS, uma doença que afetava predominantemente homens gays, jovens e brancos. Nessa época, a AIDS causava doenças respiratórias e um tipo raro de câncer de pele chamado "sarcoma de Kaposi". No entanto, os pesquisadores ainda não sabiam a causa dessas doenças e, por falta de conhecimento sobre o agente causador, esses problemas de saúde foram inicialmente chamados de "peste gay" devido à sua prevalência nesse grupo. Essa falta de informação resultou em



estigmatização, criminalização, exclusão social e condenação da sociedade em relação à vivência da sexualidade.

À medida que o processo avançava, os pesquisadores descobriram que outros grupos populacionais também estavam sendo afetados por essas doenças, como homens bissexuais, bebês, imigrantes recém-chegados do Haiti, hemofílicos, receptores de transfusão de sangue, entre outros. No entanto, com o avanço das pesquisas, foi constatado que essas doenças eram oportunistas e surgiam em indivíduos com o sistema imunológico comprometido. No início dos anos 1980, os pesquisadores denominaram esse processo de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), conhecida internacionalmente como AIDS.

De acordo com Grangeiro, Silva e Teixeira (2006), o Brasil se tornou referência no combate à epidemia de AIDS no cenário internacional, sobretudo por criar a lei nº 9.313/1996 que dispõe sobre o acesso universal ao tratamento antirretroviral pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Embora o Brasil tenha sido pioneiro no tratamento do HIV/AIDS, desde 2010 tem sido observado um aumento no número de infecções, afetando especialmente os jovens. Isso pode ser atribuído, entre outros fatores, à ineficácia das medidas preventivas.

No que diz respeito à inclusão da educação sexual na perspectiva dos direitos humanos, a Organização das Nações Unidas para a Educação no Brasil (UNESCO) estabeleceu diretrizes que regulamentaram essa discussão.

[...] a primeira e mais importante iniciativa do governo federal para a inclusão da sexualidade na perspectiva do gênero como tema legítimo a ser discutido nas escolas foi a publicação, em 1997, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental e, dois anos depois, os PCN para o ensino médio. Esses dois documentos trazem como inovação a proposta de transversalização de temas considerados relevantes para a sociedade nos conteúdos escolares. Entre os temas transversais propostos (ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, trabalho e consumo) está a educação em sexualidade (referida no documento como orientação sexual. Ainda que com muita resistência em reconhecer a sexualidade e as relações de gênero como dimensões fundamentais das relações sociais, as políticas educacionais passaram, aos poucos, a incorporar essa dimensão. Dentre essas políticas, destacamos quatro iniciativas federais que têm buscado impactar a educação básica no campo da educação em sexualidade: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN – 1997 e 1999), a Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE – 2003), o Programa Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania



Homossexual (PBSH – 2004) e o Gênero e Diversidade na Escola (GDE – 2006) (BRASIL. UNESCO, 2014, p. 8).

No entanto, hoje, com a predominância da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que se propõe a ser uma base para toda a educação Básica brasileira, temos no documento de 2017 uma única menção a respeito do trabalho com as questões de gênero e sexualidade na escola. Se pesquisarmos no documento a palavra gênero, das 46 menções encontradas, todas elas fazem referência às questões relacionadas a gênero do discurso e gênero textual. Acerca da palavra sexualidade, 3 menções foram encontradas, e se localizam na área de ciências da natureza. A indicação de forma direta vem na parte de ciência do 8º ano, que denomina como um dos objetivos das habilidades e competências “(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)” (Brasil, 2018, p. 349).

As indicações a respeito do trabalho com gênero e sexualidade na escola ainda aparecem de forma muito tímida e contida nos documentos, não deixando evidente um trabalho amplo, massivo, que perpassa por uma abordagem multidisciplinar e integral. Ainda que seja um ganho ter ao menos uma menção, considerando o contexto de polarização deste debate nas escolas. Ainda assim, se torna insuficiente, se levarmos em consideração que os jovens têm sido atingidos de diferentes formas pela falta de acesso, informação, acolhimento, havendo uma extrema vulnerabilidade diante das questões de gênero e sexualidade.

No Brasil, a infecção pelo HIV/AIDS tem colocado os jovens no centro das vulnerabilidades epidemiológicas, uma vez que esse fenômeno perdura há mais de uma década. De acordo com as estimativas do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS no Brasil (UNAIDS):

O Brasil é o país da América Latina que mais concentra casos de novas infecções por HIV: 49% das pessoas infectadas, em 2016, eram brasileiras. O dado mais alarmante, entretanto, é que das 4.500 novas infecções pelo vírus HIV em adultos, 35% ocorreram entre jovens de 15 a 24 anos, principalmente jovens gays (BRASIL, UNAIDS, s/d, s/p).^{[1]⁵}

⁵ O referido dado estava disponível no site do UNAIDS <https://www.unaids.org.br>, entretanto, o mesmo não está mais disponível. É possível localizar a mesma referência em matérias de jornais online, <https://conexaoplaneta.com.br/blog/aumenta-numero-de-casos-de-aids-entre-jovens-de-15-24-anos/#fechar>



Consoante Lopes (2003, p. 32), “a epidemia da AIDS atinge de forma mais severa os grupos historicamente excluídos da riqueza social, bem como aqueles que são culturalmente discriminados”. Nesse diapasão, Ayres et al. (2003 *apud* MAIA et al., 2019), entendem que a suscetibilidade à epidemia de HIV/AIDS no Brasil está intrinsecamente ligada a três aspectos inter-relacionados: vulnerabilidade individual, vulnerabilidade social e vulnerabilidade programática.

A vulnerabilidade individual refere-se à qualidade e ao nível de informação que cada pessoa possui, bem como sua capacidade de compreender e aplicar essas informações em seu dia-a-dia. Isso inclui a habilidade de transformar preocupações em práticas de proteção e cuidado pessoal.

O aspecto social vai além do indivíduo e abrange questões relacionadas à educação, comunicação, recursos materiais e culturais, cidadania, exposição a riscos e violência. Está relacionado à maneira como a sociedade assimila e incorpora informações sobre HIV/AIDS em sua vida cotidiana. O terceiro aspecto refere-se às instituições, programas e recursos sociais e públicos essenciais para enfrentar a epidemia de HIV/AIDS, tanto em termos de prevenção quanto de tratamento. Isso envolve ações governamentais, políticas de saúde, acesso a serviços de saúde, programas de educação sexual e distribuição de preservativos, entre outros.

Esses três aspectos - vulnerabilidade individual, vulnerabilidade social e vulnerabilidade programática - estão interligados e desempenham um papel crucial na compreensão e no enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS no Brasil.

Segundo a matéria publicada pela Agência de Notícias da AIDS, em 16 de julho de 2019, enfatiza que:

O Brasil vai na direção oposta da média mundial e registra, entre 2010 e 2018, um aumento no número de novas infecções por HIV. Os dados são do UNAIDS, a agência da ONU especializada na epidemia. De acordo com os novos dados, o Brasil apresentou um aumento de 21% no número de novos casos em oito anos. O aumento ainda fez com que a América Latina registrasse, em média, um incremento de 7% nos novos casos de AIDS na região entre 2010 e 2018. Sem o Brasil, a América Latina teria registrado uma queda de 5% no número de novos casos entre 2010 e 2018. Em números absolutos, o Brasil registrou 44 mil novos casos em 2010. Em 2018, esse número foi de 53 mil. Por conta de seu tamanho, o País acabou influenciando a média latino-americana, que viu uma alta de 7% neste período. Em 2018, foram 100 mil novos casos na região, com 35 mil mortes. O Brasil também foi na direção contrária do restante do mundo. Na média, a doença registrou



uma queda de 16% no número de novos casos em oito anos. Em 2018, 1,7 milhões de pessoas foram infectadas pelo vírus no mundo, contra 2,1 milhões em 2010. Em seu auge, em 1997, 2,9 milhões de novos casos eram registrados por ano. Na África do Sul, o número de novos casos caiu 40% desde 2010 (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS, s/p, 2019).

Apesar do Brasil ter sido pioneiro no tratamento do HIV/AIDS globalmente, tem sido observado um aumento no número de infecções desde 2010, afetando principalmente os jovens. Isso pode ser resultado, entre outros fatores, da ineficácia das medidas preventivas.

O acesso a informações sobre prevenção e tratamento dessas doenças é um direito de todos, garantido pela Constituição Federal de 1988. No entanto, o Estado tem negligenciado o processo de democratização dessas informações, especialmente para as populações-chave e prioritárias no contexto da epidemia de HIV/AIDS, em territórios de segregação socioespacial.

Conforme a UNESCO (2002, p. 66), “a prevenção pela educação será sempre a chave para a redução do índice de novas infecções pelo HIV”. Braga e Romero (2017) investigaram a política de prevenção de AIDS criada e desenvolvida para adolescentes e jovens nas escolas do Brasil, entre 1994 e 2014. Neste artigo, os gestores de escolas justificaram a falha no desenvolvimento das ações de prevenção às IST/AIDS pela “falta de materiais didáticos, a falta de professores capacitados e a não inserção do tema nos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino” (RUA; ABRAMOVAY, 2001, pp. 68-69 *apud* BRAGA e ROMERO, 2017, p. 986), para além dos embates envolvendo as questões de religiosidade e conservadorismo.

O Ministério da Educação (BRASIL, 2009, p. 3) destaca que “a troca de saberes que emerge entre a educação e saúde, permite ressignificar a relação que, historicamente, se constituiu” e registra as diferentes adversidades encontradas pelas universidades:

Formação dos profissionais de educação e de saúde; na produção do conhecimento que contemple as articulações entre saúde e educação e na ação extensionista que viabilize ações intersetoriais. Historicamente, saúde e educação têm vivenciado aproximações e distanciamentos, e destes têm surgido algumas experiências que refletem encontros e desencontros, no que diz respeito ao cumprimento das suas missões e do seu papel social (BRASIL. Ministério da Educação, 2009, pp. 3-4).



Não obstante o Ministério da Educação (2006) ter construído diretrizes para implementação do projeto saúde e prevenção nas escolas, os entes federados têm total autonomia para definir se participarão ou não do plano.

Conforme Russo e Arreguy (2014, p. 501), os resultados indicam que “os professores estão distantes dos alunos e da política pública no que se refere à abordagem do tema da sexualidade e distribuição do preservativo masculino nas escolas”. Esse distanciamento também é fruto de uma falta de letramento acerca das questões relacionadas a gênero e sexualidade, que encontram seus bloqueios muitas vezes no conservadorismo e na religiosidade.

O artigo publicado por Genz e colaboradores (2017), por outro lado, demonstra que:

89,2% das meninas e 90,3% dos meninos souberam definir adequadamente o conceito de doenças sexualmente transmissíveis; para 98,5% das meninas e 98,9% dos meninos o uso de preservativo é o método mais eficaz para prevenção dessas doenças. Entretanto, 37,1% das meninas e 30,5% dos meninos referiram o uso de anticoncepcional como método preventivo para doenças sexualmente transmissíveis. (GENZ, et al., 2017, p. 1).

Consoante o Ministério da Saúde, “a sexualidade humana é uma construção social e histórica que se dá segundo padrões e injunções sociais, culturais e políticas” (BRASIL, 2006, p. 12). Os adolescentes no Brasil têm iniciado a vida sexual cada vez mais cedo. Destarte, garantir o acesso a informações corretas sobre prevenção às IST/HIV/AIDS faz-se crucial no sentido de refrear enfermidades e viabilizar qualidade de vida. Conforme descrito por Rangela (2009, p. 63) “a vida saudável, o bem-estar, a vida de qualidade e a vida cidadã são objetivos da educação para a saúde e núcleos da inter-relação de suas dimensões humanas, política e didática”.

Consoante Câmara (2012, s/p), “as estratégias educativas em saúde baseadas em métodos dialógicos e construtivistas favorecem, principalmente, o protagonismo dos adolescentes”, assim,

a promoção da saúde pode colaborar para a revisão das práticas pedagógicas nas escolas uma vez que o diálogo entre os diversos setores e disciplinas, o fomento à participação, a valorização do saber popular e das diversidades, com vistas à equidade, propõem também a revisão de valores morais e sociais, que se expressam na instituição escolar. (BRESSAN, 2011, p. 103).



A sexualidade faz parte do desenvolvimento humano e da convivência social, a educação sexual está relacionada à promoção de direitos humanos, conforme a UNESCO:

[...] a educação em sexualidade pode ser entendida como toda e qualquer experiência de socialização vivida pelo indivíduo ao longo de seu ciclo vital, que lhe permita posicionar-se na esfera social da sexualidade. A educação em sexualidade está presente em todos os espaços de socialização – família, escola, igreja, pares, trabalho, mídia –, mas ocorre de forma pulverizada, fragmentada e desassociada de um plano de sociedade inclusiva baseada nos direitos humanos. Portanto, torna-se relevante a atuação do sistema educacional na tarefa de reunir, organizar, sistematizar e ministrar essa dimensão da formação humana (UNESCO, 2013, p.7).

No âmbito da discussão dos direitos e da saúde sexual e reprodutiva no ambiente escolar com os jovens, dois dos principais desafios são o fundamentalismo religioso e a defesa da proposta da "escola sem partido". Essas posturas ideológicas de controle têm representado um obstáculo para uma convivência crítica e democrática no país, resultando em violações do direito constitucional à vivência da sexualidade, incluindo o acesso a informações sobre promoção, prevenção e tratamento na área da saúde. Para Paiva, et al.,

[...] resta observarmos se a interdição do debate sobre sexualidade na escola conseguirá ser manejada como um tabu, como na ditadura. Ou se duas décadas de programas de Aids tratados como políticas de estado, e não de governo, assim como experiências bem-sucedidas de proteção de duas gerações de jovens, serão apagadas da experiência da geração dos agora adultos-jovens, que hoje são também pais e professores (PAIVA et al, 2020, p. 12).

De acordo com Santomé (2011), o currículo escolar é excludente, pois negligencia e silencia a diversidade de gênero, classe e raça, moldando a sociedade em um único padrão representado pelo homem branco, heterossexual, magro, de classe média e urbano. Grande parte daquilo que se diferencia desse padrão é considerado inferior e marginalizado. Desta forma, Santomé (2011) destaca outras estratégias que contribuem para que o currículo escolar desempenhe o papel de impor uma visão única da sociedade, como a falta de conexão que trata a diversidade de gênero e sexualidade como um tema isolado no currículo escolar, sem correlação e problematização com a complexidade social; a apresentação unilateral de livros e recursos pedagógicos, que anulam a



análise crítica; e o paternalismo e a falsa tolerância que retratam o outro, o diferente, como inferior e necessitado de caridade e doações.

Segundo Neves e Gomes (2016), a educação sexual não beneficia apenas os estudantes, mas também a sociedade como um todo, pois torna os alunos menos preconceituosos em relação à diversidade sexual e mais conscientes em relação à sua saúde sexual e à saúde de seus parceiros. Ao democratizar o acesso às informações sobre direitos e saúde sexual, ocorre uma emancipação do corpo, o que resulta em relações mais harmônicas e inclusivas no ambiente escolar e nos serviços de saúde, com menos poder de indivíduos e grupos sobre o corpo do outro.

Santomé (2011) considera que trabalhar com a diversidade na escola possibilita que ela se torne um espaço de união, onde todos possam se respeitar em suas diferenças, contribuindo para a erradicação de atitudes preconceituosas, incluindo a LGBTIfobia que desde 2019, o Supremo Tribunal Federal – STF considera por lei crime imprescritível e inafiançável.

No entanto, quando o Estado não democratiza o acesso aos serviços de saúde especializados e às informações sobre prevenção de IST/HIV/AIDS para populações em situação de maior vulnerabilidade epidemiológica, consolida-se a necropolítica, conforme descrito por Mbembe,

[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar e deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2016, p. 123).

Sena (2020), ao abordar corpos dissidentes na Amazônia Atlântica, também discute a falta de educação em sexualidade e suas consequências. O pesquisador aponta que devido à LGBTfobia vivenciada nos espaços familiares, escolares e de saúde, a população LGBTQIAP+ encontra-se ainda mais distante dos conhecimentos e cuidados em saúde sexual em comparação com outros segmentos da sociedade.

Loutzenheiser e Moore (2011) afirmam que tornar as escolas mais seguras para estudantes gays e lésbicas vai além de lidar com questões individuais relacionadas à LGBTfobia. Segundo as autoras, é necessária uma abordagem sistêmica para enfrentar o assédio homofóbico e o heterossexismo. Elas enfatizam que uma abordagem sistêmica permite questionar a relação de desigualdade, privilégio e poder que geralmente o agressor acredita possuir. O agressor se considera superior à vítima por se



sentir poderoso e privilegiado dentro dos padrões da sociedade heteronormativa (GOLDSTEIN et al., 2007) Continuam:

[...] O foco no indivíduo perpetua a noção de que os problemas das escolas resultam daqueles indivíduos que não se conformam às normas sociais, mais do que à predominância opressiva de tais normas sistêmicas sobre a construção dos indivíduos. (LOUTZENHEISE, MOORE, 2011, p. 182).

Apesar da ausência de educação sexual nas escolas, os casos de LGBTfobia continuam sendo tratados, em sua maioria, de forma individual no ambiente escolar. Sena (2020) aponta a existência de estratégias de resistência micropolíticas, no entanto, o padrão oficial de LGBTfobia, inclusive promovido pelo Estado, torna os corpos dissidentes LGBTQIAP+ vulneráveis ao risco de morte.

Além disso, Sena descreve a presença da bionecropolítica (Lima, 2018), que resulta na negação ou no desprezo pelas demandas específicas de saúde e sexualidade da população LGBTQIAP+. Essa inação estatal expõe a contradição do sistema capitalista, que reconhece a necessidade de políticas específicas para os cuidados de jovens, negros, pessoas trans e travestis, mas não oferece serviços públicos adequados ou os oferece de forma deficiente. Dessa forma, o sistema capitalista, com a conivência do Estado, acaba levando à morte um número significativo de pessoas consideradas dispensáveis para a manutenção do capital.

Parte deste processo tem origem em como o preconceito se manifesta através dos indivíduos, agindo pela estrutura macro como um fenômeno social. A civilização e a cultura que dela decorrem são simultaneamente racionais e irracionais. Elas produzem irracionalidade e, muitas vezes, em detrimento do progresso, alimentam-se da destruição do outro. O preconceituoso, antes de tudo, é alguém temeroso, alguém que tem medo e, ao mesmo tempo, oculta uma atração inconfessada pelo desconhecido e pelo diferente, que lhe aparecem como proibição, seja no contexto sexual, político ou nos valores morais.

O mecanismo que a ordem totalitária põe a seu serviço é tão antigo quanto a civilização. Os mesmos impulsos sexuais que a raça humana reprimiu souberam se conservar e se impor num sistema diabólico, tanto dentro dos indivíduos, quanto dos povos, na metamorfose imaginária do mundo ambiente. (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p. 88).



A despeito das inúmeras tentativas históricas de apagar as dissidências de gênero e sexualidade, estas insurgem como resistências nos mais variados tempos históricos para provar sua busca pela liberdade e pela emancipação humana. Ainda que muitas vezes o Estado, as instituições, as religiões e outros aparatos sociais queiram negar a sua força. As dissidências, ainda que apagadas, estão resistindo e abrindo frestas, fazendo nascer neste velho mundo novas pulsões educativas, pedagógicas, ontológicas, estão promovendo uma nova forma de pensar o espaço educacional.

A educação desempenha um papel fundamental na busca pela emancipação, conforme preconizado pela perspectiva iluminista, na qual se busca educar as massas e promover autonomia, favorecendo a prevalência do esclarecimento e a superação da racionalidade dominadora. O preconceito é uma tendência que se manifesta no indivíduo, mas reflete, ainda mais, a sociedade em que ele se desenvolve. Para combater efetivamente o preconceito, é necessário promover mudanças estruturais na sociedade capitalista.

Segundo Horkheimer e Adorno (1985), há um potencial de libertação e esclarecimento que, infelizmente, tem sido convertido novamente em dominação. Portanto, a ação política deve se voltar para recuperar o potencial revolucionário, transformador e emancipador do esclarecimento.

A epidemia de HIV/AIDS continua sendo um problema de saúde pública. Esse cenário é resultado de múltiplas dimensões e facetas, como racismo, LGBTIfobia, pobreza, violência, machismo, discriminação, sexismo, estigma e criminalização, que contribuem significativamente para dificultar a garantia dos princípios de universalidade, equidade e integralidade preconizados pelo Sistema Único de Saúde. Isso impede o acesso integral à saúde e o pleno exercício dos direitos de cidadania. A educação desempenha um papel crucial na disseminação de informações científicas qualificadas, livres de estigma, preconceito e discriminação.

É perceptível que, historicamente, o estigma acerca do HIV/AIDS recaiu sobre a população LGBTQIAP+, independente dos momentos históricos onde os maiores alvos foram as populações cisgêneras e heterossexuais. No entanto, falar de gênero e sexualidade é também falar de saúde sexual, assim como sobre questões políticas, históricas e sociais, mencionando como a cisheternormatividade criou desigualdades de gênero e sexualidade ao longo da história do mundo. O que se quer com essa pesquisa ao unir essas temáticas não é contribuir com o estigma, ao contrário, objetiva-se perceber de que maneira ambas são barradas,



invisibilizadas e estigmatizadas de modo a não serem pensadas e incluídas nas pautas da educação.

Fazer esse balanço é de extrema importância para a educação pensando que, de acordo com a “Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil” (2016), quando:

Foi perguntado para os/as estudantes da nossa pesquisa se já haviam sido expostos/as a representações de pessoas LGBT, ou à história ou a eventos LGBT durante aulas na instituição educacional. Mais da metade (56,9%) dos/das respondentes afirmaram que esses assuntos não eram abordados na sala de aula e 16,7% afirmaram que foram ensinadas apenas informações negativas. Cerca de um quarto (20,2%) dos/das estudantes disseram que tópicos LGBT foram discutidos apenas de maneira positiva em uma ou mais aulas – 16,7% afirmaram que foram ensinadas apenas informações positivas e 6,2% afirmaram que foram ensinadas informações positivas e negativas (ABGLT, 2016, p. 57).

A partir da pesquisa e de todas as considerações trazidas acima, é notório que as questões envolvendo gênero, sexualidade, população LGBTQIAP+, HIV/AIDS, carrega historicamente uma necessidade intrínseca de reparação do estado e de ampliação das suas múltiplas dimensões e facetas na educação. Como já trazido anteriormente por Mbembe (2016), deixar viver ou deixar morrer é uma escolha consciente, que impacta diretamente nas populações mais vulneráveis, atravessadas por gênero, classe e raça.

Os avanços do movimento LGBTQIAP+ na América Latina foram acompanhados por discursos e ataques anti-gênero, que fomentam a LGBTIfobia e tem impacto direto na educação. Essa narrativa vem acompanhada da negação das vidas LGBTQIAP+, principalmente as de pessoas trans e travestis, o que corrobora para a criminalização das discussões de gênero e sexualidade, inclusive na escola. Uma dessas negações é a criação do termo ideologia de gênero, que faz referência direta a um ataque contra os debates de gênero e sexualidade na escola, alegando que esta ação tem como objetivo induzir crianças e adolescentes a se tornarem pessoas LGBTQIAP+. No entanto, esse movimento não é recente.

Assim, ainda que o conceito ideologia de gênero apareça em produções acadêmicas desde a década de 1990 nas produções de teses, dissertações e artigos, a análise de seu uso como compondo o cenário das táticas de política antigênero aparece nas pesquisas acadêmicas em 2014. Luanna Silva (2019) acredita que o aumento desses estudos refletem os ataques e a retirada, dos Planos de Educação Nacional



estaduais e municipais, do termo gênero, orientação sexual, identidade de gênero e diversidade sexual. Parte dos estudos esteve pautado em pesquisar as origens do termo e sua origem transnacional mas focando principalmente no contexto político brasileiro e o que fez emergir e estruturar a proliferação e sustentação (SILVA, 2019). Por sua vez, a utilização em si do termo política antigênero aparece em publicações brasileiras em 2017, sendo apresentada como um conceito mais amplo que dá conta não só da presença dos fundamentalismos em suas articulações políticas e econômicas, mas diz de sua expansão de ações de ultra-direita para vários setores, dentre eles também o do conhecimento [...] (OLIVEIRA; SILVA, 2020, p. 5).

Assim, é notável que a utilização do termo ideologia de gênero como forma de impedir o debate de gênero e sexualidade na escola está diretamente ligado às posições fundamentalistas e conservadoras da direita, utilizadas dentro do contexto dos ataques anti-gênero, com incidência direta na política e por consequência, nos documentos e parâmetros da educação. Para exemplificar o que estamos chamando aqui de ataques anti-gênero, uma ação de monitoramento realizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) em 2022, mapeou ao menos 44 projetos de Lei contrários o uso de banheiro por pessoas trans, onde ao menos 10 foram aprovados como lei e estiveram vigentes até 2022⁶.

Esses ataques anti-gênero estão presentes na política, nas escolas e universidades, no ódio aos movimentos sociais e demais formas de ativismo, ainda mais quando as pautas ditas “identitárias” adentram o espaço da universidade, quando corpos não pensados para essas estruturas cruzam a porta de entrada, quando as cotas trans são aprovadas, quando a linguagem não binária é utilizada, quando as universidades e os movimentos sociais se unem e trocam saberes e abrem espaços para novas possibilidades de alianças e construções.

Por isso, essa aproximação entre universidade e movimento social foi historicamente lugar de muitas tensões, debates e disputas. Para muitas pessoas essas eram áreas que não dialogavam ou não tinham nenhuma possibilidade de interlocução, visto que executavam trabalhos distintos. No entanto, com a entrada de ativistas e pessoas do próprio movimento social na academia esse debate alcança um outro lugar e é então que o mundo acadêmico passa a perceber que, para além de possível, essa é uma articulação potente e necessária, já que:

⁶ Disponível em: <https://antrabrasil.org/2023/08/28/antra-nota-tecnica-banheiro-pessoas-trans/>



A produção de conhecimento é interligada por distintos sujeitos e instituições, não se pauta apenas na construção científica e universitária, e pode chegar até as universidades por meio da sociedade civil. Historicamente, no âmbito transnacional, e também no Brasil, vários movimentos sociais foram importantes para produção de pesquisas, inserção de objetivos, tradução e circulação de textos e mais materiais acadêmicos, que os colocam na rota de produção de saber. Haraway (1995), Mignolo (2004), Boaventura de Souza Santos (1988) trabalham esse tema ao apontar a importância dos movimentos sociais, e de intelectuais específicos vinculados aos movimentos sociais, para revisão e expansão da ciência enquanto um espaço pluriversal, e com uma objetividade mais abrangente. De forma mais ampla, podemos ver essa importância como resultado da inserção de marcadores identitários como classe social, gênero, idade e raça nas diversas áreas da ciência, e uma produção maior de pesquisas e investigação vinculada às temáticas étnico-raciais, de sexualidade, gênero, violência contra mulher, direitos humanos, masculinidade, racismo, interseccionalidade dentre outros (OLIVEIRA; SILVA, 2020, p. 5).

Prova desta transição é como as temáticas consideradas erroneamente como pessoais, identitárias, emocionais, subjetivas, entre outros nomes utilizados para desqualificar pesquisas que trabalham com as questões de raça, gênero e sexualidade, estão avançando e provando o seu caráter estrutural na sociedade. A crescente utilização dos termos racismo estrutural, branquitude, cisgeneridade, transfeminicídio, travestidismo, entre outros, demarcam esse caráter estrutural que vai muito além da identidade. Reconhecer que é possível dialogar academicamente com as diversas formas de luta e ativismo é uma forma de romper o negacionismo científico e os ataques anti-gênero.

Por isso, a presença das pessoas LGBTQIAP+ no espaço acadêmico, principalmente as travestis, mulheres e homens transexuais, pessoas trans não binárias, entre outras identidades, desestabilizou a lógica cisheteronormativa presente nas pesquisas acadêmicas e na constituição dos currículos das universidades. São presenças que vieram confrontar a ciscolonialidade⁷ do saber nas universidades brasileiras, que por muito tempo tratou as questões de gênero e sexualidade com

⁷ Segundo Vergueiro (2016, p. 265) “a organização cisnormativa de ideias morais e familiares é indissociável dos históricos projetos coloniais europeus, cristãos, branco-supremacistas, projetos que instaura(ra)m diferentes formas de colonialidade contra diferenças étnico-raciais, cosmogônicas e de interpretações socioculturais sobre corpos e identidades de gênero. Daí a importância de atrelar os entendimentos e análises sobre cisnormatividade às colonialidades históricas que ainda hoje fundamentam determinadas normatividades.”



superficialidade ou até mesmo como inexistente. Elas trouxeram, para além da representatividade, uma excelência acadêmica e epistêmica, que fez com que, ao longo desses anos, tivéssemos uma rede de produções sobre gênero e sexualidade constituindo outros saberes e outros paradigmas. Por isso, nesta pesquisa, escolhemos nos debruçar sobre a produção científica acerca destas temáticas, por entender que assim como os ataques e perseguições crescem, crescem também as resistências, propostas e estratégias para a expansão daquilo que se quer conter.

Metodologia

Para construir esta pesquisa, o primeiro passo foi escolher o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), considerando que é um dos maiores acervos científicos virtuais do país. Esse portal reúne e disponibiliza conteúdos produzidos nacionalmente, além de assinaturas com editoras internacionais para instituições de ensino e pesquisa no Brasil. Em seguida, foi realizado o segundo passo, que consistiu em realizar a busca por descritores e aplicar filtros que nos permitissem encontrar artigos sobre a temática escolhida, publicados na América Latina nos últimos 10 anos.

O descritor "Educ and LGBT" foi utilizado para captar produções relacionadas à comunidade LGBTQIAP+ de forma geral, bem como pesquisas relacionadas à educação. Por se tratar de uma sigla que é utilizada de diferentes formas, dependendo do período ou das escolhas políticas, optou-se por manter o radical LGBT, visando abranger as produções que utilizam essa sigla tanto estendida quanto reduzida. Utilizando os filtros "periódico revisado por pares", "artigos", "português", "espanhol", "2013 a 2022", foram encontrados 19 artigos. Após a leitura dos títulos e a exclusão daqueles em inglês, que não se correlacionavam com o tema, com o filtro da pesquisa e/ou não faziam parte dos países da América Latina, restaram 13 artigos.

O descritor "Educ and HIV" foi utilizado para captar produções relacionadas à temática do HIV de forma geral, bem como pesquisas relacionadas à educação. Utilizando os mesmos filtros mencionados anteriormente, foram encontrados 31 artigos. Após a leitura dos títulos e a exclusão dos artigos em inglês que não se relacionavam com o tema, com o filtro da pesquisa e/ou não faziam parte dos países da América Latina, restaram 2 artigos. No entanto, esses artigos referiam-se aos anos 2003 e 2006, embora tenham aparecido como publicados entre 2013 e 2022, o



que os excluiu da análise. Dessa forma, nenhum artigo sobre HIV e educação foi incluído na pesquisa.

O descritor "Educ and AIDS" foi utilizado para captar produções relacionadas à temática da AIDS de forma geral, bem como pesquisas relacionadas à educação. Utilizando os mesmos filtros mencionados anteriormente, foram encontrados 150 artigos. Após a leitura dos títulos e a exclusão dos artigos em inglês que não se relacionavam com o tema, com o filtro da pesquisa e/ou não faziam parte dos países da América Latina, restaram 14 artigos.

Dessa forma, após todo o processo de busca, restaram 27 artigos a serem analisados em relação às temáticas LGBTQIAP+, HIV/AIDS e sua intersecção com a educação, publicados na América Latina nos últimos 10 anos. Todo o material levantado foi organizado de acordo com as categorias "concentração de produção", "eixo temático" e "metodologia", a fim de sistematizar e analisar o conjunto de ideias.

Resultados

Na categoria "concentração de produção", o foco da análise foi identificar, em relação à produção científica sobre LGBTQIAP+, HIV/AIDS e educação, qual foi o ano de maior número de publicações, as revistas que mais publicaram esses trabalhos, as áreas principais dessas revistas e os países com maior número de publicações. Assim, foi possível identificar que os anos de 2015 (4), 2016 (4) e 2019 (3) foram os que tiveram mais publicações.

As revistas que mais contêm trabalhos publicados sobre essa temática são a "Revista Ciência & Educação" (8) e a "Revista Brasileira de Educação Médica" (6). As principais áreas das revistas que mais publicaram são educação (12) e educação e saúde (7). Todos os artigos foram publicados em revistas brasileiras, e todas as análises se concentraram na realidade educacional no Brasil, com exceção de um único artigo que analisou o sistema escolar chileno.

Na categoria "eixo temático", o objetivo foi identificar as temáticas predominantes nas publicações e os autores mais utilizados como referência. As temáticas mais abordadas foram saúde e educação (7), seguidas por diversidade sexual (4) e políticas educacionais (4).

De modo geral, as temáticas e problematizações trabalhados nos artigos envolvem: gênero e sexualidade nos planos estaduais e distrital de educação; educação de saúde LGBTQIAP+ no ensino remoto; vivências e os sentidos do bullying; diversidade sexual e movimentos sociais da



educação; políticas públicas da educação sobre diversidade sexual e de gênero; práticas escolares heteronormativas; LGBTIfobia nos cursos de medicina; diversidade de gênero e sexualidade nos planos municipais de educação da região do ABC; efeitos dos discursos sobre as (homo)sexualidades e o HIV/AIDS na formação médica; Espaços educativos e produção das subjetividades LGBTQIAP+; diversidade sexual e ensino de ciências; repressão da diversidade sexual e de gênero no sistema escolar chileno; professoras transexuais e travestis no contexto escolar; uso de aplicativo móvel no conhecimento sobre vírus da imunodeficiência humana entre universitários; relação entre ética médica e HIV/AIDS; discursos sobre as homossexualidades e HIV/AIDS na formação médica; estigma e discriminação vividos na escola por crianças e jovens órfãos por AIDS; abordagem da sexualidade nos livros didático do PNLD; conhecimento prévio sobre HIV/AIDS dos alunos de medicina; Relatos de caminhoneiros sobre a prevenção do HIV e o material educacional impresso; o que dizem os cientistas e os livros didáticos sobre o HIV/AIDS; sexualidade e prevenção de jovens católicos; desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescentes.

Quanto à categoria "metodologia", o objetivo foi identificar as abordagens metodológicas mais utilizadas nas produções e os grupos mais analisados dentro dessas metodologias. Em relação aos tipos de coleta, as entrevistas (7) e os questionários (6) foram as metodologias mais utilizadas pelos pesquisadores. Os grupos mais analisados foram os professores (4) e os jovens (4).

Considerações finais

De acordo com as categorias de análise, é possível perceber que o Brasil se concentra como o país que mais abriga a produção acerca da temática LGBTQIAP+, HIV/AIDS e educação. No entanto, essa produção ainda se concentra em sua maioria na área da saúde, como pode ser observado pelas revistas e áreas temáticas que abrigam a maior parte das produções.

Uma das hipóteses levantadas, é em decorrência do Programa de AIDS Brasileiro ser referência global no enfrentamento da epidemia, com a possibilidade de acesso às ferramentas de prevenção, diagnóstico e tratamento pelo SUS e sobretudo por garantir através da lei nº 9.313 - 1996 o acesso ao tratamento antirretroviral. “A resposta brasileira à epidemia de AIDS se configurou em exemplo para o mundo em razão da



implementação de políticas públicas de prevenção, tratamento e direitos humanos” (HENRIQUES, MIRANDA, 2018, p. 151).

A história de atuação das organizações da sociedade civil que atuam no campo do HIV/AIDS, baseia-se, “[...] num modelo de inovação apoiado no tripé da forte incidência em políticas públicas e no desenvolvimento de ações educativas massivas” (HENRIQUES, MIRANDA, 2018, p. 154). Todo esse contexto influencia a produção em grande escala sobre as temáticas analisadas em relação à área da saúde.

A diversidade de temáticas trabalhadas demonstram as inúmeras possibilidades de interseccionar gênero, sexualidade, HIV/AIDS e questões LGBTQIAP+, da educação básica ao ensino superior.

Em seguida da temática saúde e educação, que ocupa o primeiro lugar no ranking das temáticas dos artigos analisados, diversidade sexual e políticas educacionais aparecem em seguida como as temáticas mais abordadas pelas pesquisas. Esses campos se interseccionam, uma vez que a presença de corpos dissidentes no campo da educação é marcada, historicamente, pela exclusão, violência e interdição da educação formal. Isso torna esses corpos insustentáveis e invisíveis, levando a maioria das pessoas abrangidas pelo acrônimo a extrema vulnerabilidade socioeconômica, epidemiológica, sanitária, ambiental e dentre outros marcadores de exclusão social, resultando na falta de acesso à educação formal e, conseqüentemente, dificuldades maiores em ingressar no mercado de trabalho ou recorrer à prostituição como principal forma de sobrevivência, no caso das travestis e mulheres transexuais.

Assim, a produção de artigos sobre diversidade sexual e políticas educacionais se intersecciona com o objetivo de promover um sistema de garantia de direitos voltados para a inclusão social da população LGBTQIAP+ no sistema educacional brasileiro, bem como para todas as pessoas dissidentes afetadas pela cisheteronormatividade. No entanto, a produção desses artigos tem como premissa ampliar o debate público para garantir o direito à cidadania plena por meio do Estado democrático de direito, reconhecendo a educação como uma das portas de entrada para a ascensão social em sua integralidade.

Nesse sentido, é fundamental enfatizar que durante a era Bolsonaro (2019-2022), o contexto nacional foi de um franco ataque aos direitos humanos. O Brasil alinhou-se às posições mais conservadoras em relação aos direitos da população LGBTQIAP+, especialmente em relação aos negros, indígenas, defensores dos direitos humanos e pessoas vivendo com HIV/AIDS. Isso ocorreu juntamente com o sucateamento do



orçamento das universidades, das bolsas de pesquisa e de diversos tipos de apoio à produção do conhecimento científico.

Butler e Viana surgem como as autoras mais citadas nos textos. Judith Butler é uma das grandes referências no campo de gênero e sexualidade, produzindo teoria queer para pensar os corpos dissidentes e seu lugar no mundo, assim como formas de resistir e se afirmar. Sua produção é citada em diferentes publicações e em períodos distintos, justificando o impacto de suas obras nesta área por sua ampla utilização nas pesquisas. O mesmo acontece com Cláudia Viana, que vem se consolidando como uma referência para pensar questões de gênero e sexualidade em relação à educação, conduzindo grupos de pesquisa nessa temática, publicando e organizando textos e coletâneas.

No que diz respeito aos grupos mais analisados, os professores e os jovens aparecem como os mais requisitados para entrevistas, questionários e outras metodologias. Isso dialoga com os dados trazidos anteriormente pelo UNAIDS, onde a juventude tem estado no topo das vulnerabilidades epidemiológicas. Em diálogo com o Atlas da Violência (2021), é possível identificar, a partir dos gráficos relativos à idade das vítimas LGBTQIAP+, que "[...] a juventude é o período de maior vulnerabilidade à violência. Evidenciam também que é no período de formação da identidade, na adolescência, o ponto mais alto da vulnerabilidade das pessoas LGBTQIAP+" (p. 65).

Com relação aos professores, de acordo com o Grupo Gay da Bahia (2022), no quadro sobre "Profissão/Ocupação de LGBT+ vítimas de morte violenta no Brasil em 2021", 24 professores morreram em decorrência da LGBTIfobia (p. 41). Esse dado alarmante revela que ocupar o cargo de docente não protege as pessoas LGBTQIAP+ da violência, do preconceito, da discriminação, da LGBTIfobia e dos assassinatos. O dossiê também menciona o caso chocante da jovem trans Karon, de 13 anos, assassinada por um adolescente de 17 anos, a pauladas, chutes e socos, em Camocim (CE), "no dia 04 de janeiro de 2021, execução ainda mais chocante ao sabermos o motivo: a cobrança de uma dívida de R\$ 50,00 (cinquenta reais) decorrente de um programa sexual não pago pelo agressor, que, sem o recurso para quitar o combinado, trucidou-a" (p. 36).

O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Além do alto índice de mortalidade, esses grupos acumulam, dentro da população LGBTQIAP+, a menor expectativa de vida, os menores níveis de escolaridade e a maior taxa de evasão escolar. Com pouca qualificação e perseguidas pela rejeição social, as pessoas trans têm escassa representatividade no mercado de trabalho, e muitas delas precisam



recorrer à prostituição como principal forma de garantir a subsistência. Esse ciclo de exclusão, segundo a ANTRA (2023), inicia-se na família, continua na educação, passa pelo trabalho, saúde, política e culmina na violência que leva à morte.

Portanto, é incontestável que o acesso à informação é a única forma de assegurar direitos e dignidade, além de capacitar e fortalecer a luta contra a LGBTIfobia, a desigualdade social e a falta de acesso institucionalizado nas regiões periféricas, tanto geograficamente quanto ideologicamente, do Brasil atual. Além disso, é essencial fazer valer os princípios estabelecidos pela Constituição. Nesse sentido, democratizar o acesso às informações sobre diversidade, identidade de gênero, orientação sexual, direito à saúde sexual e reprodutiva e saúde preventiva, em um contexto de aumento drástico dos casos de infecção por HIV/AIDS, é fundamental para garantir o pleno exercício dos direitos de cidadania da população LGBTQIAP+ e erradicar a LGBTIfobia no país. Essa abordagem é simplesmente uma manifestação do direito constitucional à vida.

Referências

ABGLT. *Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Escolar no Brasil*. 2016. Disponível em: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 02/06/2023.

Benevides, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109p

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS. *Dados da ONU: Na contramão do mundo, Brasil tem aumento de 21% de novos casos de AIDS em 8 anos*. São Paulo, Junho, 2019. Disponível em: <http://agenciaaids.com.br/noticia/dados-da-onu-na-contramão-do-mundo-brasil-tem-aumento-de-21-de-novos-casos-de-sids-em-8-anos/>. Acesso em 30 jun. 2023.

BRAGA. Mariana, Romero. Luiz. A política brasileira de prevenção da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida na escola (1994–2014). E o papel da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura. *Educação e sociedade*. Campinas, v. 38, n.º. 141, p.983-997, out. -



dez., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v38n141/1678-4626-es-es0101-73302017166435.pdf>. Acesso em 30 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 24 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_prevencao_escolas.pdf. Acesso em 30 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Acesso em 30 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Saúde e educação: uma relação possível e necessária. Ano XIX boletim 17 - novembro/2009. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012177.pdf>. Acesso em 30 jun. 2023.

BRASIL. UNESCO. *AIDS: o que pensam os jovens*. Brasília, 2002. 88p. Disponível em: <https://portolivre.fiocruz.br/aids-o-que-pensam-os-jovens>. Acesso em 30 jun. 2023.

BRASIL. UNESCO. *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem*. Brasília: UNESCO, 2014. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227762>. Acesso em 30 jun. 2023.

BRASIL. *Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS)*. Disponível em: <https://unaids.org.br>. Acesso em 30 jun. 2023.

BRESSAN. Aline. Dissertação Mestrado: *A participação juvenil no Projeto saúde e prevenção nas escolas: contribuições da análise documental para a identificação de estratégias de promoção da saúde*. Fiocruz. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/24303/1/1019.pdf>. Acesso em 30 jun. 2023.



CÂMARA. Sheila. Dissertação Mestrado: *Vulnerabilidades dos adolescentes à transmissão sexual do Hiv/AIDS: uma análise no contexto do Programa Saúde na Escola*. Universidade Federal do Ceará, 2012.

Cerqueira, Daniel. *Atlas da Violência*. São Paulo: FBSP, 2021.

GENZ N, Meincke SMK, Carret MLV, Corrêa ACL, Alvez CN. Doenças sexualmente transmissíveis: conhecimento e comportamento sexual de adolescentes. *Texto contexto enfermagem*, 2017; 26(2):e5100015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072017000200311&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 30 jun. 2023.

GRANGEIRO A, Laurindo da Silva L, Teixeira PR. *Resposta à AIDS no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária*. *Revista Panam Salud Publica*. 2009; 26(1): 87–94. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0409/pdfs/IS29\(4\)115.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0409/pdfs/IS29(4)115.pdf). Acesso: 30 jun. 2023.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: _____. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

HENRIQUES Harley.; MIRANDA, Élida. *Fundo PositHIVo. Caminhos para a sustentabilidade da resposta social à epidemia de HIV/AIDS no Brasil. Filantropia de justiça social, sociedade civil e movimentos sociais no Brasil*. Graciela Hopstein (org.). 1. ed. - Rio de Janeiro: E-Papers, 2018. Disponível em: https://redefilantropia.org.br/uploads/arquivo/publicacoes/Livro_Filantropia-de-Justica-Social.pdf. Acesso em 25 set. 2019.

LOPES. Fernanda. Tese de Doutorado: *Mulheres negras e não negras vivendo com HIV/AIDS no Estado de São Paulo: um estudo sobre as vulnerabilidades*. Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6132/tde-10102006-144443/publico/FernandaTESE.pdf>. Acesso em 30 jun. 2023.

LOUTZENHEISER, Lisa W.; MOORE, Shannon D. M. Escolas seguras, sexualidade e educação crítica. In.: APPLE, Michael; AU, Wayne; GANDIN, Luís Armando. *Educação crítica: análise internacional*. Porto Alegre: Artmed, 2011.



MAIA, Érica. JUNIOR, Leandro. Modos de Enfrentamento do HIV/AIDS: direitos humanos, vulnerabilidades e assistência à saúde. *Revista NUFEN: phenomenology and interdisciplinarity*. | Belém, 11(1), 178-193, jan. – abr., 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912019000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 30 jun. 2023.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios | revista do ppgav/eba/ufrj* | n. 32 | dezembro 2016.

NEVES, Mariana B. A. S., GOMES, Cândido A. C., Educação em sexualidade: “verdade ou consequência”. In: *Revista Brasileira de Sexualidade Humana - RBSH* 2016, 27(1); pp. 25-36. Disponível em https://www.academia.edu/33194136/Ed_sexualidade_pdf . Acesso em 30 jun. 2023.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz. *Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil 2021*. Grupo Gay da Bahia, Aliança Nacional LGBTI+, 2022. Disponível no link: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf> acesso: 28/06/2023

OLIVEIRA, Elismênnia A.; SILVA, Gabriela P. V.. Políticas antigênero na América Latina: desdobramentos teóricos no debate feminista. 2020. Disponível em: file:///D:/Users/Lucas/Downloads/ANPOCS_2020%20gabriela%20peixoto%20elism%C3%AAnia%20oliveira.pdf Acesso em: 07 de junho de 2023

PAIVA V, ANTUNES MC, SANCHEZ MN. O direito à prevenção da Aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade na escola. *Interface (Botucatu)*. 2020; 24: e180625. Disponível em <https://www.scielo.br/j/icse/a/SbJ4wW39xzdCHT5gnDnwxCG/?lang=pt>. Acesso em 30 jun. 2023.

VERGUEIRO, V. *Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial*. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270.



SCIENTIFIC PRODUCTION ON LGBTQIAP+, HIV/AIDS AND EDUCATION TOPICS PUBLISHED IN LATIN AMERICA IN THE LAST 10 YEARS.

Abstract: This research aims to ascertain the production of articles involving the themes of LGBTQIAP+, HIV/AIDS and their intersections with education, published in Latin America, in the last 10 years. To this end, the scientific production available on the CAPES Periodicals portal (2013 – 2022) was analyzed and selected based on the descriptors “Educ and LGBT”, “Educ and HIV”, “Educ and AIDS”. The following categories “production concentration”, “thematic axis” and “methodology” were analyzed in light of the theoretical framework expressed in the works of Santomé (2011), Paiva (2020), Mbembe (2016) e Sena (2020). In conclusion to this research, it is possible to state that within the Capes platform, scientific production on LGBTQIAP+, HIV/AIDS and educational themes are focused 96% on a Brazilian context and widely published in scientific, educational and health magazines emphasizing the thematic axes of health, education, sexual diversity, and educational policy predominantly using interviews and questionnaires focusing on young people and teachers based mainly on the contributions of Judith Butler and Cláudia Pereira Vianna.

KEY WORDS: Education. LGBTQIAP+. HIV/AIDS. Latin America.

Élida Miranda dos SANTOS

Doutoranda, mestre em educação e especialista em gestão de políticas públicas , ambos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Coordenadora executiva do Fundo Positivo e gerente de projetos, atuante no campo dos direitos humanos desde a adolescência, coordenando diversos trabalhos na área. Foi conselheira nacional de juventude por duas gestões representando o Geledés – Instituto da Mulher Negra e coordenadora do projeto de comunicação para os direitos humanos da Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos.

E-mail: elidamirandasantos@gmail.com

Lucas Silva DANTAS

É pesquisadore de Gênero, Sexualidade e Diversidade na Educação. É Doutoranda em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde concluiu o Mestrado com bolsa da Coordenação de



Élida Miranda dos Santos, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Lucas Silva Dantas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É licenciada em Letras-Português pelo Instituto Singularidades (IS), onde atua como professora na Pós-Graduação em Inclusão Escolar e Diversidade: Questões Conceituais e Instrumentalização de Práticas, na Pós-Graduação em Psicopedagogia: Práticas Educacionais e Contextos da Educação e na na Pós-Graduação em Psicopedagogia EAD. Atualmente compõe a Associação dos Pós-Graduandos da PUC São Paulo coordenando a Comissão da Diversidade. Como Educadore e Pesquisadore desenvolve formações sobre Gênero, Sexualidade, Inclusão e Diversidade para escolas, instituições, associações e coletivos.

E-mail: 4121lucas@gmail.com

Recebido em: 10/07/2023

Aprovado em: 07/02/2024



APRESENTAÇÃO DE DOSSIÊ

Gênero e Sexualidade: novas perspectivas e intersecções sobre experiências indisciplinadas

Cássio Bruno de Araujo Rocha, *Universidade Federal de Minas Gerais*

Natanael de Freitas Silva, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*

Rafael França Gonçalves dos Santos, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*

Durante muito tempo as ciências humanas foram conduzidas por homens brancos, cisgêneros e heteronormativos, e voltadas às narrativas sobre as aventuras de um sujeito social e histórico similar. Desde há pelo menos quatro décadas, e hoje principalmente, podemos dizer que o campo dos estudos de gênero e da sexualidade tem rompido as amarras do pensamento heterossexual (Wittig, 2022) e, quanto ao gênero, tem se tornado cada vez mais indisciplinado (Oliveira, 2019).

No Brasil, desde os anos 1980 e, principalmente, 1990, os estudos das relações de gênero e da sexualidade têm se constituído em um amplo e complexo campo de investigação dos modos de construção das subjetividades, corporalidades e sexualidades. Com as contribuições de Joan Scott (1990), Judith Butler (2013) e Raewyn Connell (1995, 2015), expandiram-se ainda mais o vocabulário, as possibilidades de interpretação dos fatos, o corpus documental, analítico e teórico. Adensaram-se as análises sobre temas e sujeitos, até então, escamoteados pelas narrativas hegemônicas, tais como a sexualidade, a história da vida privada e do cotidiano, do amor e amizades, da família, da infância, entre tantos outros (Rago, 1998).



Se, inicialmente, o gênero foi entendido como sinônimo de “mulher”, na contemporaneidade, abordar as questões de gênero significa ampliar o foco das “mulheres” para o processo histórico de construção das “relações entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e entre homens.” (Pedro, 2011). Assim, além das mulheres, os homens passaram a ser compreendidos também como sujeitos de gênero (Connell, 2005, Albuquerque Júnior, 2013).

Na esteira dessa complexificação analítica, e assumindo seu caráter marcadamente político, vimos emergir as problematizações sobre a cisgeneridade e a transgeneridade, reconhecidas em sua dimensão histórica e cultural no processo de produção e significação dos corpos sexuais e generificados. Essa insurgente perspectiva trans assume o enfrentamento levado a cabo por pesquisadores e pesquisadoras, no sentido de problematizar as naturalizações produzidas para e sobre as inconformidades e as conformidades de gênero e sexualidade em relação ao cis-tema (sistema) hetero-normativo (Stryker, 2008; Lopes, 2018).

Assim, a desconstrução dos binarismos que polarizam os gêneros, as sexualidades e as corporalidades permitiu a percepção da multiplicidade de mulheres, mas também possibilitou o desenvolvimento dos estudos das masculinidades, ambas as temáticas consideradas em uma perspectiva interseccional. Ou seja, o desabrochar, fortalecimento e difusão dos estudos das subalternidades chamaram atenção para o problema das diferenças dentro das diferenças, isto é, para a importância de análises que articulam os vários eixos ou critérios de diferença, conjugando gênero, raça, classe, entre outros, em análises interseccionais.

Consolidando a utilização do gênero como uma categoria útil à análise histórica, Scott ressaltou a importância de se investigar como o gênero é um sentido primário das relações de poder e um pressuposto das instituições sociais, de maneira tal, que o seu emprego se tornou pertinente aos variados campos de investigação social, histórica e antropológica. Tratou-se de uma contribuição crucial para abrir vários campos até então reticentes a uma análise generificada, rompendo os limites do *gueto epistemológico* em que os estudos de gênero corriam o risco de ser encerrados.



É no sentido dessa abertura à pluralidade de áreas de pesquisa, assim como de objetos e recortes temporais, que o dossiê temático **“Gênero e Sexualidade: novas perspectivas e intersecções sobre experiências indisciplinadas”** apresenta uma seleção importante de textos que problematizam os modos como os gêneros são produzidos, inventados e borrados nas áreas de saber das ciências humanas e sociais, abordando temas como histórias das mulheres e dos homens, das feminilidades, das masculinidades e de dissidências à matriz cis-heteronormativa.

Dessa maneira, no volume primeiro desse dossiê, reuniu-se um conjunto de oito artigos que foram congregados sob o eixo **Movimentos sociais, políticas de saúde e a conquista de direitos – gênero e sexualidade em questão**. Tal escolha se deu, porque, nas últimas décadas, aquilo que convencionamos chamar de o movimento social LGBTQIA+(Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Pessoas Intersexo, Assexuais e outras identidades sexo-gênero dissidentes) atuou diretamente na defesa pela conquista e consolidação de importantes direitos civis para essa população, somando-se aos esforços de outros movimentos sociais, especialmente as várias correntes do feminismo e suas intersecções com o movimento negro.

Desde 2013, foi conquistado o direito ao casamento civil igualitário e, mais recentemente, em 2019, em mais uma decisão do Supremo Tribunal Federal, conquistou-se a equiparação da LGBTQIA+fobia ao crime de racismo. Essas, ainda incipientes, conquistas de Direitos são resultado, sem dúvida, da atuação dos movimentos sociais, da sociedade civil e também de parlamentares comprometidos com os Direitos Humanos em sua completude - em uma luta para não só conquistar esses direitos, mas para consagrá-los como auto-evidentes (Hunt, 2009).



Por sua vez, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem sido de fundamental importância no atendimento da população LGBTQIA+, principalmente na implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIA+ pelo Ministério da Saúde, em 2010, assim como na criação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBTQIA+, em 2013.

Esses são alguns dos indícios que confirmam a importância da produção analítica comprometida em assumir as questões de gênero e sexualidade em tanto que categorias capazes de contribuir à explicação da realidade social. Nesse tempo presente, temos encontrado muitas pesquisadoras e pesquisadores que se engajam nesse desafio. Os textos apresentados a seguir são uma amostra dessa capacidade reflexiva.

Em **Representações sociais e interseccionalidades de gênero, classe social e raça: processos reprodutivos de mulheres atendidas na assistência social**, a partir da Psicologia Social Crítica, se investigou as representações sociais mobilizadas pelos agentes profissionais nos processos reprodutivos de mulheres atendidas em serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O texto conclui que as representações sociais das profissionais sobre os processos reprodutivos das mulheres atendidas ainda estão associadas à noção tradicional de família, à maternidade e ao controle de natalidade, existindo pouca articulação entre gênero, classe e raça.

Práticas pedagógicas de gênero e sexualidade em uma instituição especializada na deficiência visual é um texto que apresenta uma avaliação das práticas pedagógicas mobilizadas por dois professores oriundos do Instituto Benjamin Constant, instituição especializada e referência no atendimento a pessoas deficientes visuais. São apresentadas as experiências decorrentes dos projetos “Roda de Conversa” nos anos iniciais e “Caminhos da Inclusão: sexualidade, aids e deficiência” nos anos finais do ensino fundamental, entre os anos de 2018 e 2019, na mesma instituição.



Em **“Eles aceitam esses gays todos pra um dia fazer uma sessão de cura com todo mundo”**: afetações da religião em uma pesquisa sobre masculinidades, a partir das teorizações sobre performatividade de gênero e suas interseccionalidades e das afetações da religião na construção dos sentidos de masculinidades, investiga-se como ocorrem as disputas pelo controle e regulação de masculinidades não heterossexuais em seus espaços de sociabilidade, principalmente entre os jovens.

Os níveis de vulnerabilidade social que mulheres trans estão sujeitas no âmbito das relações de trabalho e prostituição é o tema central de **As relações entre gênero, trabalho e prostituição: a saúde mental da mulher transgênero em situação de vulnerabilidade social no Brasil**. Uma das contribuições deste texto é apontar a necessidade de políticas públicas adequadas para essa população no âmbito dos Direitos Humanos e no acesso ao mercado formal de trabalho.

O documentário “Xá de Flor é uma canção” (1993) de Maria Dias e Cristina Diôgo é analisado com cuidado e atenção **Bar Xá de Flor, 30 anos depois: alquimias queer no cinema do Cariri cearense**. Articulando o cinema, a festa e a memória, o texto evidencia a existência de uma personagem homossexual no espaço-temporal interiorano na região do Cariri cearense.

Já em **Trans-identidades e a epistemologia da diferença sexual: sinais e espaços de vulnerabilidade sociojurídica** o discurso normalizante da sexualidade e suas incidências sobre as trans-identidades são problematizados como elementos chave para a produção de condições de vida precarizadas e vulnerabilizadas.

A arte da escrita também está presente em **“O sexo é impenetrável”: Um breve ensaio de leitura (in)disciplinada**. A partir das observações de José Miguel Winsnik à carta em que Mário de Andrade relata sua homossexualidade à Manuel Bandeira, discute-se táticas e estratégias discursivas de elaboração e enunciação da sexualidade em regimes de rechaço das dissidências sexuais, de gênero e de masculinidade.

O apagamento de histórias e memórias é refletido em **Memórias LGBTQIA+ no Brasil contemporâneo: disputas por silenciar e resistir**. O texto apresenta uma reflexão ensaística sobre ações de exclusão de existências e de eliminação de registros históricos e artísticos dos movimentos LGBTQIA+. Entre os diversos questionamentos, procura responder à pergunta: como o fechamento de museus e exposições



artísticas instaura disputas de resistência e apagamentos de memórias LGBTQIA+ no Brasil?

Em suas variadas abordagens, todos os textos questionam as formas de existência e resistência da população LGBTQIA+ no Brasil em momentos outros do passado histórico e, em particular, nas suas lutas contemporâneas. Trata-se de articular direitos e políticas capazes de alcançar os grupos sociais antes invisíveis ao Estado, o que resultava em desigual e precário acesso a direitos, políticas e instituições públicas.

Os artigos destacam como o existir LGBTQIA+ é em si uma luta cotidiana para as pessoas divergentes das normas do sistema sexo-gênero, agravando-se a situação ao proceder-se a análises interseccionais (presentes na maioria dos textos do dossiê). O que sugere, fortemente, que a conquista de direitos e a consequente construção de políticas públicas para materializar o acesso cotidiano a eles demanda um olhar múltiplo e aberto às diferenças que habitam as grandes categorias de diferença.

Além disso, os textos apontam para as persistências de violências, desigualdades e relações de dominação da ordem de gênero tradicional, patriarcal e do regime moderno da sexualidade, ameaçando direitos adquiridos e que se presumia como consolidados como auto-evidentes, bloqueando a expansão de uma real cidadania para as populações minorizadas e políticas públicas gestadas sob uma perspectiva interseccional. Consequentemente, a constatação da necessidade premente da continuidade da luta e da reflexão intelectual sobre esses temas é a contribuição final e, talvez, mais importante, do Dossiê.

Referências:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920 / 1940)*. 2ª Edição. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O passado, como falo?: o corpo sensível como um ausente na escrita da história. In: _____. *O Tecelão dos Tempos, novos ensaios de teoria da história*. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 39-56.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.



- _____. *Masculinities*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 2005.
- _____. Veinte años después: Masculinidades hegemónicas y el sur global. In: MADRID, Sebastián; VALDÉS, Teresa; CELEDÓN, Roberto. (Orgs.). *Masculinidades em América Latina: veinte años de estudios y políticas para la igualdad de género*. 2020, p. 37-58.
- _____; MESSERSCHMIDT, James W. *Masculinidade hegemônica: repensando o conceito*. Estudos Feministas, Florianópolis, v., n. 21, p. 241-282, jan./abr. 2013.
- _____. Questões de gênero e justiça social. Século XXI, *Revista de Ciências Sociais*, Rio Grande do Sul, v. 4, n. 2, p.11-48, jan./jun. 2014.
- _____; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: Versos, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos*. Uma história. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- LOPES, Fábio Henrique. Cisgeneridade e historiografia. Um debate necessário. In: NETO, Miguel Rodrigues de Sousa; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. (Orgs.). *História e teoria queer*. Salvador, BA: Editora Devires, 2018, p. 77-100.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, História e Educação: construção e desconstrução*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 101-132, 1995.
- MAGALHÃES GOMES, Camilla de. Gênero como categoria de análise decolonial. *Civitas* (Porto Alegre), v. 18, p. 65-82, 2018.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. A história disciplinada e seus outros: reflexões sobre as (in)utilidades de uma categoria. In: AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. (Orgs.). *A história (in)disciplinada*. Teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2019, p. 53-72.
- PEDRO, Joana. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, jan-jun, p. 270-283, 2011.
- RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. *Cadernos Pagu* (11), p. 89-98, 1998.
- ROCHA, Cássio Bruno Araujo. Identidades narrativas e performatividade de gênero: cruzamentos conceituais possíveis após a morte do sujeito. *Revista Gênero*, v. 19, p. 025-044, 2018.
- _____. Teoria Queer entre a Pós- modernidade e o Presentismo: um caminho crítico possível?. *Revista Periódicus*, 1(6), 2016, p. 212-240.



SANTOS, Rafael França Gonçalves dos. De “bonecas transformistas” a LGBTQs ativistas: histórias, narrativas e existências em uma cidade do interior do estado do Rio de Janeiro, 1970-2017. *ANOS 90* (ONLINE) (PORTO ALEGRE), v. 27, 2020, p. 1-17.

SILVA, Natanael de Freitas. Intersecções do e no masculino: subalternização e vulnerabilidades das masculinidades negras. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 5, 2022, p. 201-229.

_____. História e Teoria Queer: novos olhares. *Fênix* (UFU. Online), v. 17, 2020, p. 724-729.

STRYKER, Susan. *Transgender history*. Berkeley, CA: Seal Press, 2008.

WITTING, Monique. *O pensamento hétero e outros ensaios*. Trad. Máira Mendes Galvão. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

Cássio Bruno de Araujo ROCHA

Doutor, Mestre e Licenciado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem mais de vinte textos publicados tratando de temas como, teoria queer, masculinidades, sodomia e Inquisição. É professor de História na Educação Básica em Betim, MG. Também é autor do livro “Masculinidades e Inquisição: gênero e sexualidade na América Portuguesa”, lançado em 2016.

Natanael de Freitas SILVA

Doutor, Mestre e Licenciado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Integra o grupo de pesquisa LabQueer (Laboratório de estudos das relações de gênero, masculinidades e transgêneros) na linha de pesquisa -Masculinidades e homossexualidades. Tem mais de vinte textos publicados tratando de temas como, masculinidades, ditadura, ensino de história e relações de gênero.

Rafael França Gonçalves dos SANTOS

Doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro e licenciado em História pelo Centro Universitário Geraldo Di Biase. É professor de História na Educação Básica em Campos dos Goytacazes e Tutor a distância no Consórcio CEDERJ - UENF. Pesquisador do LabQueer - Laboratório de



estudos das relações de gênero, masculinidades e transgêneros da UFRRJ, e do Atelier de Estudos de Gênero (ATEGEN), da UENF. Tem mais de quinze textos publicados tratando de temas como, amizades, masculinidades, vivências e experiências trans e ativismo LGBT. Também é autor do livro “As aparências enganam? A arte do fazer-se travesti”, lançado em 2015.

.

Recebido em: 24/01/2024

Aprovado em: 01/02/2024



DOSSIÊ

Representações sociais e interseccionalidades de gênero, classe social e raça:

Processos reprodutivos de mulheres atendidas na assistência social

Daniela Porto Giacomelli, *Universidade Federal de Santa Maria*

Adriane Roso, *Universidade Federal de Santa Maria*

Resumo. Este estudo é resultado de uma pesquisa que investigou as representações sociais e processos reprodutivos de mulheres atendidas em serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tendo como interlocutoras as profissionais desses serviços e buscando olhar para suas práticas, nossos objetivos são: (a) pensar sobre as representações sociais que se associam aos processos reprodutivos das mulheres atendidas no SUAS e, (b) refletir sobre as interseccionalidades de gênero, classe social e raça nesse campo. Tendo como base a metodologia qualitativa, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com 12 profissionais. A partir da Psicologia Social Crítica, da Teoria das Representações Sociais, da perspectiva dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e feministas decoloniais e feministas interseccionais, utilizamos campos culturais como organizadores das análises. Percebemos que as representações sociais das profissionais sobre os processos reprodutivos das mulheres atendidas ainda estão associadas à família, maternidade e ao controle de natalidade, existindo pouca articulação entre gênero, classe e raça. Todavia, novas ideias de cunho crítico também estão emergindo, especialmente ao que se refere à paternidade e lugar dos homens na reprodução e cuidado da família, indicando alguma dinamicidade nas representações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Reprodução. Interseccionalidades. Assistência Social. Representações Sociais.



Introdução

É sabido que a reprodução humana não é unicamente biológica, pois é intrinsecamente permeada pelas relações objetivas e subjetivas entre o eu, o outro e o mundo, (re)produzindo contextos sociais e históricos que nos atravessam cotidianamente. A reprodução se faz presente na organização da sociedade, indicando até mesmo supostos lugares que mulheres e homens deveriam ocupar.

Compreendemos que a reprodução deve ser pensada como um processo dinâmico. A maneira como a representamos diz das nossas práticas sobre ela. Portanto, os processos reprodutivos são referidos aqui como fenômenos que se relacionam à reprodução humana tanto para fins de procriação ou seu controle, como para (re)produzir relações sociais de gênero, classe e raça quando associados à reprodução, ao sexo e à sexualidade. Esses processos estão implicados direta ou indiretamente em diferentes aspectos da nossa vida privada e pública. Diante disso, percebe-se que tal fenômeno sempre esteve presente engendrando práticas sociais ao longo da história, tanto como instrumento de controle como também de emancipação do corpo das mulheres.

Particularmente, na história do Brasil, percebemos esses atravessamentos desde a colonização. Nesse contexto, a Igreja, que detinha de muita influência, definia o lugar das mulheres brancas enquanto mães de família, cabendo-as o espaço privado do lar (ALVES José, 2006; COSTA Ana Maria, 1996¹), sendo elas as “reprodutoras da classe e da posição racial e colonial dos homens brancos burgueses” (LUGONES María, 2020, p. 78). Para as mulheres negras escravizadas, a reprodução também era incentivada, mas a isso se deu o nome de “pecuária negreira” (ARANTES Esther, 2011, p. 172), gerando crianças para o trabalho escravo. Com o fim da escravidão, em 1888, outras práticas sociais em relação à reprodução apareceram, marcadas por políticas higienistas de embranquecimento da população brasileira, principalmente por meio da vinda de imigrantes europeus e japoneses (ALVES José, 2006). No século XX, o Brasil teve tanto políticas de incentivo à natalidade para algumas populações, como de controle para outras.

Ocorreu também no século XX a invenção de métodos contraceptivos, que trouxe novas possibilidades às mulheres, como a

¹ Adotamos o posicionamento de escrever o nome completo das(os) autoras(es) citadas(os) para evidenciar o nome das mulheres.



vivência da sexualidade com menores chances de uma gravidez indesejada (CABRAL Cristiane, 2017). Porém, o avanço das novas tecnologias contraceptivas veio junto das políticas de controle populacional, que apresentavam vieses eugenistas e econômicos. De acordo com Elaine Brandão e Fernanda Alzuguir (2022), pode-se mencionar, como exemplo, o caso das esterilizações de mulheres brasileiras que ocorreram em massa entre as décadas de 1970 e 1980, com apoio de agências internacionais e organizações não governamentais. Os casos foram investigados por uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito em 1993, conhecida como “CPI da Esterilização”, a qual relatou que o procedimento atingiu majoritariamente mulheres pobres e racializadas, além de que muitas mulheres não tinham conhecimento da irreversibilidade do procedimento. Esse cenário impulsionou movimentações pela garantia dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, sendo instituída em 1996 a Lei Federal n.º 9.263, que dispõe sobre as políticas de planejamento familiar e reprodutivo e reafirma o direito de escolha, assim como foram proibidas as políticas de controle populacional (BRASIL, 1996).

Esses breves pontos que destacamos na história nos faz refletir e indagar: por que alguns corpos tem seus processos reprodutivos mais controlados e invadidos do que outros? Sabemos que a vivência dos processos reprodutivos é diferente para cada sujeito, contudo, em certos grupos isso parece irromper com mais frequência.

Olhando para o campo das políticas públicas de assistência social, com ênfase nos serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), este estudo parte da Teoria das Representações Sociais e da perspectiva dos Direitos Sexuais e Reprodutivos como livre exercício da sexualidade e reprodução. Levando em consideração as interseccionalidades de gênero, classe e raça, bem como as construções culturais, sociais e históricas que movimentam nossas relações e práticas profissionais no âmbito da reprodução, questionamo-nos: no que diz respeito aos seus processos reprodutivos, como as mulheres são olhadas pelas profissionais que as atendem no SUAS? Tendo as profissionais de ensino superior da política como interlocutoras, nossos objetivos são: (a) pensar sobre quais representações sociais se associam aos processos reprodutivos das mulheres atendidas no SUAS e, (b) refletir sobre as intersecções de gênero, classe social e raça nesse campo.

Percurso Epistemológico e Método



Esta pesquisa é oriunda da dissertação de mestrado da primeira autora e foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa, seguindo as normas para pesquisa com seres humanos, conforme a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016)². Guiamo-nos pelo viés qualitativo, que, conforme Maria Cecília Minayo (2016), se preocupa em trabalhar com aqueles fenômenos de ordem subjetiva e inseridos na realidade social.

Para pensar nossas discussões, temos a Teoria das Representações sociais (MOSCOVICI Serge, 2015), em que as representações sociais são formas de conhecimento consensuais, sendo acordos implícitos ou explícitos entre aqueles que fazem parte de determinado contexto. Esses saberes nos dão pistas sobre como agir, auxiliando-nos no processo de interpretação da realidade para possibilitar a comunicação entre o Eu, o Outro e o Mundo. Por conseguinte, a maneira como representamos os processos reprodutivos se associa às práticas que temos diante de tais fenômenos.

Conforme Serge Moscovici (2015), as representações sociais tornam familiar o que é desconhecido por meio de dois processos: ancoragem e objetivação. A ancoragem atua atrelando o novo a uma categoria conhecida, assumindo algumas de suas características, tornando-se menos estranho. Por meio da objetivação, o novo liga-se à nossa realidade física e material. Dentro do processo de objetivar, ocorre a naturalização, ou seja, se reproduz a partir de uma imagem real e concreta a nova ideia ou conceito, que se torna natural, como se sempre tivesse existido (MOSCOVICI Serge, 2015). Trabalharemos com as representações sociais a partir da abordagem processual/cultural, tendo em vista a tríade relacional entre o Eu, o Outro e o Mundo (OLIVEIRA Maria Olivia; ORNELLAS Maria de Lourdes, 2014).

Ainda, apoiamo-nos na Psicologia Social Crítica, a qual, para Pedrinho Guareschi (2012), admite que sempre haverá ao menos dois lados daquilo que vemos, o explícito e o implícito. Também, ancoramo-nos em autoras com perspectivas feministas decoloniais e feministas interseccionais, entendendo que ambas conversam ao refletirem sobre as diferentes formas de opressão que vão além das fronteiras de gênero, pois não existe uma experiência única de ser mulher. Nesse sentido, dialogamos com a perspectiva dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, que se

² A pesquisa faz parte de um projeto guarda-chuva, que também passou pela apreciação de Comitê de Ética, CAAE: 20532119.4.0000.5346. Tal projeto possui apoio do CNPq e da Fapergs (Bolsa de Produtividade em Pesquisa e Bolsa Pesquisadora Gaúcha, ambas da orientadora).



relacionam ao livre exercício da sexualidade e reprodução, com segurança, respeito e autonomia, sem intervenções invasivas, julgamentos morais, discriminações e violências, devendo ser garantidos pelo Estado sem sua ação direta e compulsória, mas com uma perspectiva de proteção e promoção.

Para pensar o modo como os processos reprodutivos das mulheres estão sendo representados e tecidos no social, olhamos para um contexto específico em que a presença das mulheres é predominante: o campo das políticas de assistência social. Aldaíza Sposati (2021) argumenta que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é uma materialização e um dos pilares das políticas de assistência social. Larissa Cagnani (2016) explica que os serviços do SUAS são definidos a partir do nível de complexidade: a proteção social básica, que atua prevenindo situações de riscos ou violação de direitos, com serviços referenciados nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS; e a proteção social especial, que prevê o atendimento em situações de ameaça ou de já ocorridas violências, e a pessoas em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social, com serviços referenciados nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Isto posto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais de nível superior do SUAS, em concordância com a resolução 17/2011 (BRASIL, 2011)³, que define quais profissionais de nível superior podem atuar na política. Incluiu-se todas(os) as(os) profissionais do estado do Rio Grande do Sul, com experiência em qualquer um dos serviços do SUAS por no mínimo 6 meses, que, no decorrer de suas atividades atenderam mulheres de qualquer idade e que concordassem com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Excluiu-se as(os) profissionais com experiências no SUAS apenas em estágios, não falantes da língua portuguesa ou com necessidades especiais para a comunicação. Para chegar até as(os) profissionais utilizou-se a técnica de amostragem por bola de neve, que funciona a partir da rede de relações da(o) participante, que pode indicar outras(os) possíveis interessadas(os).

As informações foram construídas entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023, com a participação de 12 trabalhadoras de 7 cidades do Rio Grande do Sul, incluindo a região central e a região metropolitana.

³ Os profissionais citados na resolução são: psicóloga(o), assistente social, advogada(o), economista doméstico, economista, pedagoga(o), socióloga(o), terapeuta ocupacional, musicoterapeuta, administrador(a), antropóloga(o) e contador(a).



Realizou-se um encontro com cada participante, tendo duração média de 45 minutos e, utilizamos um questionário sociodemográfico para obter informações gerais.

Quanto à descrição das participantes: todas são mulheres; dentre as 12, 6 estavam no grupo de idade entre 32 a 38 anos; 11 profissionais eram brancas e 1 parda; 6 são assistentes sociais, 5 são psicólogas e 1 é terapeuta ocupacional; 11 atuam na região central do estado e 1 na região metropolitana. Cada participante está identificada com a letra “P”, seguida de ordem numérica aleatória, conforme o quadro 1 – descrição das participantes. Sobre as falas apresentadas, para fluir a leitura, retiramos elementos da linguagem coloquial e demais vícios de linguagem (como “né”, “hum”, “aham” etc.); o conteúdo não foi alterado.

Quadro 1: Descrição das Participantes

Participante	Idade	Raça	Função/Serviço do SUAS	Tempo de trabalho
P1	25 a 31 anos	Branca	Assistente social/ CREAS	4 anos
P2	32 a 38 anos	Branca	Psicóloga/CREAS	12 anos
P3	32 a 38 anos	Branca	Psicóloga/CRAS	3 anos
P4	32 a 38 anos	Branca	Assistente social/CRAS	12 anos
P5	32 a 38 anos	Branca	Psicóloga/CRAS	4 anos
P6	32 a 38 anos	Branca	Assistente social/CRAS	10 anos
P7	25 a 31 anos	Branca	Terapeuta Ocupacional/CRAS	1 ano
P8	39 a 45 anos	Branca	Psicóloga/CRAS	15 anos
P9	25 a 31 anos	Branca	Assistente social/CRAS	7 meses



Daniela Porto Giacomelli, Universidade Federal de Santa Maria
Adriane Roso, Universidade Federal de Santa Maria

P10	39 a 45 anos	Branca	Psicóloga/CRAS	12 anos
P11	32 a 38 anos	Branca	Assistente social/CRAS	9 anos
P12	46 a 52 anos	Parda	Assistente social/CRAS e CREAS	8 anos

Fonte: Elaborada pelas autoras

As informações foram analisadas a partir da construção de campos culturais (ROSO Adriane, 2010). Primeiramente, o material produzido com a transcrição das entrevistas foi relido até que fosse possível perceber os temas mais frequentes no discurso das participantes. Após, foi pensado quais ideias conversavam ou não. A noção de campos culturais pressupõe movimento entre as informações, mostra como os achados não estão limitados a categorias, palavras ou conteúdos, mas se relacionam entre e fora de si ao contexto social em que foram produzidos, sendo que “pelos campos culturais permeiam relações de poder – relações de gênero, de raça/etnia, relações econômicas, etc.” (ROSO Adriane, 2010, p. 334).

Encontramos dois campos culturais que correspondem aos objetivos desse estudo. O primeiro traz nossas percepções a respeito de algumas representações sociais que podem estar ligadas aos processos reprodutivos das mulheres atendidas, o chamamos de “Representações sociais sobre família e processos reprodutivos no atendimento de mulheres no SUAS”. No segundo, consideramos a presença das interseccionalidades entre gênero, classe e raça, e como essas intersecções podem (ou não) estar presentes nas representações sobre processos reprodutivos das mulheres atendidas, este nomeamos como “Processos reprodutivos de mulheres no SUAS e interseccionalidades de gênero, classe social e raça”.

Representações sociais sobre família e processos reprodutivos no atendimento de mulheres no SUAS



Tal como o histórico controlador e higienista de algumas políticas de reprodução no Brasil, as políticas de assistência social também tiveram características tutelares e assistencialistas até alcançar o estado de proteção e garantia de direitos sociais, que ainda se busca construir hoje. Para pensar sobre as representações sociais que se associam aos processos reprodutivos das mulheres atendidas no SUAS, nesta seção, entendemos que primeiro é preciso olhar para a maneira que as profissionais escutadas as descrevem. Após, discutiremos sobre maternidade e concepções normativas de família, seguido do planejamento familiar e reprodutivo.

Caracterização das usuárias dos serviços pelas profissionais

Primeiramente, observamos que algumas descrições se repetiam: “mulheres chefes de família, (...) e aí com número de filhos nem tão grandes nem tão pequenos” (P6); “são mulheres pobres, (...) um número maior de filhos, 5, 7, (...) ficavam mais em casa no trabalho doméstico cuidando dos filhos” (P8); “de modo geral são mulheres que são chefes de famílias, (...), são famílias grandes assim, com 3, 4, 5 filhos muitas vezes, (...), basicamente a classe social é a mais vulnerável” (P10).

Estas são características concretas, ou seja, dizem de percepções observáveis. Entretanto, o que podemos questionar é: por que as profissionais utilizaram repetidamente as mesmas palavras que outras colegas de trabalho? Percebemos que isso não necessariamente expõe representações sociais sobre as mulheres atendidas ou seus processos reprodutivos, mas, pode ligar-se em outras representações, principalmente em relação ao conceito de objetivação. A repetição na linguagem também indica a naturalização. Assim, quando essas palavras passam a ser ditas com certa frequência, seus sentidos passam a constituir a realidade do objeto. Neste caso, as mulheres que chegam aos serviços são: chefes de família, mães de “muitos” filhos, pobres e vulneráveis.

Na medida em que “naturalmente” são essas as características das mulheres que acessam o SUAS na perspectiva das entrevistadas, as práticas das(os) profissionais serão voltadas para essas temáticas, e será “natural” a intervenção em suas vidas dentro dessa óptica. Essa naturalização diz das relações de gênero, que atribuem a mulher o lugar de cuidado e a esfera do lar. Como discutido por Camila Fernandes (2018), o encargo de cuidar e gerenciar a vida dos filhos é atribuído às mulheres, visto que “o caráter da reprodução biológica, junto a marcação simbólica de elementos como sexo, desejo, ventre, útero, procriação, cuidado, afeto,



vida e morte virtualizam a ‘reprodução social’ de um mundo feminino que gera e que deveria cuidar dos seus, tanto de seu corpo físico, como de suas relações” (p. 216).

Em outros estudos é possível perceber o quanto as concepções, talvez representações sociais, de mulheres que acessam o SUAS estão ancoradas na maternidade e na família, tal como discutem Tatiana Sonsa *et al* (2020) ao colocarem que a própria Política Nacional de Assistência Social, mesmo tendo como foco a família como um todo, atribui às mulheres o cuidado e a responsabilização pelo funcionamento de suas casas e famílias. Também, Aldaíza Sposati (2021, p. 5) menciona a dificuldade do SUAS em trabalhar pautas em defesa da mulher, pois as “mulheres são funcionalizadas como mães”. Com isso, observamos que as representações das mulheres usuárias do SUAS convergem com as representações sobre mulher e maternidade, já que antes de serem vistas como mulheres, são vistas como mães e “chefes de família”.

Em vista disso, o processo de naturalização das características das mulheres pelas profissionais parece tecer e ser tecido pela própria política da assistência social, visto que esta implicitamente direciona esse olhar, como já apontado pelos estudos acima citados. Nossos achados corroboram tais informações, visto que todas as participantes relataram que as mulheres são as mais presentes nos serviços e, as práticas direcionadas a elas continuam sendo associadas à maternidade e à chefia da família. Por exemplo, podemos pensar nas atividades desenvolvidas com as mulheres pelas entrevistadas, como o caso relatado:

(...) teve uma vez que tinha de tipo aprender a ser dona de casa, e aí isso foi pra população que foi pras casinhas populares, (...) elas receberam esse tipo de orientação assim, de como cuidar do lar (...) no momento que tu possibilita uma oficina de geração de cuidado do lar pras mulheres, tu tá dizendo que esse é o lugar dela, ela não pode ocupar outro lugar. (P3)

Há nesse testemunho não só uma questão de gênero, mas também de classe. A oficina citada, sobre “aprender a ser dona de casa”, era direcionada às mulheres das “casinhas populares”. Embora a participante 3 apresente uma crítica aos modos como as relações de gênero são reificadas nas ações do SUAS, não há percepção de sua parte sobre classe social, que aparece quando a ação é destinada apenas para região das “casinhas populares”. A maior parte dos serviços do SUAS, em especial o CRAS, possui uma política de portas abertas, ou seja, todos podem ter



acesso aos serviços. Neste caso, por que a oficina que ensina como cuidar do lar é direcionada para essa população e não a todas(os) do território?

Podemos perquirir que a situação apresentada indica que ainda permanece a noção de tutela quanto às práticas familiares das mulheres atendidas nos serviços que, como descrito pelas participantes, são famílias pobres. Essa prática vem do passado e se repete hoje, como mostrou Gracyelle Costa (2017), desde a antiga (e assistencialista) Legião Brasileira de Assistência (LBA) que as mulheres pobres são alvo de ações normalizadoras para ensinar sobre cuidado.

Exercício da maternidade e concepções normativas de família

Outros testemunhos também se destacam ao pensarmos sobre a relação entre a reprodução, maternidade e família: *“a gente sempre pensou com ela assim sobre como que ela conseguia exercer a maternagem dela e como que ela pensava o lugar dela como mãe”* (P10); *“como as famílias são vulneráveis, eles já vêm de uma cultura, que a mãe casa, cuidando dos filhos, cuidando da casa (...) tudo isso a gente trabalha nesse planejamento familiar, que é tentar organizar a família”* (P11).

O exercício da maternidade é um tema frequente nas políticas destinadas às mulheres pobres desde o início do século XX, quando o movimento higienista passa a ganhar mais força e a ciência passa a definir o que deve ou não ser prática na criação dos filhos (RIZZINI Irene; PILLOTI Francisco, 2011). Discursos como esses, que são baseados no controle sobre determinados corpos, impulsionam intervenções que passam a atender a norma imposta e não as reais necessidades das famílias. Nessa direção, torna-se cabível dizer quem pode ou não reproduzir com base numa suposta capacidade de criar corretamente essas crianças. Isso pode ocorrer em contextos micro ou macrosociais, na esfera privada ou pública, tanto no cotidiano das interações familiares e na comunidade local como em uma política pública nacional.

Narrativas como as anteriores sugerem a necessidade de adequação das famílias atendidas. As falas a seguir mostram pressuposições do destino das crianças criadas por essas famílias: *“(...) então acabam sendo gerados filhos, que é muito o que a gente acompanha, e os filhos daí não tem aquele vínculo, às vezes são abandonados, são adotados”* (P7); *“(...) tá numa situação extremamente*



precária e vai acabar tendo um filho, e esse filho vai acabar num futuro provavelmente ocorrendo de ter problemas com drogas, crimes” (P9).

Para Vinícius Pereira e Pedrinho Guareschi (2017), existem representações sociais de que essas famílias são desestruturadas, disfuncionais e problemáticas, e que os pais seriam negligentes ao cuidar dos filhos, essa desorganização se relaciona também ao número de filhos, visto que famílias numerosas fogem da ordem exigida, já que muitas vezes há mais de um arranjo familiar devido a novos relacionamentos. Percebemos que esta família colocada como o padrão e norma é aquela imposta a nós desde a colonização, uma família generificada, eurocêntrica, branca, heterossexual e monogâmica, como discutem María Lugones (2020) e Oyèrónké Oyěwùmí (2020).

Intervenções nessas famílias, principalmente quanto aos cuidados dos filhos, são justificadas a partir da suposição de que nessas relações familiares “não têm aquele vínculo” (P7), que pode ocorrer dos filhos “ter problemas com drogas, crimes” (P9), sendo assim, é preciso “tentar organizar a família” (P11). Conforme Elaine Brandão e Fernanda Alzuguir (2022), tais acusações acentuam-se diante de famílias pobres e negras. Acontece que, como apontado, este não é um discurso novo, dado que desde o início do século XX irromperam políticas que buscavam ensinar mulheres pobres e racializadas a como cuidar de seus filhos (RIZZINI Irene; PILLOTI Francisco, 2011). A recorrência disso nos dias atuais nos mostra como o processo de ancoragem dá conta de atualizar esses velhos posicionamentos. Ademais, nos indica como as representações sociais justificam práticas higienistas e controlistas.

Até este ponto, os processos reprodutivos das mulheres atendidas no SUAS ganham destaque no exercício da sua maternidade e das relações familiares. Porém, se a maternidade e a família são tão presentes dentro das pautas da assistência social, que outras questões sobre reprodução e mulheres poderiam ser observadas?

Planejamento familiar e reprodutivo

Pensando na indagação anterior, exploramos a respeito do planejamento familiar e reprodutivo e os métodos contraceptivos. Lembramos que, no Brasil, o planejamento familiar e reprodutivo possui um histórico elencado em políticas demográficas e eugênicas, como os casos envolvidos na CPI da esterilização, que o ancoraram em uma noção de controle e não de autonomia. Hoje, este planejamento e alguns Direitos



Sexuais e Reprodutivos são garantidos por meio da Lei do Planejamento Familiar (BRASIL, 1996). Ademais, atualmente, utiliza-se além de planejamento familiar o termo planejamento reprodutivo, visto que o planejamento da reprodução não precisa implicar a dimensão familiar.

Nas entrevistas, o planejamento familiar e reprodutivo apareceu como uma possibilidade de escolher a organização da família, com destaque para o controle de natalidade: “(...) *entender o que é um planejamento familiar, entender a importância da qualidade e não ter quantidade, ter 5, 6, 7 filhos, às vezes ter dois e dar o que é essencial*” (P12); “*se hoje tu for falar pra uma família que é vulnerável, eles nem sabem o que tu tá falando, o que é planejamento familiar, porque é aquelas famílias numerosas com 4, 5, 10 filhos*” (P11).

Nesse sentido, o planejamento familiar e reprodutivo das mulheres atendidas aparenta ser representado pelas profissionais como sinônimo de ter “poucos” filhos, número que não é especificado por todas. Do contrário, se a mulher apresenta desejo por ter “muitos” filhos, isso não entraria numa suposta lógica de planejamento: “*elas já têm aquele planejamento de ter esses filhos e com certeza mais de um (...) e pra eles filhos não são um problema, não são, eles não planejam*” (P9). Esse entendimento pode ser uma representação social, que liga planejamento familiar e reprodutivo às famílias pequenas e ao uso de métodos para contracepção, podendo estar ancorada nas políticas estatais de controle de natalidade. Como relata José Alves (2006), no passado, eram frequentes em campanhas no Brasil o uso de métodos para controle de natalidade com intenção de diminuir a população, baseando-se em teorias neomalthusianas de que este controle poderia aumentar o desenvolvimento socioeconômico. Todavia, como traz Maria Betânia Ávila (2019), a diminuição da taxa de natalidade não necessariamente acarretou na diminuição da pobreza no Brasil. Logo, pode-se identificar que ambos os fenômenos não demonstraram a correlação apresentada pelas teorias neomalthusianas.

Notamos que ações de controle reprodutivo sobre o corpo das mulheres se atualizam com os novos discursos de cada época, estando hoje mais voltados ao planejamento familiar e reprodutivo e não mais ao controle de natalidade como meta populacional, apesar de que os mesmos fins ainda estão presentes: reduzir a taxa de natalidade. Percebe-se que a tradição persiste na linguagem reificada. Quando as mulheres informam que não possuem desejo em usar contraceptivos, há certo julgamento por



parte de algumas das profissionais, como demonstram os seguimentos narrativos:

Eu vejo muito essa questão de levar pro pessoal, tipo “acredito que a decisão é minha, o corpo é meu, o filho é meu, eu educo da forma que eu quiser, se eu tenho condições ou não é problema meu”, e bastante essa questão de “ah meu marido isso meu marido aquilo, ou meus familiares, ou minha religião”, são coisas que influenciam bastante, ou até a própria cultura assim de “ah minha vó teve 12, 15 filhos e todos estão vivos, estão bem”, mas até que ponto que isso é saudável, que isso é bom, que isso é interessante de continuar. (P9)

Método contraceptivo tem, em qualquer lugar tem, a gente encontra né, só que é que nem eu digo, tá em eles quererem usar os métodos, que os adolescentes, e não digo nem só os adolescentes, os adultos também, se tu falar em métodos contraceptivos “ah eu não gosto, não quero”, é bem complicado. (P11)

O que as profissionais estão trazendo, talvez sem nem perceber, são resistências apresentadas pelas mulheres: “a decisão é minha, o corpo é meu”, “eu não gosto, não quero”. A usuárias estão falando e expressando seus desejos e decisões às profissionais, que parecem ter dificuldade de escutar. É um discurso bastante feminista, que reivindica o direito ao próprio corpo. Essa reivindicação é característica de movimentos feministas que, inclusive, impulsionaram a luta pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Escolher quando e quantos filhos se quer ter e se deseja ou não usar contraceptivos é uma decisão pessoal, que não precisa ser justificada ou compreendida pelas profissionais. Apesar disso, essa aparente representação de que deve existir um controle de natalidade para pensar o planejamento familiar e reprodutivo impacta as práticas diante dessas mulheres, afetando em alguns casos seus processos de reprodução, pois se conectam a ideias de controle sobre seus corpos e estabelecem uma norma de que se deve ter poucos filhos, mesmo que esse número não seja especificado.

Patricia Hill Collins (2019), ao abordar imagens de controle e opressão de mulheres negras no contexto estadunidense, fala sobre a “mãe dependente do Estado”, que seria aquela que acessa os benefícios ofertados pela assistência social, representada como acomodada. Para a autora, essa imagem viabiliza a ideia de que a fecundidade de mulheres não brancas e pobres é perigosa para a economia, por consequência, é necessário controlá-la. Em nossa pesquisa, podemos perceber que as falas



de algumas profissionais conversam com a imagem da “mãe dependente do Estado”, como exemplo: *“porque menos pessoas na família, menos gastos, tu consegue viver melhor, e pra sociedade também, menos pessoas acessando os serviços, essas coisas”* (P4).

As mulheres atendidas também parecem ser representadas como pessoas que não pensam sobre seus processos reprodutivos, tanto no sentido de incapacidade como no sentido de aparente descaso diante de negativas ao uso de contraceptivos. Essa suposta incapacidade se encaixa na lógica que indica a necessidade de intervenção compulsória nesses corpos. Existem sinais dessas representações nas seguintes colocações, que aparecerem repetidamente: *“mesmo que elas já tenham um filho muitas vezes elas não pensam em se preservar ou de repente não ter mais filhos”* (P9); *“não compreendem que seria importante pras famílias um planejamento (...) na hora do sexo elas esquecem dos métodos contraceptivos”* (P11). Se as mulheres atendidas não pensam sobre sua reprodução, o que isso nos diz sobre as representações sobre elas? A sexualidade descontrolada também é característica da “mãe dependente do Estado” (COLLINS Patricia Hill, 2019).

O explícito é que essas mulheres não pensam sobre reprodução, o que está implícito nos diz sobre representações sociais que possuem sentidos profundos, que legitimam práticas de dominação e violência, como pensar quais corpos podem se reproduzir ou não, quem é digno de autonomia e liberdade e quem deve ser controlado. É evidente o quanto as mulheres ainda são alvo de ações que buscam o controle de sua reprodução. Tal fato se manifesta nas práticas de trabalho no SUAS, que tendo como foco da política o trabalho com as famílias em seu território, é atravessado por questões como planejamento familiar e reprodutivo.

Processos reprodutivos de mulheres no SUAS e interseccionalidades de gênero, classe social e raça

Concordamos com Oyèrónké Oyěwùmí (2020, p. 87) quando diz “o gênero é socialmente construído, a categoria social “mulher” não é universal”. Enquanto sujeitos do social, somos marcadas(os) por intersecções que não pensamos ser recortes, mas constituintes do nosso Eu e que fundamentam nossas relações com o Outro e o Mundo. Sônia Corrêa e Rosalind Petchesky (1996) apontam a necessidade de considerar



as diferenças entre as mulheres e as ações direcionadas a elas em seus diferentes contextos, a noção de equidade e não apenas de igualdade deve ser central nas discussões sobre os Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Carla Akotirene (2019) considera que as opressões de gênero, classe e raça estão interligadas e estruturam a nossa sociedade. Reconhecemos que são várias as intersecções em nossas experiências, mas, aqui, a partir do olhar das profissionais do SUAS para os processos reprodutivos das mulheres atendidas, buscamos refletir sobre as interseccionalidades entre gênero, classe social e raça nesse campo.

Gênero e intersecções nos discursos das entrevistadas

Observamos que as profissionais apresentam pouca ou nenhuma articulação entre essas intersecções em suas práticas no SUAS, tanto no que se refere aos processos reprodutivos como de modo geral. Questões de gênero aparecem com mais frequência, embora sejam trazidas mais isoladamente, sendo rara a articulação com classe e nula em relação à raça.

Quanto aos processos reprodutivos e gênero, estudos mostram que as mulheres são mais responsabilizadas pelo cuidado com a contracepção, sendo culpabilizadas quando esta vem a falhar (BRANDÃO Elaine; CABRAL Cristiane, 2017; CABRAL Cristiane, 2017). Na contramão, as entrevistadas em nossa pesquisa demonstraram algumas críticas a essa visão, trazendo reflexões sobre contracepção, gênero e responsabilização: “*pra tá grávida é porque a relação foi desprotegida e foi desprotegida por duas pessoas, mas tá sempre na conta da mulher*” (P2); “*existe muito do machismo, então homem pode tudo, inclusive ter quantos filhos quiser a hora que quiser, (...) acho que pra mulher já é uma coisa (...) tu percebe que é mais cobrado*” (P4).

As profissionais reconhecem que as mulheres são responsabilizadas pelo uso de contraceptivos, indicando que os homens também devem participar dessas decisões e serem responsabilizados. Se ainda é presente a representação de que são as mulheres as responsáveis pela contracepção, ao que parece, novos tensionamentos ganham forma, permitindo balançar algumas representações.

Apesar da centralidade de questões sobre a maternidade associadas às mulheres dentro dos serviços do SUAS, principalmente numa perspectiva de controle e tutela, novas ideias de cunho crítico



também estão emergindo nas falas de algumas profissionais, especialmente ao que se refere à paternidade e lugar dos homens na reprodução e cuidado da família: *“eu acho que a gente ainda tende a ficar muito nessa questão com a mulher, (...), acho que tem que trazer o homem também pra esse debate porque ele também faz parte disso”* (P5).

O fato indica a dinamicidade das representações sociais, incluindo reflexões sobre a participação e responsabilização de homens quanto à paternidade e à família dentro dos serviços. Entretanto, ainda que esses movimentos estejam acontecendo e provoquem mudanças a curto ou longo prazo, há de se refletir se essas tensões estão sendo agregadas às discussões críticas sobre as relações de gênero, considerando outras formas de pensar a família e exercer a parentalidade para além da tradicional, ou se estão sendo somadas às representações de desestruturação familiar, mas agora incluindo mais os homens nessa perspectiva, pois, como vimos, o padrão eurocêntrico e heteronormativo de família ainda é bastante presente.

Existe também o foco numa determinada nomeação, em que as mulheres são repetitivamente descritas como chefes de família, mas, permanecem “em casa no trabalho doméstico cuidando dos filhos, onde as famílias ainda têm o homem como provedor” (P8). A naturalização do lugar das mulheres como mães e donas de casa se manifesta em uma nova forma de nomear esse lugar: chefe de família. Utilizar essa nomeação para se referir às mulheres, sugere que estas estão de alguma forma no lugar de chefia, mas, na verdade, essa posição se refere à chefia do lar, da casa e o cuidado à família⁴. Especulamos que o uso de tal expressão retrata mais uma operacionalização do sexismo benevolente (GLICK Peter; FISKE Susan, 1996), que mascara atitudes e comportamentos machistas e misóginos, retratando neste caso uma espécie de subida hierárquica falsa.

Classe social

Sobre classe social, duas participantes indicaram que apesar da maioria dos atendimentos ser realizado com mulheres em vulnerabilidade

⁴ Élide Santana (2018) elucida que na língua portuguesa a palavra “chefa” existe como uma alteração de gênero por meio da flexão da palavra “chefe”, mas 70,6% das pessoas que participaram de sua pesquisa utilizam a palavra “chefe” para se referir às mulheres em posição de chefia, variante sem flexão de gênero. Outras variações da palavra, quando associada às mulheres, afastam-se da noção de chefe em um sentido de liderança, colocando a mulher na posição de chefia, mas no contexto doméstico, como é o caso da variante “chefe de família” (SANTANA Élide, 2018, p. 495). Tal expressão é a mesma utilizada pelas participantes nesta pesquisa.



social, existem casos em que mulheres de “classe social mais elevada, com condições financeiras” (P1) são recebidas no serviço em função de situações de violações de direitos. Os serviços do SUAS têm como principal direção promover a garantia de direitos, não apenas da população pobre, mas de todas(os) do território, universalizando e facilitando o acesso aos direitos sociais. Diante disso, fica a questão: se uma mulher sofre violência de direitos, mesmo que com boas condições econômicas, não estaria também em situação de vulnerabilidade social?

Muitas participantes utilizaram o termo “vulnerabilidade social” como sinônimo de pobreza ou extrema pobreza. A Teoria das Representações Sociais já nos mostra como nossos modos de compreensão dos fenômenos e a forma que nos referimos a eles afetam nossas práticas. Em uma revisão de literatura sobre o termo vulnerabilidade, realizada por Michelly Eustáquia do Carmo e Francini Lube Guizardi (2018), também podemos ver o quanto os conceitos que utilizamos no âmbito da assistência social impactam as políticas de proteção social estatal. Ao afirmarmos que são apenas as pessoas em situação de pobreza que estão vulnerabilidade social, novamente cria-se abertura para agir em suas vidas privada de forma compulsória.

Mesmo que, atualmente, e principalmente em virtude de nossa sociedade capitalista, a pobreza seja um fator de risco para situações vulneráveis, esta não pode ser o único ou principal fator para definir vulnerabilidade (CARMO Michelly; GUIZARDI Francine, 2018). Assim, vulnerabilidade social não é absolutamente sinônimo de pobreza. Como discutem Solange Tedesco e Flávia Liberman (2008), também podemos olhar as vulnerabilidades para além das concepções de risco que o termo carrega, o que pode gerar possibilidades de construir transformações a partir das potencialidades do sujeito.

Raça e etnia

Em relação à raça, considerando as participantes da região central do estado, três (P2, P4 e P5) relataram que a maioria da população atendida era composta por mulheres pretas e pardas, e outra diz que há um número considerável de famílias negras apesar da imigração de italianos e alemães na região (P10). Uma participante (região metropolitana) mencionou a população indígena, apontando a existência de uma aldeia em seu território, mas destacou que a maioria dos atendimentos são realizados com mulheres brancas. As demais



participantes indicaram uma maioria de mulheres brancas nos serviços, e repetidamente justificavam isso em função das características de imigração de italianos e alemães para o território gaúcho no início do século XX.

Notamos a ocorrência dessas justificativas de parte das profissionais para explicar a maioria de mulheres brancas nos serviços, como se a região fosse a exceção e não a regra. Confirmando isto, informações apresentadas por Priscilla Andrade e Lucélia Pereira (2019) expõem que, no Brasil, a maioria do público atendido pelo SUAS é constituído de mulheres negras. No Rio Grande do Sul, mesmo que esses dados sejam passíveis de questionamento, o relatório técnico elaborado pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (AUGUSTIN André *et al*, 2021) mostra que, quanto à raça, o estado apresenta considerável diferença em relação ao país: enquanto a população brasileira é composta por 42,7% de brancos, 46,8% de pardos e 9,4% de pretos, no contexto gaúcho 79% da população é branca, 14,3% pardos e 6,2% pretos.

Evidenciamos o quanto as temáticas raciais foram tratadas com desconforto ao longo das entrevistas. Quando perguntadas sobre alguma questão relacionada à raça e contracepção/reprodução, manifestava-se o silêncio, algumas das respostas estavam associadas ao não saber, a nunca ter pensado sobre o tema ou a não percepção de diferenças, por exemplo: *“acho que a diferença tá na classe social mesmo, pelo menos lá na minha experiência não tá na cor (...), quanto à cor não há diferença”* (P4); *“a gente fala sobre consciência negra, a gente tem um evento aqui na cidade, mas a gente não presta muita atenção”* (P8); *“raça... não sei se eu percebo, não sei se eu percebo alguma diferença”* (P10). Com isso, não podemos deixar de lembrar do pensamento crítico de Lélia Gonzalez (2019, p. 240) ao escrever: *“Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? (...) Aqui não tem diferença”*. Não ao acaso que as falas das profissionais foram tão parecidas com os exemplos apresentados pela autora, que negam e duvidam da existência do racismo no Brasil.

Essas percepções entram em diálogo com outros estudos que dizem que as intersecções entre gênero e raça, e classe social e raça no âmbito do SUAS são pouco abordadas, tal como mostra Gracyelle Costa (2017). De fato, identificamos que a raça não foi articulada com as reflexões trazidas por 11 das 12 participantes da pesquisa, apresentando falas centradas em problemáticas de gênero e classe social (majoritariamente de forma acrítica). Entendemos que isso ocorre porque



não aprendemos a olhar criticamente para o que as interseccionalidades produzem no campo dos Direitos Sexuais e Reprodutivos.

O fato de as participantes não associarem em suas falas intersecções de gênero e raça, e classe social e raça, conduz-nos a refletir sobre como raça se manifesta em uma zona muda, visto que falar sobre isso pode gerar conflitos, talvez até (des)acomodações de representações ligadas a valores morais. Beatriz Scoz e Albertina Martinez (2009) refletem que as zonas mudas de representação correspondem àquilo que não é dito verbalmente, que não é explícito no discurso, o que não significa que as representações não estejam presentes. Jorge Vala (2015), ao olhar para o racismo enquanto representação social, ressalta que este não é um fenômeno unicamente individual ou intergrupar, mas algo maior que organiza nossas relações sociais.

O silêncio percebido nas entrevistas ao falarmos sobre raça é na realidade gritante. Calar-se em frente à alteridade e a diferença também é uma forma de racismo e violência. Não enxergar a raça torna o racismo tão cruel quanto ao visibilizá-lo, pois nos silencia e impede que ações possam ser tomadas para seu enfrentamento. Mas, por que isto ocorre? Fruto da tradição colonialista e escravagista, e, também, no mundo atual onde os discursos politicamente corretos têm espaço, essa invisibilidade que ecoa na linguagem pode ser mais uma estratégia compulsória utilizada para evitar ser entendido como alguém preconceituoso (KARMALI Francine *et al*, 2019). A colonialidade nos impõe o branco europeu como padrão e, como fala Djamila Ribeiro (2019), pessoas brancas raramente precisam refletir sobre sua posição racial, pois são a norma, o natural e ideal que supostamente deveria ser buscado.

Não obstante, falar sobre raça de maneira interseccional no SUAS ao pensar sobre processos reprodutivos, é relevante para refletirmos sobre quem pode ou não se reproduzir e viver, como coloca a participante 2: “*essa criminalização da reprodução de pessoas pobres, pessoas em condição de pobreza e pessoas pretas também, (...) por mais que não apareça assim explícito, mas tá implícito no discurso*”. Ao longo dos anos 1980 e 1990, denúncias evidenciaram a esterilização em massa de mulheres brasileiras, sobretudo racializadas e pobres (BRANDÃO Elaine; ALZUGUIR Fernanda, 2022). Hoje continuamos a ouvir sobre casos de mulheres negras e pobres esterilizadas compulsoriamente (COUTO Pablo, 2019). Para mudar essa realidade é essencial incluir raça e reprodução no repertório de temas abordados no SUAS, tanto com profissionais quanto com as(os) usuárias(os).



Dentre as profissionais, apenas uma se autodeclarou parda, as demais se autodeclararam brancas. No que concerne este debate, existem controvérsias. Para Sueli Carneiro (2011), a larga miscigenação que ocorreu no Brasil, bem como o processo institucionalizado de branqueamento ao longo dos séculos XIX e XX, pode ser responsável pela nossa incapacidade de nos autodeclarar racialmente. Cabe, inclusive, refletir sobre o próprio termo “pardo”, cuja invenção vem justamente para demarcar esse embranquecimento (CARNEIRO Sueli, 2011), favorecendo que as pessoas não se identifiquem com as ancestralidades.

Também devemos pensar o que significa o fato de a massiva maioria das profissionais entrevistadas serem mulheres brancas. De acordo com Djamila Ribeiro (2019, p. 31-32), “a ausência ou a baixa incidência de pessoas negras em espaços de poder não costuma causar incômodo em pessoas brancas”. Essa informação nos diz algo sobre quem ainda está tendo mais acesso ao ensino superior, quem dirige as políticas e quem constrói pautas a serem trabalhadas. Como já foi apontado por Érica Oliveira *et al* (2019), a assistência social é uma política pensada prioritariamente com referenciais de pessoas brancas, e carece de mais reflexões críticas sobre a branquitude que a cerca.

Considerações finais

Pelo olhar das profissionais dos serviços, as representações sociais sobre os processos reprodutivos de mulheres atendidas no SUAS estão relacionadas à família, maternidade e à ideia de que o planejamento familiar e reprodutivo deve resultar no controle de natalidade. No que se refere às interseccionalidades de gênero, classe e raça, percebemos certa ausência da articulação desses temas, não só associados à reprodução, mas de maneira geral, sendo que, quando trabalhados, são colocados de maneira isolada, e não com articulações entre os diferentes marcadores.

Algumas profissionais apresentaram visões críticas sobre a temática, outras nem tanto. Mesmo assim, pensamos que essa não é uma discussão individual, pois diz da estrutura social, da formação nas universidades e em como estamos construindo as políticas. Todas somos atravessadas(os) pelas opressões de gênero, classe e raça de alguma maneira, se em um momento as estamos combatendo em outro também podemos as estar (re)produzindo, o que nos chama ao compromisso de estarmos atentas as nossas práticas individuais, coletivas e profissionais. Nosso desejo com este estudo não é apontar dedos ou tecer críticas



descontextualizadas às práticas das profissionais no SUAS, mas sim, dar visibilidade a posicionamentos que por vezes passam despercebidos justamente por estarem há tanto tempo aí, difundidos e sendo constantemente (re)produzidos por nós.

A reprodução não é apenas biológica, há fatores sociais e culturais que a atravessam e fazem com que, por vezes, ela também seja utilizada como meio de controle social, sobretudo das mulheres. Acreditamos que o SUAS pode ser um potente espaço para discussão dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, a partir das perspectivas da Psicologia Social Crítica e Feministas, pois, pode provocar tensões naquilo que é naturalizado e inserir fissuras nas representações das(os) usuárias(os) e profissionais. Enfim, torcemos para que este estudo tenha levantado questionamentos, reflexões ou até mesmo discordâncias e contradições, e não trazido certezas, pois percebemos que é em zonas de tensão que as mudanças podem emergir e as zonas mudas de representações sociais podem ser invadidas por desejo de autonomia e busca coletiva pelo respeito às decisões sexuais e reprodutivas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **As políticas populacionais e o planejamento familiar na América Latina e no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2006. 52 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/?id=231808&view=detalhes>. Acesso em: 06 jun. 2023.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILLOTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. p. 153-202.

AUGUSTIN, André Coutinho *et al.* **Panorama das desigualdades de raça/cor no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2021. 83 p. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202111/18175612-relatorio-tecnico-dee-panorama-das-desigualdades-de-raca-cor-no-rio-grande-do-sul.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2023.



ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e cidadania reprodutiva. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 163-176.

BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, Cristiane da Silva. Da gravidez imprevista à contracepção: aportes para um debate. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 1-4, jan. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/Y9rqs8Mfw3CjxKtNZdK5Q7w/?lang=pt#>. Acesso em: 06 jun. 2023.

BRANDÃO, Elaine Reis; ALZUGUIR, Fernanda. **Gênero e Saúde**: uma articulação necessária. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2022. 139 p.

BRASIL. Lei nº 9263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília, 12 jan. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm. Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011. Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília, 20 jun. 2011. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-17-de-20-de-junho-de-2011/>. Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Brasília, 07 abr. 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 06 jun. 2023.

CABRAL, Cristiane da Silva. Articulações entre contracepção, sexualidade e relações de gênero. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 1093-1104, dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/kQkFx5cx9ZFhgGSdfbYWxKG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 jun. 2023.



CAGNANI, Larissa J. R. Paula. **O trabalho do psicólogo no abrigo institucional**. São Paulo: Zagodoni, 2016. 144 p.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 1-14, mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 jun. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. 192 p.

COLLINS, Patricia Hills. Mammies, matriarcas e outras imagens de controle. In: COLLINS, Patricia Hills. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 150-199.

CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, p. 147-177, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/K7L76NSSqymrLxfsPz8y87F/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 jun. 2023.

COSTA, Ana Maria. Planejamento familiar no Brasil. **Bioética**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 209-215, 1996. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/416. Acesso em: 06 jun. 2023.

COUTO, Pablo Florentino Fróes. Violência de gênero e a autonomia reprodutiva da mulher na CF/1988: o caso da esterilização judicial compulsória de Janaína sob a análise do discurso crítico. **Revista De Estudos Empíricos Em Direito**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 111-139, jul. 2019. Disponível em: <https://reedrevista.org/reed/article/view/431>. Acesso em: 06 jun. 2023.

FERNANDES, Camila. Mães nervosas: um ensaio sobre a raiva entre mulheres populares. In: FONSECA, Cláudia; MEDAETS, Chantel; RIBEIRO, Fernanda (Orgs.). **Pesquisas sobre família e infância no mundo contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 215-231.



GLICK, Peter; FISKE, Susan. The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating Hostile and Benevolent Sexism. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, v. 70, n. 3, p. 491-512, 1996. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1996-03014-006>. Acesso em: 06 jun. 2023.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 237-256.

GUARESCHI, Pedrinho. **Psicologia Social Crítica: como Prática de Libertação**. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. 148 p.

KARMALI, Francine *et al.* I Don't See Race (or Conflict): Strategic Descriptions of Ambiguous Negative Intergroup Contexts. **Journal of Social Issues**, Medford, v. 75, n. 4, set. 2019. Disponível em: <https://spssi.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/josi.12353>. Acesso em 06 jun. 2023.

LUGONES, María. Colonialidade de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-377.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 9-28.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 404 p.

OLIVEIRA, Érica Cecília Soares *et al.* Raça e Política de Assistência Social: Produção de Conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, n. 2, p. 141-152, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225556>. Acesso em: 06 jun. 2023.

OLIVEIRA, Maria Olívia de Matos; ORNELLAS, Maria de Lourdes Soares. Mídia e Educação: Interface Processual na Teoria das Representações



Sociais. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 23, n. 42, p. 163-172, 2014. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-70432014000200163&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 06 jun. 2023.

OLIVEIRA, Thais Gomes; BATTISTELLI; Bruna Moraes; CRUZ, LÍlian Rodrigues. Direitos sexuais e reprodutivos: aproximações com a assistência social. **Revista Eletrônica Científica da UERGS**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 170-181, ago. 2019. Disponível em: <http://revista.uergs.edu.br/index.php/revuergs/article/view/1938>. Acesso em: 06 jun. 2023.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 85-95.

PEREIRA, Vinícius Tonollier; GUARESCHI, Pedrinho. A psicologia no CRAS: um estudo de representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 29, p. 1-11, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZWX4CjJb8nTTbQNF9XT8YMm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 jun. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 136 p.

RIZZINI, Irene; PILLOTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. 335 p.

ROSO, Adriane. Mulheres Latinas e Transmissão Vertical do HIV: Visão dos Profissionais da Saúde que Atendem Mulheres Soropositivas nos Estados Unidos. **Revista Interamericana de Psicologia**, Austin, v. 44, n. 2, p. 332-341, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28420641014>. Acesso em: 22 out. 2023.

SANTANA, Élide Elen da Paixão. A chefe e a presidenta: marcação do gênero feminino e seus reflexos sociais. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 489-504, maio/ago. 2018. Disponível em:



<http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/viewFile/1117/516>. Acesso em: 06 jun. 2023.

SCOZ, Beatriz Judith Lima; MARTINEZ, Albertina Mitjáns. A Zona Muda das Representações Sociais: Uma Aproximação a Partir do Jogo de Areia. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 432-441, dez. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902009000300002. Acesso em: 06 jun. 2023.

SOUSA, Tatiana Raulino *et al.* Família, Mulher e Política de Assistência Social: reflexões necessárias. **Temporalis**, Brasília, v. 20, n. 39, p. 86-101, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/28626>. Acesso em: 06 jun. 2023.

SPOSATI, Aldaíza. SUAS e trabalho profissional: frágeis gritos e muitos sussurros. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1-13, jan. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/39301>. Acesso em: 06 jun. 2023.

TEDESCO, Solange; LIBERMAN, Flávia. O que fazemos quando falamos em Vulnerabilidade? **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 254-260, abr/jun. 2008. Disponível em: <https://revistamundodasaude.emnuvens.com.br/mundodasaude/article/view/811>. Acesso em: 06 jun. 2023.

VALA, Jorge. Racismos: representações sociais, preconceito racial e pressões normativas. In: JESUÍNO, Jorge Correa; MENDES, Felismina; LOPES, Manuel José (eds.). **As representações sociais nas sociedades em mudança**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 153-183.



Daniela Porto Giacomelli, Universidade Federal de Santa Maria
Adriane Roso, Universidade Federal de Santa Maria

Social representations and intersectionalities of gender, class, and race: reproductive processes of women accessing social assistance

ABSTRACT: This study is the result of a research that investigated social representations and reproductive processes among women accessing services from the Unified Social Assistance System (SUAS). Engaging with professionals working in these services and aiming to examine their practices, our objectives were twofold: (a) to examine the social representations associated with the reproductive processes of women assisted by SUAS, and (b) to reflect on the intersections of gender, social class, and race within this field. Employing a qualitative methodology, semi-structured interviews were conducted with 12 professionals. Drawing upon Critical Social Psychology, Social Representations Theory, the perspectives of Sexual and Reproductive Rights, decolonial feminism, and intersectional feminism, we utilized cultural domains as organizers of the analyses. Our findings indicate that the social representations held by professionals regarding the reproductive processes of women accessing SUAS are still primarily associated with family, motherhood, and birth control, with limited consideration given to the intersections of gender, class, and race. However, critical perspectives are also emerging, particularly concerning fatherhood and the role of men in reproduction and family care, indicating the dynamic nature of social representations.

KEYWORDS: Women. Reproduction. Intersections. Social Assistance. Social Representations.

Daniela Porto GIACOMELLI

Psicóloga formada pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSM. Integrante do Núcleo de Pesquisa VIDAS – Núcleo de pesquisa, ensino e extensão em Psicologia Clínica-Social.

Adriane ROSO

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Pós-doutorado em Comunicação (UFSM) e em Psicologia Social (Harvard University). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Docente no Curso de Psicologia, no Programa de Pós-Graduação (PPG) em Psicologia e no PPG em Estudos de Gênero, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa VIDAS – Núcleo de pesquisa, ensino e extensão em Psicologia Clínica-Social.



Daniela Porto Giacomelli, Universidade Federal de Santa Maria
Adriane Roso, Universidade Federal de Santa Maria

Recebido em: 08/06/2023

Aprovado em: 24/10/2023



DOSSIÊ



Práticas pedagógicas de gênero e sexualidade em uma instituição especializada na deficiência visual

Mariana dos Reis Santos, *Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ*

Rodrigo Agrellos Costa, *Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ*

Resumo. Este artigo teve como objetivo lançar luz a duas práticas pedagógicas realizadas por dois professores oriundos do Instituto Benjamin Constant, instituição especializada referência em deficiência visual. A temática de “Gênero e Sexualidade” ganhou centralidade nas metodologias adotadas direcionadas a grupos de educandos com deficiência visual. Foi observada a construção de estereótipos dos educandos cegos e com baixa visão enquanto passíveis de subjetivação ou desprovidos de sexualidade por seus familiares e parte dos professores. Diante deste contexto, surgem os projetos “Roda de Conversa” no anos iniciais e “Caminhos da Inclusão: sexualidade, aids e deficiência” nos anos finais do ensino fundamental, sob supervisão dos referidos professores nos anos de 2018 e 2019. As metodologias adotadas levaram em consideração os questionamentos previamente levantados pelos educandos com deficiência visual e a construção do conhecimento a partir de um processo dialógico e aberto. A roda de conversa sobre o assunto “A violência contra a mulher na nossa sociedade” revelou um espaço de múltiplos questionamentos, desconstrução de comportamentos machistas e reflexões sobre a divisão sexual do trabalho nos diversos espaços. Por isso, este estudo teve como anseio, suscitar o debate de “Gênero e sexualidade” em um espaço de instituição especializada em deficiência visual onde a maior parte das vivências dos educandos nas suas trajetória com a temática foi de cerceamento ou invisibilidade. Em suma, diante do objetivo geral de se mobilizar a discussão junto a formação docente, observou-se que embora tenham sido recorrentes colocações dos educandos de fixações de papéis de gênero, o projeto “Caminhos da Inclusão” elucidou colocações amadurecidas sobre desigualdades entre homem e mulher na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência visual. Instituição especializada. Gênero e sexualidade. Roda de conversa.



Introdução

Este artigo pretende apresentar o relato de experiências de duas práticas pedagógicas dos dois professores pesquisadores, autores do artigo, atuantes em uma instituição especializada na educação de pessoas com deficiência visual. As práticas surgiram quando os autores, uma professora das séries iniciais do ensino fundamental e um professor da disciplina Ciências da Natureza, perceberam que os temas gênero e sexualidade não eram abordados de maneira adequada. Havia a necessidade de adotar metodologias possibilitavam o diálogo, diante das problematizações que as questões de gênero e sexualidade geravam no cotidiano dos estudantes.

Conforme o artigo 2º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), considera-se pessoas com deficiência aquelas que possuem impeditivos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, em interação com diversas barreiras ambientais, podendo assim obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

De acordo com a Secretaria de Educação Inclusiva do Ministério de Educação (Brasil, 2006, p.13-14), educandos com deficiência visual (cegos e com baixa visão) necessitam utilizar outros sentidos (tátil, auditivo, olfativo, gustativo e cinestésico) no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. Sendo assim, o acesso à leitura se dará pela utilização do código braille diante dos educandos cegos, e em letras ampliadas para os educandos com baixa visão.

O Instituto Benjamin Constant (IBC) (www.gov.br/ibc/), local onde as práticas pedagógica relatadas aqui aconteceram, é uma instituição de ensino federal, de referência nacional na educação e capacitação profissional de pessoas cegas, com baixa visão, surdo-cegas e com outras deficiências associadas à deficiência visual. O IBC, embora se localize no bairro Urca, um espaço geográfico privilegiado da cidade do Rio de Janeiro, atende um alunado de raça/etnia predominantemente negra¹ residente, em sua maioria, nas zonas periféricas da cidade e zonas metropolitanas do RJ. Além disso, o perfil de responsáveis femininas pelos educandos que chefiam os lares de maneira solo é significativo.

¹O Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010) define população negra como “o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE”. As categorias de raça/cor utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são: branca, preta, parda, amarela e indígena.



Mariana dos Reis Santos, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ
Rodrigo Agrellos Costa, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ

Diante destes elementos de análise do perfil desta comunidade escolar, é de suma relevância a apropriação do conceito interseccionalidade² nos projetos em educação desta instituição, abarcando temáticas sobre capacitismo, gênero, raça e classe em seu cotidiano escolar. Contudo, com relação à escolarização dos educandos com deficiência visual, observou-se em grande parte do corpo docente e da gestão a ideia da construção da subjetivação destes indivíduos enquanto educandos passivos ou dóceis, desprovidos de subjetividades que suscitem debates reflexivos em sala de aula.

Quando o debate se direcionava a assuntos relacionados a gênero e sexualidade, abarcando temáticas como “puberdade”, “reprodução”, “menstruação”, “gravidez” ou até mesmo assuntos relacionados a pré-adolescência tais como: “namoro”, “ato sexual”, “métodos contraceptivos” e “cólicas menstruais”, notou-se um silenciamento ou até mesmo timidez em construir questionamentos, ou ainda compartilhar vivências individuais sobre o assunto

Neste sentido, o planejamento educacional desenvolvido a ser descrito para estes estudantes levou em consideração os diferentes formatos de aulas ou metodologias que o estudante com deficiência visual se expressa, considerando diferentes ambientes sociais, ambientais e educacionais que as eles se somam. As práticas educativas escolhidas promoveram a ruptura com a padronização do ensino ou generalizações destes estudantes, desdobrando para as barreiras de aprendizagem.

A primeira prática pedagógica a ser relatada adotou a roda de conversa (Santos, 2023) como espaço pedagógico de possibilidade do diálogo, suscitando a problematização de uma temática relevante que se intitulou: “A condição da mulher e violência na sociedade” numa sala de aula para alunos das séries iniciais do ensino fundamental. A segunda prática pedagógica é reflexo da iniciativa de um projeto denominado “Caminhos da Inclusão: sexualidade, aids e deficiência”, promovido em parceria com a organização não-governamental CEDAPS, para as séries finais do ensino fundamental. Esta iniciativa contou com aulas práticas em turmas de alunos com deficiência visual utilizando protótipos

²A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002)



emborrachados de órgãos genitais (masculino e feminino) e preservativos (camisinha masculina e feminina) para que os jovens conhecessem os formatos dos órgãos e a forma correta de colocar o preservativo.

Debatendo as tensões, impasses e estratégias sobre gênero e sexualidade para estudantes com deficiência visual

Na maior parte das vivências familiares narradas por estes educandos em sala de aula, eles admitem haver uma certa ausência na abordagem do tema “Gênero e sexualidade”, uma vez que muitas famílias associam estes indivíduos enquanto inocentes, indefesos ou desprovidos de sexualidade. Por isso, há uma tenuidade entre considerar estes responsáveis familiares conservadores ou relativizar este comportamento atribuindo-o a uma certa proteção. A existência de um duplo marcador desses educandos numa sociedade alicerçada na lógica capacitista ³ condicionam parte desses familiares a construírem estereótipos de ingenuidade, inocência ou ausência de autonomia deles quanto ao enfrentamento do racismo diário. Grande parte destas famílias do instituto em questão são chefiadas por mulheres negras que abdicam de suas colocações no mercado de trabalho para se dedicar aos cuidados destes educandos com deficiências. Na perspectiva da junção de mais marcadores que unem a etnia negra, o gênero feminino e a deficiência como no caso da vivência de algumas educandas negras deficientes no espaço escolar, observa-se que estas análises de simetria são ainda mais complexas.

Kilomba (2019, p.124), em seus estudos, explica a posição do “outro do outro” que mulheres e meninas negras possuem na sociedade, uma vez que a mulher já se constrói na posição do “outro”. Sendo assim, a mulher branca é colocada enquanto universal nesta centralidade hegemônica, neste modelo de sociedade patriarcal. Por não serem nem brancas, nem homens, ou se possuírem uma deficiência, percebe-se uma tripla alteridade, já que são antítese de branquitude, masculinidade e normatividade corporal.

³Segundo a autora Fiona Campbell (2008), pesquisadora e teórica do estudo em deficiência, o capacitismo envolve crenças, práticas e processos tanto nas relações sociais quanto nas instituições (estruturas sociais que regulam o comportamento coletivo) que consideram a deficiência como espaço interior do ser humano. Consequentemente, isso favorece a marginalização das pessoas com deficiência na sociedade.



Mariana dos Reis Santos, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ
Rodrigo Agrellos Costa, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ

Ainda para Kilomba (2019), esta tripla antítese impossibilita muitas vezes que esta menina negra com deficiência seja vista como sujeito, colocando-a num lugar da subalternidade. No entanto, para além desta invisibilidade da existência deste sujeito na sociedade, há questões específicas na convivência de familiares com uma pessoa com deficiência visual.

Outras observações realizadas pelos autores enquanto docentes da instituição foram corroboradas por parte de alguns membros do corpo docente do IBC perante escuta de algumas colocações no espaço escolar como conselho de classe, sala dos professores ou descrição das mediações pedagógicas individuais em ambientes informais de conversa. O pensamento de parte destes membros do corpo docente parecia reproduzir uma fixação de papéis destes educandos enquanto passivos ou dóceis, desprovidos de subjetividades e alheios a debates reflexivos no contexto escolar.

Para Ferreira (2007), ainda são perceptíveis no cotidiano das escolas o desconhecimento, os mitos e as dificuldades em lidar com os estudantes com deficiência visual por parte dos professores. Mesmo com as mudanças na legislação, recursos pedagógicos e documentos produzidos na área, ainda encontramos dificuldades no processo de escolarização desses estudantes.

Os autores ainda observaram inexistência de ações pedagógicas coletivas, mobilizadas pela gestão escolar, que estruturassem a construção de um currículo que contemple a igualdade de gênero e suas múltiplas identidades existentes. A formação individual dos professores nesta pauta é de suma relevância numa instituição supostamente compreendida nos marcos da diversidade e inclusão na educação.

Ao verificar o “Banco de Teses e Dissertações da Capes”, percebe-se uma ausência de pesquisas que interseccionem “Gênero” e “deficiência visual” ou que ressaltam o desenvolvimento sexual destes mesmos indivíduos. Verificando a existência de pesquisas referentes à intersecção de “deficiência visual” e “raça”, também percebemos a mesma inexistência.

Joan Scott (1995) define gênero como um elemento constitutivo das relações sociais ao lado de outras categorias, assim como classe, etnia e sexualidade. Neste sentido, tais categorias entrelaçadas marcam as diferenças de poder entre os sujeitos na história. Com relação ao gênero, estas diferenças são percebidas muitas vezes entre sexos através



das relações sociais, diferenças que foram politicamente convertidas em diferenças e assimetrias entre homens e mulheres. Desta forma, Scott (1995) compreende que gênero é uma maneira primordial de significação. Excede, portanto, a relação masculino/feminino, servindo para dar visibilidade a complexos processos culturais e redes de relação de poder que demarcam a articulação entre diferentes vetores de opressão (raça/ etnia/ classe, nacionalidade, religiosidade e sexualidade).

Deste modo, se gênero vem a ser uma construção social constitutiva das relações sociais, não há sentido para o cerceamento da relevância deste debate em um ambiente educacional de estudantes com deficiência visual. No entanto, de acordo com as vivências docentes observadas nesta instituição especializada, percebe-se o processo de estigmatização fortalecido pela estrutura capacitista de sociedade. Sendo assim, se constrói o senso comum de que pessoas com deficiência possuem sexualidade incompleta ou mesmo inexistente, por isso são educadas para serem indefesas e dependentes, desprovendo-se de comportamentos relacionados aos desejos sexuais. Há uma ideia equivocada também que os estudantes com deficiência visual não são sexualmente ativos ou fazem uso de drogas ou álcool, sendo menos suscetíveis à violência sexual e estupro que estudantes sem deficiências. No entanto, pessoas com deficiências estão expostas a todos os fatores de risco conhecidos de forma igual ou até mais que pessoas sem deficiências (Paula *et al.*, 2010).

Mesmo que a falta da visão dificulte os estudantes pré-adolescentes de enxergarem as transformações de seus corpos, eles percebem suas modificações diariamente. Ainda assim, a sexualidade individual sempre representou um “mistério” para educandos nesta fase. Não leva-se, no ambiente escolar, elementos importantes em consideração tais como: a apresentação do conteúdo curricular de maneira objetiva e adaptada e a abertura de diálogo quanto às especificidades físicas e emocionais nesta fase do desenvolvimento. Sendo assim, muitas inquietações e reflexões sobre as práticas docentes dos autores vieram à tona para refletir sobre metodologias pedagógicas transformadoras neste espaço educativo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) prevê que as escolas sejam um espaço livre para a prática de uma educação democrática, inclusiva, agregadora e que favoreça o desenvolvimento integral das crianças que fazem parte dela. Por isso, é



preciso oportunizar neste espaço de instituição especializada a construção de um conhecimento libertário sobre o desenvolvimento sexual.

Partindo deste princípio, observa-se neste espaço educacional que as rodas de conversa em sala de aula possuem a capacidade de estimular nos educandos cegos e de baixa visão, os processos de instauração dos sentidos, estratégia de organização de discursos bem como a capacidade da formação do pensamento crítico, desconstruindo “verdades absolutas” de conceitos ou padrões da sociedade contemporânea

Dinâmica e metodologia pedagógica das rodas de conversa no debate sobre gênero

A roda de conversa enfatizada nesta seção teve momentos anteriores de abordagem das temáticas em sala de aula, construindo assim os assuntos a serem abordados nesta metodologia. Neste sentido, ressalta-se a importância da construção do conhecimento a partir da reflexão do pensamento crítico no processo de ensino-aprendizagem. A turma em questão se tratava de um quinto ano do ensino fundamental, com onze estudantes, sendo seis meninos e cinco meninas (o quantitativo de alunos em uma sala desta instituição especializada é reduzido em função do atendimento às especificidades dos discentes com deficiência visual). Este grupo mesclava-se entre alunos com baixa visão e cegos.

Identificou-se, através desta atividade pedagógica, a possibilidade construção do conhecimento escolar coletivo além da suscitação dos temas transversais que são essenciais no cotidiano na sala de aula. Esta metodologia se respalda pelo referencial teórico freiriano que acredita que a mediação da educação ocorre diante da intervenção mútua de educadores e educandos. Neste sentido, Freire (1987) ressalta que é necessário lutarmos por uma educação libertadora, humanizando as relações na sala de aula, ressaltando que:

O diálogo não é produto histórico, é a própria “historicização”. É ele, pois, o movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude, vence intencionalmente as fronteiras da finitude e, incessantemente, busca reencontrar a si mesmo num mundo que é comum esse mundo, buscar-se a si mesmo é comunicar –se com o outro. O isolamento não



Mariana dos Reis Santos, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ
Rodrigo Agrellos Costa, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ

personaliza porque não socializa. Intersubjetivando-se mais, mais densidade subjetiva ganha o sujeito. (Freire, 1987, p.16)

Coaduna-se nas práticas pedagógicas apresentadas aqui com o mesmo pensamento freiriano de defesa da pedagogia dialógica, com metodologias que suscitem trocas educativas reflexivas, acreditando assim que “ninguém educa ninguém como tão pouco ninguém educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987, p. 79). Portanto, a educação desenvolvida com estudantes com deficiência visual necessita de práticas pedagógicas dialógicas e críticas no cotidiano escolar. O diálogo deve ser o elemento central de alicerce para as relações na sala de aula, quebrando as práticas de silenciamento de tolher a fala, os atos pedagógicos estritamente verticais, exercitando fala e escuta entre os atores deste espaço.

Procurou-se registrar as atividades realizadas na rede social Facebook de todas as rodas de conversa (Figura 1) para destinar visibilidade à atividade, não só no conjunto de profissionais que ali trabalham, como também incentivar a comunidade acadêmica do espaço (gestão, professores e técnicos administrativos) e outros profissionais a utilizar essa importante ferramenta de comunicação no cotidiano escolar.

Figura1. Print da postagem no Facebook sobre a roda de conversa “A violência contra a mulher na nossa sociedade”.



Fonte: Os autores



Mariana dos Reis Santos, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ
Rodrigo Agrellos Costa, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ

O momento da roda de conversa enfatizado neste estudo versa especificamente sobre a temáticas⁴: “A condição contra à mulher na sociedade”. As atividades foram todas construídas levando em consideração o grau de interesse apresentado pelos alunos em sala de aula e a construção da oralidade deles no momento anterior e posterior a atividades. Como já dito no momento inicial, o alunado corresponde em sua maioria pertencente a etnia/raça e negra, sendo oriundos de famílias chefiadas majoritariamente por mulheres, uma realidade brasileira latente da maior parte da classe trabalhadora.

A temática suscitada na roda de conversa “A violência contra a mulher na nossa sociedade” foi selecionada a partir dos questionamentos dos educandos compreendidos pela docente como “temas geradores”, direcionando algumas perguntas a serem levadas para a roda de conversa. Outros questionamentos lançados durante a atividade também eram provocados no momento da dinâmica entre o grupo. Neste sentido, é importante ressaltar que os conhecimentos devem partir da construção dos discursos dos alunos com deficiência visual em sala de aula, em que os próprios educandos serão construtores críticos do processo de conhecimento. Para isso, é necessário atrair metodologias abertas em sala de aula, propiciando um ambiente acolhedor e atrativo.

A roda de conversa descrita contou com a participação de uma mediadora pedagógica pertencente a CAMTRA (Casa da Mulher Trabalhadora - <https://camtra.org.br/>). Há um setor nesta organização não-governamental responsável por trabalhar temas relacionados à “Igualdade de Gênero” e “Educação não sexista” nas escolas públicas.

Sendo assim, iniciou-se o diálogo através de perguntas consideradas “quebra-gelo” perante o silenciamento inicial dos educandos, devido a timidez ou insegurança em compartilhar vivências pessoais ou alheias. Assim optou-se por perguntas menos acadêmicas e relacionadas inicialmente a desigualdade de gênero na sociedade de maneira geral tais como: “Como as mulheres são tratadas em diferentes espaços da sociedade?”, “Por que existe diferença de tratamento entre mulher negra e mulher branca?”, “Como as mulheres se sentem quando os homens mexem com elas, de forma desrespeitosa, na rua?”, “O que é ser mulher safada?”, “Mulher pode gostar de sexo?”, entre outras.

⁴Outras temáticas foram abordadas em sala de aula através das rodas de conversa tais como: “Gênero e sexualidade”, “A mulher negra na sociedade”, “A importância da música na vida das pessoas” e “O cotidiano de pessoas com deficiência visual”. Os/As convidados/as eram geralmente profissionais de Educação da instituição ou pessoas oriundas de movimentos sociais.



Mariana dos Reis Santos, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ
Rodrigo Agrellos Costa, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ

Como nesta turma havia meninos que, por vezes, apresentavam comportamentos conservadores, se referindo a determinadas meninas da escola como “novinha” ou “safada”, considerou-se abordar anteriormente a temática da liberdade sexual entre os gêneros e a construção de estereótipos na sociedade. Louro (2008) em seus estudos ressalta sobre o desafio de desconstrução deste pensamento binarista em meio a esta visão universalizante dos gêneros feminino e masculino:

Esse embate, como qualquer outro embate cultural, é complexo exatamente porque está em contínua transformação. No terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino / feminino, heterossexual / homossexual). O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e o que é ainda mais complicado admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. A posição de ambigüidade entre as identidades de gênero e/ou sexuais é o lugar que alguns escolheram para viver (LOURO, 2008, p.21 apud LOURO 2004)

Apesar de alguns alunos admitirem seus preconceitos relacionados a vestimentas mais curtas ou comportamentos mais chamativos de algumas mulheres, os mesmos ressaltaram a necessidade de uma desconstrução de seus pensamentos machistas. Houve dois alunos enfatizando não tecer maiores julgamentos em seus diálogos cotidianos com relação à vestimenta ou comportamento de determinadas meninas. Neste momento de debate acalorado, uma aluna disse desejar usar vestimentas mais curtas, contudo sua mãe a proibia pelo fato dela enquanto filha ser cega e, por isso, temer algum tipo de comportamento inapropriado de homens nos espaços da rua com ela. A aluna atribuiu este comportamento materno a uma formação machista, porém imediatamente as mediadoras da roda de conversa intervieram na discussão, associando este comportamento também a uma suposta proteção a um possível assédio da aluna em determinados locais.

As questões latentes a diferenciação de relações afetivas de homens com mulheres brancas ou negras também foram problematizadas na roda. Alguns associaram o preterimento da escolha das meninas pretas por meninas brancas nos arranjos afetivos à



propagação dos padrões de branquitude⁵ pela mídia em programas de televisão ou novelas, subalternizando sempre a figura do negro/negra. As mediadoras contextualizaram este debate elucidando a manutenção da mulher negra na base da pirâmide social brasileira pelo sistema do racismo estrutural. Neste momento, foi sinalizada pelas mediadoras a fixação dos papéis sociais de “empregada doméstica”, “mãe preta” ou “mulher quente”, herança do processo de colonização do nosso país. Diante das evidências destes marcadores sociais, é sempre importante destinarmos a centralidade do debate de “Gênero e sexualidade” ao conceito de interseccionalidade como mencionado inicialmente neste estudo.

Moutinho (2014), ao referenciar em seus estudos o conceito de interseccionalidade citado por Crenshaw (1989), destaca o momento em que a autora sinaliza a necessidade de compreender o conceito não como somatório de opressões, mas sim o inter cruzamento delas, exemplificando a experiência das mulheres negras na sociedade:

Às vezes, a experiência da dupla discriminação é vivida com base no gênero(sex) e na raça e por fim, destaca que em algum destes momentos elas experimentam a discriminação como “mulheres negras”: não a soma de discriminação por raça e sexo, mas como mulheres negras. (Moutinho apud Crenshaw 1989, p. 44)

Por isso, a interseccionalidade na educação sinaliza para a necessidade de professores de Educação Especial refletirem sobre as tensões causadas por uma complexa intersecção de opressões, criando elementos muito singulares destas discriminações e, também, nuances específicas de cada vivência dos educandos em questão. Além destes elementos de intersecção, existem também diferentes trajetórias de vida, classe social ou arranjos familiares deste educando com deficiência visual, por isso é indispensável pensar em ações pedagógicas que se orientem metodologicamente a partir desta perspectiva.

No segundo bloco de perguntas, problematizou-se mais os aspectos desiguais da estrutura patriarcal da sociedade, promovendo a precarização no mundo do trabalho feminino e situações de violência cotidiana e assédio de maneira geral. Deste modo, problematizou-se as seguintes questões: “Qual o comportamento que a sociedade impõe a uma mulher?”, “Como você se sente quando vê uma mulher sendo

⁵Segundo Lia Schucman (2012), a branquitude é uma racialidade construída sócio-historicamente como uma ficção da superioridade, produzindo e legitimando a violência policial contra grupos sociais não brancos e beneficiando pessoas brancas a privilégios materiais e simbólicos.



Mariana dos Reis Santos, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ
Rodrigo Agrellos Costa, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ

tratada com desrespeito na rua?”, “Por que as mulheres trabalham tanto dentro e fora de casa e ganham tão pouco?”, “Por que as mulheres assumem compromissos e tarefas tão difíceis na vida e são chamadas de sexo frágil?”, “De quem vocês se lembram quando pensam numa mulher de que gostam muito na vida? Ela é valorizada?”, “Como são divididas as tarefas domésticas na nossa casa?”, “O que é feminismo?”, “Por que os meninos devem se importar com esse assunto?”, e “por que nós, meninas, geralmente ficamos tão silenciadas nesse debate?”.

Grande parte dos meninos da turma disseram não ajudar suas mães nas tarefas domésticas, pois isso seria papel de menina em suas residências. Alguns mencionaram ainda o fato de suas mães os preservarem pela justificativa da deficiência visual obstruir a participação efetiva deles em algumas tarefas domésticas. No entanto, as meninas disseram ajudar nas tarefas do lar desde os anos iniciais da infância. Neste momento, as mediadoras intervieram na roda questionando o fato de as meninas não serem protegidas por suas mães, uma vez que apresentavam limitação semelhante à dos meninos da turma. Houve então uma problematização maior do coletivo da turma acerca da imposição dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres desde seu nascimento. Nas questões referentes às vivências com suas mães ou responsáveis, todos os alunos ressaltaram a rotina de vida exaustiva e solitária figuras femininas de suas convivências cotidianas, ao trabalharem, criarem os mesmos e cuidarem dos respectivos lares.

Ressaltou-se assim, aspectos relacionados à construção falsa do estereótipo da docilidade e fragilidade da mulher bem como desvalorização dos corpos femininos perante as tarefas “do cuidar”, associando a duplas e triplas jornadas no trabalho. Notadamente, é perceptível a construção do pensamento crítico e tentativa da desconstrução de posturas marcadamente machistas deste grupo a partir da interação coletiva e dialógica do grupo na roda.

Vigotsky (2011) ressalta que a deficiência não impede o desenvolvimento, embora possa limitar a sua dimensão social. Sendo assim, para combater este efeito (secundário) da deficiência visual é preciso investir de forma consciente de forma consciente e planejada na organização de um ambiente que promova a interação social e a participação destes educandos/as. A linguagem é um dos meios privilegiados de promover a interação e a constituição de sentido e, à medida que os alunos crescem e participam de vários ambientes sociais, sua importância será crescente.



O projeto Caminhos da Inclusão

É sabido que a sexualidade faz parte do desenvolvimento integral de qualquer ser humano e, apesar de toda a abertura da nossa sociedade para este tema, o contrário acontece quando se trata da sexualidade de pessoas com deficiência. É bastante comum o mito de que são pessoas assexuadas ou que possuem uma sexualidade problemática e patológica. Essa má interpretação contribui para o aumento da vulnerabilidade da pessoa com deficiência às infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e ao vírus da aids, uma vez que a priva do acesso às informações de proteção e prevenção. Dessa forma, através de uma parceria com a organização não governamental CEDAPS, levamos o projeto “Caminhos da Inclusão: sexualidade, aids e deficiência” para a nossa instituição, numa tentativa de mitigar o que foi exposto acima.

Os objetivos específicos do projeto eram: (a) Produzir e disseminar material educativo sobre o tema HIV/aids e deficiência visual; e (b) Capacitar profissionais de educação e saúde e membros da sociedade civil relacionados com a deficiência visual para atuar frente ao tema HIV/aids. Durante (e depois) do desenvolvimento do projeto foi possível perceber a importância dessa iniciativa e da tamanha repercussão que gerou dentro e fora dos muros escolares. Abaixo estão explicitadas as atividades realizadas com alunos e parceiros durante a realização do projeto.

Dia 1:

- Introdução ao Projeto
- Introdução à oficina
- A produção de materiais inclusivos: antecedentes, objetivos e foco.
- O que entendemos por deficiência?
- O que entendemos por sexualidade?
- Por que sexualidade é importante?
- Revisão de experiências e materiais desenvolvidos em outros países: RádioNovela: Nicarágua.
- Perguntas e comentários
- Trabalho individual e trabalho em grupos: “Cinco coisas importantes”



Mariana dos Reis Santos, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ
Rodrigo Agrellos Costa, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ

- Apresentações / Seleção de principais assuntos e palavras-chaves.
- Coffee break
- Continuação: Descrição dos principais assuntos: como temos trabalhado essas temáticas (equipes de saúde, representantes de programas de HIV)?
- Comentários: cegos, representantes das organizações.
- Seleção e análises do assunto principal.

Dia 2:

- Revisão do primeiro dia de oficina.
- Trabalhos em grupos: desenvolvimento e elaboração de “mensagens chaves”.
- Roda de conversas e seleção de “mensagens chaves”.
- Prova para elaboração de materiais.

Dia 3:

- Revisão do segundo dia de oficina.
- Continuação da prova para elaboração de materiais.
- Roda de conversas e apresentação dos materiais.
- Estratégia para teste e disseminação dos materiais.

A metodologia das oficinas foi previamente organizada e articulada pelos mediadores, uma vez que a abordagem da temática de “Gênero e Sexualidade” na escola requer primeiramente realizar uma sondagem com as demandas das principais questões além da adequação do conteúdo a ser debatido. Neste sentido, a sequência dos assuntos se desdobrou primeiramente em explicações iniciais do que consiste o debate sobre “Sexualidade” e “Deficiência” em aula e sua relevância na vida deste perfil discente, realizando as intersecções necessárias deste assunto.

Na oficina posterior, realizou-se uma discussão em um formato de roda de conversa, uma vez que a aula organizada desta maneira permite uma maior interação e diálogo entre os estudantes. As rodas também possibilitam a troca e a ruptura de silêncio diante de um assunto tão sensível e cerceado pela sociedade nesta faixa etária, além de



Mariana dos Reis Santos, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ
Rodrigo Agrellos Costa, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ

possibilitar a chamada “chuva de ideias”, abrindo assim a possibilidade para outras temáticas de interesse do grupo em foco.

Ao final, realizamos a apresentação da culminância deste trabalho através da apresentação de materiais, metodologia e principais assuntos abordados, apresentando os atores envolvidos durante o processo e as temáticas mais em evidência durante o processo.

Os resultados desses três dias de oficina, com os alunos participantes foram muito interessantes. Cabe explicitar os principais registros, assim como o perfil dos alunos que participaram (Tabela 1).

Tabela 1 Alunos que participaram dos debates

Nome do/a aluno/a	Ano de escolaridade	Faixa etária	Condição Visual
Jaqueline ⁶	7º ano	12 anos	Baixa visão
Bianca	7º ano	13 anos	Cega
Paulo	7º ano	14 anos	Baixa visão
Lauro	7º ano	16 anos	Baixa visão
Milena	6º ano	16 anos	Cega
Patrícia	6º ano	19 anos	Baixa visão
Nilson	7º ano	21 anos	Cego

Fonte: Elaborada pelos autores.

Já no primeiro dia Nilson (21 anos, cego) perguntou sobre se quem “tem aids” pode ou não trabalhar. Esta questão sobre o preconceito gerou um debate muito rico entre os participantes. Em seguida a sala foi dividida em grupos e foram realizadas duas perguntas: (1) Por que é bom ser mulher e porque é bom se homem? (2) O que é ser sensual?

As respostas das mulheres sobre a primeira questão (sobre porque é bom ser mulher) foram: “*poder gerar filhos*”; “*poder se arrumar mais*”; “*fazer mais coisas ao mesmo tempo*”; “*ser mais sensível*”. Enquanto as respostas dos homens sobre a primeira questão

⁶Os nomes dos alunos apresentados foram alterados para se preservar suas identidades.



Mariana dos Reis Santos, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ
Rodrigo Agrellos Costa, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ

(sobre porque é bom ser homem) foram: “*homem não menstrua*”; “*homem é mais forte*” e “*homem é mais objetivo*”. Nilson (21 anos, cego) respondeu: “*Eu achava que como sou cego não conseguia fazer nada. Também tinha preconceitos com homens realizarem tarefas de casa*”.

Nas questões relativas às diferenciações de sexo entre feminino e masculino, percebemos o marcador normativo para diferenciá-los através de comportamentos e conceituações individuais prévias realizadas. A ideia de que a mulher “*poder gerar filho*” por exemplo, leva em consideração existência do órgão e aparelho reprodutor feminino, desconsiderando por exemplo a existência de homens trans que podem gerar vidas, seja por desconhecimento desta identidade de gênero nesta faixa etária e grupo social ou por concepção hegemônica de “mulher” na sociedade.

Esta afirmação tem o mesmo contexto de raciocínio diante da expressão dita de que “*homem não menstrua*”, caso desconheça a identidade de gênero de um homem trans que não tenha se hormonizado em sua transição de identidade de gênero para findar o período menstrual no seu cotidiano. O aluno Nilson mencionou ter “*preconceitos com homens realizarem as tarefas de casa*”. Tal pensamento apareceu de maneira frequente nos diálogos da roda de conversa. Este pensamento referencia-se na naturalização dos papéis de gênero fixados na sociedade em que se atribui a mulher, papéis relacionados ao lar ou vida privada enquanto os papéis direcionados a vida pública são direcionados a homens.

Diante de afirmações tão fechadas dos educandos mediante performances esperadas dos gêneros femininos e masculinos em seus papéis sociais, observa-se que dentro do próprio campo da educação, o debate sobre a diversidade sexual existente na sociedade ainda é invisibilizada pelo conjunto de educadores. Assim, Louro (2011) reflete em seus estudos que:

Para educadoras e educadores parece muito complicado assumir que as identidades de gênero e sexuais se “multiplicaram”; que há sujeitos que atravessam as fronteiras desses territórios; sujeitos que inscrevem e misturam em seus corpos, deliberadamente, as marcas da feminilidade e da masculinidade; sujeitos que aspiram a ambiguidade e a ambivalência. O campo da Educação proclama, frequentemente, ideais de integração, inclusão, ajustamento. Mas como costumam ser defendidos estes ideais? E, ainda para complicar um pouco mais: de que valem tais propósitos face



Mariana dos Reis Santos, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ
Rodrigo Agrellos Costa, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ

àqueles que não estão ansiosos por serem ‘integrados’ e que querem, menos ainda, ser tolerados? O que fazer com quem quer viver como diferente? (LOURO, 2011, p.68)

Ao se remeteram a expressão, “*se arrumam mais*”, direcionando-se ao grupo de mulheres, associam o estereótipo da vaidade e hábitos de beleza ao aspecto feminino socialmente, enquanto homens supostamente se preocupariam menos com aspectos envolvendo a beleza. Enquanto as expressões “*são mais objetivos*” e “*são mais fortes*” atribuídas a homens estão associados aos códigos da masculinidade que condicionam estas características a uma suposta capacidade de ter poder nas decisões na vida e a bravura no enfrentamento das diferentes situações cotidianas. Em contraponto a este pensamento, estaria a construção do pensamento feminino como frágil, dócil e muitas vezes incapaz de tomar decisões sem interferência de uma segunda pessoa.

As expressões dos educandos referentes ao gênero masculino como “*são mais fortes*”, ou anteriormente mencionada, como “*não menstruam*” ou “*não geram filhos*”, está interligada a perspectiva biológica da construção social da figura masculina. Louro (2007) questiona em seus estudos tal concepção, salientando que:

A ancoragem da sexualidade na biologia costuma ser mais resistente do que ocorre em relação ao gênero. A aceitação da existência de uma matriz biológica, de algum atributo ou impulso comum que se constitui na origem da sexualidade humana persiste em algumas teorias. Quando isso ocorre, opera-se com uma noção universal e trans-histórica da sexualidade e, muitas vezes, remete-se ao determinismo biológico. (LOURO, 2007, p. 209)

Em relação às respostas da segunda questão (sobre o que é ser sensual), estas foram: “*ter autoestima*”; “*ser atraente*”; “*o jeito de ser*”, “*ter presença*”; “*ser notado*”; “*não passar despercebido*”.

Vejamos que a maior parte das respostas do que venha a “ser sensual” estão associadas a um conjunto de comportamentos sociais ou atributos estéticos que despertariam esta sensualidade nos sujeitos. Porém as expressões “ser atraente”, “ser notado” ou “ter presença” estão mais interligados a padrões estéticos no imaginário social de um mundo vidente do que relacionadas a características sociais, acadêmicas ou de afinidades. Por isso, é interessante compreender determinadas construções subjetivas de um grupo de estudantes com deficiência visual,



Mariana dos Reis Santos, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ
Rodrigo Agrellos Costa, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ

Em um segundo momento perguntamos para os alunos o que eles fazem ou gostam de fazer para desestressar. Algumas respostas foram: “*Gosto de colocar o som no último volume*” (Paulo, 14 anos, baixa visão). E “*Respiro fundo*” (Nilson, 21 anos, cego). Em seguida perguntamos de onde vem o preconceito, as respostas foram:

Vem da criação familiar (Nilson, 21 anos, cego).

Já sofri preconceito por ser deficiente visual (Nilson, 21 anos, cego)

Já ouvi comentários como: coitada, tadinha, a menina é cega (Milena, 16 anos, cega).

Ao comentarem sobre o preconceito sofrido por serem pessoas com deficiência visual, evidencia-se o comentário do aluno Nilson ao dizer que ele se expressa a partir da “*criação familiar*”. A compreensão deste estudante direciona-se ao pensamento de que as pessoas reproduzem preconceitos ou estereótipos a partir de suas vivências iniciais no mundo social, não sendo inato ao ser humano este tipo de comportamento. O mesmo poderia afirmar que tal pensamento condiz com o caráter individual de cada um, já que afirmou ter sofrido preconceito por sua deficiência visual. Assim, percebe-se a importância do debate dialógico sobre “Gênero e sexualidade” na escola, uma vez que os próprios estudantes compreendem o sentido da formação individual a partir do seu meio social, adquirindo determinada consciência sobre diferentes assuntos.

Sobre os principais pontos debatidos nos dias de Oficina cabe ressaltar que praticamente todos os jovens comentaram que a família não apoia namorarem por serem cegos ou baixa visão. Bianca (13 anos, cega) comentou que mãe não a deixa sair sozinha por ela ser deficiente visual e ter medo de que lhe aconteça algo. Alguns mencionaram terem auto preconceitos em alguns momentos da vida.

Ao fazer uma retrospectiva os alunos lembraram/comentaram:

- *Jaqueline: lembrou da conversa sobre o que é ser mulher.*
- *Bianca: sobre preconceito. “o deficiente visual sofre muito preconceito”.*
- *Paulo: lembrou que a vantagem de ser homem é não engravidar.*
- *Nilson: “homens tem menos exigência com a aparência e costumam ser menos vaidosos que as mulheres.”*

Novamente, na expressão do estudante Nilson se fixa o estereótipo de cuidados com a aparência estética e vestimenta a mulheres. Tais afirmações possivelmente podem seguir a linha de



Mariana dos Reis Santos, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ
Rodrigo Agrellos Costa, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ

raciocínio de falas que reproduzem este tipo de pensamento em ambientes sociais como a escola, grupo de amigos ou família de que “se arrumar” ou “se cuidar” esteticamente está relacionado a mulheres.

Após estes três primeiros dias de Oficina, foram realizadas aulas com o professor de Ciências (um dos autores desse texto), com o objetivo de apresentar para os/as alunos/as os preservativos masculino e feminino e explicar como colocar, utilizando protótipos emborrachados de órgãos genitais.

As figuras de 2,3 e 4 correspondem a mãos de alunos/as cegos/as na faixa etária de 13 a 16 anos. O professor de Ciências levou os protótipos emborrachados de órgãos genitais (masculino e feminino) e preservativos (camisinha masculina e feminina) para que os jovens conhecessem os formatos dos órgãos e a forma correta de colocar o preservativo. Alguns jovens cegos nunca haviam colocado a mão em um preservativo e nem conversado sobre o assunto em casa com a família.

Figura 2. Jovem com deficiência visual Tateando modelo de órgão genital feminino emborrachado.



Fonte: foto retirada pelos autores.

Descrição da imagem: Jovem com deficiência visual Tateando órgão genital feminino emborrachado: Fotografia colorida. Molde emborrachado de genitália feminina em cima de uma mesa branca, próximo ao molde uma embalagem de preservativo masculino. Uma mão direita feminina, de pele branca, tateia a parte interna do molde. Em



Mariana dos Reis Santos, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ
Rodrigo Agrellos Costa, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ

cima da mão feminina, uma mão direita masculina, de pele branca, auxilia o toque. A mão esquerda masculina segura a lateral do molde.

Figura 3. Jovem cega Tateando uma camisinha masculina.



Fonte: foto retirada pelos autores.

Descrição da imagem: Jovem cega Tateando uma camisinha masculina: Fotografia colorida. Mãos femininas de pele branca tateiam uma camisinha masculina. O dedão e o dedo médio da mão esquerda fazem movimento de pinça na circunferência do preservativo. Os braços estão apoiados em cima de uma mesa branca. Em cima da mesa está a embalagem da camisinha com uma parte aberta.

Figura 4. Jovem cega reconhecendo um protótipo do órgão genital masculino.



Mariana dos Reis Santos, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ
Rodrigo Agrellos Costa, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ



Fonte: foto retirada pelos autores.

Descrição da imagem 4 Jovem cega reconhecendo um protótipo do órgão genital masculino: Fotografia colorida. Em cima da mesa um protótipo de órgão genital masculino ereto. Mãos femininas de pele morena clara tateiam o protótipo. A mão esquerda segura a base e a mão direita tateiam a parte superior do protótipo. As mãos masculinas do professor auxiliam.

Ao obter estas experiências sensoriais com os protótipos de órgãos genitais, estes educandos não só puderam construir sua autonomia individual referente a questões de âmbito mais íntimo da sua vida, como se inserem nas discussões mais amplas da agenda política da sociedade brasileira. Na viabilidade do acesso a temática da sexualidade, pessoas com deficiência visual se inserem em debates mais amplos como padrões corporais e comportamentais, LGBTQIA+fobia e misoginia no cotidiano, orientação sexual, questões de gênero e assédio sexual dentre outros assuntos da esfera dos Direitos Humanos.

A ausência de maiores estudos sobre “Gênero e sexualidade” da pessoa com deficiência visual principalmente em faixa etária de escolarização sinaliza a necessidade de projetos educacionais em instituições especializadas com centralidade nestes assuntos. Há ainda uma lacuna envolvendo as questões da sexualidade deste grupo, fora a imposição da sexualidade enquanto algo meramente biológica, restrita à reprodução e aos órgãos genitais, desprovida assim do campo da afetividade ou outros desejos. Estes pensamentos equivocados reproduzidos tanto por profissionais de educação como por familiares



dificultam a emancipação da pessoa com deficiência visual no campo da sexualidade além de gerar certa discriminação ou “tabu”.

Considerações finais

Este estudo procurou evidenciar dois projetos transformadores da área de “Gênero e Sexualidade”, oriundos das iniciativas pedagógicas de dois professores do corpo docente de uma instituição especializada em deficiência visual.

A metodologia da roda de conversa e as aulas interativas na oficina de prevenção a infecções sexualmente transmissíveis propiciaram a abertura de diálogo, estimulando no ambiente da sala de aula, um “espaço seguro” para a problematização de assuntos que os constituem enquanto sujeitos com subjetivações próprias e capacidade de formar uma consciência crítica em diversos espaços da sociedade.

Os questionamentos inerentes às temáticas de gênero e sexualidade, levantadas durante a dinâmica da primeira experiência da roda de conversa pelos educandos, borbulharam inúmeros outros questionamentos conectados a fase da pré-adolescência de descoberta do corpo, puberdade e início de relações afetivas em ambientes de convivência. Há também por parte dos educandos participantes da roda, uma tomada de consciência crítica mediante julgamentos individuais preconceituosos referentes a comportamentos e vestimentas socialmente aceitos a uma mulher. Também foram levantadas de maneira bem reflexiva, problematizações de gênero mais complexas como o preterimento das mulheres negras nas redes de afeto e divisão sexual do trabalho desde os anos iniciais no convívio da família

Já segunda experiência do projeto intitulado: “Caminhos da Inclusão: sexualidade, aids e deficiência” embora tenha elucidado a pouca informação dos educandos deficientes visuais no que se refere ao uso de métodos contraceptivos e prevenção das infecções sexualmente transmissíveis e HIV/aids, incidiu questionamentos e colocações muito amadurecidas do grupo. Mesmo sendo recorrentes as colocações dos educandos no que tange a fixação de papéis de mulher e de homem, percebe-se uma reflexão inicial do coletivo com relação às desigualdades de gênero existentes na sociedade desde o início da puberdade. As colocações destes sujeitos referentes ao capacitismo sofrido por estes educandos com deficiência visual cotidianamente sinalizam a



Mariana dos Reis Santos, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ
Rodrigo Agrellos Costa, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ

necessidade de políticas públicas e formação de professores que compreendam as especificidades dos mesmos na temática de gênero e sexualidade.

Por fim, as metodologia destes dois projetos empregados em uma instituição especializada composta por estudantes com deficiência visual também ampara-se na perspectiva vigotskyana (Vigotsky, 2011) de que a inserção na cultura promove caminhos o desenvolvimento das funções psíquicas superiores como contribui para o pensamento e linguagem das crianças e adolescentes deficientes visuais.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Ano 134, nº 248, p. 27833. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 27 maio 2023.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão**. 2 ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 208 p. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/alunoscegos.pdf>. Acesso em 27 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 21 jul 2010. Ano 148, nº 138, p. 1. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em 27 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 07 jul 2015. Ano 152, nº 127, p. 2-11. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 27 maio 2023.



CAMPBELL, Fiona Kumari. Refusing Able(ness): a preliminary conversation about ableism. **M/C Journal**, [S.L.], v. 11, n. 3, p. 1-1, 2 jul. 2008. Queensland University of Technology. DOI: <http://dx.doi.org/10.5204/mcj.46>.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, v. 1, p.171-189, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: out. 2023.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo. O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 33, n. 3, p. 543-560, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022007000300011>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido** (17^a edição), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

LOURO, G.L. **Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade**. Formação Docente, v. 4, p.1-6, 2011

LOURO, G.L, **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pró Posições (Unicamp), v.19, p 17-23, 2008

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas**. Educação em Revista (UFMG).v.46, p. 201-218, 2007

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MOUTINHO, Laura. **Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes**. Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso), v.1, p.201- 248, 2014

PAULA, Ana Rita de; SODELLI, Fernanda Guilardi; FARIA, Gláucia; GIL, Marta; REGEN, Mina; MERESMAN, Sérgio. Pessoas com deficiência: Pesquisa sobre a sexualidade e vulnerabilidade. **Temas sobre Desenvolvimento** 2010; 17(98):51-65.



Mariana dos Reis Santos, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ
Rodrigo Agrellos Costa, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ

SANTOS, Mariana dos Reis. Rodas de conversa como práticas pedagógicas transformadoras para o debate de gênero e raça numa turma de estudantes com deficiência visual. In: Conectando Conhecimentos: textos referentes às palestras e trabalhos apresentados nas edições X a XII do Seminário. Carla R. da Ré A.; Fernando C. Ferreira; Luiz P. da S. Braga (org.) - Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2023

SCHUCMAN, Lia. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 122 p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Vol. 20 (2), jul/dez. 1995.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, 2011



Mariana dos Reis Santos, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ
Rodrigo Agrellos Costa, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ

Pedagogical practices of gender and sexuality in an institution specialized in visual impairment

ABSTRACT: This article aimed to shed light on two pedagogical practices carried out by two teachers from the Instituto Benjamin Constant, a specialized institution of reference in visual impairment. The theme of “Gender and Sexuality” gained centrality in the methodologies adopted for groups of students with visual impairment. The construction of stereotypes of blind and low vision students as subject to subjectivity or devoid of sexuality by their families and some teachers was observed. In this context, the projects “Conversation Circle”, in the early years, and “Paths of Inclusion: sexuality, aids and disability” in the final years of elementary school emerged, under the supervision of the aforementioned teachers in 2018 and 2019. The methodologies adopted considered the questions previously raised by students with visual impairment and the construction of knowledge from a dialogical and open process. The conversation circle on the subject “Violence against women in our society” revealed a space of multiple questions, deconstruction of macho behaviors, and reflections on the sexual division of labor in various spaces. Therefore, this study aimed to provoke the debate on “Gender and sexuality” in a specialized institution for visual impairment where most of the experiences of students in their trajectory with the theme were of restriction or invisibility. In summary, given the general objective of mobilizing discussion with teacher training, it was observed that although there were recurrent placements of gender role fixations by students, the “Paths of Inclusion” project elucidated matured placements on inequalities between men and women in society.”

KEYWORDS: Visual impairment. Specialized institution. Gender and sexuality. Conversation circle.

Mariana dos Reis SANTOS

Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense. É professora professor do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Benjamin Constant desde 2014, atuando nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

E-mail: marianasantos@ibc.gov.br

Rodrigo Agrellos COSTA

Doutor em Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz, Mestre em Biologia (Genética) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Bacharel em Ciências Biológicas (Genética) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade do Grande Rio. É professor do ensino básico,



Mariana dos Reis Santos, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ
Rodrigo Agrellos Costa, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ

*técnico e tecnológico do Instituto Benjamin Constant desde 2013, atuando no ensino
de Ciências da Natureza para a segunda etapa do Ensino Fundamental.*

Email: rodrigoagrellos@ibc.gov.br

Recebido em: 17/06/2023

Aprovado em: 25/11/2023



DOSSIÊ

“Eles aceitam esses gays todos pra um dia fazer uma sessão de cura com todo mundo”:

afetações da religião em uma pesquisa sobre masculinidades

Leandro Teófilo de Brito, *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Resumo: Este artigo busca problematizar afetações da religião em uma pesquisa sobre masculinidades no contexto do esporte. Para isso, são mobilizadas as teorizações da desconstrução, *différance*, performatividade e interseccionalidade, em textos de autoria de Jacques Derrida, Judith Butler, Sirma Bilge, entre outros, assim como a produção de narrativas pela noção dialógica de Leonor Arfuch. Entre os resultados, os sujeitos participantes da pesquisa apontaram as disputas que ocorriam no interior das igrejas evangélicas em que frequentavam, pela tentativa de controle e regulação de masculinidades não heterossexuais em seus espaços. Os discursos da religião significaram-se pela tentativa de estabilização de um modo específico de ser homem na sociedade, isto é, na vivência demarcada da masculinidade heterossexual como norma do projeto instituído por aquelas igrejas.

PALAVRAS-CHAVE: Religião. Masculinidade. Juventude. Narrativas. Diferença.



Introdução

Um evento de nome Machonaria, idealizado pelo pastor Anderson Silva da igreja Vivo por Ti de Brasília, repercutiu nas mídias e nas redes sociais durante a realização de seu segundo encontro, em 2019, pela ênfase no seguinte discurso: resgatar a masculinidade patriarcal¹. Contrário à ideia de que a masculinidade é uma construção social, por meio de um discurso obscurantista e, em alguma medida, conflituoso e desarticulado epistemologicamente com os estudos de gênero, o pastor defende que o machismo é uma maldição e que não possui qualquer relação com o patriarcado. Para ele, esse pensamento é o caminho mais viável a ser assumido socialmente por homens honrados e que lutam por um mundo melhor para se viver.

Sabe-se que a religião é, historicamente, um campo que se engaja nas disputas em torno da manutenção das normas de gênero na sociedade e movimentos contemporâneos como o Machonaria buscam, com base numa perspectiva conservadora, a estabilização da masculinidade entre os homens que frequentam seus espaços. Sendo os homens alvo dessa iniciativa, tal movimento busca mantê-los numa posição social de hierarquização e dominação da ordem estrutural, negando a eles possibilidades, por exemplo, de parceria e maior abertura nas relações com as mulheres na sociedade.

Como destacou Ecco (2008), as expressões religiosas oriundas da tradição cristã, recorrentemente, dão muita ênfase à manutenção da supremacia hierárquica masculina, corroborando para moldar os sujeitos, dada sua forte influência social. O autor considera a religião como um campo simbólico importante e que enfatiza, desde os mecanismos mais sutis de influência na vida dos sujeitos, um espaço privilegiado de construção social da supremacia cultural da masculinidade.

Outros autores, como Gastaldi e Silva (2018), apontaram que tal condição imposta pela religião favoreceu os homens, colocando-os numa posição de destaque na estrutura social e reafirmando seus privilégios na sociedade. Também enfatizaram as disputas que ocorrem entre essa identidade masculina, que é definida e pautada nos seguimentos religiosos desde os primórdios da cristandade, e as novas demandas

¹ Em plena onda feminista, machonaria quer resgatar a masculinidade patriarcal. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2019/11/08/eventos-como-machonaria-querem-resgatar-a-masculinidade-patriarcal.htm> . Acesso em: 23 jun. 2023.



contemporâneas, que são colocadas aos sujeitos para contestar a rigidez dos papéis estabelecidos socialmente pela igreja.

Entre essas novas demandas, pode-se apontar a articulação entre a masculinidade e as orientações não heterossexuais. Nessa discussão, o posicionamento da religião sobre o tema da homossexualidade se torna, na maior parte das vezes, até mais radical. Os elementos precursores da hostilidade contra homossexuais são advindos de uma tradição judaico-cristã, que situam pessoas homossexuais fora de uma suposta salvação e, principalmente, à margem de uma dada natureza – heterossexual, pois: “O cristianismo triunfante transformará essa exclusão da natureza no elemento precursor e capital da ideologia homofóbica” (BORRILLO, 2010, p. 44).

Este artigo discutirá as afetações da religião em narrativas sobre as masculinidades no esporte, com focalização no voleibol. Conforme destacou Camargo (2014), as masculinidades – plurais, múltiplas, queer, dissonantes - estão em constante circulação nos esquemas simbólicos de apreensão do mundo das práticas esportivas, independente dos sentidos que lhe são atribuídos. A participação de homens não heterossexuais em locais de prática do voleibol é um fenômeno cultural recorrente no Brasil, que atravessa tanto o contexto profissional, com jogadores homossexuais e bissexuais presentes em equipes da Superliga Masculina e na Seleção Brasileira, como em espaços de lazer e campeonatos escolares, universitários, amadores e de categorias de base que ocorrem em diversas partes do país (ANJOS, 2015; BRITO, 2016; BRITO, 2017; CARVALHO et al., 2017; SOUZA; PEREIRA NETO; ALMEIDA, 2021; BRITO, 2022; BRITO; SILVA JUNIOR, 2022; LAURINDO; MARTINS, 2023).

Abordo neste texto um recorte de uma pesquisa mais ampla que discutiu os processos de identificação e significação de jovens atletas de voleibol cisgêneros e que se identificavam como homens homossexuais e bissexuais (BRITO, 2018). Nesse contexto, a temática religião emergiu na produção das narrativas e foi enunciada como um marcador da diferença que afetava as experiências dos sujeitos participantes da pesquisa, tanto na sociedade como nos contextos em que se desenvolviam como jogadores de vôlei em clubes de base. Para leitura e interpretação dessa focalização de pesquisa, mobilizo as teorizações da desconstrução, *différance*, performatividade e interseccionalidade para problematizar as afetações da religião em narrativas produzidas na pesquisa supracitada.



Uma leitura antiessencialista sobre as categorias masculinidade e juventude

Discutindo os processos de identificação e significação das masculinidades e das juventudes, enunciados pelos sujeitos da pesquisa, proponho pensar os efeitos produzidos pela linguagem na constituição dos sentidos sociais atribuídos à diferença na contemporaneidade. Apoio-me numa abordagem pós-estruturalista para responder as complexidades que as identificações e significações assumem nos diversos contextos sociais.

A rejeição do caráter fixo, permanente e restritivo da oposição binária, que se expressa nas dicotomias homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual, entre outras, é defendida por Joan Scott com base na noção de desconstrução, proposta pelo filósofo franco-argelino Jacques Derrida. Esta noção foi apropriada por teóricas feministas, localizadas nos estudos pós-estruturalistas, como um caminho para deslocar a construção hierárquica que se naturalizou na diferença sexual:

A desconstrução não pode limitar-se ou passar imediatamente para uma neutralização: deve, através de um gesto duplo, uma dupla ciência, uma dupla escrita, praticar uma reviravolta da oposição clássica e um deslocamento geral do sistema. É só nesta condição que a desconstrução terá os meios de intervir no campo das oposições que critica e que é também um campo de forças não-discursivas (DERRIDA, 1991, p. 372).

Jacques Derrida busca promover com o pensamento da desconstrução o que chama de duplo gesto, que ocorre por meio de dois momentos constituintes da atividade desconstrutiva: a inversão e o deslocamento, citados no trecho acima. No primeiro momento, a inversão vai buscar colocar em destaque o que foi reprimido, marginalizado, para no movimento de deslocamento; o segundo e importante momento, ir além das dicotomias e dos binarismos, rompendo com qualquer nova hierarquização (HADDOCK-LOBO, 2008). A noção proposta pelo filósofo é potente, dentro de uma crítica pós-estruturalista à noção de identidade, pois a assume sem qualquer fundamento essencialista:



O que Derrida chama de feminino, por exemplo, está para além da mulher, para além da distinção sexual homem-mulher: é justamente o fim da distinção polar e a abertura para uma produção de múltiplas diferenças sexuais [...]. Sob este prisma, o feminino não é a mulher, mas sim a possibilidade de se lidar com a ausência da verdade fálica, masculina, certa... É a possibilidade do desconhecido e do novo e, por isso, a chance de pensarmos para além de qualquer classificação sexual, seja hetero, homo, trans, metro ou mesmo pansexual (HADDOCK-LOBO, 2008, p. 20).

Dessa maneira, o movimento de contestação das oposições binárias e da fixidez identitária pela noção de desconstrução, tão caro às lutas feministas e tão potente politicamente na busca pelos direitos à diferença, trouxe aos estudos de gênero novas configurações e alternativas, como apontou Scott (1995, p. 84):

‘
Temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual. [...]. Se utilizamos a definição da desconstrução de Jacques Derrida, essa crítica significa analisar, levando em conta o contexto, a forma pela qual opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando sua construção hierárquica, em vez de aceitá-la como real ou auto evidente ou como fazendo parte da natureza das coisas.

Considerando, conforme leitura de Derrida por Rodrigues (2009, p.34), que “deslocar-se é, antes de mais nada, não se fixar a identidades”, o filósofo, com o pensamento da desconstrução, problematiza a existência de rastros e vestígios no movimento permanente de inversão e deslocamento, que escapa às oposições binárias e que busca promover as diferenças, na medida em que não se instituem novas oposições, mas sim um permanente deslocar-se e diferir-se denominado por ele de *différance* (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004).

Haddock-Lobo (2008) afirma que Jacques Derrida, com o uso do termo *différance*, objetivava mostrar que a escrita não poderia ser vista simplesmente como representação da fala, em um sistema binário e hierarquizado, onde ocuparia posição subalterna. A *différance*, para Jacques Derrida, é um neografismo produzido a partir da introdução da letra a no lugar do e, para questionar a tradição fonocêntrica, dominante nas tradições filosóficas, que lograram-se impor no ocidente, desde épocas anteriores a Platão, até os estudos linguísticos de Saussure: “a inserção da



letra a se propõe ser uma ‘marca muda’, que se escreve ou se lê, mas não se ouve” (SANTIAGO, 1976, p. 22).

Conforme Rodrigues (2009), a *différance* deriva do verbo *différer* – diferir – que significa retardar, adiar, protelar, prorrogar, ou seja, se poderia afirmar que a *différance* significa um constante processo de diferenciação e que “está no jogo de remetimentos com o outro, jogo a partir do qual as referências são constituídas, num devir permanente em que a identidade fixa é substituída pelos efeitos de um processo contínuo de deslocamento” (p. 43). Um movimento de diferenciação permanente e infinito, que produz diferenças e que questiona uma estrutura binária de oposições já dadas.

Nas palavras de Jacques Derrida:

o movimento da *différance*, na medida em que produz os diferentes, na medida em que diferencia, é, pois, a raiz comum de todas as oposições de conceitos que escondem nossa linguagem, tais como, para não tomar mais do que alguns exemplos: sensível/inteligível, intuição/significação, natureza/cultura, etc. Enquanto raiz comum, a *différance* é também o elemento do mesmo (que se distingue do idêntico) no qual essas oposições se anunciam (DERRIDA, 2001, p. 15).

Neste sentido, Rodrigues (2009, p. 45) afirma que trabalhar com Jacques Derrida significa reconhecer a questão da alteridade como central em suas obras, problematizando a ausência/presença do outro, como uma alteridade radical e que o filósofo “propõe substituir o conceito de identidade pelo de identificação, noção mais próxima de processo, de movimento, de um devir permanente que nunca se dá completamente”.

A teorização da performatividade da linguagem (DERRIDA, 1991; BUTLER, 2019) também é basilar nessa proposta. Por essa perspectiva, toda linguagem repetida e reiterada tem a capacidade de produzir efeitos de realidade e, assim, participar das construções dos sentidos em circulação na sociedade. Esse poder performativo da linguagem, “não descreve algo que existe fora da linguagem e antes dela. Produz ou transforma uma situação, opera” (DERRIDA, 1991, p. 27) e “a performatividade deve ser entendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas como uma prática reiterativa e citacional por meio da qual o discurso produz os efeitos daquilo que nomeia” (BUTLER, 2019, p.



16). Cabe destacar que os efeitos dessa repetição se processam de modo contingente nos diversos contextos em que se produzem.

É por essa articulação epistemológica que Butler (2014) entende sexo, gênero e sexualidade como performativos, isto é, considera essas identificações, mesmo instituídas na coerência normativa sexo-gênero-desejo, instáveis, abertas e precárias. Por meio da repetição estilizada do corpo por falas, atos e gestos, sentidos do masculino e do feminino, enunciados por uma matriz heterossexual e reconhecidos dentro de um quadro binário, estão passíveis de fracasso e de ressignificações.

Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes “masculino” e “feminina” é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo. [...]. Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados (p. 253).

Ao interpretar as masculinidades pela noção de performatividade de gênero, busca-se uma leitura antiessencialista para os jogos de poder sobre as identificações do masculino em circulação na contemporaneidade, pois “as performatizações da masculinidade dão significados aos incalculáveis e complexos processos de identificações do masculino, imbricados num jogo relacional de disputas, que abarca repetições/deslocamentos de sentidos” (BRITO, 2021, p. 8).

Assim como Judith Butler contestou o binarismo masculino/feminino pelo argumento antiessencialista que destaca a complexidade da linguagem na constituição do sexo, do gênero e da sexualidade, a noção de performatividade se mostra produtiva na contraposição ao adultocentrismo. Propondo como discussão a identificação da juventude como performativa, destaca-se que “existem as práticas reguladoras da coerência da idade que, ‘performativamente’, dicotomizam e hierarquizam a criança/adolescente/jovem relativamente ao adulto” (LEITE, 2014, p. 148), o que permite contestar atribuições naturalizadas – como irresponsável, hedonista, alienado, entre outras – comumente repetidas em enunciações direcionadas ao sujeito jovem na sociedade e que corrobora com o discurso do senso comum de essencialização da identificação da juventude em variadas esferas da



sociedade. Tal construção de mostra potente para a articulação das categorias juventude e masculinidade nas discussões aqui desenvolvidas.

Entendendo que as performatizações das identificações anunciadas podem ser afetadas mutuamente e por diversos outros marcadores da diferença, como a própria religião, a abordagem interseccional (BILGE, 2009; 2020) se mostra importante nessa articulação epistêmica. Reconhecendo que não se trata de um mero somatório de opressões, mas de uma abordagem integrada que articula categorizações da diferença, materializadas em desigualdades, que emergem e interpelam as vivências dos sujeitos, a interseccionalidade é uma abordagem analítico-política potente para problematização da articulação de diferentes atravessamentos identitários nas experiências cotidianas dos sujeitos.

Além disso, sua articulação com o pós-estruturalismo “leva, nos melhores casos, a um avanço inegável do paradigma interseccional, notavelmente na formação de estruturas conceituais originais e fortemente relevantes” (BILGE, 2020, p. 243-244). Favorece uma abordagem produtiva para discutir categorias da diferença em integração e em articulação com os múltiplos vetores da ordem social, que trabalham para convertê-la em desigualdade, focalizando a multiplicidade dos processos de identificação/significação, sem renunciar interpretações antiessencialistas que colocam sob suspeita sentidos da estabilidade das identidades.

Produção de narrativas

As narrativas que serão problematizadas neste artigo foram construídas pelos princípios da cientista social argentina Leonor Arfuch. A autora dialoga com autores pós-estruturalistas para discutir a entrevista e a produção de narrativas biográficas e autobiográficas nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, enfatizando o caráter criador e transformador da ação linguística, além da afetação dos processos culturais e das relações de poder ali presentes.

Arfuch (2010) nomeia de espaço biográfico “um singular habitado pela pluralidade (p. 340), isto é, a biografia como um local de múltiplas narrativas, que contam, de diferentes modos, histórias e/ou experiências de vida. O nome espaço biográfico remete a um universo de gêneros discursivos, que delineiam um território composto pela “trajetória individual sempre em busca de seus acentos coletivos” (ARFUCH, 2010,



p.15) e que são comumente expressados por entrevistas, conversas, testemunhos, histórias de vida, relatos de autoajuda, anedotários, entre outros. Nesse sentido, as narrativas, como uma das múltiplas formas que integram o espaço biográfico, considerada uma das grandes divisões do discurso e dimensão configurativa de toda experiência “adquire relevância filosófica ao postular uma relação possível entre tempo do mundo da vida, o tempo do relato e o tempo da leitura” (ARFUCH, 2010, p. 112).

Destaca-se, entre os métodos biográficos enunciados por Arfuch (2010), a entrevista, que se configura como um gênero predominante e tradicional na comunicação midiática e na pesquisa acadêmica das ciências humanas e sociais, em que se atribui como interesse central “o interesse na voz e na experiência dos sujeitos e com a ênfase testemunhal”. Todavia, a autora defende a produção de narrativas baseada numa “teoria do sujeito que considere seu caráter não essencial, seu posicionamento contingente e móvel nas diversas tramas em que sua voz se torna significante” (ARFUCH, 2010, p. 31-32). Suas proposições sobre narrativas enfatizam uma perspectiva de não hierarquização entre pesquisador e sujeitos, numa relação, sobretudo, dialógica e alteritária no contexto de produção dos relatos nas entrevistas.

A cientista social então cita a historiadora feminista Joan Scott, para contestar uma ideia de “fonte imediata da verdade” (ARFUCH, 2010, p.254), advinda das vozes autorizadas dos sujeitos e do caráter essencialista da experiência nas narrativas biográficas e autobiográficas. Conforme Scott (1998), quando a experiência é tomada como origem do conhecimento, a visão dos sujeitos, seja da pessoa que viveu a experiência ou a da que narra torna-se verdade apriorística, remetendo-se a um entendimento essencialista da identidade que opera invisibilizando formas de como a diferença é estabelecida, como e de que maneira esta informa e constitui os sujeitos e suas posições assumidas no mundo.

Em outras palavras, a experiência, concebida tanto por meio de uma metáfora de visibilidade, quanto por outro modo que tome o significado como transparente, reproduz, mais que contesta, sistemas ideológicos dados – aqueles que presumem que os fatos da história falam por si mesmos e aqueles que se fundamentam em ideias de uma oposição natural ou estabelecida entre, digamos, práticas sexuais e convenções sócias, ou entre homossexualidade e heterossexualidade (SCOTT, 1998, p. 302).



Deste modo, Scott (1998) propõe que ao tornar visível a experiência de um grupo, através de seus relatos vivenciais, se coloque em evidência os processos históricos que, constituídos pelo discurso, posicionam sujeitos na construção crítica de sua experiência, já que: “Não são indivíduos que têm experiência, mas sim sujeitos que são constituídos pela experiência” (p. 304). A autora, nesta perspectiva, tenciona o caráter incontestável da experiência descrita em textos históricos de relatos e narrativas, permitindo reflexões sobre a desconstrução de posições essencializadas e predeterminadas pela identidade, que os sujeitos assumem para as pesquisas.

Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar sobre a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz. [...] é uma historicização que implica exame crítico de todas as categorias explicativas tomadas normalmente como óbvias, incluindo a categoria de “experiência” (SCOTT, 1998, p. 304).

Seguindo esses princípios, foram produzidas narrativas com vinte jovens atletas de voleibol das categorias juvenis (sub-19) de clubes localizados na cidade do Rio de Janeiro, entre os meses de outubro e dezembro de 2016. Para as identificações de idade, raça e religião utilizou-se um questionário aberto, que foi preenchido junto com o termo de consentimento livre e esclarecido durante a realização das entrevistas. Entre os jovens atletas participantes, nove reconheciam-se como negros, oito como brancos, três como pardos; sete jovens tinham 18 anos e treze jovens 19 anos; e todos os jovens identificavam-se como homens cisgêneros e a orientação sexual variava entre a homossexualidade e a bissexualidade, ocorrendo certa fluidez nesse processo de identificação. Quanto à religião, apenas um jovem identificava-se como candomblecista, cinco como católicos, cinco como evangélicos e nove afirmaram não ter religião (um destes jovens sem religião relata ter se afastado de uma igreja evangélica, conforme narrativa que será discutida na próxima sessão).

As narrativas produzidas foram analisadas por uma proposta metodológica para a pesquisa sobre masculinidades, fundamentada na teorização da interseccionalidade e desenvolvida pela teórica feminista canadense Sirma Bilge. A autora propõe a interpretação das categorias gênero, orientação sexual, raça, classe, etnia, religião, idade e deficiência,



entre outras, em narrativas produzidas por entrevistas, por meio de algumas questões que são aplicadas às narrativas (BILGE, 2009).

Na primeira fase, nomeada como abordagem indutiva baseada em dados, busca-se capturar as categorias que emergem nas enunciações das entrevistas pela leitura das narrativas transcritas e pela escuta dos áudios. Na segunda fase, que a autora nomeia de modelo genérico de interseccionalidade, se aplicam questões às narrativas: Como o gênero informa a experiência individual?; Como o gênero interage com outras categorias sociais nesta experiência individual?; Que dimensões da experiência estão interagindo com o gênero? (BILGE, 2009). Para cada categoria - gênero, orientação sexual, raça, classe, etnia, religião, idade, deficiência, entre outras – se aplicam as questões, tais como as exemplificadas, que visam interpretar se as categorias estão presentes de maneira individual ou se estão interseccionadas.

O recorte que será problematizado aborda a centralidade da identificação da religião como um marcador da diferença que afetava as vivências dos jovens atletas de voleibol nos espaços em que atuavam como jogadores e, de um modo geral, na sociedade.

Afetações da religião

A primeira narrativa que será problematizada é do jovem atleta de nome fictício Luquinha: 19 anos, homossexual, pardo e evangélico. Segue o trecho:

Leandro: Você tem pretensão de seguir carreira? Hoje, com 19 anos, no último ano de juvenil no clube e terminando a escola, o que você pensa em relação a isso?

Luquinha: Com 19 anos, assim... por causa da minha altura, eu acho que não vou ter uma carreira no adulto, entendeu? Mas eu acho que eu não vou parar de jogar vôlei, porque eu gosto muito, eu fiz muita amizade e tal. É um esporte muito bom de praticar e eu não pretendo parar. Ano que vem eu pretendo continuar jogando pela minha igreja, caso não aconteça mesmo uma equipe, uma bolsa em uma faculdade particular...

Leandro: Você é evangélico?

Luquinha: Isso, sou da igreja XXXX (nome da igreja mantido em anonimato)

Leandro: E você pretende continuar jogando por lá? Não sabia que existia esse tipo de trabalho lá...



Leandro Teofilo de Brito, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Luquinha: Existe sim, é um campeonato que são várias modalidades e tal e que disputa com várias igrejas de vários bairros, até fora do Rio... viaja pra São Paulo, pro Sul...

Leandro: Entre as igrejas?

Luquinha: Isso. E eu jogo pelo time da Igreja de São João, entendeu?

Leandro: Mas tem algum outro menino que é gay com você lá?

Luquinha: Tem sim (risos) e vou te dizer que o time praticamente é todo gay de São João... a gente joga também com outras igrejas e todas tem gays (risos)

Leandro: E o pessoal te respeita lá, numa boa?

Luquinha: O pessoal da igreja trata a gente numa boa... sem problemas

Leandro: Não rola discriminação por quem seja gay?

Luquinha: Dizer que não rola eu não vou dizer... uma vez me falaram assim, que eles aceitam esses gays todos pra um dia fazer uma sessão de cura com todo mundo... isso até já circulou entre a gente, uma vez a gente conversou sobre isso... talvez seja história, fofoca...

Leandro: Nossa... surpresa! E como você se situa nisso? Ser gay e evangélico?

Luquinha: Eu sei que é difícil pensar nisso, em ser essas duas coisas, mas eu acho que é possível sim... Jesus amou todo mundo e não é porque eu prefiro homem que ele não vai me amar. Talvez um dia eu saia disso... também não sei, entende... eu vou seguindo fazendo o que eu acho certo pra mim, acreditando no que eu acho melhor... é isso...

Leandro: E muda alguma coisa em você ser um jovem gay evangélico? Me explica melhor isso, porque eu realmente te falo que eu tenho dificuldade de entender, me desculpa...

Luquinha: Não, que isso... muita gente igual a você tem essa dificuldade. O que a gente que é gay tem que ter cuidado é com a libertinagem... com o uso de drogas, com a bebida, ficar bêbado todo sábado... com essa coisa de ficar e transar com qualquer um... se eu sou gay, mas sigo essas normas, não tem tanto problema assim... o que eu tento seguir é isso

Leandro: E quem te fala pra seguir isso?

Luquinha: Nos cultos tem a pregação do pastor e ele fala muito isso, mas não só com gays, mas com pessoas que são heteros também, homens, mulheres... está na bíblia. Eu sei que é confuso, mas é assim que quem é gay e evangélico consegue conciliar as duas coisas... a igreja também não é isso que todo mundo fala pros gays, pode ser um lugar bom sim...

Conforme o trecho destacado da conversa com Luquinha, busquei, inicialmente, indagar o jovem atleta sobre suas perspectivas de seguir



carreira como jogador de voleibol, após subir da categoria juvenil ao adulto e o término da escola, mas fui surpreendido pela informação de que ele também jogava voleibol por sua igreja. Minha surpresa ocorre quando as identificações homossexual e evangélico foram enunciadas por Luquinha e, reafirmadas, quando o questiono se convivia com outros colegas de equipe também homossexuais. Embora também relate que, junto aos seus colegas, são aceitos independente da orientação não heterossexual naquele espaço, levanta a possibilidade de que a igreja os convide a participar de uma sessão de “cura gay”.

Natividade (2006), em pesquisa que focalizou as categorias religião e homossexualidade, afirmou que o discurso religioso de reversão da orientação sexual apareceu como uma perspectiva dominante em diferentes denominações da igreja evangélica, que reconhecem a prática da homossexualidade como pecaminosa e passível de cura, justificando-a como uma forma de alívio ao sofrimento de pessoas que se identificam como homossexuais. O autor, recorrendo a um mapeamento de obras do universo evangélico sobre o tema, em materiais nacionais e internacionais, distingue três categorias no discurso evangélico da cura gay: cura, libertação e restauração sexual, onde técnicas da psicologia e trechos da Bíblia são utilizados em interlocução para construir as premissas que colocam a homossexualidade associada à promiscuidade, pedofilia e doença, pois “as acusações morais subjacentes ao discurso sobre a cura revelam um pânico moral insuflado pelo cultivo de uma imagem negativa” (NATIVIDADE, 2006, p. 127).

Gonçalves (2019) ao discutir as disputas políticas em torno da Resolução do Conselho Federal de Psicologia – 01/99, que proíbe profissionais da área da Psicologia de colaborar com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades, aponta que tanto as religiões católica e evangélica, políticos progressistas e ultra-conservadores, além dos movimentos sociais LGBTI+ vem tensionando o debate público com avanços, recuos e permanências sobre o tema. Nesse contexto, vale ressaltar que:

Nos últimos 40 anos, decisões de órgãos cientificamente qualificados vêm afirmando que as homossexualidades não constituem doenças e que as terapias de reorientação sexual não têm validade científica, tais como as pesquisas realizadas pela Associação Americana de Psicologia e pela Organização Pan-Americana de Saúde (GONÇALVES, 2019, p. 184).



Luquinha também enunciou em sua narrativa, que seria possível se autoidentificar como um jovem gay e evangélico a partir do momento em que houvesse o enquadramento do sujeito nos discursos regulatórios da igreja, afastando-se das drogas, da bebida e do sexo. O jovem atleta justificou, inclusive, que tal discurso da igreja é direcionado a homens e mulheres heterossexuais e não apenas às pessoas homossexuais. Sabe-se que a regulação da homossexualidade e de práticas sexuais tidas como fora da norma pelas igrejas evangélicas, decorre da articulação de elementos da tradição religiosa e de certos modos de subjetivação modernos, com o objetivo de controle dos desejos dos sujeitos (NATIVIDADE, 2006; BORRILLO, 2010).

Tal controle, vem ao encontro de se impor mecanismos regulatórios sobre performatizações de masculinidades dissidentes à norma no contexto da igreja em que frequentava, pois, a religião evangélica, na contingência narrada, negociava possibilidades de modos outros de “ser homem” em seus espaços. Conforme a narrativa, a igreja, supostamente, fazia uso do esporte também para outros fins, tais como projetos de reversão da orientação sexual, considerando a maior presença de sujeitos que não se identificavam como heterossexuais na equipe de voleibol.

Recorro novamente a Butler (2014, p. 253) para refletir sobre a complexidade das normas em dados contextos sociais:

A norma governa inteligibilidades, permitindo que determinadas práticas e ações sejam reconhecidas como tais, impondo uma grelha de legibilidade sobre o social e definindo os parâmetros do que será e do que não será reconhecido como domínio do social.

A próxima narrativa discutida é do jovem atleta de nome fictício Lucarelli: 19 anos, homossexual, negro e evangélico. Segue o trecho a ser problematizado:

Leandro: Vejo aqui pelo questionário que você é cristão. Evangélico?

Lucarelli: Evangélico afastado

Leandro: Afastado?

Lucarelli: Isso

Leandro: Como é que você vê a sua orientação sexual e a igreja? É por isso que você é afastado?



Leandro Teófilo de Brito, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lucarelli: Eu acho que o que a gente faz é errado perante a Bíblia, mas se a gente for olhar pra dentro da igreja, a gente vê muita coisa errada. E dentro da igreja tem muitos gays tentando se recuperar, então pra mim eu me vejo como errado tentando acertar, entendeu?

Leandro: Você então acredita nessa questão de recuperação, tipo de cura gay na igreja?

Lucarelli: Não, tipo... eu não acredito da pessoa ir no médico, no psicólogo se curar... eu acredito nela focar em si mesma e dizer “Eu vou sair dessa vida!”

Leandro: Quando você fala sair dessa vida é o que? A vida do gay é ruim? Como é que você se vê daqui dez anos? Longe dessa vida?

Lucarelli: Sim, se eu focar sim... eu focando sim, eu saio dessa...

Leandro: Você vê isso como errado?

Lucarelli: Sim, o que a gente faz é errado...

Leandro: É errado o que? Pegação?

Lucarelli: É isso mesmo... a gente gosta, faz, mas é errado... eu não concordo, isso não é certo...

Leandro: Mas você não acha que a pessoa pode ser gay e não querer essa vida que você fala, de pegação? Ela ter uma vida mais nos padrões? Você casar com um cara e tal...

Lucarelli: No padrão nunca vai ser, entendeu? É normal entre aspas, mesmo assim estará no erro...

Intitulando-se como um “evangélico afastado”, Lucarelli defendeu a presença de homossexuais evangélicos nas igrejas que buscam a “recuperação”, entretanto quando questionado se a “recuperação” seria sinônimo de “cura gay” o jovem atleta negou, mas em seguida reafirmou que seria possível a reversão da orientação sexual como uma maneira da pessoa “focar em si mesma”. O jovem atleta reiterou o discurso de negatividade sobre a homossexualidade ao associar sexo à promiscuidade e até mesmo uma vida gay nos padrões tradicionais das relações heterossexuais como algo que “estará no erro”. Nesse sentido, homens não heterossexuais são vistos “como ‘promíscuos’, ‘pedófilos’ e sujeitos que ‘espalham doenças’, portanto indivíduos perigosos à coletividade. [...] a partir da veiculação de imagens da homossexualidade como ‘doença’, ‘vício’, ‘perversão’ ou ‘degeneração’” (NATIVIDADE, 2006, p. 127), por parte de discursos que são performatizados pelas igrejas evangélicas e que permeiam as enunciações do jovem entrevistado.

O controle do corpo, dos desejos e das performatizações das masculinidades pela religião, tanto nas narrativas de Luquinha, como nas



de Lucarelli, são passíveis de penalização para o pensamento conservador das igrejas em que frequentavam. Borrillo (2014), ao recuperar discursos sobre a condenação da homossexualidade na Bíblia, tanto no antigo testamento (Sodoma e Gomorra), mas, sobretudo, no novo testamento por Levítico, apontou que seu uso é constantemente repetido na contemporaneidade por autoridades que buscam a repressão da homossexualidade em leis, políticas públicas e decisões judiciais. Nesse contexto, a criminalização das orientações não heterossexuais sedimentou-se na sociedade, desde o discurso da condenação espiritual – ir para o inferno – até a articulação com a promiscuidade, presente nas enunciações dos dois jovens atletas. São discursos performativos, pois produziram efeitos que se materializaram por meio dos sentidos de repressão, discriminação, segregação e exclusão de pessoas não heterossexuais na sociedade.

Retomando Gonçalves (2019), o autor argumenta que a chamada bancada evangélica no congresso nacional se engaja permanentemente na elaboração de projetos de lei relativos a questões contrárias ao casamento homoafetivo², à pornografia, aborto e drogas, construindo um ambiente de alianças políticas entre parlamentares conservadores de diferentes filiações partidárias e denominações religiosas, produzindo permanentemente pânicos morais que, performativamente, circulam na sociedade. Como bem destacou Butler (2019, p. 34-35), “a performatividade é a prática discursiva que realiza ou produz aquilo que nomeia”.

Já a narrativa do jovem que se nomeia como Mireya: 19 anos, bissexual, negro e sem religião, relata seu rompimento com a igreja:

Leandro: Você é evangélico?

Mireya: Já fui obrigado pela minha família, mas nesse momento não sou mais. Uma coisa que eu falo e que eu aprendi: a religião não faz ninguém, quem faz é o caráter, ou seja, então tinha as pessoas que diziam que o esporte era ruim, que ser gay é ruim... então peguei e saí fora...

Leandro: E sua saída também tem haver com a sua orientação sexual? Você sentia que dentro da igreja seria mais difícil você seguir a sua vida em frente?

² Recentemente, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos deputados aprovou projeto de lei que proíbe casamento homoafetivo. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/comissao-da-camara-aprova-projeto-de-lei-que-proibe-casamento-homoafetivo/>. Acesso em: 23 out. 2023.



Leandro Teofilo de Brito, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mireya: É. Porque na igreja a gente é ensinado que ser gay é errado, que ser bissexual é errado, você irá pro inferno se deitar com homem e essas coisas. Eu não achava correto eu estar ali com um pensamento que eu acho errado, então como eu não quis seguir, eu preferi sair, entendeu? Preferi me afastar. Mas tenho a minha fé em Deus e tenho, na minha mente, que religião não faz ninguém, o que faz é o caráter, entendeu?

Leandro: Sim, sim...

Mireya: Então por isso que eu me afastei

Leandro: Qual era a igreja que vocês frequentavam?

Mireya: Então, era uma dessas Assembleias bem tradicionais, bem antiga...

Leandro: Ah, Assembleia de Deus numa vertente tradicional...

Mireya: Isso... bem, bem antiga, entendeu? E tinha também uma coisa lá que falavam que homem não jogava vôlei... cada idiotice que só você vendo!

Leandro: Mas porque homem não jogava vôlei? Era coisa de gay?

Mireya: Isso... alguém deve ter visto que os gays jogavam vôlei e resolveram falar no culto como mais uma justificativa pras pessoas não praticarem esportes. E os meus pais souberam disso e quando eu comecei a jogar vôlei chegaram a levantar tipo “Olha que no vôlei só tem homossexual e você vai virar homossexual se continuar indo pra lá no Rio jogar”. Socorro, né!

O jovem atleta que se nomeia como Mireya colocou-se contrário aos discursos da igreja em que frequentava, optando por se afastar da religião evangélica, devido as posições antagônicas à sua orientação sexual. Entretanto afirmou que continua mantendo sua fé, já que preceitos que julga como importantes, como caráter, podem ser incorporados independentemente de estar ou não em uma igreja. Atravessando o próprio discurso que subalterniza a homossexualidade como orientação sexual, sua igreja também associava a prática do voleibol como um esporte não voltado a sujeitos que se identificavam como heterossexuais, tolhendo duplamente o interesse do jovem atleta em se manter naquele espaço.

Sabe-se que as normalizações de gênero também se fazem presentes no discurso de marginalização da homossexualidade, por exemplo, quando a igreja enfatiza a divisão de práticas masculinas e femininas e atributos específicos para homens e mulheres, julgando que o cruzamento dessas fronteiras poderia favorecer o estímulo à homossexualidade nas vivências dos sujeitos. A prática do voleibol, quando não indicada pela igreja, por sua associação à homossexualidade,



é um exemplo desta afirmação. No caso dos homens, a reiteração pela performatização da masculinidade na norma é perceptível e clara nos discursos mais conservadores da igreja, já que “nessa perspectiva, na restauração da sexualidade ocorre a recuperação dos atributos naturais de masculinidade pela eleição de certos modelos como ideais a serem alcançados” (NATIVIDADE, 2006, p. 124).

Mireya, em sua narrativa, mostrou resistência às regulações promovidas pela religião, contestando as privações que a igreja evangélica instituía quando era obrigado a frequentar com a família. Posição que se diferenciou de Luquinha e Lucarelli que, em seus relatos, localizavam-se mais próximos ao enquadramento normativo proposto pela religião. Nesse sentido, a performatização da juventude de Mireya é construída em oposição a enunciações naturalizadas sobre o sujeito jovem na sociedade, tal como alienado, justamente pela criticidade assumida ao contexto religioso experienciado, que buscava regular sua masculinidade e sua orientação sexual.

É interessante constatar nestas narrativas que focalizaram as afetações da religião, que embora não seja esperado a intersecção de masculinidades não heterossexuais e religião, sobretudo a evangélica, por se mostrarem antagônicos na ordem social, eles ocorrem. Ainda que tais discursos religiosos busquem instituir em seus espaços performatizações mais sedimentadas da juventude e normalizadoras da masculinidade, resistências a essa norma ocorrem em suas contingências específicas, já que sujeitos jovens, que se identificam como homens não heterossexuais, mesmo em meio a disputas e tensões, fazem-se presentes como membros de igrejas evangélicas.

Conclusão

Busquei neste artigo discutir as afetações da religião em narrativas de jovens que se identificavam como homens cisgêneros, homossexuais e bissexuais, evangélicos praticantes ou, no caso de um dos sujeitos, ex-evangélico. De um modo geral, as enunciações apontaram as disputas que ocorrem no interior das igrejas evangélicas, pela tentativa de controle e regulação de masculinidades não heterossexuais em seus espaços, além dos processos de agência/resistência protagonizados pelos sujeitos. Os discursos da religião, relatados nas enunciações de três jovens, significaram-se pela tentativa de estabilização de um modo específico de



ser homem na sociedade, isto é, na vivência demarcada da masculinidade heterossexual como norma do projeto instituído por aquelas igrejas.

Nesse sentido, os discursos regulatórios significaram-se desde a condenação da homossexualidade e da bissexualidade, associadas à promiscuidade e ao vício em drogas e bebidas, até a um suposto projeto de “cura gay”. Tanto na narrativa de Luquinha, como mais diretamente na narrativa de Mireya, as igrejas reconheciam a aproximação de homens não heterossexuais com o voleibol e disputavam sentidos sobre esse fenômeno cultural em suas ações e discursos. É Mireya que, entre os três jovens atletas, se posicionou de modo mais crítico em relação ao processo de controle da igreja a sua masculinidade e a sua orientação sexual. Este jovem atleta mobiliza uma performatização da juventude que é agenciada de modo contestatório aos processos sociais de regulação sobre seus modos de existência. De maneira oposta a ele, Lucarelli se mostrava mais enquadrado no discurso de normatização da igreja frente a sua masculinidade homossexual, acreditando, inclusive, que mudaria seu desejo com o passar do tempo. Essas subjetivações dos sujeitos denotavam a pluralidade dos processos de identificação e significação associados às diferenças pelos jovens em suas vivências na sociedade.

Entendendo que os processos de disputas de sentidos são permanentes na ordem social, as igrejas relatadas nas narrativas dos sujeitos precisam repensar seus discursos dogmáticos e generificados que ainda instituem modos unívocos de masculinidade entre os frequentadores de seus espaços. A pesquisa aqui discutida mostrou que sujeitos que performatizam modos outros de masculinidades, divergentes do instituído por parte de algumas denominações evangélicas, marcam presença nesses espaços, sejam como fiéis, sejam também em outras instâncias de socialização – como, por exemplo, para jogar voleibol – e precisam ser respeitados em suas diferenças.

Referências

ANJOS, Luiza Aguiar dos. “Vôlei masculino é pra homem”: representações do homossexual e do torcedor a partir de um episódio de homofobia. *Movimento*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 11-24, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115338274002>. Acesso em: 20 jun. 2023.



ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico*: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.

BILGE, Sirma. Panoramas recentes do feminismo na interseccionalidade. *Escritas do Tempo*, Marabá, v. 2, n. 6, p. 238-256, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1525> . Acesso em: 20 jun. 2023.

BILGE, Sirma. Smuggling intersectionality into the Study of Masculinity: Some Methodological Challenges. *Feminist Research Methods: an International Conference*, 2009, Stockholm. *Anais...* Stockholm: 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/235051/Smuggling_Intersectionality_into_the_Study_of_Masculinity_Some_Methodological_Challenges . Acesso em: 20 jun. 2023.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia*: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRITO, Leandro Teófilo de. “Afeminada! Afeminada!” - Queerizando as masculinidades no contexto do voleibol. In: DORNELLES, Priscila Gomes; WENETZ, Ileana; SCHWENGBER, Maria Simone Vione (Orgs.). *Educação Física e Sexualidade*: desafios educacionais. Ijuí: Unijuí, 2017, p. 95-107.

BRITO, Leandro Teófilo de. Da masculinidade hegemônica à masculinidade queer/cuir/kuir: disputas no esporte. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cNwyVKFqHbkqkrb3kcbsvQc/?lang=pt> . Acesso em: 22 out. 2023.

BRITO, Leandro Teófilo de. *Enunciações de masculinidade em narrativas de jovens atletas de voleibol*: leituras em horizonte queer. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/10469> . Acesso em: 22 out. 2023.

BRITO, Leandro Teófilo de. Identificações performativas do masculino no voleibol: narrativas de jovens adolescentes atletas em debate. *Esporte e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 11, 28, p. 1/2-20, 2016. Disponível em:



<https://periodicos.uff.br/esportesociedade/article/view/48473> . Acesso em: 22 out. 2023.

BRITO, Leandro Teófilo de. Masculinidades no voleibol: precarização, agência e resistência em narrativas de jovens atletas. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, v. 38, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/cJ4W8k4BvFjhc6PWWJZwzCH/> . Acesso em: 22 out. 2023.

BRITO, Leandro Teófilo de; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço. “É preto, é bicha e que depende de ajuda de custo do clube”: intersecções da diferença no contexto do esporte. *Civitas*, Porto Alegre, v. 22, p. e40500, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/tNKTCFD4WvW4gFR7JyXgtQL/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 22 out. 2023.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam*: os limites discursivos do “sexo.” São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. Regulações do gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, p. 249-274, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Tp6y8yyyGcpfdbzYmrc4cZs/> . Acesso em: 20 jun. 2023.

CAMARGO, Wagner Xavier de. Considerações antropológicas sobre sexualidades e masculinidades no esporte. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCAR*, São Carlos, v. 6, p. 41-62, jan./jun. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/12844201/Considera%C3%A7%C3%B5es_antropol%C3%B3gicas_sobre_masculinidades_e_sexualidades_no_esporte . Acesso em: 20 jun. 2023.

CARVALHO, Helton P. de et al. Conflitos entre a orientação sexual e a orientação de gênero na identidade de atletas profissionais de voleibol: a percepção de atletas homossexuais. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 84-98, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rbcm/article/view/6565#:~:text=Concluiu%2Dse%20que%20a%20orienta%C3%A7%C3%A3o,t%C3%A9nicas%20e%20t%C3%A1ticas%20sejam%20desconsideras.> . Acesso em: 20 jun. 2023.

DERRIDA, Jacques. *Limited inc*. Campinas: Papirus, 1991.



DERRIDA, Jacques. *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. *De que amanhã: diálogo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

ECCO, Clóvis. A função da religião na construção social da masculinidade. *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 93-97, jun. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672008000100013#:~:text=Entendemos%20que%20a%20religi%C3%A3o%20seria,s%C3%A3o%20%E2%80%9Cpenetrantes%20e%20duras%E2%80%9D. Acesso em: 20 jun. 2023.

GASTALDI, Renata Maioli Rodrigues; SILVA, Rafael Bianchi. De Adão à Eva: a construção da masculinidade a partir do discurso do cristianismo. *Revista Mundi Sociais e Humanidades*, Curitiba, v. 3, n. 2, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ifpr.edu.br/index.php/MundiSH/article/view/607> . Acesso em: 20 jun. 2023.

GONÇALVES, Alexandre Oviedo. Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 175-199, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/nrZFFVzmnrv39cWBynCCHLw/> . Acesso em: 20 jun. 2023.

HADDOCK-LOBO, Rafael. *Derrida e o labirinto de inscrições*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

LAURINDO, Vinnicius Camargo de Souza; MARTINS, Mariana Zuaneti. Inclusividade e segregação no Voleibol LGBTQIA+: entre tensões e ambiguidades de masculinidades não ortodoxas. *O Social Em Questão*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 201-222, 2023. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=61467@1> . Acesso em: 22 out. 2023.

LEITE, Miriam Soares. Performatividade: inscrições, contextos, disseminações. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 9, p. 141-165, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/5869> . Acesso em: 20 jun. 2023.



NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, p. 115-132, jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/LQHjv7CsL3dNGrXzDmMBFzv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2023.

RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Florianópolis: Editora mulheres, 2009.

SANTIAGO, Silviano. *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: Livraria F. Alves Editora, 1976.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 16, p.297-325, jan./jun. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183/8194>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, julho/dezembro, jul./dez. 1995. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SOUZA, Bruno Piedade; PEREIRA NETO, Érica; ALMEIDA, Gilmar Fabiano de. Masculinidades subordinadas no esporte: o voleibol em foco. In: DEVIDE, Fabiano Pries; BRITO, Leandro Teófilo de (Orgs.). *Estudos das masculinidades na Educação Física e no Esporte*. São Paulo: nVersos Editora, 2021, p. 207-222.



“They accept all these gays to one day do a healing session with everyone”: affectations of religion in a research on masculinities

ABSTRACT: This article seeks to problematize the effects of religion in research on masculinities in the context of sport. To this end, theorizations of deconstruction, *différance*, performativity and intersectionality are mobilized, in texts authored by Jacques Derrida, Judith Butler, Sirma Bilge, among others, as well as the production of narratives through the dialogic notion of Leonor Arfuch. Among the results, the subjects participating in the research pointed out the disputes that occurred within the evangelical churches they attended, due to the attempt to control and regulate non-heterosexual masculinities in their spaces. The discourses of religion were meant by the attempt to stabilize a specific way of being a man in society, that is, in the demarcated experience of heterosexual masculinity as the norm of the project established by those churches.

KEYWORDS: Religion. Masculinity. Youth. Narrative. Difference.

Leandro Teófilo de BRITO

*Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Docente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE-UFRJ). Formação
em Licenciatura em Educação Física e Mestrado em Educação pela UFRJ;
Doutorado e Pós-doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de
Janeiro (UERJ).*

E-mail: teofilo.leandro@gmail.com

Recebido em: 21/06/2023

Aprovado em: 03/11/2023



DOSSIÊ



As relações entre gênero, prostituição e saúde mental: **A mulher transgênera em situação de vulnerabilidade social no Brasil**

Rafael de Lima Kurschner, *Universidade Estadual do Oeste do Paraná*
Jaime Ventura da Silva Junior, *Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz*
Denilson Pereira Sotel, *Universidade Estadual do Oeste do Paraná*
Juliane Mayer Grigoletto, *Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo*
Carolina Spack Kemmelmeier, *Universidade Estadual do Oeste do Paraná*

O objetivo desse trabalho é propor reflexões relacionadas às relações entre gênero, trabalho e prostituição, no que tange à saúde mental da mulher transgênera em situação de vulnerabilidade social no Brasil. Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos indicam que mulheres transgêneras são vítimas de várias formas de violência, enfrentando barreiras para o acesso ao mercado de trabalho formal, haja vista que 90% das mulheres transgêneras tem, em algum momento, a prostituição como forma de ocupação. A discriminação no acesso ao mercado de trabalho formal costuma ser apontado pelas entrevistadas como elemento que gera impacto negativo à saúde mental. Esse trabalho está dividido em três eixos, primeiramente trata-se dos conceitos de gênero, sobretudo a respeito da mulher transgênera, para então versar sobre amparo jurisdicional trabalhista, tratando-se do assédio moral. O segundo busca apontar contradições entre direitos humanos e o capitalismo, tratando das relações sociais em tal conjuntura. O terceiro versa sobre a mulher transgênera, prostituição e saúde mental, abordando a vulnerabilização associada a imposições culturais, sociais e econômicas, sobretudo na demanda por atenção à saúde mental. Utiliza-se a metodologia de



pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, analisando acórdãos julgados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que tratam de assédio moral, no período de 1 de janeiro de 2020 a 1 de janeiro de 2022.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos humanos. Direito do trabalho. Transgênero. Saúde mental.



Introdução

O objetivo desse trabalho é propor reflexões relacionadas as relações entre gênero, trabalho e prostituição, no que tange à saúde mental da mulher transgênera em situação de vulnerabilidade social no Brasil.

Nesse contexto, identifica-se que as mulheres transgêneras são recorrentemente vítimas de violências, passando pelas formas mais veladas, como no caso de comentários vexatórios em face de sua transgeneridade, até as formas mais explícitas, que podem resultar em violência física e transfeminicídio (CIDH, 2023; BENEVIDES, 2023).

Além disso, por conta da discriminação laboral, se inserem ou se mantêm em menor proporção no mercado de trabalho formal. Essas. Essas barreiras podem estar associadas à estimativa de que 90% das mulheres transgêneras tenham atuado na prostituição em algum momento, que por sua vez, pode resultar em impactos negativos a saúde mental (CIDH, 2023; BENEVIDES, 2023).

Dessa forma, esse trabalho está dividido em três eixos. O primeiro eixo é destinado às definições a respeito da mulher transgênera, em sentido a buscar o que significa ser uma mulher transgênera, abordando o conceito de gênero e seus meandros ligados à construção histórica e social, bem como, visa abordar a busca por tutela jurisdicional no âmbito trabalhista, e como se dá o julgamento relacionado ao assédio moral contra a mulher transgênera.

O segundo eixo visa identificar as condições de existência da mulher transgênera em meio às contradições entre direitos humanos e o sistema capitalista, situando as relações sociais contemporâneas, identificando como se dá a socialização frente a tal conjuntura política e econômica.

O terceiro eixo busca refletir a respeito da mulher transgênera, prostituição e saúde mental, observando-se o processo de vulnerabilização ligada a imposições culturais, sociais e econômicas, que por vezes, torna a prostituição um meio de sobrevivência, ligando este contexto a demanda por atenção à saúde mental, em observância aos índices de suicídio na comunidade transgênero.

Nesse trabalho, aborda-se a vulnerabilidade da mulher transgênera conforme o referencial dos Direitos Humanos, qual seja, considerando que grupos vulneráveis são aqueles que estão mais suscetíveis a sofrerem violações de direitos humanos em razão de um processo histórico e social



de preconceito e práticas discriminatórias, bem como uma maior dificuldade de acesso à justiça e reparação (CIDH, 2023).

Referindo-se ao mundo do trabalho, adota-se a diferenciação entre trabalho e emprego conforme o referencial do campo jurídico. O trabalho se refere a qualquer atividade desenvolvida enquanto carreira ou ocupação, podendo assumir diversas formas contratuais. O emprego seria uma espécie de trabalho, caracterizada por elementos como pessoalidade, subordinação, não eventualidade e onerosidade. Conforme o modelo jurídico adotado os direitos trabalhistas e previdenciários são direcionados e atribuídos ao empregado e não aos demais trabalhadores de forma plena. Vale observar que nesta estrutura jurídica, a prostituição se enquadra como trabalho, mas não como emprego, já que a ordem jurídica brasileira não considera legítimo uma pessoa seja caracterizada como empregador, ou seja, que exerça a atividade empresarial lucrativa sobre o trabalho sexual de outra pessoa.

Esse trabalho é desenvolvido sob a metodologia de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, com a análise dos acórdãos julgados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, localizado no estado de São Paulo, que tratam de assédio moral, com período de recorte da pesquisa de 1 de janeiro de 2020 a 1 de janeiro de 2022.

A construção teórica se dá sob um viés crítico às relações socioeconômicas e culturais contemporâneas, com arcabouço teórico ligado, principalmente, às obras de Marilena Chauí, e em dados trazidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA).

Também contribuíram para construção dessa pesquisa as discussões a respeito da saúde mental realizadas juntos ao Grupo de Pesquisa PSICOLABOR, Psicanálise, Dialética e Direitos Sociais da Universidade de São Paulo (USP).

Diante disso, com esse trabalho, espera-se conhecer e refletir a respeito das principais demandas relacionadas às mulheres transgêneras no Brasil, no contexto de trabalho, prostituição e saúde mental, visando subsidiar o debate sobre as relações entre o gênero, trabalho, prostituição e saúde mental.

A mulher transgênera e trabalho formal



Nas ciências psi (psicologia, psiquiatria e psicanálise) as discussões iniciais sobre a conceituação do gênero dizem respeito às reflexões propostas pelo psicólogo John Money e pelo médico Robert Stoller, entre os anos de 1940 e 1960. Seus estudos foram precursores na utilização do gênero enquanto terminologia para explicar os comportamentos e seus significados à luz da identidade de gênero (MARIZ, 2023, p. 3).

Nesse sentido, a categoria gênero não foi criada pelo feminismo, conforme complementa Preciado:

Longe de ser uma criação da agenda feminista dos anos 60, a categoria gênero pertence ao discurso biotecnológico do final dos anos 40 (...). Para a rigidez do sexo do século XIX, John Money, o psicólogo infantil encarregado do tratamento de bebês intersexuais, vai opor a plasticidade tecnológica do gênero. Utiliza (ele) pela primeira vez a noção de gênero em 1947 e a desenvolve clinicamente mais tarde com Anke Ehrhardt e Joan e John Hampson para falar da possibilidade de modificar hormonal e cirurgicamente o sexo dos bebês nascidos com órgãos genitais e/ou cromossomos que a medicina, com seus critérios visuais e discursivos, não pode classificar só como feminismos ou masculinos (PRECIADO, 2008, p. 81).

Das ciências da saúde para o debate feminista, destaca-se que a discussão dos conceitos de gênero, identidade de gênero e papel de gênero migraram para outros intelectuais anglo-americanos, referenciando-se a socióloga britânica Ann Oakley, com a publicação do livro *Sex, Gender and Society*, em 1972. Tal obra tratou de investigar o gênero enquanto conceito distintivo em relação ao sexo, visando identificar as diferenças sexuais sob uma lente sociológica, afastando-se da abordagem determinista, denominada por ela como dogmatismo biológico (MARIZ, 2023, p. 3).

Dessa forma, atribui-se ao feminismo a aferição do gênero como instrumento de estudo para indicar diferenças e hierarquias entre os “homens” e as “mulheres”, e para desnaturalizar os gêneros das pessoas (COLLING, 2018, p. 22). A conceituação do termo serve como ferramenta analítica e política, uma vez que o torna de caráter social, sem necessariamente ir contra o gênero enquanto biologia, ou seja, a constituição do corpo sexuado, contudo, busca-se indicar que existe uma construção histórica e social que se produz e se reproduz por intermédio de características biológicas (LOURO, 1997, p. 6).

Nesse sentido, Louro expressa que:

As justificativas para as desigualdades precisam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na



história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (LOURO, 1997, p. 7).

Ainda se tratando da contextualização histórica, Simone de Beauvoir tornou-se uma pensadora singular em torno do gênero ao afirmar que “ninguém nasce mulher, torna-se”. Tal afirmação ecoou, oportunizando que estudiosos repetissem essa expressão para indicar que seu modo de ser e estar no mundo não era resultado de um único ato, mas que se tratava de uma construção. Nesse sentido, ser “mulher” diz respeito às marcas, gestos, comportamento, preferências e desgostos impostos e reiterados em sua específica realidade, que remetem às normas e valores de certa cultura (LOURO, 2008, p. 17).

A partir dessa realidade, Louro (2008, p. 20) leciona que uma nova política cultural vem se afirmando: a política de identidades. Nesse âmbito, a partir dos anos 1960, sujeitos que fazem parte de grupos sociais hoje reconhecidos como minorias sexuais e étnicas, como mulheres, negros e pessoas LGBTQI+, passaram a reivindicar protagonismo em suas vozes, em face de inconformidades com teorias e conceitos, indicando uma necessidade na criação de novas linguagens e práticas sociais.

Em sentido a tais reflexões, Bento argumenta que:

Quando eu digo “mulher/homem” desencadeia-se um conjunto de expectativas fundamentadas na naturalização das subjetividades, dos desejos e dos locais sociais que os corpos femininos e masculinos devem ocupar nas estruturas sociais. E nessas expectativas o destino da reprodução humana, a maternidade, ocupa um lugar central. Mas eu posso dizer “mulher” e, no entanto, os atributos definidores para o feminino não serem reconhecidos? O significante universal “mulher” invisibiliza uma pluralidade de posições que corpos ditos femininos ocupam na ordem de gênero feminino (BENTO, 2022, p. 17).

Trazendo a discussão para o contexto brasileiro, pode-se destacar que na década de 1970 havia a comum denominação do estudo de gênero como estudo sobre a “mulher”, a partir dos anos 1980 se observa a substituição do termo “mulher” para o termo gênero, como categoria analítica, indicando uma área de estudos nos países. Dessa forma, a substituição do termo ocorreu por intermédio de debates nas ciências sociais, que possibilitaram a rejeição do anteriormente mencionado determinismo biológico implícito na aferição dos termos sexo ou diferença sexual, enfatizando aspectos relacionais e culturais da construção social do masculino e do feminino. Nesse cenário, cabe



destacar que o conceito de gênero, quando essencializado, pode reafirmar o determinismo biológico (HEILBORN e SORJ, 1999, p. 187-188).

Em consonância a isso, Mariz (2023, p. 5-6), expressa que mesmo havendo o uso de gênero como referencial analítico, no âmbito nacional e institucional, observa-se que a academia ainda era marcada pela centralização do termo “mulher” como sujeito feminino único, auto evidente e universal. Nesse sentido, Pedro (2011, p.1) indica que na historiografia brasileira o diálogo e o uso do referido conceito demoraram a ser popularizados.

Frente ao exposto, adota-se neste trabalho o entendimento de que o gênero é uma construção histórica e social pautada “nas relações sociais que se centram sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais” (CONNEL e PEARSE, 2015, p. 48).

Conforme as palavras de Butler (2019, p. 26), encara-se o gênero como significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, sendo este não decorrente de um sexo de uma maneira ou de outra. Dessa forma, o gênero é flutuante, vez que “homem” e masculino podem significar um corpo feminino ou masculino, e “mulher” e feminino podem significar um corpo masculino ou feminino.

Nesse sentido, faz-se importante destacar que os estudos *queer* referentes ao gênero são bastante diversos entre si, contudo podem ser destacadas características em comum:

1. As críticas às normas de gênero e sexualidade e explicações sobre como elas foram construídas e naturalizadas ao longo do tempo;
2. As evidências de como as múltiplas identidades de gênero e orientações sexuais existem, resistem e se proliferam, por não serem entidades estáveis e autênticas;
3. As críticas às perspectivas patologizantes em relação a essas identificações e às compreensões e saberes que tentam explicar as sexualidades e os gêneros a partir de perspectivas genéticas, biologizantes e morais;
4. A rejeição a qualquer ideia de normalização e a problematização das categorias que estão em zona de conforto, como a heterossexualidade, por exemplo, que se constitui não apenas como uma expressão da sexualidade, mas a norma política que todos deveriam seguir dentro de um modelo bastante rígido;
5. E as críticas em relação à clássica separação entre os estudos da sexualidade e os estudos de gênero (COLLING, 2018, p. 26-27).

Dessa forma, identifica-se transgênero como uma identidade de gênero, e não como orientação sexual, por isso não se utiliza o termo transexual, fazendo-se crucial indicar que jamais se trata de doença ou perversão, conforme expressa Jesus (2012, p. 7-8).



Partindo desse recorte, Colling (2018, p. 35-36) destaca que existem desafios a serem enfrentados, uma vez que as pessoas transgêneras ainda são referenciadas no Código Internacional de Doenças (CID), sendo indicadas como “incongruência de gênero”, presente em uma categoria de condições ligadas a saúde sexual, dessa forma, para que uma pessoa transgênera tenha acesso ao acompanhamento no Sistema Único de Saúde (SUS), visando realizar o processo transexualizador, existe a necessidade da submissão a um acompanhamento médico, e ser considerada uma pessoa portadora de incongruência de gênero. Contudo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou as pessoas transgênero da lista de doenças mentais da versão de 2018 da Classificação Internacional de Doenças, CID-11.

Nesse sentido, vale destacar avanços na garantia de direitos humanos, como na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), com o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.275, que decidiu, por maioria, que pessoas podem mudar seus nomes no registro civil, sem a necessidade de realização de cirurgia de redesignação de sexo ou de decisão judicial específica. Além disso, na decisão cautelar frente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 527, teve-se a garantia do direito de transferência de mulheres transgêneras apenas para presídios femininos.

Contudo, pode-se indicar o desrepeito a identidade de gênero da mulher transgênera ao observar os dados da pesquisa jurisprudencial realizada para este trabalho, que diz respeito aos acórdãos julgados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, localizado no estado de São Paulo, que tratam de assédio moral. O período de recorte da pesquisa é de 1 de janeiro de 2020 a 1 de janeiro de 2022. Nesse marco, estão disponíveis 10 decisões que tem como palavra-chave transexual. Destes, 9 acórdãos foram considerados pertinentes à análise proposta no que tange a palavra-chave transexual, e 5 dizem respeito a mulheres transgêneras.

Tratando-se dos casos, no processo de nº 1000268-69.2021.5.02.0018, com origem na 18ª Vara do Trabalho de São Paulo, julgado na 7ª turma de âmbito recursal, tem-se o caso de empregada transgênera que alegou assédio moral por parte de sua supervisora que, diante dela, a tratava com o pronome correto, mas na frente de outros trabalhadores, utilizava-se de termos pejorativos e, em tom de ironia, referenciando-a pelo gênero oposto. No caso, houve condenação por assédio moral, com indenização fixada no valor de 5 mil reais.



No processo de nº 1001022-17.2016.5.02.0008, de origem da 8ª Vara do Trabalho de São Paulo, julgado na 9ª turma de âmbito recursal, observa-se a narrativa de que a reclamante, mulher transgênera, afirmou que não foi contratada em razão de sua identidade de gênero. Ao comparecer na empresa, solicitou vários documentos e confirmou a contratação, contudo, após 10 dias, ao retornar para entregar a documentação, sofreu ataques transfóbicos por parte de funcionários da empresa e teve que ser retirada do local, não tendo efetivado a contratação. No caso, houve condenação por assédio moral, no valor de 5 mil reais. Contudo, a reclamada recorreu pedindo absolvição do dever de indenizar, alegando que o referido prazo para a entrega dos documentos era de 48 horas, sendo que a reclamante compareceu na empresa apenas 12 dias depois. Além disso, negou qualquer tipo de ataque transfóbico por parte de seus empregados. Nesse sentido, a sentença foi reformada para absolver a reclamada do dever de indenizar.

No processo de nº 1000105-39.2019.5.02.0607, originário da 7ª Vara do Trabalho de São Paulo, julgado na 9ª turma de âmbito recursal, tem-se o caso de empregada transgênera que entrou com ação alegando assédio moral em razão de sua identidade de gênero. Ela alegou que, apesar de ter se apresentado como mulher transgênera, desde o momento em que pleiteou a vaga de emprego, após a contratação passou a ser vítima de atitudes transfóbicas por parte de suas supervisoras, sendo impedida de usar maquiagem durante a jornada de trabalho, sendo chamada de “bichinha”, além de proibirem seus colegas de trabalho de chamarem a reclamante pelo seu nome social. No caso, a ação foi julgada improcedente, amparando-se nas provas testemunhais. No âmbito recursal, a reclamante recorreu da decisão, pugnando pela condenação da reclamada por assédio moral e dever de indenizar, porém o Tribunal negou o pedido, alegando que não há confirmação de que os trabalhadores eram proibidos de dirigir-se à reclamante pelo seu nome social, e que o fato de pedir para que a reclamante não usasse maquiagem no ambiente de trabalho não configura qualquer ato ilícito discriminatório, tratando-se de prerrogativa do empregador que, por si só, não pode ensejar a ilação de que se trata de ato transfóbico. Nesse caso, foram atribuídos elogios à reclamada, por ser empresa inclusiva e isonômica, pois contratou a reclamante já sabendo que se tratava de mulher transgênera.

Outro processo, de nº 1000839-47.2018.5.02.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de São Paulo, e julgado na 11ª turma de âmbito recursal, observa-se o caso de empregada transgênera que ajuizou ação



pedindo a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por assédio moral, motivada por desrespeito a sua identidade de gênero. Ela afirmou que os empregados não aceitavam sua presença em posição de destaque e proferiam comentários depreciativos, de cunho transfóbico, e que não permitiam que ela se sentasse à mesa com os demais para fazer as refeições, além disso, sua superiora na empresa passou a lhe excluir das reuniões diárias. Quando ela reportou os fatos aos sócios, todos ficaram inertes às violências. Frente aos fatos, a ação foi julgada procedente, motivada pela confissão ficta da reclamada, pois sua preposta afirmou não ter conhecimento dos fatos e em nada contribuiu para o julgamento, sendo atribuída indenização de 20 mil reais em favor da reclamante. Contudo, a reclamada recorreu, pedindo a reforma da sentença no que tange à condenação de assédio moral, pedindo também a diminuição do valor da indenização. Porém, a condenação por assédio moral foi mantida, sendo reformada a decisão no que diz respeito ao valor da indenização, para 10 mil reais, sob o argumento de que esse valor é compatível com a gravidade do dano e a culpa da reclamada, visando cumprir com seu objetivo pedagógico.

O último processo analisado, de nº 1000941-82.2019.5.02.0034, julgado na 34ª Vara do Trabalho de São Paulo, e em âmbito recursal na 17ª turma, pode-se indicar que trabalhadora transgênera ajuizou ação pedindo a condenação da empresa ao pagamento de indenização por danos morais, por desrespeito a sua identidade de gênero. A reclamante afirma que sua identidade de gênero era de conhecimento da empresa, porém depois de contratada, todos os documentos de identificação da empresa foram registrados com seu nome morto, como crachá, login e e-mail, o que lhe causou imenso constrangimento, pois sempre precisava tecer constantes explicações aos colegas e clientes da empresa. O seu pedido foi julgado procedente, com indenização de 5 mil reais. A reclamada recorreu pedindo a absolvição no pagamento de indenização por assédio moral e, subsidiariamente, a redução do valor da indenização. Contudo, a condenação foi mantida, sob o argumento de que o valor obedece aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Com isso, nesse eixo do trabalho foi possível reconhecer o gênero enquanto uma construção histórica e social, como significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, e que a partir disso, são impostos desafios ao corpo transgênero, perpassando a discriminação, vez que marcos regulatórios das ciências da saúde ainda percebem pessoas transgênero



enquanto sujeitos com “incongruência de gênero”. E mesmo diante de avanços normativos, como a ADI nº 4.275 e a ADPF nº 527, na pesquisa jurisprudencial foi possível identificar que em todos os processos envolvendo mulheres transgêneras trabalhadoras, foi identificado o assédio moral associado ao desrespeito à identidade de gênero.

Nesse sentido, o próximo eixo do trabalho busca situar parte da realidade enfrentada pelas mulheres transgêneras, sobretudo no que tange à marginalização de seus corpos, sob uma perspectiva voltada à análise das relações de trabalho e do capital, partindo do pressuposto de que as mulheres transgêneras estão mais suscetíveis a enfrentar a rejeição no mercado de trabalho.

A mulher transgênera em meio a contradições: os direitos humanos e a sociedade no capitalismo

O presente eixo busca tratar da realidade enfrentada pela mulher transgênera no que tange as contradições entre a efetivação de direitos humanos e a sociedade no capitalismo. Como referencial teórico crítico, especificamente relacionado às reflexões sobre democracia, direitos sociais e marginalização, optou-se pelas obras *A sociedade democrática* (2002), *Democracia e sociedade autoritária* (2012) e *Cultura e democracia* (2008), de Marilena Chauí, pesquisadora vinculada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

Inicialmente, destaca-se que a democracia pode ser compreendida, tanto em termos de liberalismo quanto em termos de social-democracia, como um regime de leis e ordem visando à garantia de liberdade individuais (CHAUÍ, 2002, p. 1).

Dessa forma, a democracia é reduzida a um regime político que se baseia no conceito de cidadania organizada em partidos políticos, manifestando-se no processo eleitoral para a escolha dos representantes, com rotatividade de governantes e propositura de soluções técnicas para o enfrentamento de problemas sociais. Nesse sentido, a democracia se constitui enquanto ideologia política, justificando a crítica marxista no que tange ao formalismo jurídico que é eixo da concepção de direitos do cidadão. Com isso, desde a Revolução Francesa de 1789, a democracia declara os direitos universais do “homem” e do cidadão, contudo, a sociedade está estruturada de modo a inviabilizar a existência de direitos



de forma concreta para a maioria das pessoas. Concebe-se que a democracia é formal e não concreta (CHAUÍ, 2002, p. 1-2).

Ao dizer que a sociedade está estruturada de modo a inviabilizar a existência de direitos de forma concreta para a maioria das pessoas, observa-se que no capitalismo existem impasses para a reprodução desejada dos efeitos da democracia, pois existem conflitos de interesses e contradições entre o capital e o trabalho, que se refletem em exploração e dominação de uma classe social por outra (CHAUÍ, 2012, p. 153).

Nesse âmbito de contradições e dificuldades impostas pelo capitalismo, existem também as dificuldades que a sociedade brasileira coloca para que haja a instituição de uma sociedade plenamente democrática, nesse sentido, Chauí expressa:

Há no Brasil um mito poderoso, o da não-violência brasileira, isto é, a imagem de um povo generoso, alegre, sensual, solidário que desconhece o racismo, o machismo e a homofobia, que respeita as diferenças étnicas, religiosas e políticas, não discrimina as pessoas por sua classe social, etnia, religião ou escolha sexual etc. Nossa autoimagem é a de um povo ordeiro e pacífico, alegre e cordial, mestiço e incapaz de discriminações étnicas, religiosas ou sociais, acolhedor para os estrangeiros, generoso para com os carentes, orgulhoso das diferenças regionais e, evidentemente, destinado a um grande futuro (CHAUÍ, 2012, p. 155).

E para que haja a perpetuação dessa identidade não violenta do brasileiro, Chauí (2012, p. 156) fundamenta que existem mecanismos ideológicos de conservação, sendo os três mais importantes para o referencial desta pesquisa: o mecanismo da exclusão, o mecanismo jurídico e o mecanismo da inversão do real.

O primeiro mecanismo é o da exclusão, que opera na afirmação generalizada de que o brasileiro não é violento, e caso haja violência, ela é atribuída a pessoas que não fazem parte da nação brasileira, mesmo que o praticante desta tenha nascido e viva no Brasil. Dessa forma, o mecanismo de exclusão realiza uma categórica diferenciação entre brasileiros não violentos e um ele-não-brasileiro-violento (CHAUÍ, 2012, p. 156).

O segundo mecanismo é o jurídico, que opera na afirmação de que a violência fica restrita ao campo da criminalidade, definindo o criminoso como aquele que ataca a propriedade privada ou aquele que faz parte do crime organizado. Dessa forma, tal mecanismo possibilita identificar o que é uma pessoa violenta, geralmente pobres, negras, indígenas, e



demais minorias. Nesse sentido, a ação policial pode ser compreendida violenta, contudo, quando em face de grupos marginalizados, esta pode ser considerada natural e normal, tratando-se de proteger os brasileiros não violentos de um ele-não-brasileiro-violento (CHAUÍ, 2012, p. 157).

O terceiro mecanismo é o da inversão do real, que opera na produção e reprodução de máscaras sociais, que visam dissimular comportamentos, ideias e valores violentos como se não fossem violentos. Nesse âmbito, destaca-se a manutenção do patriarcado com o machismo, reproduzido no e pelo senso comum, como proteção natural à fragilidade do feminino, e a violência contra a população LGBTQIA+ é identificada como proteção natural aos valores da família (CHAUÍ, 2012, p. 157).

Dessa forma, os três mecanismos ideológicos de conservação e perpetuação dessa identidade não violenta do brasileiro são, em realidade, gênese da violência no âmbito das relações sociais, vez que toda prática e ideia que reduza qualquer pessoa à condição de coisa é agente de perpetuação de desigualdades socioeconômicas. Com isso, tem-se imposta a violência enquanto regra da vida social e cultural, produtora de invisibilização e marginalização, e fonte de inversão compreendida como positiva de um caráter nacional (CHAUÍ, 2008, p. 70).

Em consonância com o referencial disposto, permanecendo nessa compreensão de fatores, Apfelbaum (2009, p. 76) disserta sobre a perspectiva histórica e sociológica da dominação pelo “homem”, que dá base ao patriarcado e ao capitalismo em sentido da legitimação do poder masculino como método de crescimento econômico.

Nessa vertente, a autora expressa:

A dominação (...) apareceu tarde no campo discursivo das Ciências Sociais. Dessa forma, para Max Weber (1921) que a abordava no contexto de uma análise sociológica dos modos de organização da sociedade e da estratificação social, ela é uma das formas essenciais de poder. Sua legitimidade advém, conforme o caso, 1) dos costumes e da tradição (dominação tradicional); 2) da lei constitucional, estabelecida, por exemplo, de modo democrático (dominação legal); 3) do valor pessoal ou dos talentos excepcionais do chefe (dominação carismática). Diante da teoria neoclássica – segundo a qual toda relação econômica ocorre entre iguais que negociam e firmam contratos sem nenhum conflito -, alguns economistas, em especial os marxistas, reconhecem, por outro lado, a existência de relações assimétricas entre parceiros (APFELBAUM, 2009, p. 76).

Dessa forma, a dominação social e econômica do patriarcado ocorreu com o nascimento do capitalismo, que utilizou a dominação e segregação de gênero enquanto meio de angariar poder. Nesse aspecto, o



capitalismo só se firma a partir da existência de relações de gênero desiguais (APFELBAUM, 2009, p. 78-79).

Portanto, pode-se identificar como parte da origem a dominação como em tais relações de poder: o Estado domina o “homem”, o “homem” domina a “mulher”, do sujeito ao corpo. Tem-se aí a identificação da sociedade articulada em núcleos de poder visando um modelo ideal, de alcance inatingível, modificando-se de acordo com o desenvolvimento político e econômico. Assim, a naturalização de um em detrimento do outro ocupa um espaço que visa tornar uma afronta ao correto a existência de qualquer sujeito que fuja desse padrão, e nessa esfera a mulher transgênera é incluída na indocilidade (SANTOS e KRAWCZAK, 2018, p. 6-7).

Com isso, identifica-se que tal imposição do capital se mistura com os referidos mecanismos ideológicos de conservação e perpetuação da identidade não violenta do brasileiro, impondo a violência não apenas no meio econômico da exploração do trabalho, mas também enquanto característica presente nas relações sociais.

Tratando-se de teorizações, na década de 1980 nos Estados Unidos da América surgiu a Teoria *Queer*, denominação utilizada pela primeira vez por Teresa de Lauretis para repensar a construção social dos mecanismos que levam à discriminação e ao preconceito com a identidade transgênero, busca-se assim problematizar e desnaturalizar questões envolvidas com o sexo biológico (DA SILVA, BEZERRA e DE QUEIROZ, 2015, p. 366).

No Brasil, a Teoria *Queer* começou a ser incorporada à academia a partir dos anos 1990, sobretudo nos estudos de gênero e sexualidade. Identifica-se como marco teórico para tal teoria as obras de Michel Foucault e Jacques Derrida, e como marco inicial na produção brasileira, destacam-se Larissa Pelúcio, Richard Miskolci, Berenice Bento e Guacira Lopes Louro, cabendo apontar a publicação na Revista Estudos Feministas, em 2001, do artigo Teoria *Queer*: uma política pós-identitária para a educação (DA SILVA, BEZERRA e DE QUEIROZ, 2015, p. 366).

A Teoria *Queer* nasce, em certa medida, a partir da necessidade de contestar os padrões normatizadores, uma vez que as pessoas que fogem da heteronormatividade, sobretudo pessoas transgênero, tornam-se alvos de preconceito e demais formas de violência, denominadas de transfobia. Nesse sentido, as mulheres transgêneras são vitimadas pelo preconceito e



exclusão estrutural ligada às normativas de gênero impostas na sociedade contemporânea, sem atendimento de direitos fundamentais (DA SILVA, BEZERRA e DE QUEIROZ, 2015, p. 366).

Tratando-se do preconceito, este pode se manifestar de vários modos, tanto de forma velada, na utilização de termos vexatórios visando atingir a pessoa transgênero de forma direta ou indireta, quanto de forma direta, por intermédio de violências físicas, muitas vezes fatais. Diante da realidade em números, em pesquisa realizada entre 2008 e 2020, registrou-se cerca de 122,5 assassinatos de pessoas transgêneros a cada ano. Destacando-se o ano de 2020, que apresentou índice de 43,5% acima da média de assassinatos em números absolutos nesse marco temporal, e em comparação ao ano de 2008, houve aumento de 201%, saindo de 58 assassinatos em 2008 para 175 em 2020 (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021, p. 32).

Ainda a respeito de 2020, demonstra-se que 71% dos assassinatos ocorreram em locais públicos, e 72% das vítimas de assassinatos foram mulheres transgêneras que ganham a vida na prostituição, meio de sobrevivência que carrega consigo desdobramentos complexos que resultam em vulnerabilidade e estigmatização, sobretudo por ser parte resultante de um intenso processo de marginalização (BENEVIDES e CUNHA, 2021, p. 42)

Com isso, identificando-se a mulher transgênera em meio a contradições entre a efetivação dos direitos humanos e a sociedade no capitalismo, pode-se identificar nesse eixo do trabalho que as mulheres transgêneras sobrevivem em meio a um intenso processo de vulnerabilização social e marginalização de seus corpos. Dito processo ocorre, sobretudo, sob a influência dos referidos mecanismos de violência enquanto regra da vida social e cultural, que impõe a violência não apenas no meio econômico da exploração do trabalho, mas também enquanto característica presente nas relações sociais, posto que, as mulheres transgêneras, em alguma medida, podem recorrer à prostituição para obterem o próprio sustento, devido à exclusão da qual são vítimas, afastando-as do mercado de trabalho formal.

Nesse sentido, frente à marginalização e à realidade violenta enfrentadas pelas mulheres transgêneras, o próximo eixo do trabalho tratará a respeito da relação entre a prostituição e a saúde mental, visando identificar as problemáticas inerentes à marginalização de tais corpos.



A mulher transgênera, a prostituição e a saúde mental

Para refletir a respeito da mulher transgênera e a saúde mental, bem como o processo de vulnerabilização social ligada a imposições culturais, sociais e econômicas, que podem ter ligação na aderência à prostituição enquanto meio de sobrevivência, faz-se necessário propor um debate entre prostituição e saúde, guiando-se pelos dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA).

Inicialmente, de modo geral, destaca-se que na Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS), de 1946, conceituou-se a saúde como um estado de completo bem-estar físico, social e mental não restringindo a saúde como apenas a ausência de doenças ou enfermidades.

Contemporaneamente, o debate a respeito da saúde mental tomou muitos desdobramentos, sobretudo com relação à mulher transgênera. Nesse sentido, em 2013 o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) foi reestruturado, sendo alterado o Transtorno de Identidade de Gênero (TIG) para Disforia de Gênero (NASCIMENTO et al., 2014, p. 452).

Nesse aspecto, a Disforia de Gênero se caracteriza pelo sofrimento ou danos em áreas sociais, profissionais e demais áreas de importância para a manutenção de uma vida considerada saudável, afetando diretamente a saúde mental. Em consonância com essa realidade, a Teoria do Estresse das Minorias visa explicar as ligações entre gênero, discriminação e comportamentos prejudiciais à saúde, ou seja, a exposição desproporcional a estressores ligados ao enfrentamento de preconceito e discriminação (DA SILVA et al., 2021, p. 3).

Para além dessa perspectiva, referindo-se a mulher transgênera na prostituição, pode-se indicar uma dupla vulnerabilidade. Vez que além de lidar com discriminação e preconceito relacionado ao gênero, também lida com a vulnerabilidade ligada à prostituição. A respeito da prostituição, Figueiredo e Peixoto expressam que:

A desigualdade social e o desejo sexual socialmente “indesejado” são “invisibilizados”, como afirma Perlongher: no Brasil, a estigmatização sexual se mescla ao “autoritarismo e à arrogância de classe” (p. 13). Não à toa, vai submeter o indivíduo a uma série de vulnerabilidades: desde o mau relacionamento, expulsão e abandono pela família, à



necessidade de busca de autossustento que irá expô-lo à homofobia, à violência e a ocorrências de saúde, como a gravidez não planejada, abortos (no caso das mulheres) e DST, incluindo o vírus HPV (causador do condiloma) e a AIDS, além de transtornos emocionais como depressão, ansiedade, que se cruzam frequentemente com o uso abusivo e dependência de psicoativos, presentes no mundo da marginalidade (PERLONGHER, 2008, p. 13; FIGUEIREDO e PEIXOTO, 2010, p. 198).

Decorre que, há o aumento no número de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e em pobreza extrema, face a um cenário de crise econômica e de desemprego, fatores que contribuem para que apenas 4% das mulheres transgêneras se encontrem em trabalhos formais, com possibilidades de promoções e progressões de carreira. Por outro lado, 6% destas estão em trabalhos informais, e 90% das mulheres transgêneras utilizam a prostituição como fonte primária de renda (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021; BENEVIDES, 2023, p. 47).

Tratando-se de violência e assassinatos, registrou-se que em 2022, 54% das mortes incidiram sobre mulheres transgêneras, as quais tinham alguma ligação com a prostituição. Destaca-se aí o fator de risco e exposição à violação de direitos humanos que a prostituição abarca, pois se trata de uma característica presente no processo de marginalização, que em alguma medida é imposta às mulheres transgêneras brasileiras (BENEVIDES, 2023, p. 40).

A respeito da prostituição e vulnerabilidades, Quinellato e York expressam que:

Sobre a prostituição compulsória, que ainda é um grande problema que cerceia tantas vidas de tantas travestis e mulheres trans principalmente racializadas espalhadas pelo Brasil, esse mesmo não pode ser tratado de maneira moralista, a se basear por uma falsa régua de ética que ignora nossas transvivências e travestilidades, principalmente quando esses vem inclusive de movimentos de esquerda radical, que muitas vezes continuam culpabilizando os indivíduos e não o sistema que perpetua essa exploração e mercantilização de corpos, nesse caso de mulheres trans e travestis (QUINELLATO e YORK, 2023).

Quanto aos diferenciais que envolvem cor e gênero, as mulheres transgêneras negras sofrem maior vulnerabilidade, sobretudo pela falta de acessibilidade às políticas públicas, sendo a maioria privada do acesso à retificação de nome e gênero nos termos da previsão do Supremo Tribunal Federal sobre o tema. Além disso, as transgêneras negras vivem, com maior frequência, em situação de rua, na prostituição, são soropositivas e encontram-se no sistema prisional. Somando-se a isso,



que 80% destas são vítimas de transfeminicídios no Brasil, tendo por expectativa de vida cerca de 28 anos (SIMPSON et al, 2023, p. 103-104).

Ainda no âmbito de gênero, cor e saúde mental, destaca-se a realidade das mulheres transgêneras negras, vez que por enfrentarem variadas formas de preconceito e discriminação, acabam sofrendo impactos profundos no seu desenvolvimento emocional. Tais experiências negativas se sustentam por fatores culturais e institucionais da sociedade brasileira, que produz e reproduz privilégios para determinados grupos. Nesse aspecto, torna-se possível evidenciar que as mulheres transgêneras negras enfrentam uma realidade ainda mais cruel em comparativo com a realidade das mulheres transgêneras brancas (SIQUEIRA et al., 2021, p. 54).

Tratando-se da saúde mental, e aproximando o tema da referida Teoria do Estresse das Minorias, destaca-se que em 2021 foram registrados 10 casos de suicídio de mulheres transgêneras no Brasil, compartilhando índices similares aos de 2020, que apontam que dos 23 casos de suicídio entre a população transgênero, 70% eram de mulheres transgêneras. Em 2019, dos 15 casos registrados, 67% foram de mulheres transgêneras (BENEVIDES, 2022, p. 98-99).

Analizando-se os dados de 2022, há registro de 19 casos de suicídio, sendo 6 referentes a homens transgêneros e 13 referentes a mulheres transgêneras. Nesse contexto, observa-se que nos anos de 2020, 2021 e 2022, os dados que registraram suicídios de pessoas transgênero indicam maior número entre a mulher transgênera (BENEVIDES, 2022, p. 80).

Dessa forma, a Teoria do Estresse das Minorias, em alguma medida, pode servir como base nas reflexões a respeito da não conformidade de gênero, discriminação, vulnerabilidade social, prostituição e comportamentos prejudiciais à saúde, vez que as mulheres transgêneras enfrentam exposição desproporcional a estressores únicos e específicos (MCCAVE et al., 2019; SCANDURRA et al., 2018).

Nesse sentido, a intensa discriminação e vulnerabilidade social enfrentadas pelas transgêneras, também por conta da prostituição, as tornam mais propensas ao desenvolvimento de comportamentos prejudiciais à saúde, como a automutilação, consumo de drogas, tabagismo e afins, especialmente por estarem em uma posição socioeconômica de não contato com recursos ou energia para enfrentar e



fazer escolhas comportamentais saudáveis (GLICK et al., 2019; FABBRE e GAVERAS, 2020).

Nesse contexto, destaca-se uma pesquisa a respeito da saúde mental de mulheres transgêneras, que visou conhecer a produção científica nacional e internacional acerca do tema no marco temporal de 2007 a 2017, indicando que:

Considera-se a revisão integrativa possibilitou atingir o conhecimento acerca da produção científica nacional e internacional, evidenciando que mulheres transgêneras estão expostas a maiores riscos de desenvolverem problemas de saúde mental, em relação às pessoas cisgêneras, que parecem ter relação com o preconceito, estigma, discriminação, e negação de direitos civis. Destaca-se como os transtornos mais prevalentes nesta população a depressão, ansiedade, ideação e tentativa de suicídio, abuso de álcool e outras drogas, os quais estão diretamente relacionados com o não acesso aos serviços de saúde. O acesso ao processo transexualizador e a garantia dos direitos civis, como a mudança do nome social também é outro fator que promove saúde e contribui para melhor qualidade de vida (CORTES et al., 2022.p. 6).

Outra pesquisa, visando identificar como o processo transexualizador se dá no Sistema Único de Saúde (SUS) e como a saúde mental é compreendida na assistência multidisciplinar ofertada, concluiu que as pacientes transgêneras precisam ter garantia de atendimento para a promoção de saúde mental, apontando evidências de vulnerabilidades ao adoecimento por transtornos mentais. Nesse sentido, dos dez informantes da pesquisa, todos apresentavam disforia de gênero (dissonância aflitiva entre o sexo biológico e o papel social do gênero) irritabilidade, medo e ansiedade, e tinham diagnóstico de depressão, e um tinha o diagnóstico de bipolaridade (FERREIRA, 2018, p. 40).

Ligando a saúde mental à realidade enfrentada pelas mulheres transgêneras trabalhadoras do sexo, observa-se outro desafio, ligado ao processo de envelhecimento. Nesse sentido, a dificuldade diz respeito à constante luta por manter uma aparência física jovem e um corpo próximo a padrões de beleza, vez que o envelhecimento produz impactos em tais padrões e resulta na dificuldade de encontrar clientes, gerando um processo de auto discriminação (TOMAZELLI, 2016, p. 23).

Com isso, no presente eixo se pode identificar algumas características presentes na interseção entre as mulheres transgêneras, a prostituição e a saúde mental, sobretudo ligadas ao seu processo de vulnerabilização ante a imposições sociais e econômicas. Nesse sentido, demonstra-se que a mulher transgênera, quando excluída do mercado de



trabalho, em grande medida, pode encontrar na prostituição um meio para a sobrevivência. Em tais termos, observa-se que a transfobia lhe afasta do mercado de trabalho, deixando-a exposta a variadas formas de violência, que podem levar a transfeminicídio.

Dentro desse contexto, a Teoria do Estresse das Minoria tem destaque por se debruçar sob a explicação de que em meio a essa realidade, que envolve lutas constantes por sobrevivência, as mulheres transgêneras estão, em grande medida, propensas ao desenvolvimento de problemas ligados à saúde mental, que as levam a ser as maiores vítimas de suicídio dentre a comunidade transgênero.

Conclusão

Ao finalizar as discussões, é possível realizar algumas reflexões a título de considerações finais.

Primeiramente, buscou-se tratar da conceituação do que significa ser uma mulher transgênera, utilizando-se dos estudos de John Money, Robert Stoller, Ann Oakley, Simone de Beauvoir e Judith Butler para chegar à conclusão de que a interpretação do gênero pode ser encarada como a expressão de significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, de forma flutuante, vez que “homem” e masculino podem significar um corpo feminino ou masculino, e “mulher” e feminino podem significar um corpo masculino ou feminino.

Nesse sentido, foi possível indicar que o gênero é concebido frente a uma construção histórica e social, e que a partir disso, existem desafios impostos ao corpo transgênero, vez que marcos regulatórios das ciências da saúde ainda percebem pessoas transgênero enquanto “incongruência de gênero”. Em contrapartida, identificam-se a ADI nº 4.275 e a ADPF nº 527 como avanços na efetivação de direitos das mulheres transgêneras, sobretudo relacionados ao reconhecimento do nome social.

Contudo, frente a pesquisa jurisprudencial, analisando os acórdãos julgados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que tratam de assédio moral, com recorte temporal de 1 de janeiro de 2020 a 1 de janeiro de 2022, foi possível indicar que todos os 5 processos envolvendo mulheres transgêneras trabalhadoras foi identificado o assédio moral associado ao desrespeito a identidade de gênero.



Além disso, para tratar da mulher transgênera frente a contradições entre os direitos humanos e as relações sociais no capitalismo, utilizou-se como referencial teórico crítico as obras de Marilena Chauí, que fazem possível traçar um paralelo entre as mulheres transgêneras e o cenário em que sobrevivem, em meio a um intenso processo de vulnerabilidade social.

Tal vulnerabilidade social, em grande medida, atua sob a influência de mecanismos de perpetuação da violência no meio econômico, como na exploração do trabalho, e também enquanto característica presente nas relações sociais, vez que as mulheres transgêneras, muitas vezes, necessitam recorrer à prostituição para obterem o próprio sustento, por conta da exclusão da qual são vitimadas, afastando-as do mercado de trabalho formal.

Dessa forma, indica-se que a prostituição não é um caminho ou destino natural das mulheres transgêneras, mas sim fruto da não efetivação de direitos humanos e fundamentais, da falta de acesso ao trabalho digno e justiça social.

Por fim, dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) possibilitaram demonstrar que a prostituição acaba expondo a mulher transgênera a variadas formas de violência, inclusive ao transfeminicídio. Além disso, a Teoria do Estresse das Minorias se debruça sob a explicação de que em meio a essa realidade, que envolve lutas constantes por sobrevivência, as mulheres transgêneras estão mais propensas ao desenvolvimento de problemas com a saúde mental, que as levam a ser as maiores vítimas de suicídio dentre a comunidade transgênero.

Referências

- APFELBAUM, Erika. Dominação. In: HIRATA, Helena et al. Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 76-80.
- ARENDT, Hannah. A Condição Humana. São Paulo. Universitária. 1987.
- BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BENTO, Berenice. Gênero: uma categoria útil de análise?. Revista de História Comparada, v. 16, n. 1, p. 15-50, 2022.



BENEVIDES, Bruna. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Brasília: [s. n.], 2023. ISBN 978-65-992959-7-3.

BENEVIDES, Bruna; CUNHA, Neon. Introdução. In: BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, 2021. ISBN 9786558910138.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, 2021. ISBN 9786558910138.

BENTO, Berenice. O que é transexualidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275. Relator: Min. Edson Fachin, 1 de março de 2018. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, n. 45, 7 mar. 2019.

_____. Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamenal nº 527/DF. Relator: Min. Luís Roberto Barroso, 29 de junho de 2018. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, n. 153, 1 ago. 2018.

BUTLER, Judith. Vida precária: os poderes do luto e da violência. Autêntica Business, 2019.

CHAUÍ, Marilena. A sociedade democrática. In: MOLINA, Mônica Castagna; SOUSA JR., José Geraldo; TOURINHO NETO, Fernando da Costa (Orgs.). Introdução crítica ao direito agrário. Brasília: Universidade de Brasília, Decanato de Extensão, Grupo de Trabalho de apoio à Reforma Agrária; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____, Marilena. Cultura e democracia. Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales, v. 1, n. 1, p. 53-76, 2008.

_____, Marilena. Democracia e sociedade autoritária. Comunicação & Informação, v. 15, n. 2, p. 149-161, 2012.

COLLING, Leandro. Gênero e sexualidade na atualidade. 2018.



COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Informe sobre personas trans y de género diverso y sobre sus derechos económicos, sociales, culturales y ambientales: aprobado por la Comisión Interamericana de Derechos Humanos el 7 de agosto de 2020.

CONNELL, Raewyn e PEARSE, Rebecca. Gênero: uma perspectiva global. Trad. Marília Moschkovich. 3ª ed. São Paulo, 2015

CORTES, Helena Moraes et al. Saúde mental de mulheres transgêneras: uma revisão integrativa de literatura/Mental health of transgender women: an integrative literature review. *Journal of Nursing and Health*, v. 12, n. 3, 2022.

DA SILVA, Rodrigo Gonçalves Lima Borges; BEZERRA, Waldez Cavalcante; DE QUEIROZ, Sandra Bomfim. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 26, n. 3, p. 364-372, 2015.

DA SILVA, Roni Robson et al. Estresse de minoria de gênero e seus efeitos na saúde mental como fator de risco para depressão em pessoas transgênero: Revisão da literatura. 2021.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *História agora*, v. 16, p. 101-123, 2013.

FABBRE, Vanessa D.; GAVERAS, Eleni. The manifestation of multilevel stigma in the lived experiences of transgender and gender nonconforming older adults. *American journal of orthopsychiatry*, v. 90, n. 3, p. 350, 2020.

FERREIRA, Syndell Cássia Cruz. O Processo transexualizador no SUS e a saúde mental de travestis e transexuais. *A| A*, v. 1, n. 2, p. 71-71, 2018.

FIGUEIREDO, Regina; PEIXOTO, Marcelo. Profissionais do sexo e vulnerabilidade. *BIS. Boletim do Instituto de Saúde*, v. 12, n. 2, p. 196-201, 2010.

FILHO, Naomar de Almeida; COELHO, Maria Thereza Ávila; PERES, Maria Fernanda Tourinho. O conceito de saúde mental. *Revista Usp*, n. 43, p. 100-125, 1999.



FIORATI, Jete Jane. Os direitos do homem e a condição humana no pensamento de Hannah Arendt. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, a, v. 36, 1999.

GLICK, Jennifer L. et al. "Housing insecurity seems to almost go hand in hand with being trans": Housing stress among transgender and gender non-conforming individuals in New Orleans. *Journal of Urban Health*, v. 96, p. 751-759, 2019.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de Gênero no Brasil. IN: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970 – 1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183 – 221.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: *Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH*. 2012. p. 1-15.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-posições*, v. 19, p. 17-23, 2008.

_____, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: vozes, 1997.

MCCAVE, Emily L. et al. Promoting affirmative transgender health care practice within hospitals: An IPE standardized patient simulation for graduate health care learners. *MedEdPORTAL*, v. 15, p. 10861, 2019.

MARIZ, Silviana. Gênero como questão de análise: uma réplica. *Revista Feminismos*, v. 11, n. 1, 2023.

MISKOLCI, Richard. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. Marília: Oficina Universitária, p. 47-68, 2010.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NASCIMENTO, Maria Inês Corrêa et al. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Carta da Organização Mundial de Saúde*, 1946.



PERLONGHER N. O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, p. 270 – 283, 2011.

PELÚCIO, L. Na noite nem todos os gatos são pardos. Notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 25, p. 217-248, jul.-dez. 2006.

PRECIADO, Paul B. *Testo yonqui*. Madrid: Espasa, 2008.

QUINELLATO, Lua; YORK, Sara Wagner. *Travesteens*.

SANTOS, Juliana Oliveira; KRAWCZAK, Kaoanne Wolf. O homo sacer transexual e travesti: uma análise biopolítica dos direitos humanos de transexuais e travestis e a produção da vida nua. In: I Congresso Nacional de Biopolítica e Direitos Humanos. 2018.

SÃO PAULO. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. 7ª Turma Recursal. Processo nº 1000268-69.2021.5.02.0018. Recorrente: Empregada transgênero. Recorrido: Empresa. Relator: Min. Gabriel Lopes Coutinho Filho. 2021.

_____. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. 9ª Turma Recursal. Processo nº 1001022-17.2016.5.02.0008. Recorrente: Empregada transgênero. Recorrido: Empresa. Relatora: Min. Eliane Aparecida Da Silva Pedroso. 2021.

_____. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. 9ª Turma Recursal. Processo nº 1000105-39.2019.5.02.0607. Recorrente: Empregada transgênero. Recorrido: Empresa. Relatora: Min. Sonia Aparecida Costa Mascaro Nascimento. 2020.

_____. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. 11ª Turma Recursal. Processo nº 1000839-47.2018.5.02.0006. Recorrente: Empregada transgênero. Recorrido: Empresa. Relator: Min. Wilma Gomes da Silva Hernandes. 2021.

_____. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. 17ª Turma Recursal. Processo nº 1000941-82.2019.5.02.0034. Recorrente:



Empregada transgênero. Recorrido: Empresa. Relator: Min. Breno Medeiros. 2020.

_____. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. 9ª Turma Recursal. Processo nº 1000105-39.2019.5.02.0607. Recorrente: Empregada transgênero. Recorrido: Empresa. Relator: Min. Sonia Aparecida Costa Mascaro Nascimento. 2020.

SCANDURRA, Cristiano et al. Internalized transphobia, resilience, and mental health: Applying the Psychological Mediation Framework to Italian transgender individuals. *International journal of environmental research and public health*, v. 15, n. 3, p. 508, 2018.

SIMPSON, Keila et al. Carta aberta sobre a situação da população de travestis e transexuais à Sra. Margarette May Macaulay: Relatora sobre pessoas Afrodescendentes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). In: BENEVIDES, Bruna. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Brasília: [s. n.], 2023. ISBN 978-65-992959-7-3.

SIQUEIRA, Gabriel Castro; MARCOLINO, Alice Marrone; DOS SANTOS, Alessandro de Oliveira. Mulheres transexuais e travestis negras: vulnerabilidade, preconceito e discriminação. *Debates em Sociologia*, n. 52, p. 43-57, 2021.

TOMAZELLI, Patricia. Condições de vida e trabalho de mulheres trans no mundo da prostituição. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.



The relations between gender, labor and prostitution: the mental health of transgender women in a situation of social vulnerability in Brazil

The aim of this work is to propose reflections related to the relationships between gender, work, and prostitution, concerning the mental health of transgender women in situations of social vulnerability in Brazil. Data from the National Association of Transvestites and Transsexuals and the Inter-American Commission on Human Rights indicate that transgender women are victims of various forms of violence, facing barriers to access the formal labor market, given that 90% of transgender women have, at some point, engaged in prostitution as a means of occupation. Discrimination in accessing the formal labor market is often pointed out by the interviewees as an element that negatively impacts mental health. This work is divided into three axes. Firstly, it deals with the concepts of gender, especially regarding transgender women, and then discusses legal support in labor matters, addressing workplace harassment. The second aims to highlight contradictions between human rights and capitalism, addressing social relations in such a context. The third section focuses on transgender women, prostitution, and mental health, addressing vulnerability associated with cultural, social, and economic impositions, especially in the demand for mental health care. The methodology used is bibliographic and jurisprudential research, analyzing judgments rendered by the Regional Labor Court of the 2nd Region that deal with workplace harassment, from January 1, 2020, to January 1, 2022.

KEYWORDS: Human rights. Labor law. Transgender. Mental health.

Rafael de Lima KURSCHNER

*Bacharelado em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Participante do Grupo de Pesquisa PSICOLABOR - Psicanálise, Dialética e Direitos
Sociais (Universidade de São Paulo - USP).*

Jaime Ventura DA SILVA JUNIOR

Bacharelado em Medicina pelo Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz.

Denilson Pereira SOTEL

Bacharelado em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.



Juliane Mayer GRIGOLETO

Doutoranda em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Membro do Observatório de Gênero e Diversidade na América Latina e Caribe (UNILA).

Carolina Spack KEMMELMEIER

Doutora em Direito do Trabalho e Seguridade Social pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Grupo de Pesquisa PSICOLABOR - Psicanálise, Dialética e Direitos Sociais (USP).

Recebido em: 29/06/2023

Aprovado em: 03/11/2023



DOSSIÊ



Xá de Flor, 30 anos depois: uma viagem-canção *queer* no cinema do Cariri cearense¹

Ribamar José de Oliveira Junior, *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Resumo. Ao rever o documentário “Xá de Flor é uma canção” (1993) de Maria Dias e Cristina Diôgo, busco refletir sobre o filme 30 anos depois no cinema do Cariri cearense. Para isso, trago a nostalgia como uma reação criativa do presente, principalmente, no sentido de perceber o espaço-temporal do documentário como um modo de habitar uma viagem-canção *queer* que cruza tempos. Entre cinema e festa, vejo como a obra desperta sensações e cria memórias diante da noite que uma bicha nostálgica não se lembra e nem viveu, mas procura nessas histórias de continuidades possíveis formas de estar juntos, nem que seja por uma noite, como uma herança que se faz corpo em um gole.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema. *Queer*. Xá de Flor. Cariri. Ceará.

¹ Pesquisa desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) – Programa Nota 10 e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Programa PrInt.



Nostalgia, sabor cachaça

“Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes?”
(BENJAMIN, 1987, p. 223)

Eu não estava em 1993. Aliás, somente nasceria três anos depois. Mas, sempre que vejo as cenas do documentário “Xá de flor é uma canção” (1993 | 24min18seg) dirigido por Maria Dias e Cristina Diôgo e produzido pela Juriti Vídeo, busco na lembrança que não tenho e na deriva de uma nostalgia do que não vivi a sensação de como seria entrar pela porta daquele bar, na década de 1980, em uma noite qualquer da cidade de Crato, na região do Cariri, interior do Ceará. Apesar de saber que gosto tem a cachaça que deu nome ao bar – por uma vez ter provado na casa de Blandino Lobo que idealizou e também engarrafou a bebida na época – me interessei mais pela imaginação dos movimentos do meu corpo sob o efeito de uma dose nessa noite em que não dancei. Talvez por isso esteja escrevendo agora, na busca pelas sensações que me levam de volta a essa festa que não fui. O que falar sobre esse documentário que completa 30 anos em 2023?

Para responder essa pergunta, trago Dyer (2002) no sentido de pensar que enquanto escrevo sobre essas imagens, mesmo sabendo que elas não dizem tudo sobre o que somos ou o que foi esse movimento contracultural, acredito nessas fadas que engarrafavam a bebida por saber que foram e continuam sendo invenções desse nome Xá de Flor. Revendo o filme, tenho pensado em uma festa de sensações que essas imagens que me fazem sentir. Como explica Albuquerque Junior (2007), o ato festivo é uma forma de viver. Assim, esse é o momento em que eu crio a minha porta de entrada para o Bar Xá de Flor e sou levado para esse outro lugar que somente o documentário enquanto matéria de memória permite pensar. No Crato dos anos 80, reflito como essas imagens continuam sendo para nós, de uma outra geração LGBTQIA+, uma forma de encontro. Afinal, como diz Louro (2004) *queer* é um modo de pensar por “entre-lugares” e ambiguidades.

Desse modo, na escolha sobre com que e quem caminhar, como sugere Lopes (2016), não se trata de pensar pelos efeitos ou pela criação, muito menos pelo público ou pela avaliação, mas pelas relações que podemos estabelecer com esse filme, na medida em que essa obra cria sensações e produz encontros sobre um desejo de pertencimento ou uma



fronteira de comunidade por esses afetos gerados pelo mundo da imagem. Ao encontrar esse filme, posso dizer que me encontro pela forma como ele me desloca, talvez como um convite para esse modo de vida de um Cariri que só ouvi falar por histórias, de um tempo glorioso. Por isso, penso que o Xá de Flor no documentário revela esse tempo reencontrado, afinal, o tempo é isso que não possuímos.

Há nas sensações do Xá de Flor uma procura de um outro passado que talvez nos gere um futuro. Talvez seja um delírio, mas a “Xá de Flor, ao contrário do que pensa uma parcela de pessoas, não é somente festa, noite, lombra e ressaca”, como diz Tica Fernandes em *off* no começo do filme. O que é a Xá de Flor, então? Diria que algo próximo de um corpo, de uma utopia, de um gole. De uma noite que dura o tempo da festa, mas que ainda persiste. Como diz Prysthon (2014) sobre a imaginação nostálgica como uma utopia, nos restam os vestígios, as relíquias e os arquivos, pois a cultura contemporânea está notada por sua relação com o passado e a memória. “A nostalgia então funcionaria não tanto como comentário sobre o passado, mas como reação criativa ao presente” (PHRYSTON, 2014, p. 15).

Assim, o meu objetivo neste texto é analisar o documentário “Xá de Flor” por essas centelhas da imaginação nostálgica que permitem pensar na mobilização dessas imagens do passado crítica e afetivamente como espaço de resistência cultural. Para tanto, vejo esse espaço-tempo do documentário como um modo de habitar uma viagem-canção *queer*, que alcanço como um fluxo entre temporalidades, por essas histórias que continuam em outras possíveis formas de estar junto. “O que pode um encontro?” (LOPES, 2016, p. 120). Xá de Flor é essa viagem-canção que um dia foi engarrafada por uma bicha cabeluda que mexia com ervas e tinha na cabeça essa utopia dançante que mexe conosco até hoje, tal como um tipo de gesto que cruza a história de um momento e faz desses artistas da noite padroeiros de nós, *clubbers* nostálgicas.

Blandino vai à feira: a história do momento

Gravado em julho de 1993, durante as comemorações dos 10 anos do bar em Crato, o documentário de Maria Dias e Cristina Diôgo parece ter sido filmado para ser uma recordação daquele momento ou de uma memória daquela festa. Da nostalgia da festa e do encontro dos corpos, vejo resquícios de dois gestos nostálgicos: o das diretoras e o meu. Ambos, evidentemente se constroem em níveis e intenções diferentes. Mas, o que



vale pensar nos modos de rever o filme é justamente o que atravessa essas mesmas relações espaço-temporais pelo encontro, principalmente, pela duração daquela festa. Afinal, quando as imagens me chegam, não penso só em termos de “presente”, pois como diz Deleuze (1999) a imagem retém algo das regiões nas quais fomos buscar a lembrança que ela atualiza ou encarna. Se essa mesma lembrança não é atualizada pela imagem sem que a própria imagem a adapte às exigências do presente, vale pensar no que estou relembrando quando ponho a obra em relação.

Figura 1: Primeiras cenas do filme.



Reprodução de tela do autor.

Assim, essa brecha para o passado me aparece pelas sensações que o filme me causa no presente. “O passado jamais se constituiria se ele não coexistisse com o presente do qual ele é o passado” (DELEUZE, 1999, p. 45). Se o que move o meu olhar ao rever o “Xá de Flor” de 30 anos atrás é uma certa nostalgia nesse encontro com essas imagens, vejo as fotografias do bar em sequência e a canção que abre o filme nos versos e na voz da cantora Leninha. “Passam os anos, passa o tempo, passo eu, você também passou, o que fica na história do momento é o Xá de Flor...”. O que me faz situar essa “história do momento” a partir do que Didi-Huberman (2012) traz pelas lacunas, diante do tempo que está entre as fotografias exibidas em sequência no filme e nas cenas do próprio documentário. Se a imagem é um ato, quais os grãos da imagem e os rastros de movimentos que vejo na “quase-observação” desses acontecimentos? É interessante pensar sobre isso porque nessa “história do momento” cantada no filme, observo que a imaginação desse momento histórico se encontra com essa montagem que faço na mesa imaginativa.



Figura 2: Blandino Lobo regando a grama e limpando o banheiro do bar.



Reprodução de tela do autor.

Afinal, vejo essas cenas como um tipo de trabalho com as imagens. “Para saber, portanto, é realmente preciso imaginar-se: a mesa de trabalho especulativa é inseparável de uma *mesa de montagem imaginativa*” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 154, grifo original). No caso, nessas imagens do bar Xá de Flor seria preciso saber ver aquilo que ajuda a abrir o presente do tempo. Os arranjos dessas imagens não mostram apenas uma prova histórica, mas uma potência que permite cogitar nas fissuras onde habitamos, sobretudo, enquanto revemos e questionamos a partir de novos pontos de vista, haja vista que quando escrevo sobre essas imagens de arquivo estou duvidando delas. Desse modo, trago a visão de Rancière (2012) sobre o cinema que se recompõe por nossas lembranças e nossas palavras, até mesmo ao ponto de diferir do que está na tela, alcançando o que acumula e se sedimenta em nós.

Através dessa possibilidade estética, espelho sobre o “Xá de Flor” por meio das suas imagens que são distantes e ao mesmo tempo um pouco próximas de mim, uma vez que tenho conversado nos últimos anos com Blandino Lobo e o cantor João do Crato² sobre outros caminhos de pesquisa³. Mas aqui, o documentário modula e insere a inscrição do tempo e da memória na medida que se faz registro como imagem movente, logo que “uma memória não é um conjunto de lembranças da consciência, pois, assim, a própria ideia de memória coletiva não teria sentido. Uma memória é um certo conjunto, um certo arranjo de signos, de vestígios” (RANCIÈRE, 2013, p. 159). Assim, se este autor entende o cinema como

² Para uma leitura mais aprofundada do trabalho performático de João do Crato, ver Araújo (2021).

³ Desde 2017, tenho andando, conversado e me movimentado com Blandino Lobo e João do Crato na busca por memórias de lugares e de pessoas em torno das dissidências sexuais e de gênero do Crato em direção à uma historiografia *queer* da cidade que se presentifica na memória, ver Oliveira Junior (2021).



uma arte que se realiza a partir de um modo sensível, caberia pensar como essa montagem do documentário materializa essa festa e a partilha. O documentário aqui também pode ser visto como uma modalidade de ficção que estica e comprime tempos, sobretudo, pelo que joga entre as vozes narrativas e as séries de imagens da época. Portanto, vejo que a festa no bar Xá de Flor parece continuar quando é retomada, construindo no presente uma memória de travessia entre temporalidades deslocadas e de regimes heterogêneos de imagens.

Pelo encadeamento de imagens no filme, há uma abertura – como ficção de memória – para múltiplas direções, pois na festa não há como esquecer as imagens, uma está ligada à outra, e o confronto reside no presente que continua. A partir de Taylor (2013), vale considerar que essas performances no Bar Xá de Flor transmitem memórias e essas camadas múltiplas da festa e do filme mostram fricções do lembrar. Se o filme se aproxima dessa memória arquivada, podemos pensar que o arquivo excede o que acontece no momento, expandindo pelo próprio lembrar o estado de “agoridade” que se reconstitui por atos performatizados. É quando o arquivo pode dar forma às práticas incorporadas, sem nunca as apreender por total. “A memória cultural é, entre outras coisas, um ato de imaginação e de interconexão” (TAYLOR, 2013, p. 128). Pensar o filme a partir dessa memória arquivada que transmite o conhecimento dessas práticas incorporadas, seria falar que entre arquivo e repertório o filme não apenas arquiva a memória, mas permite imaginar os repertórios culturais dessa geração.

De tal modo, Muñoz (2018) lembra que a memória é certamente construída e sempre política, sendo nossas lembranças e as suas narrações uma potencialidade materializante. Como um tipo de memória *queer*, há não só uma utopia, mas um desejo que se materializa no corpo-filme que permite enxergar a cena para além “do que é”, mas na deriva “do que pode ser”. São pelos lapsos dessas imagens que encontro a possibilidade não só de me imaginar através dessas sensações do filme, mas de me conectar com essa outra geração por essas imagens. Por isso, talvez pense que o documentário sobre o bar Xá de Flor faz “lembrar e desejar um tempo fora do nosso atual estado de cerco” (MUÑOZ, 2018, p. 17), principalmente, na medida em que os afetos e as sensações do filme me fazem refletir sobre essa força materializante que conecta uma cultura *queer* através de linhas geracionais.



Figura 3: Amigos de Blandino Lobo produzindo a bebida e nos espaços mais internos do bar, como a cozinha do Xá de Flor.



Reprodução de tela do autor.

Se utilizei a nostalgia como uma forma de me reimaginar nesse tempo, acredito que agora cabe pensar nessas relações do documentário por essa “história do momento”, onde qualquer pessoa que veja Blandino Lobo preparar a cachaça no filme possa engarrafar com ele. “Acho que todas as ervas são todas poderosas e que a grandeza maior são as misturas que se faz com elas, né? Essa sabedoria vem de toda essa cultura nossa que a gente já viu, que a gente já passou nas feiras. A coisa mesmo assim, até mesmo dos ancestrais, meus avós maternos eles sempre carregavam a sua garrafa de pinga para assim tomar seu banho, cortar sua gripe... Temperada! Cada um tinha a sua. O sentido maior do Xá de Flor acho que é, foi acalmar os sentidos, o Xá de Flor se orgulha disso”, explica Blandino nas cenas de preparação da bebida no documentário.

Xá de Flor: um documentário *queer*

O filme inicia com a fachada do Bar Xá de Flor que ficava localizado na divisa entre as cidades de Crato e Juazeiro do Norte. Como se fosse um olhar de fora para dentro, somos levados ao processo de produção da bebida que dá nome ao estabelecimento. Nas primeiras cenas



do documentário, Blandino aparece mexendo em galhos com alguns colaboradores e amigos que sacodem garrafas e organizam os litros em uma estante na cozinha. Através de uma sequência entre fotos de shows, recitais e performances, observamos a feitura da bebida através do que o bar fazia. Rostos que são corpos, corpos que são sons e sons que são o compasso de um tempo como se o analógico sequenciado das fotografias pudesse dar um ritmo a esse movimento da festa. Pela visão de Rich (2013), tomo esse documentário no cinema do Cariri cearense como um horizonte para pensar a produção de um cinema *queer* não só pela maneira como estou revisitando histórias em suas imagens, mas pelo contexto em que a obra revisita imagens de uma região no fervor de uma década – entre 1970 a 1990 – que permite o engajamento por essa historiografia *queer* nos dias de hoje, desestabilizando narrativas sobre a cidade e a região.

Figura 4: Fachada do bar e marca visual do Xá de Flor.



Reprodução de tela do autor.

Como mencionam Schoonover e Galt (2016), o cinema *queer* produz narrativas de mundo, tornando visível dissidências sexuais e de gênero na construção de outros mundos possíveis, principalmente, sobre o que é ser *queer*. Assim, quando observo Blandino caminhar em direção ao Mercado Público Walter Peixoto em Crato com cabelos ao vento, barba no rosto, colar no pescoço, vestindo uma camiseta cor de rosa, um short azul e um par de sandálias de couro, lembro dos momentos mais recentes que estive com ele na cidade. Com uma cuica de barro, escolhendo galhos, folhas, ervas e demais temperos para fazer a misteriosa Xá de Flor, vejo gestos que cruzam o fazer da bebida que compõem os repertórios da feira do Crato nesse período. Crianças descalças, idosos comprando rapadura, homens vendendo roupas, mulheres vendendo frutas. Maracujás, laranjas e goiabas, qual o sabor daquela garrafa que Blandino iria encher? Cuica



de barro cheia na cabeça. O olhar para Blandino na feira. O abraço de Blandino em uma feirante e a imagem-afecção desse rosto que nos alcança.

Figura 5: Blandino Lobo na feira do Crato.



Reprodução de tela do autor.

É quando Blandino começa a tirar as compras da cuica que reflito sobre a construção de mundos *queer*. Aliás, a forma como o documentário começa é a forma como a bebida é feita. As cascas de um galho podem ser os vestígios que são descascados por Blandino, coados no pano e transformados em bebida, haja vista os dois toques no tempo, o dele que faz a bebida e o meu que escreve sobre ela. Escrevo na vontade de tirar a polpa de um abacaxi e pôr no caldeirão. Por isso, vejo as imagens na tensão entre a realidade e a ficção, não apenas no real do documento das fotografias sequenciadas, mas na ficção que essas imagens permitem especular sobre elas mesmas. Como traz Nichols (2005), do documentário não tiramos apenas prazer, mas também uma direção e esse é o encanto e o poder do documentário, sobretudo, por acrescentar uma nova dimensão à memória popular pela forma como nos engajamos no mundo. “A prática do documentário é uma arena onde as coisas mudam” (NICHOLS, 2005, p. 48).



No entanto, não me interessa apenas “ver o que está lá” e pensar na “verdade” do que houve, mas sim acreditar na impossibilidade de dizer tudo que aconteceu. Nos termos de Lins (2007), o empirismo da imagem e a sua ontologia falsa prova que alguma coisa esteve diante da câmera, como uma garantia do momento apenas da exposição, mas não da exatidão documentária, pois ela sempre pode esconder alguma coisa. Assim, trato do documentário como esse artefato tecido por blocos de espaço-tempo que fabrica sensações e narrativas *queer* sobre esse mundo. “Mesmo que reconheçam pessoas, lugares, sons, a imagem é menos uma evidência do real do que a filmagem de um mundo cujo estatuto mantém-se ambíguo” (LINS, 2007, p. 226). Quando vejo o “Xá de Flor” me interessa não pelos grãos de real que se aderem à imagem, mas pelas metamorfoses desse próprio ato de filmar a comemoração dos 10 anos do bar.

Figura 6: Blandino Lobo produzindo a cachaça.



Reprodução de tela do autor.

“De que matéria é feita a memória?” (PHRYSTON, 2014, p. 28). A autora fala que a memória é feita de imagens e da combinação incessante entre elas. Corpos, objetos, lugares e ao mesmo tempo os personagens que vivem, nesse caso, a festa no cinema. Se o que brota dessas imagens é a memória, pouco importa a veracidade das cenas, uma vez que discuto a obra diante dessa minha própria memória inventada. Encantado por essa combinação, a montagem do filme mostra como podemos olhar para o mundo com essa “sensibilidade cultural” e isso talvez seja o que me move nesse mundo em específico por uma nostalgia. Especialmente, no desenho de uma região, afinal na circulação e apreensão do espaço pelos sujeitos, sentimos a festa e o movimento por um processo de mutação em curso do imaginário cultural da cidade.



Mais do que representar algo, as festas são apresentações, encenações de novas realidades, de novas identidades, de novas possibilidades de relacionamento e ordenamento do social, elas são momentos privilegiados de simulação da possibilidade de mundos alternativos, de ordens diversas (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 145-146).

Na esteira de Lopes e Nagime (2015), esse documentário me parece uma forma de repensar um Cariri e uma herança de memórias dissidentes, sobretudo, a partir de um aspecto *queer* na região. Entender esse documentário no contexto em que foi gravado é, por sua vez, considerar a produção de duas diretoras independentes que querem contar essa narrativa experimental da mesma forma como parecem ter vivido esse espaço de sociabilidade. Por isso, com Marconi e Tomaim (2016) busco tocar nessa temporalidade pela partilha de uma estética *queer* por meio dessas experiências de gênero e sexualidade na contracultura do Cariri. Ao pensarem o documentário como um produto cultural midiático, levando em conta o documentário *queer* como ferramenta material e simbólica que assume por sua vez uma narrativa contraprodutiva, Marconi e Tomaim (2016) falam de presença e experiência pelas temáticas da memória/história, geração e envelhecimento, discriminações e resistências e espaços de sociabilidade.

Figura 7: Performance da lavadeira.



Reprodução de tela do autor.

Nesse caso, tenho pensado que o documentário de Maria Dias e Cristina Diôgo tocam em dois eixos centrais desse olhar para o documentário *queer*, memória/história e espaços de sociabilidade, uma vez que o “Xá de Flor” busca construir essa memória de certo momento histórico e retratar uma sociabilidade de pessoas LGBTQIA+ em torno de



um movimento e do próprio bar, respectivamente. Evidentemente, esses traços *queer* aparecem muito mais na postura de algumas personagens do que pela montagem fílmica, pois há também um desejo performativo, poético e reflexivo das diretoras de fazer esse documentário. Há um tipo de espaço de negociação enquanto um grupo que inventa outras formas de coexistir na cidade em seus limites. O que parece contestar e atualizar uma memória viva por meio desse tracejar *queer* em performance que se faz presente na obra e no experimento da produção audiovisual.

“O que acontece depois do encontro?” (LOPES, 2016, p. 119). Tal questão me faz pensar no que acontece depois de quando supostamente eu entraria pela porta desse bar, mas não tive a sorte de Marques (2017) que entre os vinte anos, na mesma idade em que escrevo agora, conheceu o Xá de Flor como um bar de “viado e sapatão”. Ao dizer que Blandino produzia cachaça, cozinhas e tinha experiência com produção cultural e performance, o autor descreve que ao longo da noite era comum ele se despir completamente e se cobrir com lençóis e/ou peças coloridas na encarnação de personagens. Afinal, era sobre levar ao limite o lugar como artista, proprietário, herdeiro das camadas médias locais e louco, como o próprio autor define.

Por muitas vezes, quando eu estava na mesa do bar com amigos, Blandino olhava-me de longe, hora insinuando que um encontro amoroso poderia surgir naquela mesa, ora colocando minha mão por sobre a mão de meu interlocutor na mesa. Blandino testava possibilidades dos encontros e fazia-o com autoridade de proprietário e louco. Adorava produzir experimentações de afetos e, ao mesmo tempo, insinuar que entendia tudo o que estava acontecendo, mesmo quando não estava acontecendo absolutamente nada (MARQUES, 2017, p. 3).

Esse relato de Marques (2017) é essencial para afirmar que Xá de Flor não era apenas um bar, mas um lugar por onde a sensibilidade *queer* endossava uma atmosfera entre temporalidades. É importante destacar que o cantor João do Crato aqui aparece como protagonista dessa vivência quando veio de Fortaleza para o Crato, na tentativa de fugir do exército e de entrar em sintonia com uma capital inspirada na década de 1980 e na contracultura. Quando fala do Festival Massafeira, que mostrou o poeta Patativa do Assaré ao mundo, ele destaca a presença de João do Crato como *backing vocal* da banda Perfume Azul, onde contracenava com os artistas Mona Gadelha, Lúcio Ricardo e Siegbert Franklin das sonoridades do rock fortalezense da época, e como performer nos encontros entre os



conterrâneos Luis Carlos Salatiel, Manel de Jardim, Cleivan Paiva, Rosemberg Cariry e Abidoral Jamacaru (Marques, 2016).

Figura 8: João do Crato fervendo no palco do Xá de Flor.



Reprodução de tela do autor.

Ao sair do grupo, João se torna vocalista da banda Chá de Flor que, de acordo com o cantor no relato de Marques (2017), tinha um repertório limado ao rock internacional, a exemplo da banda britânica de rock progressivo *Yes*, do grupo também britânico de rock *Genesis* e da banda de rock psicodélico *Os Mutantes* no panorama nacional, o que também aparece no pensamento de Gadelha (2018) ao situar a experimentação sonora psicodélica e do rock progressivo nessa época. Da mesma forma, Marques (2017) menciona a força performática da Tropicália em seus gestos no palco que fazia o rock-maracatu. Foi o momento em que o cantor João do Crato se apresentou com a banda Chá de Flor na tradicional festa da Expocrato e no auditório da Fundação Padre Ibipantina, lugares atravessados pelo imaginário forrozeiro de Luiz Gonzaga, Marinês e Trio Nordestino, passando a compor “uma geração local inspirada pela contracultura, cuja produção de filmes, canções, poemas e mostra de artes marcam ainda hoje a memória da cidade” (MARQUES, 2017, p. 4).

É por essa memória que Marques (2017) aponta na alegoria de João do Crato um tipo de local e o “fora daqui” por onde o sonho cosmopolita e provinciano fez a cidade entre tempos. Nem apenas um bar, muito menos um grupo de estilo musical da época, Xá de Flor era uma bebida e a presença de João do Crato torna o nome do bar o ponto de encontro para as pessoas na sexta-feira que fechavam a rua com carros e motocicletas. O próprio trânsito de João do Crato da capital pro interior torna o bar um lugar de trânsito, como diz o autor. O slogan de uma cidade cosmopolita



brota na máxima de que “só no Crato mesmo” ou “Crato, território livre”. “É também uma cachaça temperada, engarrafada e muitas vezes, escondida por sobre o balcão, quando ao álcool, ervas e essências, aliam-se substancias psicoativas compartilhadas entre pares” (MARQUES, 2017, p. 5-6). Dessas experiências *queer*, o que me resta? Ver o filme e viajar na canção do Xá de Flor.

Figura 9: Abidoral Jamacaru cantando no palco do Xá de Flor.



Reprodução de tela do autor.

Da locução de Tica Fernandes e Carlos Rafael, ouvimos o discurso em torno do movimento da Xá de Flor. “Xá de flor é um produto de um projeto de cultura alternativa, não institucional, que vem sendo construído com a colaboração de pessoas amigas que simpatizam com a proposta de uma vida natural”. Através desse discurso seguido por apresentações e performances, podemos ver o bar como um lugar de encontro afetivo que tem como objetivo a experimentação de eventos com performances, oficinas e até mesmo cultivo de hortaliças. “Xá de Flor é uma criança rebento que germina a arte Cariri, Xá de Flor é a soma de histórias e sonhos de pessoas guerreiras, gestantes de vida. Que tal beber a água de cor, com a cor do ardor, durmo, sonho com a flor, eu sou a flor, a flor do esterco, o amor, do paraíso, que foi negado e tirado, do ardor da carne do sentimento do amor, água do amor, do sonho, leve, coragem, colorida, sem sabor, leve, pura, sem embalagem, no pé com cor, só viagem, Xá de Flor, canção”.

Sem dúvidas, uma canção que alcança nessa festa de comemoração. “Atenção você, maluco, careta, tudo bem. Só precisa ter beleza, mas atenção. Você que está aí ansioso, que não parava de contar os dias para



chegar a sexta até à tona a existência dias de festa, pois é chegou o dia de comemorar os 10 anos da Xá de Flor”. Das performances poéticas, um corpo dança no espectro de espantinho na música eletrônica e outro se parece uma transformista lavadeira que dubla a voz da Marisa Monte na interpretação da canção *Ensaboa* (1976) de Cartola. Um grupo da tradição do Reisado se apresenta. João do Crato canta e rebola com um maiô cor de rosa, botas amareladas e cabelos longos. Luis Carlos Salatiel se apresenta com a música. Abidoral Jamacaru toca um pandeiro. Manel D’Jardim toca uma guitarra. Leninha canta *Mal Nenhum* (1985) de Cazuza com uma voz que lembra Janis Joplin. O público fuma, bebe e assiste ao festival como quem mantém uma longa conversa. Um solo de guitarra transita pela fotografia das pessoas em sequência no evento. Show de rock com crianças que batem cabeças e estão próximas da roda punk.

Figura 10: Shows de rock e roda punk no Xá de Flor.



Reprodução de tela do autor.

Há uma entrevista com a professora e cordelista Fanka Santos, que fez parte da *Sociedade dos Cordelistas MaUditos* (Costa, 2018), lançou um fanzine que circulou como jornal alternativo. “O fanzine ele nasceu com a proposta que a gente tinha de fazer um trabalho assim um conto em forma redonda, né? Que é um trabalho que a gente já pensava em fazer e de repente a gente trabalhando em equipe com Junior decidiu fazer uma coisa alternativa e diferente, uma coisa nova, de vanguarda. Então a gente fez em formato redondo e trouxe aqui para o Xá de Flor, né? Em homenagem também aos 10 anos do Xá de Flor”. Os artistas e parceiros são homenageados com um prêmio nesses 10 anos de atividade.



Figura 11: Fanka Santos falando sobre a produção do jornal alternativo.



Reprodução de tela do autor.

O troféu é uma flor meio psicodélica, como se tivesse sido colhida da capa do disco *Jardim Elétrico* (1971) de *Os Mutantes*. Cada agraciado convida o outro para receber sua premiação. O filme termina com Blandino cantando e preparando ervas. No início dos créditos, as diretoras dedicam o filme à Blandino “pela descoberta da magia pela magia” como se esse fosse o sentido dessa viagem-canção *queer*. Elas destacam como guerreiros os artistas, Sofia Ulisses, Adiboral Jamaru, Luis Carlos Salatiel, Edelson Diniz, Jean Nogueira, Fanka, Elina Feitosa, Leninha, Wanderley Pekovsky, Tica Fernandes, Celinha, Manel D’Jardim, Gilverto Morimitsu, Fátima Morumitsu, Carlos Rafael, Expedito Júnior, Stenio Diniz, Janjão, Banda Stormbringer, Náusea e Habeas Corpus.

Figura 12: Tela final sobre a AIDS no documentário Xá de Flor.



Reprodução de tela do autor.



Após os créditos, há uma alerta para a questão do HIV/AIDS, evidenciando que nesse recorte do início da década de 1990 e desde meados de 1980, período de abertura do bar, o filme que retrata essa vivência dissidente sexual e de gênero em tramas culturais e artísticas. O que me parece ter sido uma preocupação de acrescentar a resposta à doença ao discurso da Xá de Flor, não de modo higienizado ou direcionado para a figura do “homossexual”, mas de modo coletivo no desvio de estereótipos e normatividades.

Nas tramas do pensamento de Goulart (2018), tenho pensado que se me resta a nostalgia, trabalho em torno dessas imagens com ela, sobretudo, por meio de uma forma emocional e afetiva que remete ao passado, seja como referência histórica e cultural, como espaço de experiência ou modelo estético. Nesses aspectos da nostalgia, cultura de memória e cultura de mídia, tenho refletido que essa mídia audiovisual constrói processos de subjetivação a partir do documentário *queer* nesse tempo particular, onde a temporalidade é de uma viagem-canção no tempo, pois esse gesto nostálgico adquire um sentido nessa releitura do filme 30 anos depois do seu lançamento, sendo uma nova possibilidade sensível de relacioná-lo. “Será possível, nesse caso, falar em uma nostalgia do que não se viveu? Se sim, de que se nutre esse sentimento?” (GOULART, 2018, p. 4).

Quando revejo o nostálgico por uma geração anterior à minha, vejo uma forma de experimentar o tempo que não apela para uma grande narrativa sobre o Cariri, mas para as sensações de uma noite, por mais que essa noite tenha algo a dizer sobre o Cariri. Como destaca Marques (2019) sobre essa geração foi produzido em uma mesma cidade diversos lugares cognitivos, a citar a Craterdam pelos versos do poeta Geraldo Urano ou de *Avallon* (1986), título do disco do cantor Abidoral Jamacaru⁴, talvez seja o fio dessas narrativas que produzem essa cidade polifônica, filha da contracultura e dessas bichas nostálgicas do interior.

“Percebo que, se a contracultura se faz a partir de sonhos com a cidade, (...), a cidade sonhada por meus interlocutores, no Cariri, é ainda a cidade em que nasceram” (MARQUES, 2019, p. 8). Essa relação de deslocamento particular se dá pelas novas formas de ver a cidade, nesses “muitos em um”, fazendo com o que o Crato não seja apenas o Crato, onde uma geração sonhou outro sonho. Se o lugar que esses artistas ocupam

⁴ A partir de Zaiatz (2018), é possível perceber que João do Crato aparece ao lado de Abidoral como uma das “caras” da cultura da região. No caso, o autor cita o álbum “O Peixe”, lançado em 1998, onde os cantores dividem a interpretação da canção “Oxum”.



hoje ainda é o do sonho, penso que esses lugares podem ser evocados por sensações que me faz tocar o tempo pelo filme e pela certeza de que essas fadas, como Blandino e João do Crato, continuam existindo para mim porque creio nelas. Assim, penso estou próximo do que Lopes (2021) propõe por uma história *queer* das sensações, onde corpo se faz filme pelo encontro e que a herança se dá pelo que resta da noite.

Figura 13: Blandino Lobo com os prêmios da festa de 10 anos do Xá de Flor.



Reprodução de tela do autor.

Padroeiros das bichas nostálgicas

Onde essa nostalgia me levou? De certo, desejo reconstruir uma suposta continuidade ao refazer minha porta para o Xá de Flor no presente. Estou talvez recusando o meu presente por essa vontade radical de passado misterioso assim como o segredo da bebida Xá de Flor que Blandino relegou ao papel das ervas. O que encontro nesse passado não é uma mera idealização ingênua do que esse movimento pode ter sido, mas uma experiência relacionada com essas sensações que o filme me proporciona em sua materialidade. O documentário “Xá de Flor é uma canção” de Maria Dias e Cristina Diôgo pode ser um dos germes de um cinema *queer* no Cariri cearense, dada as formas de fazer ver e dizer essas vivências por meio de outra região em fervor.

Sim, recentemente João do Crato me enviou uma mensagem pelo WhatsApp, mas nada impede de imaginar a correspondência entre nós através daquela noite. Apodero-me dessas lembranças e constituo futuros em torno dessas experiências mobilizadas por afetos e relações entre o



cinema e a festa. Esse documentário *queer* será sempre essa porta por onde passam as bichas melancólicas de outra geração, talvez a próxima da próxima da próxima, até esse filme não fazer mais sentido, sequer que um dia deixe de fazer. Hoje, para mim, esses corpos em festas são gloriosos e dançam na comemoração dos 10 anos desse bar que estaria em sua quarta década, apesar de ter tomado a Xá de Flor, minha escrita é apenas uma inspiração em torno dessas imagens.

Figura 14: Xá de Flor é uma canção com Blandino em segundo plano.



Reprodução de tela do autor.

A magia pela magia. Essas imagens que fazem do tempo mero feitiço entre uma bicha cabeluda que inventou de mexer com cachaça e outra bicha que agora escreve sobre essa mesma cachaça. Padroeiras locais de nós, essas bichas que marcaram a contracultura no Cariri mesmo quando ainda andam comigo pelas mesmas ruas do Crato carregam esse ar que foi essa festa. O que ainda direi quando ver esse filme daqui há 30 anos? Não sei, mas no dia 31 de dezembro de 2022, Blandino Lobo, 64 anos, me envia um áudio pelo WhatsApp para desejar um feliz ano novo. “Adoro essas pessoas minhas que eu as apadrinho, sintam-se meu afilhado, beijão”.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. *Patrimônio e Memória (UNESP)*, v. 7, n. 1, p. 134-150, jun. 2011.



ARAÚJO, Walisson Angélico de. *Estéticas da alquimia em João do Crato: tecnologias dissidentes do corpomídia no Cariri cearense*. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Artes, Universidade Federal do Cariri. Juazeiro do Norte, 2021.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* – Obras escolhidas volume 1. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, Pablo Soares Pereira da. *A maldição do versejar: poéticas transviadas no Cariri cearense*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

DELEUZE, Gilles. *Bergsonismo*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. 1.ed. Lisboa: KKYM, 2012.

DYER, Richard. *The Culture Queers*. 1.ed. Routledge: London and New York, 2002.

GADELHA, Simone Mary Alexandre. *O perfume azul, artífice da ruptura: transgressão na cena rock de Fortaleza nos anos 70*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2018.

LINS, Consuelo. Documentário: uma ficção diferente das outras? In: BENTES, Ivana. (Org.). *Ecos do cinema: de Lumière ao digital*. 1.ed. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2007. p. 225-233.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOPES, Denilson. *Afetos, relações e encontros com filmes brasileiros contemporâneos*. 1.ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2016.

LOPES, Denilson.; NAGIME, Mateus. *New Queer cinema e um novo cinema queer no Brasil*. In: MURARI, Lucas.; NAGIME, Mateus. *New Queer Cinema: cinema, sexualidade e política*. 1.ed. São Paulo: Caixa Cultural, 2015. p. 10-20.



LOPES, Denilson. Por uma história *queer* das sensações: no caminho com os filmes de Marcelo Caetano. In: MOREIRA, Luciana; WIESER, Doris. (Org.). *A flor de cuerpo: representaciones del género y de las disidencias sexo-genéricas en Latinoamérica*. 1ed. Frankfurt: Vervuert, 2021. p. 127-148.

MARCONI, Dieison; TOMAIM, Cassio dos Santos. Documentário *queer* no Sul do Brasil: apontamentos gerais. *E-Compós*, Brasília, v. 19, n. 2, mai/ago, 2016.

MARQUES, Roberto. Embaralhando Nordeste: produção de sujeitos, tempos e espaços nas narrativas e performances de João do Crato. *Amazônica-Revista de Antropologia*, v. 8, n. 2, p. 456-478, 2016.

MARQUES, Roberto. Bar Xá de Flor: experiências *queer* no interior do Ceará. In: *Anais do 13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11*. Florianópolis, 2017. p. 1-5.

MARQUES, Roberto. Caldeirão de Santa Cruz, Avalon, Craterdam: lugares cognitivos da contracultura no interior do Ceará. In: KAMINSKI, Leon. (Org.). *Contracultura no Brasil, anos 70: circulação, espaços e sociabilidade*. 1ed. Curitiba: CRV, 2019. p. 171-194.

MUÑOZ, José Esteban. Fantasma do sexo em público: desejos utópicos, memórias queer. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 8, p. 04-19, nov/abr. 2018.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. 5.ed. Campinas: Papirus, 2005.

OLIVEIRA JUNIOR, Ribamar José de. À procura de Capela: confabulações da imagem travesti no Crato-CE (1960-1980). *Revista Vazantes*, v. 5, n. 1, p. 91-135, dez. 2021.

PHYSTON, Ângela. *Utopias da frivolidade*. 1ed. Recife: Cesárea, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. *A fábula cinematográfica*. 1ed. Campinas: Papirus, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. *As distâncias do cinema*. 1ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Mercado da nostalgia e narrativas audiovisuais. *E-Compós*. Brasília, v. 21, n. 3, p. 1-15, set/dez, 2018.



RICH, B. Ruby. *New Queer Cinema*. Durham: Duke University Press, 2013.

SCHOONOVER, Karl; GALT, Rosalind. *Queer cinema in the world*. Durham: Duke University Press, 2016.

TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. 1.ed. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2012.

ZAIATZ, Leonardo. *Alternatividade, hibridismo cultural e cultura popular: a obra de Abidoral Jamaru*. Monografia (Curso de Jornalismo). – Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Artes, Universidade Federal do Cariri. Juazeiro do Norte, 2018.



Xá de Flor, 30 years later: a queer trip-song in the cinema of Cariri, Ceará

ABSTRACT: In revisiting the documentary "Xá de Flor é uma canção" (1993) directed by Maria Dias and Cristina Diôgo, I seek to reflect on the film 30 years later in the cinema of Cariri, Ceará. For this, I bring nostalgia as a creative reaction to the present, mainly in the sense of perceiving the space-time of the documentary as a way of inhabiting a queer trip-song that crosses times. Between cinema and party, I see how the work awakens sensations and creates memories in the face of the night that a nostalgic queer doesn't remember or hasn't lived, but looks for possible ways to be together in these stories of continuity, even if only for one night, like an inheritance that becomes body in one drink.

PALABRAS CLAVE/KEYWORDS: Cinema. *Queer*. Xá de Flor. Cariri. Ceará.

Ribamar José de OLIVEIRA JUNIOR

Doutorando em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com período sanduíche na York University (YorkU), Canadá. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). ORCID: 0000-0002-5607-2818.

E-mail: ribamar@ufrj.br

Recebido em: 03/07/2023

Aprovado em: 03/11/2023

**DOSSIÊ****Trans-identidades e a epistemologia da diferença sexual****Sinais e espaços de vulnerabilidade sociojurídica**

Matheus de Souza Silva, *Universidade Federal de Sergipe*

Lídia Nascimento Gusmão de Abreu, *Universidade Federal de Sergipe*

Karyna Batista Sposato, *Universidade Federal de Sergipe*

O presente artigo problematiza como o discurso normalizante da sexualidade, enquanto dispositivo de poder, estigmatiza as trans-identidades no Brasil, que lidera índices globais de violência por transfobia. A referida condição é constada a partir da existência espaços de vulnerabilidade, como conceitua Feito (2007), dentro das estruturas sociais, no que tange como esses indivíduos têm sido tolhidos de sua autonomia juspolítica e de sua própria existência, visto os dados constatarem a suscetibilidade à violência. Por meio de uma metodologia dedutivo bibliográfica, o percurso do trabalho parte das teorias desenvolvidas no campo da vulnerabilidade, considerando sua dimensão ontológica, extraíndo perspectivas de Fineman (2021), bem como sua dimensão social. Assim, este trabalho identificou como a epistemologia da diferença sexual, consoante Preciado (2022), produziu em tais corpos, uma condição de vida nua, conforme Agamben (2007), ou de precariedade, em Butler (2022). Ao expor a condição intencional de omissão das instituições publico-estatais perante a existência das pessoas trans descortina-se a necessidade de mitigar os espaços de vulnerabilidade existentes, de modo a fortalecer a capacidade de ação política e o exercício do seu direito à autodeterminação de pessoas trans, com a finalidade de possibilitar uma condição de dignidade plena e de cidadania efetiva no campo político.



PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade. Pessoas trans. Direitos LGBTQIAPN+.



Introdução

Analizando indicadores globais, o contexto de violações aos Direitos Humanos de pessoas integrantes das minorias sexuais tem inserido o Brasil na posição de um dos países mais perigosos e violentos para a existência de um indivíduo LGBTQIAP+. Dentro dessa parcela populacional, há que se identificar uma maior suscetibilidade à violência para as identidades não binárias (transexuais, travestis, gênero fluído, agênero, intersexual), em virtude destes indivíduos enfrentarem as construções culturais instituídas pelo dispositivo da sexualidade, passando a serem alvos de medidas disciplinarizadoras.

Este artigo, portanto, tem como objetivo problematizar as consequências do discurso normalizante da sexualidade, enquanto um dispositivo de poder, na produção de estigmas e vulnerabilidades para trans-identidades. Observando isso, o itinerário parte das reflexões desenvolvidas em teóricos da vulnerabilidade, como Fineman (2021), Leão (2022), observando a virada ontológica, produzindo a existência de uma vulnerabilidade comum e outra social deste conceito, para que a partir dessa seja observada a situação de suscetibilidade ao dano dos corpos trans perante as estruturas sociais e políticas.

Assentando isso, torna-se relevante entrever as origens da formação da estrutura que formou o discurso que enraíza a vulnerabilidade específica tratada. Sob uma abordagem decolonial, estudos de Lugones (2020) desenvolvem concepções iniciais da hegemonia em torno de sexo, gênero e identidade de gênero. Contribuições das perspectivas de subjetivação e da biopolítica em Foucault (2021) permitem formular a genealogia da sexualidade enquanto dispositivo normalizante e, nessa relação de poder, como instrumento de formação do discurso da cisheteronormatividade, fincado em concepções deterministas, resultado do que Preciado (2022) entende como uma epistemologia da diferença sexual.

Merece ser refletida, posteriormente, a existência de espaços de vulnerabilidade, na concepção de Feito (2007) dentro das estruturas sociais, tendo em vista a existência de um impedimento à autonomia política e na própria cidadania dos corpos transgenerificados no Brasil, sendo possível desenvolver tal compreensão com suporte às concepções políticas contemporâneas de precariedade em Butler (2022) e vida nua em Agamben (2007). Por fim, esse estudo perpassa por sistematizar dados em



torno de violências a que pessoas trans são submetidas e ignoradas pela atuação estatal, aprofundando a precariedade e a vida nua desses corpos.

Para além do método dedutivo bibliográfico, o suporte à uma pesquisa quantitativa, tendo em vista constatar a problemática no contexto fático, consolida a elucidação necessária à investigação proposta. Assim, ao visualizarmos um panorama completo da vulnerabilidade, perpassando por sua origem e suas manifestações, analisando as implicações discursivas e suas consequências no plano político, reúnem condições para a promoção de considerações em torno da necessidade de mitigação de precariedade das trans-identidades no Brasil.

2 Considerações sobre a vulnerabilidade

Com o intuito de situar e analisar criticamente a deterioração da dignidade de corpos trans, partimos de uma formulação da vulnerabilidade enquanto elemento a ser inserido neste estudo crítico. O reconhecimento de novos sujeitos de direito, rompendo com o universalismo homogeneizador dos Direitos Humanos convencionais, produziu um humanismo contemporâneo apto a estudar e considerar as especificidades presentes em indivíduos de grupos sociais desprivilegiados, anteriormente negados na condição de titulares de direitos.

Com isso, a vulnerabilidade ascendeu como fator relevante na tratativa e busca por solução de problemáticas diversas, a exemplo da marginalização de indivíduos e até mesmo de questões na seara econômica e de segurança internacional (COLE, 2016), no que tange aspectos geopolíticos. Em virtude de sua complexidade, advindo da importância na compreensão deste conceito em uma tessitura aberta, o percurso desenvolvido considera a vulnerabilidade composta por uma estrutura multidimensional, infiltrada por perspectivas interdisciplinares.

Depreende-se uma concepção inicial de vulnerabilidade considerando o seu aspecto etimológico, no campo da linguística, sendo proveniente do termo em latim *vulnerare*, surgindo no sentido aproximado de estar uma condição de ser ferido. A semântica do termo, de forma semelhante, revelaria a situação de estar em suscetibilidade ao risco ou em exposição à dor (LEÃO, 2022). Com essa breve análise, extrai-se que a característica comum a estas percepções iniciais e variantes da vulnerabilidade seria, então, o dano e a possibilidade de o indivíduo sofrê-lo (FEITO, 2007).



Com isso, enfrentando os questionamentos primordiais para a construção de um estudo da vulnerabilidade, os teóricos responderam à pergunta do que significa ser humano afirmando que ser humano é ser vulnerável (FINEMAN, 2021). Enquanto ser corporificado, passível de um desenvolvimento físico e biológico processual, o indivíduo na sua condição humana conteria como elemento intrínseco, a sua condição de vulnerabilidade. Logo, em razão dessa noção de composição inerente ao humano, esta dimensão recebe a denominação de vulnerabilidade ontológica.

Considerando este parâmetro, amplamente desenvolvido em estudos da bioética e da saúde pública, a vulnerabilidade apresenta-se sendo comum e inata ao ser humano, entendendo a morte como a sua hipótese extrema, posto que impõe o limite absoluto de possibilidades (FEITO, 2007), estabelecendo a finitude (MARQUES; MIRAGEM, 2014) da vida e do corpo. Essas provocações em uma demarcação teórica primária da vulnerabilidade, considerando o corpo humano, estruturaram o desenvolvimento da compreensão do que o campo social tem entendido como grupos vulneráveis.

Cabe ser levantada, sob essa perspectiva, a existência de uma condição pública do corpo, tendo em vista a interferência categórica do aspecto social na sua formação e existência, através de estruturas de sujeição, utilizando-se de perspectivas foucaultianas, capazes de formular o ser individualizado (BUTLER, 2022). Neste ponto, elucidamos como os discursos sociais, embutidos de estigmas e preconceitos, moldam os indivíduos e os afetam em sua autonomia e autodeterminação quando deterioram a própria dignidade humana.

Por este ângulo, a concepção de uma vulnerabilidade especial ou distinta, associada a desvantagens nas ações dentro do sistema social, econômico e político, resulta da fragilidade humana perante as forças decorrentes de preconceitos e estigmas impostos. Ao contrário da dimensão considerada anteriormente, desenvolvida a partir dos estudos com a virada ontológica, na qual a vulnerabilidade apresenta como características ser constante, comum e universal, nesta dimensão distinta, tal condição se manifesta de forma individual, subjetiva e mutável (FINEMANN, 2021).

Em vista disso, há que ser reconhecida uma vulnerabilidade social que fragiliza os corpos de determinados grupos populacionais, como, por exemplo, as mulheres, os negros e os LGBTQIAP+. A manifestação da



vulnerabilidade em sua multidimensionalidade vislumbra, inclusive, situações nas quais o indivíduo pode ser considerado como vulnerável de modo transitório ou sob circunstâncias somadas - invisíveis a lentes mono categóricas (COLLINS; BILGE, 2021) que desconsideram a sobreposição das relações de poder, potencializadoras de vulnerabilidades.

Independentemente das variações existentes em suas nuances, mesmo considerando uma vertente normalizadora e comum, a designação de vulnerável apresenta-se negativamente quando compreendemos grupos vulneráveis para aqueles subjugados em consequência de uma exposição maior à degradação de sua dignidade. No contexto social, enxergamos a condição desprivilegiada desses indivíduos quando, mesmo diante de um episódio violento ao corpo, a deterioração daquela condição humana é incapaz de provocar luto, enquanto outras determinadas vidas recebem uma alta proteção (BUTLER, 2022).

Com destaque aos estudos de Fineman (2010), o elemento contrário a vulnerabilidade não seria uma invulnerabilidade, já que seria contrária à nossa humanidade, e sim a resiliência. Nesta toada, este conceito seria o de considerar a existência de uma capacidade do indivíduo em sobreviver ou recuperar-se dos danos. A contribuição desse elemento consiste na possibilidade de teorizar caminhos de mitigação das vulnerabilidades que compõem esses corpos. Assim, o desenvolvimento da resiliência prescinde de um papel das instituições sociais na mitigação da vulnerabilidade humana, tendo em vista que, sob seu conceito, esse elemento tem sua produção ao longo do tempo nas estruturas sociais (FINEMAN, 2010).

Com isso, cabe ser discutido qual o papel do Direito e as ferramentas público estatais nas tratativas das vulnerabilidades sociais desses grupos. Em meio a isso, o persistente enfrentamento dos grupos vulneráveis na reivindicação de anseios capazes de proporcionar transformação do *status quo* denota como a resistência, em sua multiplicidade, contrapõe as relações de poder (FOUCAULT, 2022). Tais pautas atinentes à agenda de grupos vulneráveis tem se mostrado cada vez mais presentes no período recente da história jurídica.

No contexto jurídico brasileiro, a presença da vulnerabilidade tanto no regime legal como jurisprudencial demonstra ser incipiente. Há uma formulação restrita ao direito consumerista, posto a sua positivação enquanto princípio contido no art. 4º, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor. Quando observado o desenho jurisprudencial das cortes superiores, tem sido aplicado um conceito qualificado que seria a



hipervulnerabilidade - especialmente aplicada para grupos como povos indígenas (REsp 1.064.009/SC), pessoas com deficiência (REsp 931.513/RS) e crianças e adolescentes (REsp 1.517.973/PE).

Adentrando nisso, a presença do prefixo “hiper”, no termo reiterado na jurisprudência, refere-se a uma espécie de vulnerabilidade em condição agravada ou uma sobreposição de vulnerabilidades. Mesmo que exista tal identificação, por parte do campo jurídico, para os conjuntos de cidadãos que se encontrariam em situação de vulnerabilidade, não há a compreensão da vulnerabilidade enquanto categoria jurídica. Neste trabalho, a relevância prescinde de considerar como a vulnerabilidade tem se manifestado enquanto condição de ausência e insuficiência na garantia de direitos (SANTOS, 2021).

Assim, promover a inserção da vulnerabilidade na crítica jurídica viabiliza expor a conexão entre a ausência de domínio do Direito, reiterando vácuos jurídicos, e o agravamento das vulnerabilidades. Normalmente com a finalidade de preservar as estruturas de poder (SANTOS, 2021) vislumbra-se enxergar que as instituições jurídicas ampliam as desigualdades (SPOSATO, 2021a), sobretudo quando permite reproduzir discursos hegemônicos.

Logo, o contexto narrado destaca ser imprescindível serem produzidas ferramentas para a redução desses espaços de vulnerabilidade e reconhecer a responsabilidade das instituições. A vulnerabilidade agravada que perpassa as pessoas trans no Brasil tem, em sua estrutura, a formação da hegemonia normalizadora no campo de gênero e sexualidade. Tal concepção hegemônica corrobora com a produção da vulnerabilidade em sua dimensão social, mostrando ser necessária à sua mitigação a fim de romper com a precariedade que atravessa a existência desses indivíduos.

3 Sexualidade como dispositivo normalizante

O desenvolvimento dos estudos da sexualidade no campo científico, que inclui os elementos de sexo, gênero e identidade de gênero, revela a estrutura de poder formadora do discurso da cisheteronormatividade construída sob a égide de uma epistemologia da diferença sexual. Visualizando o desenrolar da história humana, as repressões contra corpos dissidentes encontram embasamento sociocultural nessa construção hegemônica que permitiria contextos de violência. Com vistas ao itinerário deste trabalho, analisar a vulnerabilidade de pessoas trans



perpassa por construir um caminho nas pesquisas em torno dessa expressão humana.

Tendo em vista que a gênese do sistema hegemônico na sexualidade tem origem em arranjos sócio-históricos europeus, a abordagem decolonial oportuniza enxergar como as opressões foram realizadas violentamente nas nações colonizadas, como o Brasil. Os corpos de crianças indígenas e negras foram expostos a maus tratos, com reiterados abusos sexuais, no provocado processo de miscigenação que decorreu da violência nos corpos de negras e indígenas (COSTA, 2021). A missão em nome de um ideal civilizatório instituiu a desumanidade no âmago das nossas estruturas sociais desde tal formação sócio-histórica.

Durante esse processo de dominação violenta, o capitalismo eurocêntrico global impetrou diferenças de gêneros condicionada a inferiorização e a subalternidade da mulher. Em sociedades pré-coloniais, composta pelos povos originários, inexistia um sistema de gênero institucionalizado. Na sociedade iorubá, as categorias existentes, sem uma restrição aos termos biológicos, não apresentavam entre si uma relação de hierarquia ou em uma forma binariamente oposta (LUGONES, 2020). O colonialismo atuava de forma a desqualificar saberes (FOUCAULT, 2020) produzindo formas subalternas de conhecimento (PRECIADO, 2022).

Na realidade latino-americana, enraizou-se a cultura judaico-cristã em uma matriz cultural composta de heteropatriarcado (COLLINS, 2022) e pela monogamia. O processo violento da catequização, aniquilando as devoções espirituais dos povos originários, juntamente com processos de ordem heterogênea, promoveu a passagem de concepções ginocêntricas, que considerava a energia feminina como força motriz (LUGONES, 2020), para a religião monoteísta dominante, composta por estruturas masculinas (FOUCAULT, 2021), corroborando com o engendramento das figuras de gênero que moldam nosso comportamento humano.

A epistemologia da sexualidade emerge somente em decorrência das modificações na estrutura do casamento religioso, com a dessexualização e dessacralização, e, assim, a ciência encontra espaço para discutir e desenvolver pesquisas em torno da expressão corporal humana. A dominação eurocêntrica judaico-cristã impedia a discussão de questões de gênero e sexualidade, que ocorriam de forma velada, uma preservação em vista de configurar como pecado tais violações às ordens divinas. A percepção oculta do sexo persiste enraizada nas concepções contemporâneas.



Com essa transformação, saturada de poder (BUTLER, 2022), a sexualidade tornou-se o ponto central do Estado Moderno (FOUCAULT, 2022). A figura estatal passa a exercer sua soberania por meio do biopoder, na qual existe uma biorregulamentação, com a dominação do corpo vivo do indivíduo - no esquema de fazer viver e deixar morrer (FOUCAULT, 2010). A particularidade da sexualidade resulta de situar-se na encruzilhada entre o poder disciplinar e o poder regulamentador, atuando como dispositivo normalizante ao formar indivíduos por meio de seus processos de subjetivação e em processos de ordem biológica.

A consumação dos efeitos decorrentes do dispositivo da sexualidade, enquanto mecanismo de poder, podem ser visualizados nos discursos normatizadores e formadores de verdades (LOURO, 2000). Na medida que a conjuntura no campo científico proporcionou a racionalização da sexualidade, o comportamento da população enquadrada em sexualidades dissidentes foi investigado em diversas áreas do conhecimento. Na saúde e na medicina, o corpo disciplinado era embasado em pensamentos decorrentes do determinismo biológico, em detrimento aos opostos que seriam exemplos de perversão.

Na medida que os dispositivos resultam do entroncamento entre as relações de poder e saber (AGAMBEN, 2009), foi no saber médico, enquanto discurso científico percebido como uma instância teórica unitária (FOUCAULT, 2020), que se estigmatizou as sexualidades dissidentes ao patologizar as condutas como anomalias. A psiquiatria compreendia a homossexualidade ou transexualidade como distúrbio mental, persistindo tal estigma de modo que apenas em um período recente os documentos oficiais retiraram o sufixo -ismo, associado a uma conotação pejorativa de doença.

Por menorizando, a hegemonia da ordem biológica estabelecia uma correlação intrínseca entre os elementos de sexo e gênero, construída pela epistemologia da diferença sexual (PRECIADO, 2022). Trata-se de um discurso oriundo de teorias essencialistas, que considerando os aspectos biológicos inatos e parte do binarismo como pressuposto estruturante e capaz de enrijecer o gênero ao masculino/feminino. Assim, o elemento biológico e do sexo, quando analisado estritamente pelo aparelho genital, deveria implicar na sua manifestação e expressão equivalente do elemento gênero em meio cultural.

A distorção entre gênero e sexo cristalizou o binarismo estruturado nesse discurso biológico em relação a dicotomia de órgãos sexuais



(SOUZA; ALMEIDA, 2021), de modo as expressões do corpo humano serem reduzidas a uma motivação reprodutiva heterossexual (PRECIADO, 2022). De outra forma, o dispositivo normalizante implicava em reconhecer o corpo em sua identidade cis, ou seja, na esfera do gênero e da identidade de gênero, em indivíduos que se identificam com gênero atribuído ao seu sexo biológico, e heterossexual, na esfera orientação, quando o indivíduo sente atração afetiva e sexual somente pelo sexo biológico oposto. Tal padrão formatou-se em um sistema que não permite qualquer tipo de desacordo pelo indivíduo.

Retirando a centralidade do determinismo biológico nas investigações de sexualidade, em contraponto, as teorias construcionistas compreendem o gênero como elemento construído no meio social, de modo a refletir noções culturais no corpo biológico e natural. A conjuntura pública atinge a ordem compulsória entre gênero, sexo e desejo (BUTLER, 2022), praticamente imutável (SILVA, 2022). Tal avanço culminou com a formulação, por teóricos pós-modernos, aplicado em estudos da Teoria *Queer* (SANTOS; SILVA, 2021), e Pós-Estruturalista, da vertente do desconstrucionismo, com a finalidade de romper com a dicotomia existente.

Sob esse pensamento, supera a visão do gênero como compreensão restritiva à prática social, posto que o corpo adquire uma dimensão política, sobretudo analisando o discurso. Para esses teóricos, o gênero é, na verdade, o meio cultural em que sexo biológico teve seus moldes determinados como uma estrutura pré-discursiva, através deste domínio de poder que ditou a estratificação fundante da estrutura binária de gênero (BUTLER, 2022). Em outros termos, as configurações existentes de sexo e seu caráter anatômico decorrem do elemento cultural (BUTLER, 2004).

Ao subverter categoria de homem/mulher e heterossexual/homossexual e desafiar a epistemologia da diferença sexual (PRECIADO, 2022), o desconstrucionismo rompe com a correspondência de gênero com o aspecto cultural, assim como o sexo com o biológico. A teoria da performatividade, especialmente, considera que os atos associados aos gêneros são performativos, e não naturais em uma obrigatoriedade de ligação com o corpo, em razão de sua identidade procurar externar meios discursos que, na verdade, subjetivam e interpelam sujeitos (ROCHA, 2018).



Quando denuncia a ficcionalidade das categorias de gênero e sexo (MIRANDA; ALENCAR, 2016), a abordagem do desconstrucionismo possibilita a profusão de estudos em torno dos corpos transgenerificados. De mesmo modo, permitiu o enfrentamento ao discurso hegemônico da cisheternormatividade, tendo efeitos que perduram até a contemporaneidade, como observando que a transexualidade foi retirada do rol de doenças da OMS (Organização Mundial da Saúde) somente em 2018.

Em suma, o desconstrucionismo questionou o discurso da sexualidade dominante que produziu a dinâmica de poder na qual as pessoas trans representam um corpo precário que carece de ação normalizadora, sendo expostos a uma estrutura contendo a violência como elemento funcional (QUINALHA, 2022) de apagamento. No regime de saber e poder da cisheternormatividade, tais rostos, corpos e práticas não são considerados verdadeiros (PRECIADO, 2022). Nesse contexto, a invisibilidade e a violência direcionadas às pessoas trans são desafiadoras e complexas. Esse entendimento é crucial para que o Direito possa promover a inclusão e proteção dessas mulheres.

4 A precarização nos direitos fundamentais das transidentidades

A institucionalização do discurso normalizante no campo da sexualidade, fortalecido pelo cientificismo do saber médico, perpetua a degradação na dignidade de corpos transgenerificados. As repercussões dessa precarização comprovam-se na existência de obstáculos impeditivos a uma efetiva autonomia política desses indivíduos na arena social que, nos estudos de Feito (2007), seriam os chamados espaços de vulnerabilidade. É necessário para descortinar tais estruturas uma vistoria em torno da formação da precariedade de direitos que atravessa esses corpos no meio político provocando impedimento à capacidade de intervenção.

Apesar de ser um fundamento da República Federativa do Brasil, como posto na Carta Política, carece ser materializada a cidadania em condição plena para população em situação de vulnerabilidade social, que produz, legitima e perpetua violências. Nesta via, mostra-se latente a redescoberta de uma democracia cidadã em vista da realidade de países periféricos, tal condição realça como imprescindível operacionalizar a ordem democrática de modo a conquistar o desenvolvimento dos Estados comprometidos com a inclusão de todos os atores sociais, como



portadores de deficiência, mulheres, negros e indígenas (ALARCON, 2012).

A superação da democracia meramente formal perpassa por rejeitar o usufruto irrestrito da premissa majoritária enquanto conceito de soberania a ser respeitada e em sinônimo de garantir o que é justo (DWORKIN, 2019). Em uma perspectiva substancial, o paradigma do Estado Constitucional de Direito, presente em nossa Constituição de 1988, considera que a suposta onipotência da concepção majoritária tem que ser limitada pela efetivação de direitos fundamentais, que compõem a esfera do indecível, posto que nenhuma maioria política regeria a disposição das liberdades e desses direitos fundamentais (FERRAJOLI, 2004).

Captando o panorama fático, encontram-se insatisfeitas as condições para o exercício da ação política àqueles em situação de precariedade de direitos humanos fundamentais. A manutenção da defesa de valores neutros e imparciais em uma realidade de vantagens estruturais tem como efeito, na verdade, auxiliar no aprofundamento das exclusões nesses grupos (BIROLI, 2016). A persistência de privilégios sistemáticos reflete no meio tradicional político resulta em uma tutela inadequada para o tratamento dos direitos de minorias e grupos vulneráveis (LIMA, 2019) nas esferas do Estado.

No contexto brasileiro legislativo, atentando-se ao objeto deste trabalho, pautas para vulneráveis como a criminalização da homotransfobia tramitam há anos sem apreciação pelo Congresso em razão do custo político, por confrontar interesses de grupos de pressão poderosos. Tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal, o número de parlamentares integrantes da bancada “boi, bala e bíblia” tem avançado e, em virtude de serem atores de uma representatividade política para conservadores ruralistas e evangélicos, historicamente, intentam ao dificultar o processamento de matérias pertinentes aos direitos de minorias.

Em razão disso, mesmo com a eleição de representantes da população LGBTQIA+, com a eleição, em 2022, das primeiras deputadas transexuais, ainda surgem, neste espaço político, propostas retrógradadas, para além dos confrontos com congressistas usando da imunidade como subterfúgio para declarações preconceituosas. Cabe citar, por exemplo, o PL 2372/2023, que busca não considerar crime o ato transfóbico, de “tratar alguém pela classificação biológica natural” (BRASIL, 2023,



online), comprovando como persiste incrustado, em nossa contemporaneidade, o discurso estigmatizante promovido pelo saber médico no dispositivo da sexualidade.

Existem, ainda na Câmara dos Deputados, produções legislativas como o PL 269/2023 propondo trazer limitações e proibições para impedir o processo de transição de gênero em crianças e adolescentes ou o PL 3396/2020, PL 2523/2023 e PL 2200/2019 que tratam sobre a proibição de mulheres transexuais competirem com mulheres cisgênero em atividades esportivas. Depreende-se de tal pesquisa superficial a existência de uma ofensiva conservadora na casa legislativa em prol de um retrocesso na garantia de direitos fundamentais para pessoas transexuais, em discursos baseados na epistemologia da diferença sexual.

Na realidade do Poder Executivo, o risco da implementação de agendas governistas retrógradas, em sua transitoriedade, acarreta fragilidade na realização de programas para corpos transgenerificados. No âmbito federal, em 2019, houve a extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT, tendo sido recriado apenas em 2023, persistindo retaliações da casa legislativa, a exemplo do PDL 136/2023. O perigo ao retrocesso na conquista de direitos confirma-se na análise do orçamento, tendo em vista que em consulta ao Portal da Transparência, por exemplo, em 2022, não houve qualquer despesa para a população LGBTQIA+ (BRASIL, 2022).

A omissão no oferecimento de políticas públicas para corpos transgenerificados acentua-se em razão da invisibilidade da população LGBTQIA+ perante os sistemas públicos de dados. Como exemplo, no censo demográfico do IBGE, em 2022, deixou-se de produzir qualquer pesquisa sobre orientação sexual ou identidade de gênero. Na medida em que o Estado deixa de produzir tais estatísticas, não sendo possível mapear a problemática, há um ampliamto na invisibilização do contexto de violência que perpassa essa população (COSTA; PASSOS; PASSOS; COSTA, 2023). Não sendo possível dimensionar a necessidade de ações estatais e, assim, esses corpos acabam por estar situados em um limbo ou penumbra para o poder público.

Em aprofundamento, na ocorrência de vítimas de episódios de transfobia, o corpo social ignora tem ignorado essa violação de direitos sobretudo pela insensibilidade própria dignidade desses indivíduos já tem sido negada (BUTLER, 2022). Recusa-se o luto e a comoção porque naquele corpo inexistia uma vida política que, em concepção desenvolvida



na obra *Homo Sacer*, seria configurada como uma vida nua, aquela posicionada em uma zona de indeterminação (AGAMBEN, 2007).

Retomando o instituto da sacralização produzida no Direito Romano arcaico, a modernidade centralizou a figura da vida nua (*zoé*) como paradigma oculto, tendo em vista a produção de corpos desqualificados da política, por estarem destituídos de cidadania. Na medida em que a *zoé* ingressa na *pólis*, há uma inclusão para a exclusão, posto que, desempossado de direitos não passa de uma “uma vida exposta à morte” (AGAMBEN, 2007, p. 98) ou uma mera existência física. Em termos aristotélicos, a vida nua remete ao impedimento de sua potencialidade, posto que poderia ter sido, mas não foi.

A visualização da vida nua enquanto limiar, dentro da realidade das pessoas trans, coaduna-se com os estudos de Preciado (2022). Quando desafia a normatividade imposta pelo regime de diferença sexual, o indivíduo passa a integrar um *locus* de subalternidade e violência. Considerando o corpo como um arquivo político vivo, em sua vivência, autor enxerga a existência de um processo de descolonização do corpo trans, rompendo com a epistemologia da diferença sexual, que se situa em uma condição de fronteira que “os constitui e o atravessa, os destitui e o derruba” (PRECIADO, 2022, p. 37).

Tal condição tem provocado uma limitação na ação discursiva, ou de ser capaz de produzir opinião e vontade (HABERMAS, 1997), desses corpos, no campo político, compromete o exercício de sua autonomia. As instituições postas, desse modo, corroboram com a manutenção das precariedades nas camadas sociais e, outrossim, provocam um alargamento dos espaços de vulnerabilidades (SPOSATO, 2021a *apud* FEITO, 2007). Em nome dos direitos fundamentais como limitador da premissa majoritária, o caminho para a mitigação da vulnerabilidade social de corpos transgenerificados perpassa por promover curtos-circuitos (VIEIRA, 2007) no sistema político.

A defesa e consideração das demandas de grupos vulneráveis carece de uma independência, não sendo uma exclusividade dos espaços democráticos representativos, tendo em vista que nestes sempre saem derrotados (SARMENTO, 2020), evidenciando a importância da jurisdição constitucional. Tem ocorrido uma evolução no desenho institucional do Supremo Tribunal Federal em caminho ao reconhecimento da autodeterminação do indivíduo quanto a sua orientação sexual e sua identidade de gênero (SILVA, 2023).



No *leading case* da ADO 26/DF, a Suprema Corte criminaliza a homotransfobia considerando ser uma hipótese de racismo social, fundando tal compreensão em julgados anteriores sobre as dimensões do racismo. Em relação à população trans, o julgamento com marco relevante procedeu-se na ADI 4.275/DF, que garantiu a mudança dos campos “sexo” e “prenome” no registro civil, merecendo destacar que, mesmo com divergências, descartou a exigência de cirurgia de transgenitalização.

Mesmo detectando uma progressão em direitos conquistados no campo da cidadania sexual, persistem resistências no campo político provocadas por agentes que defendem a reprodução do discurso normalizante da sexualidade, com o intuito de impedir a autonomia e a intervenção desses indivíduos enquanto agentes políticos. Ao constatar a existência de espaços de vulnerabilidade, que agudizam a possibilidade até mesmo da morte (SPOSATO, 2021b) identifica-se, portanto, a responsabilidade das instituições estatais em torno da condição de pessoas trans. Por fim, descortina-se uma realidade em que a suscetibilidade da violência provém de uma precariedade dos direitos fundamentais desses corpos.

5 A violência contra corpos trans no Brasil

Após compreender os aspectos teóricos da vulnerabilidade, passou-se pelas suas origens discursivas na sexualidade e sua manifestação em estruturas políticas e jurídicas estigmatizantes. Este itinerário permitiu visualizar a existência de espaços de ausência de responsabilização, em razão da invisibilidade desses indivíduos. Como visto, há uma dificuldade na obtenção de dados sobre a situação dessa parcela da população, agravando a problemática em torno da negligência estatal, visto que oportunizaria a profusão de políticas públicas na atuação em prol da cidadania de minorias sexuais.

Nesta situação, o Estado produz a situação de vida nua, em sua zona de indeterminação (AGAMBEN, 2007), para esses corpos. A existência somente de dados extraoficiais, reunidos por organizações do seio social, permite visualizar como esses corpos estão excluídos da garantia e efetivação dos seus direitos, mas incluídos enquanto corpos inlutáveis passíveis de uma violência normatizadora. No campo da segurança pública, ocorre o cadastro indevido de casos de violência por transfobia e homofobia, com homicídio ou violência de gênero, como sendo situações genéricas de lesão corporal ou demais tipos penais (BENEVIDES, 2023).



A situação de subnotificação torna-se explícita nos casos de LGBTQIA+fobia permitindo identificar que o absurdo de números existentes deve ser ainda maior e profundo, tendo sido identificado a existência, em casos póstumos, até mesmo em situações nas quais sequer houve um respeito à dignidade do direito à autodeterminação do indivíduo pela família. Dentro das mortes da população LGBTQIA+, a vulnerabilidade agravada pode ser constatada na medida que corpos transgenerificados correspondem a cerca de 61% das vítimas (ACONTECE; ANTRA; ABGLT, 2023).

Adotando a interseccionalidade como ferramenta analítica, compreendendo que a visualização da sobreposição das relações de poder oportuniza expor particularidades mascaradas (COLLINS; BILGE, 2021), cabem ser observados as variações de dados tendo em vista marcadores sociais. Observando o fator racial, há uma discrepância considerável entre o número de pessoas trans negras (79,8%) e o número de pessoas trans brancas (20%), a partir dos dados obtidos (BENEVIDES, 2023), indicando uma situação de vulnerabilidade agravada para a população racializada.

Quando ressaltamos o marcador da idade, em 90% das mortes a vítima possuía entre 15 e 39 anos de vida (BENEVIDES, 2023). Tal dado merece destaque em vista de evidenciar como a expectativa de vida de pessoas trans é reduzida, cerca de metade da população em geral. Além disso, mesmo com a insuficiência de dados complementares como idade na maioria dos casos, a incidência relevante de vítimas crianças e adolescentes destaca a condição de ciclo de violência nas primeiras instituições, como a família e escola, impedindo a expressão da identidade desses indivíduos.

Prosseguindo com a análise de dados, quando observado o local de morte pode ser identificada uma distinção dentro da própria população LGBTQIAP+. Enquanto gays são mais vítimas em espaço privado, travestis e mulheres transsexuais morrem mais em locais públicos. Nessa perspectiva, ressalta-se que a violência que tem as que são profissionais do sexo, sobretudo por estarem em um local com maior suscetibilidade a violência urbana, bem como por enfrentarem os preconceitos dessa profissão (BENEVIDES, 2022).

Por fim, como ponto fulcral, merece ser observada as causas mortis envolvendo casos de pessoas trans: há uma preferência pela utilização de meios cruéis e de tortura permitindo concluir que a maior parcela dos



casos se configura como crimes de ódio. No que tange a população em geral, 70% das mortes violentas são provocadas por armas de fogo (IPEA-FBSP, 2021). Quando passamos a analisar os corpos trans, o dado é de 35,2%. Tal diferenciação ocorre pela prevalência na utilização de métodos combinados e com requintes de crueldade. Esta realidade é reforçada considerando a estatística de que cerca de 65% dos casos (BENEVIDES, 2023) que vitimizam pessoas trans ocorreram com excesso de violência.

Em suma, a exposição de dados permitindo visualizar as especificidades dos métodos e *causas mortis* denota a vulnerabilidade agravada da população trans no Brasil e o ódio que permeia e deteriora esse corpo. Como visto, a postura de omissão estatal negligenciando tratar sobre a violência contra esses corpos, em sua maioria em casos com a utilização de meios cruéis, aprofunda tal vulnerabilidade. A dimensão pública violenta, oriunda do discurso normalizante, contra corpos transgenerificados impedem a autonomia política e, mais além, violam a dignidade desses indivíduos enquanto humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indivíduos enquadrados nas minorias sexuais sobrevivem, no Brasil, país que tem liderado indicadores globais de mortes de pessoas LGBTQIA+, resistindo em uma realidade de violência e de precarização de sua dignidade, especificamente para o exercício da autodeterminação e autonomia política. Tal conjuntura remonta suas origens nas estruturas cisheteronormativas que, como visto, tem sua gênese nas imposições europeias coloniais. Há, portanto, uma luta cotidiana na tentativa de romper com esse discurso, de modo a efetivar o direito à autodeterminação no que tange a orientação sexual e a identidade de gênero.

Mesmo com algumas conquistas, dentro do espectro amplo de manifestações humanas no campo da sexualidade, discussões específicas em torno da necessidade de evolução nos direitos das pessoas trans enfrentam ondas conservadoras no campo político. Neste diapasão, este artigo teve por objetivo, partindo da constatação do discurso normalizante da sexualidade, extraída de uma epistemologia da diferença sexual, como nomeou Preciado (2022), evidenciar uma conjuntura de estigmatização e vulnerabilidade das trans-identidades no Brasil.

Primordialmente, partiu-se do desenvolvimento de estudos realizados por teóricos da vulnerabilidade. Com isso, foi identificado este conceito em sua multidimensionalidade, considerando seu aspecto



ontológico, na qual se apresenta comum a qualquer ser humano e, de outro modo, em seu aspecto social, em que a vulnerabilidade é diferenciada. Partir dessas perspectivas elucida que a suscetibilidade à violência e a um dano maior ao humano, que é a morte, atinge de forma diferente os corpos, de acordo com os estigmas e preconceitos produzidos socialmente.

Na medida que os processos de subjetivação constantemente atravessam os indivíduos, constatando a existência de uma dimensão pública dos seus corpos, passam a ser objetos do dispositivo da sexualidade, enquanto manifestação de poder disciplinar e controlador nas relações. Utilizando Lugones (2020), Foucault (2021) e Butler (2022) examinamos a construção dos discursos produtores da estrutura que formulou a epistemologia diferença sexual sustentando estigmas e preconceitos que atravessam os corpos que desafiam as fronteiras normativas de orientação sexual e identidade de gênero.

Por conseguinte, a existência de espaços de vulnerabilidade, conceito oriundo de Feito (2008), reforça a necessidade da promoção de uma autonomia política dos corpos transgenerificados. Entretanto, a ausência de tutela estatal no oferecimento de ferramentas com foco na redução da condição suscetível à violência desses indivíduos perpetua a dificuldade em garantir uma cidadania efetiva. Como resultado, em meio a avanços no Poder Judiciário, o risco de retrocesso, por ação de atores políticos conservadores no Poder Legislativo e Executivo, ressalta na necessidade de garantir maior segurança jurídica aos direitos LGBTQIA+.

A realidade elucida como a omissão intencional na perspectiva cidadã das pessoas trans aproximam-se do que propõem concepções políticas contemporâneas de precariedade em Butler (2022) e vida nua em Agamben (2007). A partir disso, a invisibilidade do grupo vulnerável em estatísticas impede a formulação de políticas públicas, sendo relevante o suporte aos números produzidos em organizações sociais na medida que possibilita enxergarmos com maior clareza o contexto de vulnerabilidade existente.

A vulnerabilidade de corpos transgenerificados relatada trouxe luz à omissão estatal no enfrentamento da violência que esses indivíduos passam, bem como a existência de estruturas impedindo sua autonomia política. Sob esta visão, a violência tem sido instrumento no controle da existência desses corpos. Em conclusão, constatar que o cerne da problemática reside na estrutura discursiva e histórica de uma



epistemologia da diferença sexual possibilita atribuir as devidas responsabilidades às instituições público-estatais na relevância da superação e mitigação desta vulnerabilidade específica.

Referências:

ACONTECE; ANTRA; ABGLT. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022**. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.

ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora. Constitucionalismo e internacionalismo nos marcos da regeneração democrática: estratégias jurídicas para efetividade do direito à verdade, à memória e à reparação. **Revista Argumenta**, n. 16, p. 173-194, 2012.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília: Distrito Drag, 2023.

BIROLI, Flávia. **Redefinições do público e do privado no debate feminista: identidades, desigualdades e democracia**. In: MIGUEL, Luis Felipe (Org.). **Desigualdades e Democracia: o debate da teoria política**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 2372/2023**. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2360333>>. Acesso em: 20 mai. 2023. 2023.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Portal da Transparência**. Disponível em: <https://www.portaldatransparencia.gov.br/>. Acesso em: 18 out. 2022. 2022.



BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York-London: Routledge, 2004.

BUTLER, Judith. **Vidas precárias**: os poderes do luto e da violência. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

COLE, Alyson. All of us are vulnerable, but some are more vulnerable than others: The political ambiguity of vulnerability studies, an ambivalent critique. **Critical Horizons**, v. 17, n. 2, p. 260-277, 2016.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

COSTA, Ana Paula Motta. **Vulnerabilidades e a proteção da criança e do adolescente no Brasil contemporâneo**. In: SPOSATO, Karyna Batista (Org.). **Vulnerabilidade e Direito**. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2021.

COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura; PASSOS, Gladston Oliveira dos; PASSOS, Elayne; COSTA, Luisa Maria Ramos. **Análisis de la producción académica brasileña de postgrado en torno al turismo LGBTQIA+ (2012 a 2022)**. In: Del-Rio, José Maria Valcuende; COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura (Org.). **Destinos turísticos LGBT+: identidad, globalización y mercado**. 1ed. Tenerife: PASOS, RTPC /, 2023, v. 1, p. 227-241.

DWORKIN, Ronald. **O direito da liberdade**: a leitura moral da Constituição norteamericana. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

FEITO, Lydia. Vulnerabilidad. In: **Anales del sistema sanitario de Navarra**. Gobierno de Navarra. Departamento de Salud, p. 07-22, 2007.

FERRAJOLI, Luigi. **Derechos y garantías, la ley del más débil**. Madrid: Ed. Trotta, 2004.



FINEMAN, Martha Albertson. The vulnerable subject and the responsive state. **EmoRy LJ**, v. 60, p. 251, 2010.

FINEMAN, Martha Albertson. Universality, vulnerability, and collective responsibility. In: **Universality, Vulnerability, and Collective Responsibility” for Les ateliers de l’éthique/The Ethics Forum**. Special Issue: “After Covid”: ethical, political, economic and social issues in a post-pandemic world, p. 21-13, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: 1. A vontade do saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Alburquerque e J. A. Guilho Albuquerque. 13º ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a sexualidade**: cursos e trabalhos de Michel Foucault antes do College de France. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, v. 1.

IPEA-FBSP. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência**. 2021.

LEÃO, Anabela Costa. O Estado perante a vulnerabilidade (State and vulnerability). **Oñati Socio-Legal Series**, v. 12, n. 1, p. 86-107, 2022.

LIMA, Isan Almeida. **Democracia e judicialização**: direitos de minorias e grupos estigmatizados no Supremo Tribunal Federal. Salvador: Editora Mente Aberta, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-175-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 abr. 2023.



LUGONES, Maria. **Colonialidade e gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar: 2020.

MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. **O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MIRANDA, Marcelo; ALENCAR, Rosane. Do Essencialismo Ao Desconstrutivismo: Um Breve Balanço Das Pesquisas Brasileiras Sobre Homossexualidade E Suas Interseções Com As Categorias De Corpo E Gênero. **Estudos de Sociologia** (UFPE), Recife, v. 1, n. 22, p. 183-222. 2016.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: Uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ROCHA, Cássio Bruno Araujo. Identidades narrativas e performatividade de gênero: cruzamentos conceituais possíveis após a morte do sujeito. **Revista Gênero**, v. 19, p. 025-044, 2018.

SANTOS, Hermano de Oliveira. **Os vulneráveis e a vulnerabilidade – de diferentes a desiguais**. In: SPOSATO, Karyna Batista (Org.). Vulnerabilidade e Direito. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2021.

SANTOS, Rafael França Gonçalves dos; SILVA, Natanael de Freitas. “Criança viada, travesti da lambada”. **albuquerque: revista de história**, v. 13, n. 26, p. 97-118, 2021.

SILVA, Matheus de Souza. **Democracia e direitos de minorias e grupos vulneráveis**: julgamentos de desacordos morais em direitos da população LGBTQIA+ pelo Supremo Tribunal Federal. 2022. 132 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Estadual da Bahia, Paulo Afonso, BA, 2023.

SILVA, Natanael de Freitas. **“IDEOLOGIA DE GÊNERO” E PÂNICO MORAL: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES À PRÁTICA DOCENTE**. In: RIBEIRO, Silene Orlando (Org.). Ensino de história: contribuições e



reflexões na pesquisa histórica para os desafios da docência na educação básica. Maringá: Uniedusul, 2022.

SOUZA, Luanna Tomaz; ALMEIDA, Davi Haydeé. **“Ele Não Morreu Por Ser Homossexual, Travesti; Ele Morreu Porque Ele Era Vagabundo”**: A Motivação nos Assassinatos de Travestis em Belém-PA. *Direito Público*, v. 18, n. 98, 2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5237>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SPOSATO, Karyna Batista. **Vulnerabilidade e Direito**: por uma democracia constitucional do cuidado. In: SPOSATO, Karyna Batista (Org.). *Vulnerabilidade e Direito*. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2021a.

SPOSATO, Karyna Batista. **Vulnerabilidade juvenil e letalidade na Grande Aracaju/Sergipe**. In: SPOSATO, Karyna Batista (Org.). *Vulnerabilidade e Direito*. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2021b.

VILHENA, Oscar. A Desigualdade e a Subversão do Estado de Direito. **SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo: Conectas. Ano, v. 6, p. 29-52, 2007.



Transidentities and the epistemology of sexual difference - Signs and spaces of socio-legal vulnerability

This article discusses how the normalizing discourse of sexuality, as a device of power, stigmatizes trans-identities in Brazil, which leads global rates of violence due to transphobia. This condition is established from the existence of spaces of vulnerability, as conceptualized by Feito (2007), within social structures, in terms of how these individuals have been hampered from their legal-political autonomy and their own existence, since the data confirm the susceptibility to the violence. Through a bibliographic deductive methodology, the course of the work starts from the theories developed in the field of vulnerability, considering its ontological dimension, extracting perspectives from Fineman (2021), as well as its social dimension. Thus, this work identified how the epistemology of sexual difference, according to Preciado (2022), produced in such bodies, a condition of bare life, according to Agamben (2007), or of precariousness, in Butler (2022). By exposing the intentional condition of omission by public-state institutions in the face of the existence of trans people, the need to mitigate existing spaces of vulnerability is revealed, in order to strengthen the capacity for political action and the exercise of their right to self-determination. trans, with the aim of enabling a condition of full dignity and effective citizenship in the political field.

KEYWORDS: Vulnerability. trans people. LGBTQIAPN+ rights.

Matheus de Souza SILVA

Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestrando em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe (PRODIR/UFS). Bacharel em Direito pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB)

Lídia Nascimento Gusmão de ABREU

Mestranda em Direito na linha de pesquisa Direitos Humanos em Vulneráveis pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe (PRODIR/UFS). Pós-graduanda em Direito Tributário pela LEGALE. Pós-graduada em Direito Processual pela PUC - MG. Bacharela em Direito pela Universidades Tiradentes (UNIT)

Karyna Batista SPOSATO



Matheus de Souza Silva, Universidade Federal de Sergipe
Lídia Nascimento Gusmão de Abreu, Universidade Federal de Sergipe
Karyna Batista Sposato, Universidade Federal de Sergipe

Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2. Professora Adjunta do Departamento de Direito da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente é coordenadora dos Observatórios Sociais da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), onde também se graduou. Atualmente é professora permanente e vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito (PRODIR) da Universidade Federal de Sergipe.

Recebido em: XX/XX/XXXX

Aprovado em: XX/XX/XXXX



DOSSIÊ

**“O sexo é impenetrável”**

Um breve ensaio de leitura
(in)disciplinada

Wagner de Avila Quevedo, *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, IFRJ.*

Resumo. Partindo de uma observação instigante de José Miguel Wisnik sobre a carta em que Mário de Andrade fala de sua homossexualidade a Manuel Bandeira, o texto pretende discutir algumas estratégias discursivas de elaboração e enunciação da sexualidade em regimes de rechaço da dissidência. O caso suscita a hipótese de um desejo de poder que opera pela extirpação do dado incontornável da sexualidade para pessoas *queer* que articulam seus projetos em função de uma autoria, sobretudo quando a posterior narrativa histórico-filosófico-literária visa ao enquadramento dessa autoria num cânone. A revelação tardia da carta jogou luz sobre um ambiente em que o rechaço aparece como justificativa de um desejo de sigilo, com a presunção de salvaguarda jurídica da memória e da história. O caso pode ser pensado como um progressivo e eloquente apagamento das marcas localizadas de sujeito de um cânone no estabelecimento do que deixa como legado. Se “o sexo é impenetrável”, na expressão de Wisnik, isso também diz da opacidade daquilo que é capturado na interpretação de obras articuladas por sujeitos dissidentes investidos na função de autor. Ao final, descobre-se a bem-sucedida estratégia poética de Mário de Andrade, que manipula o silêncio para dizer de si o que é interdito pelo discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade. Autoria. Mário de Andrade.



*Então, disciplinadamente, como se tivesse um relógio
preso à pata, voltava ao posto de espera.*

Lygia Fagundes Telles, *A disciplina do amor*.

Introdução

Partindo de uma observação instigante de José Miguel Wisnik sobre a carta em que Mário de Andrade fala de sua homossexualidade a Manuel Bandeira, o texto pretende discutir algumas estratégias discursivas de elaboração e enunciação da sexualidade em regimes de rechaço da dissidência. O caso suscita a hipótese de um desejo de poder que opera pela extirpação do dado incontornável da sexualidade para pessoas *queer* que articulam seus projetos em função de uma autoria, sobretudo quando a posterior narrativa histórico-filosófico-literária visa ao enquadramento dessa autoria num cânone. A revelação tardia da carta jogou luz sobre um ambiente em que o rechaço aparece como justificativa de um desejo de sigilo, com a presunção de salvaguarda jurídica da memória e da história. O caso pode ser pensado como um progressivo e eloquente apagamento das marcas localizadas de sujeito de um cânone no estabelecimento do que deixa como legado. Se “o sexo é impenetrável”, na expressão de Wisnik, isso também diz da opacidade daquilo que é capturado na interpretação de obras articuladas por sujeitos dissidentes investidos na função de autoria. Ao final, descobre-se a bem-sucedida estratégia poética de Mário de Andrade, que manipula o silêncio para dizer de si o que é interditado pelo discurso.

Sobre sigilos e sequestros

Em junho de 2015, a *Controladoria Geral da União* acatou pedido do biógrafo Marcelo Bortoloti para que a *Fundação Casa de Rui Barbosa* disponibilizasse a íntegra de uma carta de Mário de Andrade a Manuel Bandeira, datada de 07 de abril de 1928 (BOECKEL, 2015; BORTOLOTI, 2015). Publicado em 1966, o documento sofreu cortes em sua edição (cf. MORAES, 2000, p. 385-387) e ficou lacrado por 35 anos nos arquivos da *Fundação* (BORTOLOTI, 2015). Nas partes não publicadas, Mário discorre sobre sua “falada” sexualidade:

Está claro que eu nunca falei a você sobre o que se fala de mim e não desminto. Mas em que podia ajuntar em grandeza ou melhoria para nós ambos, para você, ou para mim, comentarmos e eu elucidar você sobre



a minha tão falada (pelos outros) homossexualidade? (apud BORTOLOTI, 2015).

A matéria do G1 justapôs à revelação algumas “divergências com Oswald de Andrade” (BOECKEL, 2015), e enfatizou a recalcitrância ao assunto tanto da parte de Mário, quanto da família e da *Fundação*, presidida à época por Lia Calabre, que assim interpretou o teor da carta: “é um questionamento atual da invasão de privacidade e da necessidade de se justificar a cada passo que se dá” (BOECKEL, 2015). Ao citar o trecho liberado, a reportagem omite a primeira frase em que Mário afirma que não desmente sua ‘fama’, e inicia pelo questionamento da utilidade do assunto (“Mas em que podia juntar...”). A omissão do “não desminto” turva o sentido de uma revelação, e atesta um enquadramento editorial ambíguo que prefere dizer que Mário “cita ‘tão falada homossexualidade’ em carta proibida” (BOECKEL, 2015), como se fosse chocante ouvir de Mário: “não desminto minha homossexualidade”, ao mesmo tempo que a ideia de proibição medeia um erotismo pecaminoso. A frase completa é reproduzida por Bortoloti, na Revista *Época* (BORTOLOTI, 2015).

De fato, Mário de Andrade protesta contra a exploração de sua vida privada: “em toda vida tem duas vidas, a social e a particular, na particular isso só interessa a mim e na social você não conseguia evitar a socialização absolutamente desprezível duma verdade inicial” (apud BORTOLOTI, 2015). Diante dos “socializadores” de sua vida particular, Mário porta-se com discrição: “sou incapaz de convidar um companheiro daqui a sair sozinho comigo na rua, e se saio com alguém é porque esse alguém me convida, se toco no assunto é porque se poderia tirar dele um argumento para explicar minhas amizades platônicas, só minhas” (apud BORTOLOTI, 2015). Por outro lado, a revelação discreta da sexualidade ao amigo não é motivada por recalque: “me deixe afirmar que não tenho nenhum sequestro não. Os sequestros nuns casos como este onde o físico que é burro e nunca se esconde entra em linha de conta como argumento decisivo, os sequestros são impossíveis” (apud BORTOLOTI, 2015). “Sequestro” é a tradução que Mário faz da palavra *refoulement* (repressão ou recalque), retirada de uma tradução francesa dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de Sigmund Freud (SINGER, 2000). O “físico burro” de Mário é possivelmente o signo evidente que impede o recalque, e ele sabe precisamente do que trata ao formular com uma clareza e “sinceridade absoluta” (apud BORTOLOTI, 2015), a Manuel Bandeira, que o incontornável de sua posição só encontra contornos na separação entre vida pública e privada.



O argumento dessa separação, necessária à sobrevivência de um autor *queer* no Brasil dos anos 1920, encontra sobrevida anacrônica até aquele ano de 2015, de modo que a pergunta a respeito do autor e da pessoa parece ser a questão: que Mário? Como se o fato da sexualidade pudesse dizer “do” Mário (este sujeito privado evocado pelo prenome numa aproximação coloquialmente íntima), mas não “de” Mário de Andrade (este sujeito público associado à função de autoria); uma sexualidade que, por não interessar, nada diz do autor, embora dela muito se falasse e sem que o Mário a desmentisse. Na contramão do argumento, Silviano Santiago pontuava:

A carta era um documento praticamente mítico. Não há novidade, porque a questão era sabida, meio consensual, mas sua não-revelação atrapalhava a compreensão da obra de Mário de Andrade e de sua figura intelectual. Agora há um extenso trabalho pela frente, que é tratar daquela que eu julgo ser a grande questão libertária do novo milênio: a sexualidade. A grande questão a ser estudada hoje, em Mário, é essa. (...) Acho que houve uma conspiração do pudor em não revelar a íntegra da carta porque se trata de um tema tabu. Se não, essa carta não teria sido proibida, não haveria tanta curiosidade em torno dela e agora, revelada, não estaria fazendo tanto barulho (RITTO; KUSUMOTO; CARNEIRO, 2015).

No ano da publicação desta ‘revelação’, Mário de Andrade foi o homenageado da *Festa Literária de Paraty* (FLIP). Na conferência de encerramento, José Miguel Wisnik analisou a carta “sequestrada” (MEIRELES, 2015). Para Wisnik, a carta é “um comentário sobre a vida sexual em tempos de miséria, nos quais a pessoa não pode ser nada senão o que já foi formatado” (MEIRELES, 2015). Ele considera que “o segredo do mulato é mais importante do que o segredo do gay. E ele está ligado a duas figuras centrais da cultura brasileira, Mário de Andrade e Machado de Assis” (MEIRELES, 2015). O *pendant* da importância parece estar, portanto, no fortalecimento das relações do cânone por meio da inclusão da racialidade. Para situar a distinção que Wisnik faz entre os “segredos”, cabe lembrar que, à época (2015), apesar de um forte debate das intersecções entre raça e gênero desde os anos 1970 no Brasil, o silenciamento de uma academia branca e cis-temática não concebia a hipótese de uma análise interseccional, que agora acolhe como moeda miúda a ponto de, às vezes, não saber exatamente do que se trata. Isso também transparece nas categorias mobilizadas por Wisnik: o “mulato” e o “gay”. É inegável que a negritude de Machado e de Mário seja um marcador crucial, sobre o qual a ideologia da branquitude sempre



silenciou; em perspectiva interseccional, porém, isso paradoxalmente torna mais importante a sexualidade de Mário, sobre a qual, embora falada, repousa o que Jonathan Silin, Eve Sedgwick e Shoshana Felman definem como “nossa paixão pela ignorância: o desejo paradoxal de não saber aquilo que já sabemos, o trabalho apaixonado da negação e da denegação” (BRITZMAN, 2019, p. 115). Assim prossegue Wisnik:

O que Mário está dizendo é que, se isso é assumido publicamente, naquele momento não pode virar nada além de fofoca. Porque, na verdade, a vida sexual é um enigma. Em algum lugar, Lacan diz que ninguém sabe a vida sexual de ninguém, o resto é fofoca. O sexo é esse impenetrável, esse irreduzível (MEIRELES, 2015).

Por outro lado, Wisnik associa de modo instigante a impenetrabilidade do sexo ao “físico burro” que “não se esconde”:

Ele [Mário] está dizendo: o meu corpo diz a minha pansexualidade irreduzível. O meu corpo diz a minha sexualidade monstruosa. E sobre isto eu nada poderia fazer, mesmo que equacione todos os aspectos, de modo a lidar com isso. Essa carta revela o inesperado, porque não revela episódios e anedotas, mas o essencial (MEIRELES, 2015).

O inesperado essencial no lugar de anedotas é precisamente a articulação desse impenetrável na linguagem, pois, se raça e gênero em geral são bem evidentes, a sexualidade é questionavelmente “atribuída” a partir de performance corporal e de “fofocas” – ou então precisa ser enunciada. Se Mário *confessa* ao delicado amigo Manuel, ele *enuncia* aquilo que dele se depreendeu socialmente, e que sabemos por meio da brutalidade misógina, racista e homofóbica de Oswald de Andrade, que insultou Mário ao chamá-lo de “Miss Macunaíma”, “Oscar Wilde pelas costas” e “boneca de piche” (VERGARA, 2015, p.99, p. 101, p. 109); sobre isso, a matéria do G1 a respeito das “divergências com Oswald de Andrade” nada comenta (BOECKEL, 2015). Mas o esperado da carta no registro da fofoca talvez fosse, como apontou Wisnik, a revelação de quem seria o “amor homoerótico tão bem expresso” no poema *O Girassol da Madrugada* (MEIRELES, 2015). Sem negligenciar a negritude de Mário, embora não se trate de saber quem é R.G. a quem o poema é dedicado, talvez a articulação da dedicatória com a carta e o teor de verdade do poema exijam colocar em primeiro plano a sexualidade como aquilo que se abre como questão em Mário de Andrade.

Antes de perseguir com “curiosidade” a deixa de Wisnik, gostaria de situar mais um emaranhado produzido pela cobertura jornalística da abertura da carta. No campo de uma apreciação produtiva da sexualidade



de Mário, além de Silviano Santiago, ninguém menos que João Silvério Trevisan considerou sua homossexualidade um “aspecto importante que certamente pode despejar luz sobre seu legado” (RITTO; KUSUMOTO; CARNEIRO, 2015). Para Trevisan, o tipo de tratamento dado ao assunto, numa espécie de “conspiração do silêncio sobre a homossexualidade”, é característico da intelectualidade brasileira que deseja calar sobre o que não lhe convém; declara inclusive ter relatos enfáticos sobre a suspeita da homossexualidade de Guimarães Rosa, posteriormente desautorizados (RITTO; KUSUMOTO; CARNEIRO, 2015). A afirmação de Trevisan nos ensina que a homossexualidade é um marcador que precisa ser relativizado ou mesmo extirpado na constituição do cânone, porque é pensado pelo prisma de uma masculinidade branca presunçosamente não localizada, que curiosamente não se deixa afetar. Já o biógrafo Eduardo Jardim analisa a questão de um ponto de vista do entrelaçamento vida-obra, como se a carta revelasse na personalidade de Mário antes uma “tensão entre o amor carnal, que é físico e sexual, e o amor sublime, espiritualizado, como o que ele demonstra ter pela amizade de Manuel Bandeira” (RITTO; KUSUMOTO; CARNEIRO, 2015). Para Jardim, essa tensão vincula vida e escrita, e a pansexualidade de Mário apontaria para uma bissexualidade; ele ainda remete ao contexto social mais opressor da época para explicar o cuidado contido de Mário ao lidar com a questão. Por fim, a já mencionada Lia Calabre manifestava o temor de que a decisão da CGU pudesse ter “um efeito negativo a longo prazo sobre futuros doadores.” Para ela, “deixar de expor um conteúdo a pedido do próprio dono não é censura. Estamos falando de documentos privados. A decisão de revelar ou não tem de ser da família” (RITTO; KUSUMOTO; CARNEIRO, 2015). Segundo Calabre, a falta de “segurança jurídica” sobre a questão precisaria ser discutida, pois a decisão poderia impedir a doação de documentos necessários à “preservação da memória do país” por parte de familiares que desejem expressamente sigilo. Caberia então perguntar como é possível preservar a memória no sigilo; pois a sexualidade do Mário também é a de Mário de Andrade, duas figuras cuja vida privada e feitos públicos estão entrelaçados. A sexualidade socialmente rechaçada (não por Mário, que não admitia “sequestros”) também é parte da memória do país, uma memória de silenciamento e apagamento sistemático da dissidência de pessoas *queer*. Tratar a questão no registro do desejo de sigilo é como encaixar uma chave velha na porta de um armário apodrecido pelo tempo. Mas é claro que talvez só possamos falar de Mário de Andrade, embora a confissão do Mário nos jogue alguma luz sobre o homoerotismo de sua literatura.



A conspiração do silêncio

Volto então à pista de Wisnik. Até onde posso ver em minha curiosidade *queer*, leiga e (in)disciplinada, o borramento das fronteiras entre sexualidade e análise literária é bem encaminhado na bela leitura de Leandro Pasini (2011), quatro anos antes da “revelação” da carta. Dentro do que Pasini articula como “amor realizado” (PASINI, 2011, pp. 141-161), o *Girassol da Madrugada* (ANDRADE, 2005, pp. 263-264) passa em revista, na parte V, seus quatro amores:

O primeiro era moça donzela
O segundo... eclipse, boi que fala, cataclisma,
O terceiro era a rica senhora,
O quarto és tu... (versos 44-47)

Enquanto os três primeiros são identificáveis na obra de Mário (*Losango cáqui*, *Poemas da Negra* e *Tempo de Maria*), o quarto é o destinatário de uma relação secreta trabalhada na rarefação das formas artísticas e no interior de uma “ambientação translúcida e realidades desmaterializadas” (PASINI, 2011, p.152). *Girassol da Madrugada* é composto por uma solidão suave, em tonalidades douradas:

De uma cantante alegria onde riem-se as alvas uiaras
Te olho como se deve olhar, contemplação,
E a lâmina que a luz tauxia de indolências
É toda esplendor de ti, riso escolhido no céu. (versos 1-4)

Assim. Que jamais um pudor te humanize. É feliz
Deixar que o meu olhar te conceda o que é teu,
Carne que é flor de girassol! sombra de anil!
Eu encontro em mim mesmo uma espécie de abril
Em que se espalha o teu sinal, suave, perpetuamente. (versos 5-9)

O poeta olha para o amor contemplado desde o alegre riso musical das uiaras (mães-d’água e também sereias), o amor-riso escolhido no céu que resplandece na lâmina incrustada, douradamente enfeitada (tauxiada) de indolências. Nesse olhar que concede o que é do amor-carne (flor de girassol), há um protesto contra o pudor humanizante que, supostamente, não deixaria o amor exposto ao olhar que encontra em si os sinais suaves e perpetuamente espalhados do objeto amado. Há todo um jogo de olhar,



de desnudamento luminoso que acontece na madrugada. Segundo Pasini, a recusa do pudor estaria na recusa da “invisibilidade dos amorosos diante da vida”, pois eles “não querem subtrair-se, mas elevar-se sobre a existência, em uma purificação de sentido ascensional” (PASINI, 2011, p. 152). O horizonte dessa elevação constituiria um ideal do poema, que almeja por uma ampliação do processo no tempo (“perpetuamente”, v.9), cuja dinâmica é de uma “série de espelhamentos e indiferenciações, de finas implicações poéticas e sexuais” (PASINI, 2011, p. 152). Para Pasini, residiria aí uma indistinção de gênero evidente, diríamos, numa relação eu-tu (eu-você) em que o objeto do amor não recebe um gênero a não ser pelas coisas que o representam: “riso” (v.4), “carne” (v.7), “flor” (v.7), “sombra” (v.7) etc.; embora o poeta seja um “eu mesmo” (v.8). Dessa indistinção resultaria uma realização amorosa dessexualizada que teria como ápice não o gozo do corpo, mas o “espelhamento das almas” (PASINI, 2011, p. 153):

porquanto o caminho foi longo,
Abrindo o nosso passo através dos espelhos maduros. (versos 12-13)

Há, nesse caminho, uma recusa dos “gestos traiçoeiros” (v.10) do amor como luta, em favor da paz de um caminho de rarefação – em que o corpo amado se desfaz e silencia:

Você não diz, porém o vosso corpo está delindo no ar, (verso 14)

A “sublimação incorpórea” (PASINI, 2011, p. 154) junto ao silêncio (“você não diz”) do corpo “delindo” (de *delir*, dissolver, desaparecer, extinguir-se) é a cena adequada ao olhar “como se deve” (v.2), sem que a palavra pese na caminhada para o belo desfazimento que conjuga a violência do ato e a leveza atenuada pelo som do gerúndio “de-lindo”. Apesar da ascensão leve, algo ainda pesa para o poeta que não abandonará “jamais de-noite as [tuas] carícias” (v. 29), que será assaltado com seu amor pelas “malícias da poeira / Em que o sol chapeará torvelins uniformes” (v.31-32). O que pesa à noite é a própria “Divindade” que

muito naturalmente virá.
Agressiva Ela virá sentar em nosso teto,
E seus monstruosos pés pesarão sobre nossas cabeças,
De-noite, sobre nossas cabeças inutilizadas pelo amor. (versos 35-38)



O amor supera o peso da “divindade” enquanto lei, severidade e punição, desfazendo-se nas carícias noturnas e inutilizando as cabeças (a racionalidade) em favor de um florescimento (PASINI, 2011, p. 154). Pasini ainda retoma a imagem das “alvas uíaras” (v.1), que na primeira versão eram “sereias”, para apontar os riscos da relação amorosa. Nesse sentido, como as uíaras seduzem os mortais pelo canto e os levam à morte, também a cena que abre o poema estaria atravessada pela ameaça de prisão do sujeito ao passado (PASINI, 2011, p. 155). A aproximação do passado como tempo de vida e de maturidade denotaria a maturação sexual figurada nos “espelhos maduros” (v.13). Na obra de Mário, o tratamento freudiano da imaturidade sexual apareceria no conto *Frederico Paciência*, que o intérprete explora no sentido das afinidades com *Girassol da Madrugada*, e constata em ambos os textos “descrições do desejo homoerótico como algo sublimado e belo, o qual resiste, a duras penas, à reprovação social objetiva e à reprovação subjetiva introjetada” (PASINI, 2011, p. 156). Ao cabo, esses entrecruzamentos entre polimorfia e maturação ecoariam a enunciação de uma pansexualidade que Mário assume para si como uma “assombrosa, quase absurda sensualidade” (apud PASINI, 2011, p. 156) que encontra expressão acabada em *Girassol da Madrugada*, precisamente no tratamento linguístico que dissolve o peso das injunções discursivas que ameaçam a vida privada do autor.

Mas há uma imagem de beleza ímpar de *Girassol da Madrugada* que gostaria de evocar para encaminhar essas reflexões no sentido de uma articulação languageira que Mário faz do “impenetrável do sexo”.

Os trens-de-ferro estão longe, as florestas e as bonitas cidades,
Não há senão Narciso entre nós dois, lagoa,
Já se perdeu saciado o desperdício das uíaras,
Há só meu êxtase pousando devagar sobre você. (versos 48-51)

Ôh que pureza sem impaciência nos calma
Numa fragrância imaterial, enquanto os dois corpos se agradam,
Impossíveis que nem a morte e os bons princípios.
Que silêncio caiu sobre a vossa paisagem de excesso dourado!
Nem beijo, nem brisa... Só, no antro da noite, a insônia apaixonada
Em que a paz interior brinca de ser tristeza. (versos 52-57)

Os amantes estão isolados de tudo que os pudesse sujeitar (trens, florestas, cidades); entre ambos (o eu e a lagoa) apenas Narciso e a identificação do olhar (ver-a-si-mesmo) no outro, também sem o risco da



sujeição ao passado (“já se perdeu o desperdício das uíaras”, v.50), num transporte para fora de si (êxtase) que pousa devagar sobre o outro; e como o transportado é absorvido num olhar que se afasta do sensível e se aproxima devagar do amado, a imagem de Narciso não se torna disforme pelo toque da superfície da água, porque o êxtase é uma “fragrância imaterial” simultânea aos “corpos” que “se agradam” (v.53). Há uma melancolia fingida (paz que brinca de tristeza), porque o êxtase rarefeito paira “perpetuamente” (v.9) sobre si mesmo, como sobre Narciso.

Se, para Pasini, o problema essencial do poema é dizer o “pecado nefando” e “tornar traço essencial do sujeito aquilo que socialmente o torna um sujeito inaceitável” (PASINI, 2011, p. 160), então estamos diante de uma prática *queer* autoconsciente de Mário no que diz respeito ao que não “sequestra” de seu “físico burro”. O impenetrável do sexo articulado na linguagem está no dizer silencioso, na força suave de um olhar que não devora seu objeto de amor, e naquilo que “o poema busca exprimir com palavras” e “que se alcança pelo silêncio” (PASINI, 2011, p.159). A confissão tardiamente revelada de Mário a Bandeira fura a bolha da “conspiração do silêncio” (J. S. Trevisan), ao mesmo tempo que sua poesia conspira silenciosamente em favor da sensualidade monstruosa com a qual ele nos seduz, à luz das carícias dos amantes na madrugada. As duas coisas se encontram maravilhosamente no tempo em que a sexualidade emerge liberada como a grande questão de Mário de Andrade (S. Santiago).

Referências

ANDRADE, Mário de. **Poesias Completas**. Rio de Janeiro: Garnier, 2005.

BOECKEL, Cristina. Mário de Andrade cita 'tão falada homossexualidade' em carta proibida. **G1**. Rio de Janeiro, s.p. jun. 2015. Disponível em: <https://glo.bo/1BmmeT3>. Acesso em: 08 jul. 2023.

BORTOLOTTI, Marcelo. A carta em que Mário de Andrade fala de sua homossexualidade. **Revista Época**. Rio de Janeiro, p. 1-1. jun. 2015. Disponível em: <https://acesse.one/EnRLF>. Acesso em: 08 jul. 2023.



BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica / Argos, 2019. p. 105-142.

MEIRELES, Maurício. 'O sexo é impenetrável', diz José Miguel Wisnik sobre carta secreta de Mário de Andrade. **O Globo**. Rio de Janeiro, s.p. jul. 2015. Disponível em: <https://link.dev/p1lEo>. Acesso em: 08 jul. 2023.

MORAES, Marcos Antonio de (org.). **Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira**. São Paulo: Edusp/Ieb, 2000.

PASINI, Leandro. **A apreensão do desconcerto: subjetividade e nação na poesia de Mário de Andrade**. 2011. 270 f. Tese (Doutorado) - Curso de Teoria Literária e Literatura Comparada, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://encurtador.com.br/bwz68>. Acesso em: 12 jul. 2023.

RITTO, Cecília; KUSUMOTO, Meire; CARNEIRO, Raquel. Carta de Mário de Andrade rompe “conspiração do pudor”. **Revista Veja**. São Paulo, jun. 2015, s.p. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ilWZ2>. Acesso em: 09 jul. 2023.

SINGER, André. Mário de Andrade no divã de Freud em mostra brasileira. **Folha de São Paulo**. São Paulo, set. 2000. Ilustrada, s.p. Disponível em: <https://encurtador.com.br/jwRW2>. Acesso em: 08 jul. 2023.

VERGARA, Jorge. Homofobia e efeminação na literatura brasileira: o caso Mário de Andrade. **Revista Vórtex**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 98-126, dez. 2015. Disponível em: <https://encurtador.com.br/zIMQ2>. Acesso em: 09 jul. 2023.



“Sex Is Impenetrable”: A Brief Essay On (Un)Disciplined Reading

ABSTRACT: Departing from a thought-provoking observation by José Miguel Wisnik on one letter in which Mário de Andrade writes about his homosexuality to Manuel Bandeira, the text intends to discuss some discursive strategies for the elaboration and enunciation of sexuality in regimes that reject dissent. The case raises the hypothesis of a desire for power that operates by extirpating the unavoidable data of sexuality for queer people who articulate their projects in terms of authorship, especially when the subsequent historical-philosophical-literary narrative aims to frame this authorship in a canon. The late revelation of the letter shed light on an environment in which rejection appears as justification for a desire for secrecy, with the presumption of legal safeguarding of memory and history. The case can be thought of as a progressive and eloquent erasure of the localized marks of a canon's subject, in the establishment of what he/she leaves as a legacy. If “sex is impenetrable”, in Wisnik's expression, this also about the opacity of what is captured in the interpretation of works articulated by dissident subjects as authors. At the very end, Mário de Andrade's successful poetic strategy manipulates silence to say about himself what is prohibited by speech.

KEYWORDS: Sexuality. Authorship. Mário de Andrade.

Wagner de Avila QUEVEDO

Professor de Filosofia do Instituto Federal do Rio de Janeiro, com formação em filosofia e teoria literária nas seguintes universidades: UFPel, Unicamp, FU-Berlin, UFMG e Humboldt Universität zu Berlin. Temas de interesse: História da Filosofia Moderna, Romantismo Alemão, Idealismo Alemão, século XVIII, Kant, Fichte, Hölderlin, Feminismo, Estudos de Gênero e Teoria Queer.

Recebido em: 12/07/2023

Aprovado em: 09/10/2023



DOSSIÊ



Memórias LGBTQIA+ no Brasil contemporâneo:

Disputas por silenciar e resistir

Maurício João Vieira Filho, *Universidade Federal de Juiz de Fora*

Mariana Ramalho Procópio, *Universidade Federal de Viçosa*

Resumo. Em um cenário político cujo embate moral promovido por movimentos conservadores põe em xeque as questões das diferenças, propõe-se, neste trabalho, a reflexão sobre ações de exclusão, de existências e de eliminação de registros históricos e artísticos dos movimentos LGBTQIA+. Especificamente, questiona-se: como o fechamento de museus e exposições artísticas instaura disputas de resistência e apagamentos de memórias LGBTQIA+ no Brasil? Essa pergunta norteadora se desdobra em caminhos de discussão: embates entre lembranças e esquecimentos; emergência de latências no contemporâneo; resistências e re-existências pela arte. Pela chave de leitura da experiência estética, inserida em uma abordagem comunicacional, nossa reflexão ensaística nos leva a perceber que a arte consegue denunciar um agora abarrotado pelo projeto moderno em que corpos LGBTQIA+ sofrem com feridas e tentativas sistemáticas de controle normativo e aniquilamento de suas memórias.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Esquecimento. Resistência. Re-existência. LGBTQIA+.



Introdução

Menos pela cicatriz deixada, uma ferida antiga mede-se mais exatamente pela dor que provocou, e para sempre perdeu-se no momento em que cessou de doer, embora lateje louca nos dias de chuva.

Caio Fernando Abreu, em *Os companheiros* (uma história embaçada), no livro *Morangos Mofados* (2005).

À luz da epígrafe de um conto de Caio Fernando Abreu (ou Caio F., como assinava) cuja provocação pela poética evoca simbolicamente a memória e o esquecimento no período ditatorial em que silenciamentos foram estratégias de violências (COIMBRA, 2019), abrimos este texto aproximando do escritor para salientar uma problemática que se expande no cenário brasileiro.

A década de 2010 foi crivada por “cruzadas morais” contrárias à emergência das diferenças no seio social brasileiro¹. Aliaram-se grupos com diferentes interesses — como igreja, fiéis religiosos, agnósticos, políticos e economistas de alinhamento à direita — unidos pelo elo em comum sobre o que denominaram por “ideologia de gênero”. Esse empreendimento moral, cujo objetivo é impedir conquistas de direitos sexuais e legitimação da pluralidade, para evitar que tal “mal” corrompa as crianças e se espalhe pela sociedade, desestruturando-a, ganhou tons graças à desinformação e alastramento pelas lógicas plataformizadas digitais de serviços como *WhatsApp* e *Facebook* (MISKOLCI, 2018, 2021).

Na esteira de ações moralistas, ocorreram ataques orquestrados durante a visita de Judith Butler ao Brasil, em 2017, chamando-a de bruxa e pedófila, com protestos em forma de exorcismo à corporificação do que tanto temiam combater². Algumas semanas antes, a exposição *Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira* foi censurada

¹ Embora essa intensificação conservadora não seja um fenômeno exclusivo no Brasil, aqui o bolsonarismo se torna um atenuante, haja vista que sua estruturação na matriz social se desenvolve pela mobilização de questões morais como dispositivo eleitoral angariador de seguidores e aliados (QUINALHA, 2022).

² Judith Butler escreveu sobre os episódios de violência que sofreu durante a vinda ao Brasil. Sua visita era um compromisso para discutir “os fins da democracia” em um seminário. O texto autoral de Butler está disponível em: https://www.academia.edu/download/55155306/Judith_Butler_escreve_sobre_sua_teorias.pdf.



com ataques desde quem visitava o espaço Santander Cultural, pichações nas agências bancárias até reações nas redes sociais com acusações de heresia, pedofilia e zoofilia (TREVISAN, 2018). Pode-se compreender que, “em plena vigência democrática, surtos autoritários começaram a pipocar, com a função explícita de vigilância e censura, como patrulhas em defesa da moral e da integridade da família brasileira” (TREVISAN, 2018, p. 472). O que se viu despontar no país foi um conjunto de ações de descontextualização do real sentido dos acontecimentos, alimentado pelo inflamado projeto conservador cujo apogeu resultou na conjuntura polarizada da eleição de 2018 com a vitória de Jair Bolsonaro ao cargo de presidente do Brasil.

Em 2022, duas situações apontam sintomaticamente o afã de dinâmicas sociais e as políticas de impedimento da preservação e do aparecimento das histórias LGBTQIA+: a demolição da casa onde Caio Fernando Abreu viveu seus últimos anos e o fechamento temporário do Museu da Diversidade Sexual, em São Paulo. Com pouco destaque jornalístico, um local que guardava a memória de um dos maiores escritores brasileiros, cujas obras se detinham a temáticas consideradas impronunciáveis em nossa cultura, se transformou em escombros que serão descartados. A casa de Caio Fernando Abreu, em Porto Alegre, foi demolida mesmo com manifestações populares contrárias a essa decisão outorgada pela prefeitura, e o local que abrigou os últimos anos de sua vida se transformou em entulho³. O acirramento para cessar as diferenças ganha mais fôlego ao passo que um deputado de alinhamento bolsonarista consegue, judicialmente, o fechamento do Museu da Diversidade Sexual. O parlamentar Gil Diniz, filiado ao Partido Liberal (PL) e conhecido pelo apelido de “Carteiro Reaça”⁴, entrou com uma ação questionando a regularidade administrativa do instituto responsável por gerenciar o museu. Com o resultado favorável à suspensão, o deputado comemorou a

³ Em julho de 2022, a casa de Caio Fernando Abreu, onde morou em seus últimos anos de vida, foi demolida em Porto Alegre. O local — citado em seus textos — não era tombado como patrimônio histórico e, mesmo com a mobilização de vizinhos e pessoas que admiravam o escritor, não houve a possibilidade de impedir a demolição. Dias depois, uma liminar judicial foi expedida para a demolição ser interrompida — momento em que só sobraram os restos do imóvel. Com essa movimentação, a intenção de uma entidade que guarda as memórias do autor é criar nesse terreno um centro cultural em homenagem a Caio F. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/justica-interrompe-demolicao-da-casa-do-escritor-caio-fernando-de-abreu>. Acesso em: 12 jul. 2023.

⁴ Tal apelido foi dado ao político quando exercia a profissão de carteiro e tinha atitudes contrárias ao sindicato dos trabalhadores e ao Partido dos Trabalhadores (PT). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/de-trajetoria-improvavel-carteiro-reaca-leva-estilo-bolsonaro-a-assembleia.shtml>. Acesso em: 12 jul. 2023.



conquista no *Twitter*⁵, haja vista que, no dia seguinte, haveria a inauguração da mostra fotográfica *Duo Drag*, de Paulo Vitale, em que 50 *drag queens* foram retratadas. Independente do pano de fundo forjado para sustentar justificativas para tais ações, é notável que as histórias LGBTQIA+ se esvaem no curso da segregação promovida politicamente contra a pluralidade.

A princípio, é importante frisar as diferenças como processos culturais criados na linguagem com significados mutáveis que escapam qualquer fixidez e não conseguem ser totalitários aos corpos (SILVA, 2000). Contudo, esses processos simbólicos têm jogos de poder que tensionam emergências e aniquilamentos sociais. Ao avançarmos na direção do que Rennan Mafra e Ângela Marques (2019) apreendem, as diferenças são “[...] quaisquer desejos que insurgem como contrapontos à ordem estabelecida, visando atualizá-la (desde marcadores clássicos como gênero, raça/cor, sexualidade, até diferenças ligadas à saúde, a expressões religiosas, à circulação territorial, etc.)” (MAFRA; MARQUES, 2019, p. 12). Esse horizonte das diferenças requer atualizações, o que não significa apagar o passado, mas ressignificá-lo e compreender o jogo temporal produzido pela modernidade. Como insurgências contestadoras do poder, as diferenças são postas em campos de tensão com tentativas de desatualização, mas surgem em latência, que parece enfraquecer esperanças, mas com o anseio de irromper ordenamentos hegemônicos de violência aos sujeitos.

Nas próximas páginas, apresentamos, em uma perspectiva comunicacional, um gesto de aproximação entre chaves de leitura para o contemporâneo brasileiro atravessado e em constituição por alas conservadoras com projetos que tentam anular a emergência das diferenças. Diante desse contexto, neste trabalho, propomos a reflexão sobre ações de exclusão de existências e de eliminação de registros históricos e artísticos dos movimentos LGBTQIA+. Especificamente, questiona-se: como o fechamento de museus e exposições artísticas instaura disputas de resistência e apagamentos de memórias LGBTQIA+ no Brasil? Essa pergunta norteadora se desdobra em caminhos que se entrelaçam no curso deste ensaio. Primeiro, apresentamos notas sobre os acontecimentos mencionados nesta introdução com vistas a entender a

⁵ O *tweet* publicado pelo perfil @carteireoreaca, em 29 de abril de 2022, às 20h20, diz: “Não terá amostra [sic] “Drag” no Museu LGBT graças a esse Deputado Gil Diniz, que teima em fiscalizar o Governador e seus secretários! Com a palavra o governador @rodrigogarcia_”. Juntamente ao texto, há um vídeo com mais de 5 minutos do deputado se pronunciando sobre o assunto. Disponível em: <https://twitter.com/carteireoreaca/status/1520181196197670912>. Acesso em: 28 jul. 2022.



trama formada politicamente. Em seguida, respaldados em Andreas Huyssen (2000) e Beatriz Sarlo (2007), refletimos sobre museus e reuniões das histórias LGBTQIA+ como lugares ativos de conservação e agregamento de reminiscências como possibilidades de ter o direito à memória. O terceiro movimento, a partir da experiência estética, aproxima Hans Gumbrecht (2010, 2012) e Walter Benjamin (1987) para refletir o contemporâneo e as dimensões de tempos que constituem projetos políticos modernos. Nesse sentido, é olhar para manifestações artísticas que se debruçam nas questões de gênero, de sexualidade e dos corpos como gestos de captura dos mecanismos de controle que se voltam sobre nós. Por fim, as proposições decoloniais em Júlio Roberto de Souza Pinto e Walter Mignolo (2015), juntamente a Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016), permitem pensar como a arte é um lócus de denúncia de um agora no qual corpos LGBTQIA+ sofrem com feridas, violências e tentativas sistemáticas de apagamento de memórias.

Fazer esse caminho a partir de uma perspectiva comunicacional é estar ciente dos desafios das interações dentro do nosso tempo, alerta dos riscos e atento às potências da transformação dos fenômenos. Na direção do que apreende Rennan Mafrá (2021, p. 4), “assim, tomar a comunicação como fenômeno investigativo no contexto das organizações modernas é gesto inevitavelmente atravessado por historicidades e projetos de tempo (...)”. Essa ponderação auxilia a situar o território transitório e caótico no qual estamos vivendo e sendo afetados permanentemente. Em contextos modernos, sobretudo com as particularidades que compõem o Brasil, é fundamental ter ciência das lógicas conservadoras e morais que se despontam politicamente em nossos cotidianos. Voltar-se para as artes não é um gesto de fuga da realidade, mas de tentativas de compreendê-la com as denúncias efetuadas por artistas atentos e em sintonia com as necessidades sociais, bem como um veículo para queixas, vigilâncias e formação de memórias de tempos tão densos e complexos como o contemporâneo brasileiro.

Notas sobre acontecimentos recentes nas artes e na cultura

Antes de avançarmos propriamente às discussões que ensaiamos neste texto, é importante esmiuçar alguns acontecimentos recentes que escrevem na história do Brasil mais páginas de descaso, desrespeito e tentativas de impedir a aparição das pessoas LGBTQIA+. No cenário



político do país, um conjunto de ações se despontou com alianças para não permitir a aparição e atacar o debate público das questões englobadas no guarda-chuva de gênero. Entre alvos, as escolas, as famílias, as religiões e outras organizações eram colocadas sob a mira conservadora e de alinhamento extremista a fim de obstruir os direitos da população LGBTQIA+. João Silvério Trevisan (2018, p. 536) assinala que, “sob pretexto de preservar valores tradicionais, o projeto dos grupos conservadores propõe destruir valores que lhes são inconvenientes. Destruir para preservar é uma ‘contradição em termos’”. Vale recordar que, “do período das disputas em torno dos planos de educação, grosso modo entre 2014 e 2016, passou-se ao de denúncias e perseguições a educadores, artistas e intelectuais vistos como alguma forma de ameaça” (MISKOLCI, 2021, p. 23).

Especificamente, as artes se constituem como um dos campos que mais sofre com investidas para prejudicá-lo. Em uma tensão, de um lado, artistas, ativistas e ativista seguem mobilizando, com diferentes linguagens e artifícios, produções que questionam os regimes de violência que se perpetuam na história e se atualizam na cultura; do outro lado, organizações e sujeitos tentam censurar e impedir a emergência pública. Nesse sentido, pontua Trevisan (2018), que o passado LGBTQIA+ ficou soterrado por muito tempo e, para que hoje a luta para aparição se intensificasse, muitas pessoas resistiram.

Nesse contexto mais recente, em 2017, um ano antes das eleições presidenciais, acontecimentos se despontaram com discursos de ódio e perseguição. Entre eles, destacamos a exposição *Queermuseu*, supramencionada na introdução. Com a reunião de 223 obras de arte, de 84 artistas, os quais já participaram de exposições nacionais e internacionais, diferentes sujeitos políticos em ascensão naquele momento, como Movimento Brasil Livre (MBL) e nomes como Kim Katagiri, Arthur do Val e Rafinha BK, gravavam o interior do espaço cultural ou divulgavam vídeos com imagens da exposição para publicar nas plataformas digitais e insuflar um debate de ataques e desinformação, acusando os artistas de abuso.

Após esse acontecimento, em 2018, acontece uma das eleições presidenciais mais polarizadas do país, em que ganha Jair Bolsonaro, até então parlamentar que esteve por 30 anos ocupando um cargo público. Uma das primeiras ações de Jair Bolsonaro ao tomar posse no cargo de presidente foi extinguir o Ministério da Cultura (MinC). Em uma medida provisória, em 1º de janeiro de 2019, ele acaba com o Ministério e reduz



as atividades da pasta para a Secretaria Especial de Cultura, a qual esteve ligada aos ministérios da Cidadania e, por fim, do Turismo. Cabe lembrar, como traz Luiza Almeida Rosa (2022), em uma resenha a partir do livro de Rafael Moreira e Lincoln Spada, *O fim do Ministério da Cultura: reflexões sobre as políticas culturais na era pós-MinC*, que esse ministério é instituído na redemocratização no período final da ditadura militar no Brasil. Na gestão bolsonarista, “[...] seis pessoas [...] passaram pelo cargo máximo da Secretaria Especial da Cultura”, escreve Rosa (2022, p. 4-5), que recorda o primeiro secretário, “[...] Henrique Pires, que saiu após acusar o governo de tentativa de censura a um edital ligado à temática LGBTQIA+ [...]”. Os jornalistas Guilherme Mazui e Gustavo Garcia (2019) escrevem para o G1 que a dissonância de Henrique Pires dentro dos interesses governamentais culminou na demissão. Além disso, eles recordam que, uma semana antes, “[...] ao fazer uma transmissão ao vivo em uma rede social, Bolsonaro disse que o governo não vai financiar produções com temas LGBT” (MAZUI; GARCIA, 2019, parágrafo 5).

De modo geral, o que se nota é a ausência de investimento em cultura, com ataques forjados amplamente contra a Lei Rouanet — uma normativa de apoio à cultura e às produções artística com financiamentos —, por exemplo, e tampouco para incentivos direcionados para grupos minoritários. A fala do então presidente ilustra o projeto de apagamento e censura contra ações artísticas LGBTQIA+: “fomos garimpar na Ancine, filmes que estavam já prontos para ser captado recursos no mercado. [...] É um dinheiro jogado fora. Não tem cabimento fazer um filme com esse tema” (MAZUI; GARCIA, 2019, parágrafo 6).

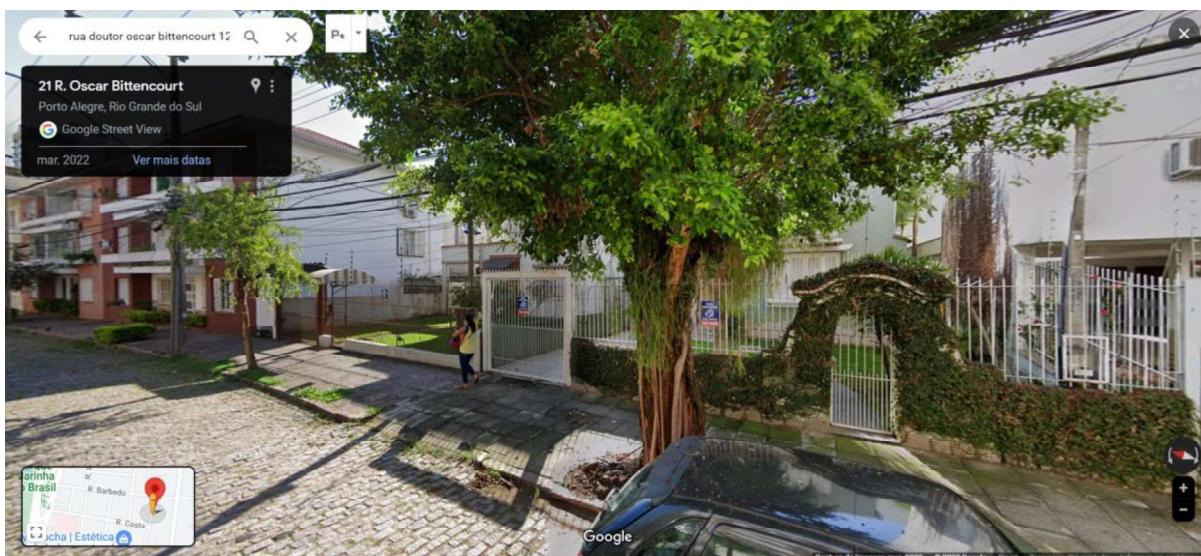
Nesse guarda-chuva de ascensão de movimentos controversos contra as dissidências de gênero e sexualidade, tem-se a investida para o fechamento do Museu da Diversidade Sexual em São Paulo. O fechamento temporário entre abril e agosto de 2022 foi resultado de um pedido protocolado pelo deputado “Carteiro Reaça”. A ação foi acatada pela Justiça do Estado de São Paulo que decidiu suspender o contrato entre o governo e o Instituto Odeon, que administrava o local desde o começo de 2022. No valor de 30 milhões de reais, a alegação do deputado era de que essa quantia firmada em contrato era alta demais para a administração do que ele chamou por “sala de exposição” — expressão mobilizada na tentativa de inferiorizar o museu e circunscrevê-lo a uma posição de desnecessário aos órgãos públicos do Estado. No entanto, a Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo disse que o espaço



seria ampliado, o que aumentaria a capacidade para exposições e atividades culturais — ação que ocorreu em 2023.

Após o período fechado, o museu retomou as atividades em setembro de 2022, com a manutenção do contrato e a realização da exposição “Duo Drag”⁶. No mesmo ano, apesar de pouca notoriedade dada pela mídia hegemônica e mais atenção de veículos jornalísticos locais, a casa de Caio Fernando Abreu, que poderia se ser tombada e tornar um espaço para ações políticas em prol da memória do escritor, não existe mais. Em poucos minutos, o trator demoliu anos de história com aval da prefeitura. Hoje, encontramos os registros da casa pelas imagens da internet, como no Google Maps e a captura de março de 2022 (figura 1). Porém, mesmo sem a casa e o patrimônio material, os valores simbólicos das obras de Caio F. permanecem e exigem esforços de resistência para que as suas memórias e de outras tantas pessoas continuem vivas.

Figura 1 — Captura de tela da fachada



Fonte: Google Maps⁷

Importante destacar que, em 2010, o movimento “Salva a Casa do Caio Fernando Abreu” tentou impedir a especulação imobiliária, uma vez que a casa iria a leilão naquele ano, e transformar o espaço em lugar de

⁶ Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/museu-da-diversidade-sexual-em-sao-paulo-e-fechado-por-tempo-indeterminado/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

⁷ Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/i1xALwCP6WEKHven6>. Acesso em: 17 nov. 2023.



memória e cultura. Contudo, a casa foi arrematada e, anos depois, com a licença da prefeitura de Porto Alegre, demolida. Outro ponto dessa história, relatado em reportagens jornalísticas, é o desconhecimento do arquiteto, listado na licença como responsável para o processo de demolição, de que o imóvel foi habitado por um dos mais importantes escritores brasileiros (GOMES, 2022).

Páginas que se esvaem: memórias, entre lembrar e esquecer

No senso comum, é possível dizer que a história consiste na ciência que estuda o homem e sua ação no tempo e no espaço, por meio da investigação do passado, do presente e de sua interferência no futuro. William Menezes (2004) complementa que, em razão de sua tradição positivista, a história procura encontrar regularidades e alcançar uma certa universalidade por meio do encadeamento temporal de marcos representados discursivamente a partir de perspectivas de quem alcança o poder de narrar. Ainda em sua vertente tradicional, a história tende a naturalizar os feitos por meio de discursos heroicos, cronológicos e condensadores de referenciais de poder.

Contudo, é preciso destacar que, a partir da segunda metade do século XX, as humanidades no geral atravessaram uma guinada subjetiva que, nas palavras de Beatriz Sarlo (2007), pode ser caracterizada a partir do protagonismo de fenômenos, métodos e campos de pesquisa nos quais a subjetividade está em destaque como objeto de estudos, numa atitude reflexiva que procurava problematizar as abordagens deterministas e universalizantes. No caso da história, abordagens como a história oral ou história de vida, a nova história, a história contemporânea ou história do tempo presente, lançaram luz a aspectos “micro” da vida coletiva, dentre os quais, destacamos aqui a valorização da memória.

Por esse prisma, entendemos a memória como uma construção narrativa e viva. Coincide com o presente no par em choque de perder e recordar. A memória envolve processualidade, movimento e é parte das disputas entre lembrar e esquecer. São reminiscências que vagueiam e se multiplicam a partir de cada sujeito e grupo social, mas que, nas palavras de Sarlo (2007), deve ser compreendida em seu caráter discursivo e se forma como uma narrativa orientada por princípios sociais. Esse horizonte conceitual permite refletir sobre os referenciais desenvolvidos



devido às ingerências da aceleração do tempo, da instantaneidade, da mundialização e da modernidade.

Por ser esse processo, a memória diz respeito também às formas de afetação no e com o mundo, logo são variáveis, (re)criadas e em curso. Conforme Andreas Huyssen (2000), a memória tem sido alvo obstinado da cultura, visto que vivemos imersos em um presente inundado de passados, em que se cria uma musealização das coisas. Sarlo (2007) também nos chama atenção para os limites dos testemunhos e das memórias como fonte de conhecimento, tendo em vista a hipervalorização da subjetividade como fonte de uma verdade inquestionável, baseada no imediatismo da experiência individual. Esse processo indica não só o excesso, como também aponta para a imprecisão do futuro, pois parece não haver dimensões concretas que possam assegurar a preservação do que aconteceu. Entre paradoxos, os passados presentes indicam que as experiências com o tempo se tornam rememorações em movimento, imperando desejos por passados e antecipações de futuros.

Embora pareça espantoso ter tantos passados constituindo o presente, o que traz uma sensação de estagnação, por outro lado, isso mostra caminhos potentes para emergir o que não pode aparecer até então nas relações de poder. Nessa perspectiva, Sarlo (2007) destaca a importância política que as memórias podem assumir em certos contextos históricos, nos quais as memórias se apresentam como uma fonte alternativa diante das visões oficiais defendidas pelos grupos que se encontram no poder. Nessa esteira, pode emergir o “lixo da história” que, nas palavras de João Silvério Trevisan (2018, p. 537), reúne as memórias das diferenças como lugares de omissão e desmemória, já que ao irromper podem atrapalhar o fluxo corrente hegemônico. O passado LGBTQIA+ que hoje ganha tons para recuperação foi, historicamente, anônimo e clandestino por ser transgressor aos discursos hegemônicos (TREVISAN, 2018).

Nesse sentido, é notável apreender o Museu da Diversidade Sexual e a exposição artística *Queermuseu* — e tantas outras que se despontam publicamente como acervos on-line e físicos, mas que ainda enfrentam a escassez de investimentos e a incipiente chance de conseguir recursos e espaços⁸ —, como memórias discursivamente potentes, nas quais ocorrem

⁸ Para ilustrar esse argumento, pode-se notar a expansão de publicação de obras de arte com plataformas como Museu Bajubá (<https://museubajuba.org/>) ou pelo Google Arts & Culture, que rompem fronteiras geográficas e de acesso às exposições (<https://artsandculture.google.com/search?q=lgbt>). Em contrapartida, o sentido político que



resgates de reminiscências para formar mosaicos em construção do que não pôde aparecer. São lugares cujo compromisso ético-político têm como foco tonificar memórias elipsadas no curso da cisheteronormatividade. Conforme Michael Pollak (1989, p. 9) afirma, “o problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do ‘não dito’ à contestação e à reivindicação”. Essas memórias submersas podem virar oficiais, no sentido de ganharem espaço e visibilidade, à medida que afloram e questionam aquilo que foi posto como dizível e contado como a narrativa única dos vencedores. São valores e significados que precisam insurgir como confrontantes ao que se cristalizou com base em violências.

Ao considerar a memória LGBTQIA+, nota-se como nos foi impedido de termos esse acervo comum, uma vez que a operação de violência social em nossa cultura coibiu nossas vivências, nos relegou aos espaços do invisível e nas zonas marginais. Renan Quinalha (2022) compreende a necessidade de empenharmos no resgate de memórias e na manutenção de lugares para circularem e ganharem os espaços que lhes foram retirados. Há carência de avançar muito com iniciativas e estratégias para dar destaque aos processos pelos quais a população LGBTQIA+ enfrentou, bem como ter o direito de se ter memórias (BAPTISTA; BOITA, 2017). É válido ressaltar que, no contexto recente do Brasil, com acentuada atenção ao governo de Jair Bolsonaro na presidência (2019-2022), o Brasil não tinha ações, órgãos políticos ou políticas públicas direcionadas à memória LGBTQIA+. Ao contrário, predominavam ataques sistemáticos à população LGBTQIA+, os quais advêm desde a década de 2010 — na emergência do governo de Dilma Rousseff — com o destaque para ações de combate às questões de gênero e sexualidade (COSTA, 2022).

O museu e as exposições alvos dos ataques citados são lugares de memórias que divergem daquilo que a historiografia oficial deseja revelar e guardar como grandes feitos da humanidade. Não é à toa que grande

potencializa o confronto às normas também faz com que manifestações artísticas dentro dessa temática sejam excluídas, apagadas ou impedidas de serem vistas. Um exemplo foi a exposição “Abecedário da diversidade”, em Niterói, em junho de 2022, ser escondida um dia após ser inaugurada em um shopping, sob alegação de não atrapalhar o fluxo dos clientes pelos pavimentos. Ainda houve manifestação do vereador Douglas Gomes (PL) exigindo a retirada das obras de artes e comemorando o resultado com a seguinte mensagem: “Retiraram os murais. Nosso posicionamento fez diferença! Não iremos nos dobrar a um shopping que quer enfiar goela abaixo a cultura LGBT aos nossos filhos! A família resiste!”. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/exposicao-lgbtqia-shopping-plaza/>. Acesso em: 7 set. 2022.



parte dos museus do Brasil reúne registros e objetos que rememoram os sujeitos europeus que invadiram territórios nacionais e dizimaram povos originários, mas que são considerados heróis da narrativa histórica. A demolição da casa de Caio F. é outro exemplo sintomático da atuação das instituições modernas em busca de impedir a preservação da memória. Como escreve o jornalista Fefito (2022, parágrafo 6) para o site UOL Splash, “ao destruir a casa de Caio, tentam matá-lo uma segunda vez, promovendo um apagamento cruel e completamente ignorante sobre sua importância para a cultura brasileira”. Essa morte simbólica coaduna com interesses de apagá-lo como ocorria enquanto era vivo por ter uma escrita considerada polêmica para o contexto histórico brasileiro. Vale lembrar que, “se seus textos são tensos e líricos ao mesmo tempo, não se perde de vista o autor a dar-lhe corda, como a um relógio interior, que interroga o tempo e vê-se vencido por ele” (COELHO, 2009, p. 59).

Logo, o compromisso político que deve ser assumido no compartilhamento das memórias LGBTQIA+ se dá na tonificação de sua ascensão a fim de não ser mais elipsada no curso da cisheteronormatividade. É mais que ter repositórios, é a criação de espaços de memórias vivos, abertos, compartilháveis, como as memórias são. É tomar o que nos foi roubado, o direito de ter memória.

Experiência estética no contemporâneo: passados, presentes e futuros enredados

Ter em vista a temporalidade como uma produção humana em determinado contexto para interagir no mundo permite problematizar a categoria tempo a partir de duas dimensões sócio-históricas: modernidade e contemporaneidade. Sobretudo a modernidade provoca tensionamentos em nossa vida com o propósito de modular nossas experiências e afetar nosso ser e estar no mundo.

Como Rennan Maфра (2021) apreende, três instituições se instauram na organização da vida moderna: Estado, Mercado e Ciência. Cada uma ao seu modo, mas com o elo cunhado no privilégio da razão a partir do discurso de produção do corpo e de controle racional, bem como pela lógica de universalidade do sujeito. Estabelece-se, portanto, uma ferida no corpo, esse território cultural repleto de sentimentos e afetações no mundo. As emoções passam a ser racionalizadas, uma vez que se torna necessário produzir, matematizar, ser eficaz e estritamente racional.



O sujeito da modernidade, qualificado como *self* pontual por Charles Taylor (2011), é aquele cujo corpo, tempo e produtividade devem ser controlados. O corte entre mente e corpo na modernidade submete ao critério construído como universal e, conseqüentemente, todas as existências que divergem dos modos modernos são violentadas. Tudo isso traz problemas de ordem psíquica, emocional, material e direta às nossas vidas, já que produz subjetividades que têm como parâmetro o controle institucional. As feridas da modernidade são formadas de diferentes dimensões e matizes, mas sempre começam pelo corpo como alvo do controle e da docilização pelo poder (FOUCAULT, 1998), além de serem frutos de processos colonizadores com bases epistêmicas europeias.

O arsenal discursivo da modernidade visa instituir um valor moral sobre a vida, isto é, julgamentos axiológicos de bom ou ruim, de verdadeiro ou falso, de natural ou desviante. Quando lidamos com o mundo pautado pelas organizações modernas, somos incessantemente postos frente a questões para indagar se estamos certos ou errados, se estamos sendo produtivos ou improdutivos, se estamos seguindo as matrizes hegemônicas ou não, pois essas valorações estão interligadas com rendimentos, ser bem-visto, sofrer pedagogizações e punições (TAYLOR, 2011). Logo, em contextos desafiadores, como descrito na introdução e na primeira seção deste artigo, em que vivemos em um território crivado por disputas ideológicas e morais cuja alçada dos grupos conservadores tem como premissa a ideia de que “a vida será destruída” (MISKOLCI, 2021), ocorrem ataques às diferenças, já que estas desestruturam o projeto da modernidade e a matriz hegemônica vigente.

Importante entender que a modernidade não é estática, estável e pronta, embora queira se mostrar como um discurso sólido, já que está inculcada no dia-a-dia, e o *self* pontual se arregimenta em discursos de eficiência para tentar controlar a existência (TAYLOR, 2011). Isso significa que “(...) o *self* pontual torna-se a própria inscrição, nos corpos e no tecido social, do projeto da modernidade” (MAFRA, 2021, p. 5). Porém, a vida escapa às tentativas de domínio porque é um processo que acontece imbuído de experiências. Transbordando as amarras normativas, viver é se relacionar *no* e *com* o mundo. Por isso, quando pensamos a comunicação como uma experiência estética (DEWEY, 1980), estamos refletindo a partir da nossa existência que é e está sendo afetada no mundo, ao passo que possibilita sentir o mundo para além da racionalidade imposta. Nesse sentido, ao debruçarmos em fenômenos como o apagamento de memórias das histórias LGBTQIA+ lidamos com



fenômenos que afetam nossa existência no mundo. A modernidade é um problema político, cujas ações sobre os corpos devem ser enfrentadas, pois produz cisheteronormatividade, racismo, colonização e violências que se engendram em nosso estar no mundo, provocando opressões e flagelos.

Essa perspectiva estética possibilita entender que o controle do tempo é uma das formas de introjetar o projeto moderno. O tempo é assimilado em uma escala linear e progressiva, em que o passado já passou e é findado, o presente é o instante aqui-agora e o futuro é amplo e idealizado. Logo, essa ideia marca um sentido de progresso e molda a forma como lidamos com as coisas no mundo com vistas a justificar uma certa produtividade a que o corpo é submetido. O controle do tempo tem o objetivo de formatar nossa subjetividade, instaurar parâmetros de universalidade e também vigorar o espaço moral. Com essa ação, apenas as memórias cultuadas como importantes nas escalas valorativas da cultura ganham espaço e visibilidade, como os museus que cultuam a colonialidade. O sequestro do tempo arregimentado pelas instituições modernas incide sobre nosso presente e nos modos como interagimos socialmente, de tal forma a projetar mecanismos de dominação de nossos corpos e experiências no mundo (TAYLOR, 2011). No entanto, o projeto moderno começa a colapsar a partir da queda da razão como único regime regulador dos sujeitos e da percepção de que a vida transborda a busca por sentido (MAFRA, 2021).

Nessa toada, a ideia de presença (GUMBRECHT, 2010) aponta para a inescotabilidade do sentido das coisas do mundo. “Por ‘presença’ eu queria dizer — e ainda significo — que as coisas inevitavelmente permanecem à distância ou próximas a nossos corpos; se elas nos ‘tocam’ diretamente ou não, elas têm substância” (GUMBRECHT, 2010, p. 81). Por outras palavras, trata-se de uma dimensão não-hermenêutica do nosso estar no mundo que não se limita à interpretação de tudo, algo que arrebatava e bagunçava os controles do poder moderno. Esse horizonte delineado em Gumbrecht (2010) dialoga com a potência da experiência estética como formas de olhar para a realidade além de explicá-la racionalmente, mas de senti-la e ser afetado. Assim, é possível mirar o passado e o futuro como dimensões abertas e não progressivas. O passado não passou e o futuro permanece em aberto, de tal forma que é alterado pelas experiências de presença, produzindo, então, atualizações.

Pela experiência estética, que amplia as leituras possíveis do mundo, nota-se que as cicatrizes da modernidade são demarcadas pelo tempo em



nossos corpos (DEWEY, 1980). Assim, o passado ganha força, sendo que o futuro é o princípio da vida moderna. Esse paradoxo faz com que os corpos ajam, mas também sofram. São choques que abalam a vida e colocam a ideologia do progresso como algo solucionador que aperfeiçoará e apontará sempre para o melhor (BENJAMIN, 1987). Para Gumbrecht (2012), a modernidade é um cronotopo, isto é, trata-se do tempo-espaço que encarcera a vida, se constitui a partir das instituições e negligencia as experiências. O cronotopo da modernidade estrutura o tempo — enquadrando o passado como morto, o presente como instante e o futuro, extensivo —, mas não cumpriu essa promessa e se tornou um sintoma do contemporâneo.

A contemporaneidade convive simultaneamente com a modernidade, fissurando-a e lutando constantemente contra. “As maneiras pelas quais os horizontes do futuro e do passado são experimentados e conectados com um presente cada vez mais ampliado dão forma ao ainda não nomeado cronotopo, no qual a vida globalizada dos primeiros anos do século 21 transcorre” (GUMBRECHT, 2012, p. 87). Quer dizer, portanto, que na contemporaneidade existem passados mal resolvidos sobre os quais não olhamos e eles invadem nosso presente. O futuro é entendido, por outro lado, como uma dimensão encurtada, ameaçadora e sem grandes prognósticos. Essa atrofia é resultado dos regimes de enclausuramento das instituições que trazem consequências de climas de estagnação. Porém, vale subverter o presente amplo, descrito por Gumbrecht (2012), como uma dimensão de potência para estranhar o que se impõe para nossas vidas, já que vão além do que é projetado para elas.

Dito isso, como ficam as diferenças diante do projeto de modernidade que ignora a experiência? Mobilizar a experiência estética e a temporalidade, a partir de Dewey (1980), Taylor (2011), Mafra (2021) e Gumbrecht (2010, 2012), é perceber como os corpos são afetados e experienciam o mundo. A arte é um dos lócus que aviva expressar afetações, tentar burlar os regimes controladores do poder e denunciar as violências que as instituições modernas executam contra nós. Assim, é apreender que, pela arte, é possível adentrar brechas, rachar e fissurar o hegemônico, agir no micropolítico das coisas, evocar a potencialidade poética. Um exemplo é o Museu da Diversidade Sexual que fica localizado em uma estação de metrô de São Paulo. Embora seja um espaço pequeno, o qual passou por uma ampliação em 2023 para quintuplicar o tamanho (SP1, 2023), o museu está em um local de ampla circulação de pessoas, de



visibilidade para muitos que trafegam pela correria da metrópole e consegue chamar atenção pelas artes para histórias invisibilizadas.

Se é nesse regime abarrotado de passados que vivemos mergulhados, as únicas coisas que temos são memórias e é por meio delas que podemos atualizar os processos simbólicos e as representações sociais colocados para nós como sujeitos subalternos aos empreendimentos normativos de gênero e sexualidade. Se o passado está intensificado, como aborda Benjamin (1987), olhar para questões insurgentes, mas que estavam enevoadas, é um gesto importante para atualizar. Ainda mais quando notamos que o curso da história tida como oficial e que nos é contada desde os livros de história, apaga os movimentos LGBTQIA+, que foram catalisadores de mudanças sociais e culturais, assim como deixa vazios sobre os corpos expurgados da visibilidade política e pública. Como Renan Quinalha (2022) debate o fluxo da história LGBTQIA+, não é atribuir um caráter natural e contínuo para o desenvolvimento de uma narrativa coesa, mas, sim, recuperar aquilo que a história não permitiu contar, rastrear esses passados e pô-los em evidência. Ouve-se e reproduz a história de “grandes heróis”, poderosos, como único (re)conhecimento possível, o que significa que um conjunto de estratégias são lançadas para manter o poder para sujeitos detentores dos regimes hegemônicos. Nesse sentido, pensar na expropriação das memórias e registros LGBTQIA+ constitui voltar-se para o jogo de forças que visam apagá-las e exige insurgência epistêmica e política para fazer com que os movimentos se destaquem e preencham as lacunas e para além delas. Documentar, catalogar, expor os feitos LGBTQIA+ são ações recentes que exigem reconstrução das fontes, conexões com os passados e aspirações de futuros. Não se trata apenas de formar repositórios, mas de mobilizar as histórias para tentar atualizar os significados para as lutas políticas, bem como possibilitar com que sejamos afetados e transformemos nossas experiências.

Diante disso, cabe perguntar: por que governos conservadores, como no Brasil sobretudo de 2018-2022, querem exterminar a dimensão da presença e a cultura passa a ser um dos focos de ataque? É justamente pela arte que se questiona o sistema e seus ordenamentos. A demolição da casa de Caio Fernando Abreu, o fechamento do Museu da Diversidade Sexual e a censura da exposição *Queermuseu* detonam exemplos daquilo que irrompe o fluxo bolsonarista e conservador a partir do momento que se lançam à captura das franjas dos projetos moralistas e LGBTfóbicos, que dialogam com o guarda-chuva moderno, e afetam nosso ser e estar no



mundo. Quando a arte atualiza os significados das diferenças, não há como olhar para o passado da mesma forma e isso provoca em nós afetações e presença que alteram o rumo de como experienciamos o mundo, o cotidiano e nosso redor. O ataque às artes é sinal de que é possível incomodar e não nos calarmos diante das violências naturalizadas nos sentidos históricos do projeto moderno.

Feridas e cicatrizes entreabertas: resistências e re-existências no contemporâneo

Walter Benjamin (1987) percebe como o horizonte histórico da modernidade causa problemas na vida no sentido de não acolher e respeitar as diferenças. Nesse caminho, a latência emerge como resultado de não ditos desse presente entrelaçado por passados e futuros, ou seja, pode-se compreender como violências e violações, em contextos modernos, da expressão pública das diferenças (GUMBRECHT, 2010, 2012). Para recapitular, a modernidade é parte do cotidiano ao traduzir o tempo de modo linear, em que o presente é sequestrado para uma ideia de futuro amplo. Mas o que se desponta com a falência da modernidade, é que o futuro não é amplo, e sim encurtado, sem expectativas, tornando o presente amplo (GUMBRECHT, 2012). Os interesses modernos tendem a apagar marcas do passado de povos e territórios deslegitimados e excluídos da história como parte da tentativa de exaurir o corpo “desviante”. Inquestionavelmente, a população e os movimentos LGBTQIA+ sofreram — e sofrem — com a sistemática anulação de seus registros e suas memórias que são postas à mercê das violências do Estado pela figura de políticos extremistas, por atores sociais que encabeçam caça às bruxas da “ideologia de gênero” e por tantos estigmas que se acentuam nas vivências LGBTQIA+ em processos simbólicos moralizantes. Porém, como força contrária, tentamos romper a latência por meio de estratégias de subversão e questionamentos para termos esperanças de seguir com a vida. “Uma vida que possa ser vivida” (BUTLER, 2018, p. 30).

Essas dimensões marcam o contemporâneo como uma experiência de crise na qual se denuncia discursos. Uma das queixas contra a modernidade se dá pela decolonialidade por estranhar o apoderamento de territórios físicos, corporais, epistêmicos e culturais. Com efeito, cabe reconhecer o gesto de repensar o futuro a partir da resignificação do passado para ter o presente como espaço de ação política. Pela linha



argumentativa de Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016) e Júlio Roberto de Souza Pinto e Walter Mignolo (2015), tem-se que a decolonialidade é a possibilidade de elaborar, denunciar, acolher um agora como local para processar as feridas coloniais, formar alianças e ter como conseguir fôlego para combater as pressões que pairam sobre nós. Como corpos LGBTQIA+, em um cenário de flagelos conservadores e morais no contemporâneo, constata-se que há violências que atravessam as experiências sociais para constranger e sufocar. São feridas abertas historicamente que, mesmo se houver alguma forma de repará-las, suas cicatrizes permanecerão como latência do projeto de violência a que fomos submetidos.

Desde já, aproximar-se de abordagens decoloniais, parece-nos um movimento caro e possível para o objetivo proposto neste trabalho. Decolonizar constitui-se em um vir a ser, uma ação em movimento para a vida, que não se limita à academia ou uma disputa conceitual.

Decolonialidade (...) abrange não apenas os movimentos de transformação das ex-colônias europeias em estados-nações independentes – *descolonização* –, como também os esforços de desligamento ou desengajamento subjetivo, epistêmico, econômico e político em face do projeto de dominação ocidental, esforços que antecederam tais movimentos de descolonização, ainda que só tenham vindo a ganhar musculatura a partir da Conferência de Bandung em meados da década de 1950 (PINTO; MIGNOLO, 2015, p. 384, grifos do autor).

Deve-se ponderar que a colonialidade se estrutura enquanto projeto moderno por meio da definição de raça como forma de diferenciar e marcar desigualdades entre sujeitos e grupos sociais. Ao considerar essa perspectiva opressora, vale enfatizar que raça é uma categorização para demarcar diferenças entre os indivíduos com base em parâmetros biológicos que visam controlar corpos, mas que enquadra tudo, exceto a branquitude. Assim, um dos gestos de ação da decolonialidade é reconhecer o lugar de racialidade do corpo nas relações de saber e poder (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016). O racismo é epistêmico, não um fato biológico, mas um engendramento de hierarquias para controle e dominação dos corpos, saberes e poder (PINTO; MIGNOLO, 2015).

A sexualidade é outro marcador social que se desponta como fator biológico, operando pela binaridade da normalidade-anormalidade cujas



consequências são as patologizações e as tentativas de corrigir esses corpos que estão fora dos padrões das normas. Mas como sabemos não é nada biológico ou natural, como as organizações modernas e os discursos hegemônicos tentam impor, mas com histórias orquestradas para imperar interesses de universalidade e agir como dispositivo que se organiza por discursos em diferentes instâncias da vida (FOUCAULT, 1999). Essa pontuação nos lança ao desafio de apreender que, pela sexualidade, são construídas memórias que se arregimentam pelos binarismos, pelas coerções, pela desumanização e sedimentam modos de viver tidos como corretos e outros como prejudiciais da ordem social. Memórias que se cristalizam dentro do que se torna socialmente aceito e que se esvaem pelo que não pode ser admitido⁹.

Cabe frisar que as memórias que permanecem no imaginário social, por vezes, são as da cisgeneridade e da heterossexualidade, dos sujeitos brancos e detentores de poder. Por isso, deve-se observar que as artes citadas se tornam problema ao passo que capturam latências e escancaram a falência da modernidade. A exposição *Queermuseu* foi um dos alvos escolhidos para imperar a violência, em 2017, a partir da falsa moralidade que se lançava como ideais de um conservadorismo que deseja resguardar o ordenamento social centralizado em corpos docilizados e conformados aos empreendimentos normativos. Logo, não são todas as artes que podem ser vistas, pois suas ações conseguem desordenar e abalar esse pretense projeto falido e ressignificar as histórias.

Considerações finais

Com sagacidade, João Silvério Trevisan (2018, p. 536, grifo nosso) considera que “aos setores oprimidos só resta aquilo que sabem fazer melhor: *criar*. Quanto mais os querem destruir, mais estarão elaborando novos valores, abrindo caminhos inusitados e inventando momentos de sobrevivência difícil e necessária”. Essa citação pode ser considerada uma das possibilidades que temos, uma vez que, apesar de os regimes de violência e autoritarismo, forjados de moralidade e conservadorismo, tentarem apagar histórias e movimentos que se uniram para reivindicar

⁹ Essas divisões em lógicas e polos contrários produz fronteiras, como Gloria Anzaldúa (2019) escreve. Justamente na fronteira é onde a cicatriz se forma, mas devemos transbordar essa fissura a partir da insurgência aos discursos e às narrativas que tentaram estabelecer um sistema universalizante para os sujeitos.



direitos humanos, resgatar o que fizemos e intervir por lutas de liberdade, não nos calamos e nem calaremos. As tentativas despontadas no Brasil a partir do fechamento de museus, comemorações públicas de políticos cujos espectros ideológicos extremistas se vangloriam da conquista do espaço público para usar de violência de forma legitimada pelo estatuto social que ocupa, do contínuo incentivo a ignorar as diferenças são alguns dos indícios da instauração de um projeto que quer, além de docilizar os corpos, submetê-los aos regimes de colonialidade e subalternidade. Sob pretextos de manter a família patriarcal tradicional, de proteger crianças e de manter valores morais conservadores, o Brasil ganha páginas de histórias nefastas e violentas, manchadas de ódio e de retrocessos nos direitos humanos, em que ficarão marcadas em nossas memórias pelas lutas de resistência e re-existência que precisamos promover constantemente.

O Brasil vive um período histórico singular e complexo cujas características remontam ao passado, quando constatamos os empreendimentos morais que se despontam nos ataques políticos, enquanto mobilizamos e unimos para insurgir e fazer frente ao conservadorismo moral que tenta eliminar corpos marginalizados socialmente. Paul Preciado (2021) observa como o Brasil é um país onde há um caos instalado por disputas antagônicas, isto é, de um lado, há uma frente engajada em questionar tal contexto e lutar pelo atendimento de demandas sociais, mas, do outro lado, há um neoconservadorismo que, arditamente, age com base em pautas morais, desinformação e uso engajado das redes sociais para camuflar a emergência das diferenças. Nesse sentido, a disputa que emerge é política, epistemológica, social e cultural, no sentido de que precisamos estar do lado que luta contra os perigos gerados pelas violências. Para Preciado (2021, parágrafo 34), “o Brasil tem um dos regimes neopatriarcais e neocoloniais mais hiperbólicos (quase uma paródia de si mesmo) do mundo, mas possui também alguns dos movimentos de contestação e de resistência mais interessantes, em especial com as culturas indígenas”. É dessa forma que precisamos unir alianças em diálogo para reconstruir mundos e atualizar as diferenças.

Mesmo que projetos políticos tentem exterminar o que é dissonante aos ideais confabulados pela alcunha de bem social, as diferenças estão em ebulição e não serão negligenciadas. Mesmo que esses projetos políticos se instaurem, como no Brasil 2019-2022, eles não conseguem apagar as obras e as experiências. O legado de Caio Fernando Abreu



permanece vivo, junto a sua memória, assim como as obras de arte impedidas de serem exibidas aparecem para romper o fluxo linear dos sentidos e provocar afetações inexplicáveis.

As palavras de Renan Quinalha (2022) acerca da história e da memória sugerem como devemos nos organizar politicamente para atualizar os passados, atuar de forma contundente e precisa no presente e imaginar futuros que são vivíveis.

A história e a memória do ativismo LGBTI+ têm uma importância fundamental não somente por fazer conhecer o passado e restituir a hereditariedade entre gerações que, em cada época, vão contribuindo para a formação de uma comunidade sempre em devir. Olhar para trás é também essencial para pensar as formas de agir no presente e projetar os futuros possíveis. Não há manual escrito na história, não se trata de repetir acertos e evitar erros já cometidos, mas de enfrentar os desafios que estão postos à luz da informação e da consciência da nossa própria trajetória coletiva (QUINALHA, 2022, p. 147).

Essa pontuação indica que nossas vidas estão como alvo de ataques do sistema vigente porque lhe desestrutura e o coloca sob o fio da navalha do questionamento dos problemas gerados pelo sistema capitalista, colonial e conservador no/do Brasil. Portanto, é crucial ampliar os segmentos de reivindicação e romper as relações de poder que organizam as bases que legitimam o bolsonarismo no contexto brasileiro. Não são tarefas fáceis, haja vista que os ataques e os silenciamentos influem na tentativa de eliminar nossa presença.

Como alento para nós e resultado que motiva agirmos mais em aliança, o Museu da Diversidade Sexual foi reaberto em 2 de setembro de 2022 e, no ano seguinte, passou por uma reforma que aumenta o espaço e a capacidade das exposições artísticas. Outro acontecimento que nos motiva é a descoberta de um poema inédito de Caio F. encontrado em um sítio de Gramado, no Rio Grande do Sul, com original escrito à mão em 1989 (LOPES, 2023). Com esse espírito de resistência e re-existência, devemos agir contra a LGBTfobia e mobilizar politicamente para uma frente progressista engajada no combate às desumanidades. Paulo Freire (2021, p. 73), exímio educador tão vilipendiado no Brasil contemporâneo por quem tem o ódio como arma política, afirma que “(...) o amanhã não é algo pré-dado, mas um desafio, um problema”. Dessa forma, temos o agora como momento crucial de ação para que, de alguma forma, subvertamos os regimes de ódio que apagam nossas memórias. Embora o



artigo se encerre aqui, trata-se de temas cuja urgência grita pela necessidade de reivindicar memórias e produzir acervos vivos, abertos e plurais. Como diz João Silvério Trevisan (2018, p. 578), “quanto mais escuridão dos opressores, maior será a luz emitida pela purpurina dos oprimidos”. Não calar, agir e escancarar a mediocridade que esse projeto de violência representa.

Referências

ABREU, Caio Fernando. **Morangos mofados**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência. *In*: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC**, São Paulo, v. 5, p. 108-119, 2017. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/70a5e644/a393/463e/a32c/38a11c4c671c.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>. Acesso em: 30 ago. 2022.



BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COELHO, Eulália Isabel. **Jogo do imaginário em Caio F.**. Caxias do Sul: Educs, 2009.

COIMBRA, Rosicley Andrade. Memória e esquecimento em “Os companheiros”, de Caio Fernando Abreu. **Todas as musas: revista de literatura e das múltiplas linguagens da arte**, [s. l.], v. 11, p. 150-158, 2019. Disponível em: https://www.todasasmusas.com.br/21Rosicley_Andrade.pdf. Acesso em: 25 jul. 2022.

COSTA, Rafael. Com acervos e museus, entidades lutam pela memória LGBTQIA+ no Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2022/02/com-acervos-e-museus-entidades-lutam-pela-memoria-lgbtqia-no-brasil/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

DEWEY, John. Tendo uma experiência. In: LEME, Murilo Otávio Rodrigues Paes. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 89-105.

FEFITO. **Demolir casa de Caio Fernando Abreu é tentar fazer que ele morra de novo**. UOL Splash, 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/colunas/fefito/2022/07/19/demolir-casa-de-caio-fernando-abreu-e-tentar-fazer-que-ele-morra-de-novo.htm>. Acesso em: 16 nov. 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GOMES, Luís. **Antiga casa de Caio Fernando Abreu em Porto Alegre começa a ser demolida**. Sul21, 2022. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/cultura/2022/07/antiga-casa-de-caio-fernando-abreu-em-porto-alegre-comeca-a-ser-demolida/>. Acesso em: 16 out. 2023.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Nosso amplo presente. **Revista Redescritões. Revista digital do GT de Pragmatismo**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 81-94, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Redescricoes/article/view/301>. Acesso em: 30 ago. 2022.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LOPES, Janaína. **Poema inédito de Caio Fernando Abreu é encontrado no RS; leia**. G1 RS, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/09/29/poema-inedito-de-caio-fernando-abreu-e-encontrado-no-rs-leia.ghtml>. Acesso em: 17 out. 2023.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. AS ORGANIZAÇÕES MODERNAS E O CONTEMPORÂNEO: notas para uma leitura comunicacional do presente. *In: ANAIS DO 30º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 2021, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2021, p. 1-20. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2021/papers/as->



organizacoes-modernas-e-o-contemporaneo--notas-para-uma-leitura-comunicacional-do-presente?lang=pt-br. Acesso em: 25 jul. 2022.

MAFRA, Rennan Lanna Martins; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Organizações, modernidade e democracia na América Latina: diferenças desatualizadas e climas de estagnação. In: XXVIII Encontro Anual da Compós – Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação, 28., 2019, Porto Alegre/RS, **Anais Compós 2019...** Porto Alegre: Compós, p. 1-20. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/papers/organizacoes--modernidade-e-democracia-na-america-latina--diferencas-desatualizadas-e-climas-de-estagnacao>. Acesso em: 7 set. 2022.

MAZUI, Guilherme; GARCIA, Gustavo. **Secretário de Cultura deixa cargo após governo suspender edital com séries sobre temas LGBT.** G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/21/secretario-de-cultura-deixa-cargo-apos-governo-bolsonaro-suspender-edital-com-series-de-temas-lgbt.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2023.

MENEZES, William Augusto. **Evento, Jogo e Virtude nas eleições para a presidência do Brasil – 1994 e 1998.** 2004. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais:** política identitária na esfera pública técnico-midiatizada. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530002>. Acesso em: 25 jul. 2022.



PINTO, Júlio Roberto de Souza; MIGNOLO, Walter. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.3.20580>. Acesso em: 7 jul. 2022.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio, Estudos Históricos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 6 jun. 2022.

PRECIADO, Paul B. **Regime heteronormativo e patriarcal vai colapsar com revolução em curso, diz Paul Preciado**. [16 de janeiro de 2021] São Paulo: Folha de S. Paulo. Entrevista concedida a Naná DeLuca e Úrsula Passos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/01/regime-heteronormativo-e-patriarcal-vai-colapsar-com-revolucao-em-curso-diz-paul-preciado.shtml>. Acesso em: 22 jun. 2022.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ROSA, Luiza Almeida. Impedimento na Cultura. **Galáxia**, São Paulo, v. 47, p. 1-7, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-2553202258697>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.



SP1. Museu da Diversidade Sexual é ampliado e será reaberto em julho no Centro da cidade de SP. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/05/20/museu-da-diversidade-sexual-de-sp-e-ampliado-e-sera-reaberto-em-julho-na-avenida-paulista.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2023.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.



LGBTQIA+ memories in contemporary Brazil: Disputes over silencing and resistance

Abstract: In a political scenario where the moral clash promoted by conservative movements calls into question the issues of differences, this paper proposes a reflection on actions to exclude existences and eliminate historical and artistic records of lgbtqia+ movements. specifically, the question is: how does the closure of museums and art exhibitions establish resistance disputes and erasures of lgbtqia+ memories in brazil? this guiding question unfolds into paths of discussion: clashes between memories and forgetfulness; emergence of latencies in the contemporary; resistances and re-existences through art. through the reading key of the aesthetic experience, inserted in a communicational approach, our essayistic reflection leads us to realize that art can denounce a now crowded by the modern project in which LGBTQIA+ bodies suffer from wounds and systematic attempts of normative control and annihilation of their memories.

Keywords: Memory. Forgetting. Resistance. Re-existence. LGBTQIA+.

Maurício João VIEIRA FILHO

Doutorando em Comunicação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente, é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e jornalista graduado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Desde 2019, é integrante do grupo de pesquisa DIZ: Discursos e Estéticas da Diferença.

E-mail: mauriciovieiraf@gmail.com.

Mariana Ramalho PROCÓPIO

Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atua como docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com estágio doutoral realizado na Université Paris-Est Créteil, na França. Mestre também em Estudos Linguísticos pelo POSLIN/UFMG e graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela UFV. Realizou Pós-Doutorado em Mídia e Estudos de Gênero na Lancaster University, na Inglaterra. É líder do DIZ - Grupo de Pesquisa em Discursos e Estéticas da Diferença e coordenadora do NIEG - Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero da UFV.

E-mail: mariana.procopio@ufv.br



Recebido em: 12/07/2023

Aprovado em: 25/11/2023